

Jorge Gaspar (dir.)
Heitor Gomes
Ana Cláudia Vicente
Sónia Vieira

Fotografias:
C.M. Figueiró dos Vinhos
CEDRU

Apresentação

O leitor deverá interrogar-se perante qualquer obra e a cada momento. Assim a primeira questão que se coloca no primeiro contacto com este trabalho, poderá ser quanto ao sentido que tem hoje uma monografia relativa ao espaço e ao tempo de um município português. Começemos por rever o significado desde termo que de tão banalizado pode gerar dúvidas. No Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, temos que o sentido mais comum para monografia é a “Descrição, estudo ou tratado completo, detalhado e minucioso sobre um assunto relativamente restrito...”, definição que já permite uma larga amplitude de interpretações, pelo que nos vamos conter nos seus limites, tendo em conta que esta monografia se deve destinar a um público diversificado, que engloba antes de mais todos os figueiroenses, presentes ou ausentes do seu concelho, de origem ou de residência, e depois todos aqueles que com múltiplas motivações se interessam pela terra portuguesa, relevando a sua unidade e diversidade.

Nesta perspectiva, a monografia justifica-se a vários títulos:

- após as profundas transformações registadas no País e nas suas diversas parcelas, é importante que todos nos identifiquemos com as novas realidades – só assim se manterá o apego à nossa terra, só assim podemos conscientemente ir projectando os nossos futuros;
- Figueiró dos Vinhos é um desses concelhos, carregados de História, mas escasso de recursos face à sua dimensão demográfica e à natural ambição dos seus habitantes; por isso desde há séculos que o caminho natural para muitos tenha sido o da emigração - é notável a diáspora das gentes de Figueiró, só por si a merecer outra monografia, o reconhecimento da sua terra e das suas gentes é importante, para recuperar e fortalecer a coesão social;
- é preciso sublinhar que vivemos tempos de mudança, até porque alguns não têm ainda consciência disso, outros estão tementes face à multiplicação das incógnitas e muitos não acreditam que Figueiró dos Vinhos tenha um adequado leque de oportunidades face aos futuros – também por tudo isso se justifica o reconhecimento;
- por último importa projectar uma imagem para o exterior, nomeadamente para as áreas mais povoadas e economicamente desenvolvidas, que permita eliminar as distorções e preconceitos, que radicam, por um lado, num secular desconhecimento que o País tem de si próprio e, por outro lado, na falta de actualização face aos importantes progressos que o concelho observou no que respeita às

infra-estruturas e aos equipamentos sociais, em suma, às bases materiais para uma boa qualidade de vida.

Mas a ambição deste retrato de família deve ir mais além, deve motivar todos os figueiroenses, presentes e ausentes, para o investimento nas mudanças que são portadoras de melhores futuros, valorizando as gentes e a terra. Para isso é necessário que também se assinalem os erros cometidos, os problemas e as dificuldades a enfrentar, as ameaças (internas e externas) e as opções, de cada um segundo as suas capacidades.

Do que não pode restar qualquer dúvida após a leitura atenta deste reconhecimento do território e das gentes de Figueiró dos Vinhos, no espaço e no tempo, é de que o futuro não deixará de honrar o passado e de que o seu desenvolvimento integrado, sustentado, não é uma utopia: a população vai rejuvenescer, os campos e os arvoredos vão ser reordenados, a urbanidade e a ruralidade serão um novo património, numa harmoniosa integração e complementaridade.

Agradecimentos

Ao “fechar” este trabalho, queremos expressar aqui a nossa gratidão a todos aqueles que contribuíram para que o pudéssemos ter concluído num tão curto espaço de tempo.

Desde logo deve ser enaltecido o labor de quantos nos legaram estudos e reflexões, que nos informaram e iluminaram: esta monografia não é senão a continuidade desse esforço.

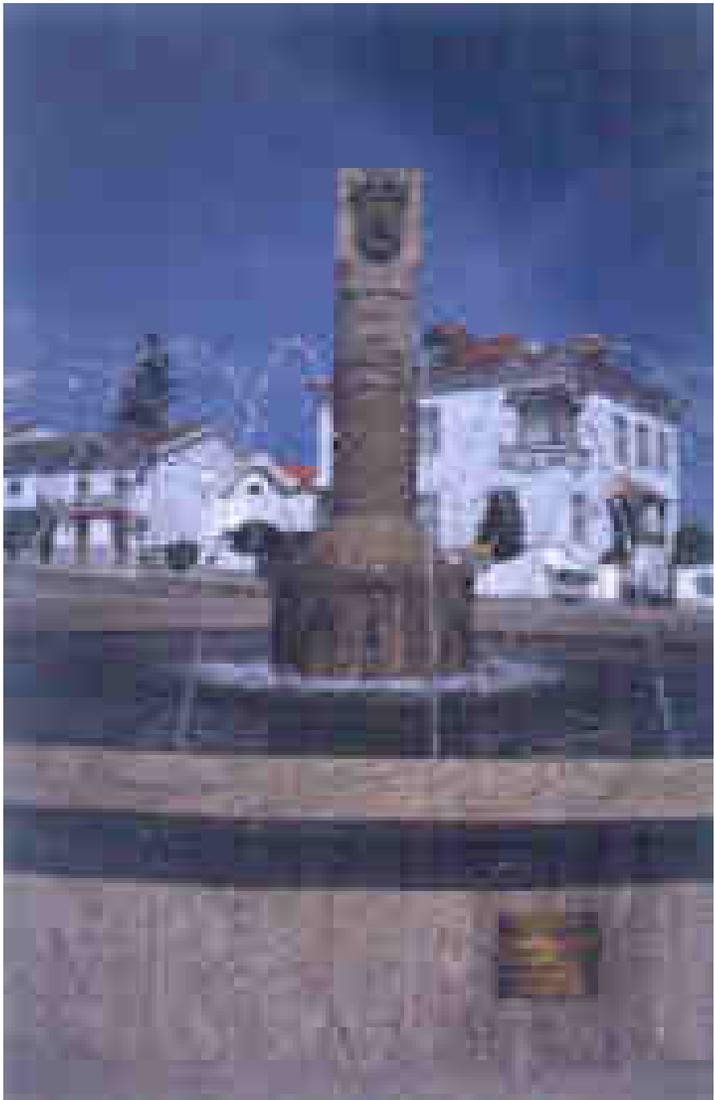
Particularmente valiosas e estimulantes foram as entrevistas, em geral informais, que nos dispensaram inúmeros conhecedores de Figueiró do Vinhos, nas múltiplas vertentes abordadas. Foram contributos vivos, que permitiram qualificar e entretecer os dados objectivos, de outros estudos, das fontes documentais e estatísticas, bem como das informações obtidas em vários serviços e instituições.

Seja-nos permitido individualizar dois agradecimentos: ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, pelo entusiasmo com que acompanhou o desenrolar dos trabalhos, bem como pelo apoio que nos concedeu através dos seus colaboradores mais directos; à população de todo o concelho, mas muito particularmente aos habitantes dos lugares mais recônditos, que nos receberam não só com simpatia e hospitalidade, mas sobretudo com um surpreendente espírito de abertura e vontade expressa de diálogo, que representaram para nós uma experiência muito forte e gratificante.

Os autores

Capítulo I – Enquadramento Regional	9
1. Um Espaço Geográfico Privilegiado.....	12
2. Figueiró dos Vinhos na Região Centro	13
Capítulo II – Território	17
1. Introdução	20
2. Características Físicas	20
2.1. Relevo	23
2.2. Geologia e Solos.....	25
2.3. Clima.....	29
2.4. Hidrografia	34
2.5. Coberto Vegetal e Recursos Florísticos	36
2.6. Ocupação Actual do Solo	38
3. Povoamento.....	39
Capítulo III – História da Ocupação e da Vida no Espaço Concelhio	45
1. Introdução	47
2. Das Primeiras Comunidades à Organização Concelhia (Século X a.C. a Século XIV)	50
2.1. Primeiros Testemunhos de Ocupação Humana.....	50
2.2. O Legado Romano	54
2.3. O Surgimento das Comunidades de Aldeia e de Vale	57
2.4. Na Fronteira do Gharb al-Ândalus.....	58
2.5. Ocupação Cristã e Domínio Senhorial.....	61
2.6. Legitimação da Organização Concelhia	64
3. Da Consolidação do Modelo Municipal aos Desafios em Presença (Século XV a Século XX).....	72
3.1. Instituições e Poderes Locais no Início da Idade Moderna.....	72
3.2. Sociedade, Economia e Cultura na Transição Para o Liberalismo.....	76
3.3. Revolução Liberal e Recomposição do Sistema Administrativo e Judicial	82
3.4. A Projecção do Espaço Local pela Arte	89
3.5. O Município Sob a República	91
3.6. Estado Novo e Desenvolvimento Local	94
3.7. Democratização e Novos Desafios.....	105
Capítulo IV – População	109
1. Introdução	111
2. Dinâmicas Demográficas.....	111
2.1. Evolução da População Residente	111
2.2. Crescimento Natural.....	120
2.3. Estrutura Etária da População Residente	127
2.4. Movimentos Migratórios	133

Capítulo V – Economia	141
1. Introdução	143
2. Base Económica	143
2.1. Um Território em Mutação	143
2.2. Agricultura, Pecuária e Floresta.....	145
2.3. Indústria e Construção Civil.....	151
2.4. Comércio e Serviços	156
2.5. Turismo	159
Capítulo VI – Condições de Vida e Desenvolvimento Social	163
1. Introdução	165
2. Emprego e Protecção Social	165
3. Condições de Habitabilidade	171
4. Equipamentos e Serviços de Apoio à População	173
4.1. Ensino e Formação.....	173
4.2. Saúde e Acção Social.....	177
4.3. Desporto e Cultura	182
5. Infra-estruturas para o Desenvolvimento	187
5.1. Acessibilidades e Transportes.....	187
5.2. Ambiente e Saneamento Básico	192
Capítulo VII – Património	195
1. Introdução	197
2. Património Arquitectónico.....	198
2.1. Arquitectura Religiosa.....	198
2.2. Arquitectura Civil	205
3. Património Arqueológico	211
3.1. Vestígios Pré-Históricos.....	211
3.2. Vestígios Antigos e Modernos	212
4. Património Etnológico e Antropológico	213
4.1. Culto Religioso.....	213
4.2. Festividades	214
4.3. O Lainto	216
4.4. Artesanato e Gastronomia.....	217
Capítulo VIII – Horizontes de Futuro	221
Bibliografia	227
Índice de Figuras	241
Índice de Quadros	243
Índice Fotográfico	245



ENQUADRAMENTO REGIONAL

O centro de Portugal e a vocação para a intermediação

Estas terras muito perto do centro geométrico de Portugal, e não muito afastadas do eixo natural que entre Tejo e Douro percorrem o País de Norte a Sul, a *depressão periférica* – charneira entre a Orla Sedimentar Ocidental e o Maciço Antigo, de rochas intrusivas e metamórficas, são espaços de transição natural entre o Norte e o Sul, entre o Litoral e o Interior. É assim natural que, ao longo da História, os homens e as mulheres tenham aproveitado as virtualidades desta localização – por isso estas terras tornaram-se também espaços de intermediação, espaços – charneira, definidos por aquelas duas dimensões ordenadoras do território nacional.

Esta vocação torna-se ainda mais necessária face à escassez de recursos naturais: a posição central é o principal recurso.

Essa posição vai permitir valorizar os outros activos. O contacto permanente e aprofundado ao longo dos tempos com os principais mercados, gera oportunidades que o permanente acesso à informação permite antecipar face a outros espaços concorrentes: foram as madeiras para Lisboa e para a exportação, aproveitando o potencial de transporte por flutuação pelo Zêzere até ao Tejo navegável; foi o aproveitamento da combinação das minerações ferruginosas com a riqueza de lenha que permitiu o desenvolvimento da metalurgia do ferro, com destino ao equipamento das forças armadas; foi a produção vinícola induzida pela escassez do mercado internacional, na sequência da epidemia da filoxera e beneficiando do papel relevante que então assumiu Leiria no seu entorno; e foi, numa espécie de ciclo de ouro, todo o sistema organizado à volta da produção têxtil – a lã, das serras locais e do sul do País, desde muito cedo percorrido na procura de negócios ou tão só na oferta de mão-de-obra para os campos do Alentejo e do Ribatejo, as indústrias que do trabalho em teares caseiros passam os limiares da fábrica que nalguns casos atingirá grandes dimensões, pelo menos no que respeita a mão-de-obra envolvida e, por último, a comercialização desta produção, numa organização que embora só se configurasse no século XX, recorda certas sistemas territoriais da Idade Média – as fábricas da serra, da Covilhã a Avelar, de Manteigas a Castanheira de Pêra, vão proporcionar um curioso sistema comercial, dos armazenistas aos ambulantes e feirantes, que percorrem o País; muitas vezes é o capital acumulado no comércio que proporciona os meios financeiros para o investimento fabril, noutros é o capital fundiário, em geral associado ao saber fazer dos que já andavam no mundo do têxtil.

Mas o principal recurso residiu sempre nos Homens e nas Mulheres, que recorrentemente, ao longo da História, foram obrigados a procurar noutras paragens o sustento e o alimento para ambições que os recursos locais não podiam alimentar. E através dos séculos estas terras do centro de Portugal viram partir os seus filhos, ricos e pobres, com destinos profissionais diversos, mas geralmente em correlação com as suas origens.

Os que podiam começavam por demandar a Universidade de Coimbra, que podia conferir um passaporte para outras viagens mais promissoras: um posto na administração, nas vilas e cidades do País ou das colónias e para os mais ambiciosos

mesmo num ministério ou nos tribunais supremos em Lisboa.

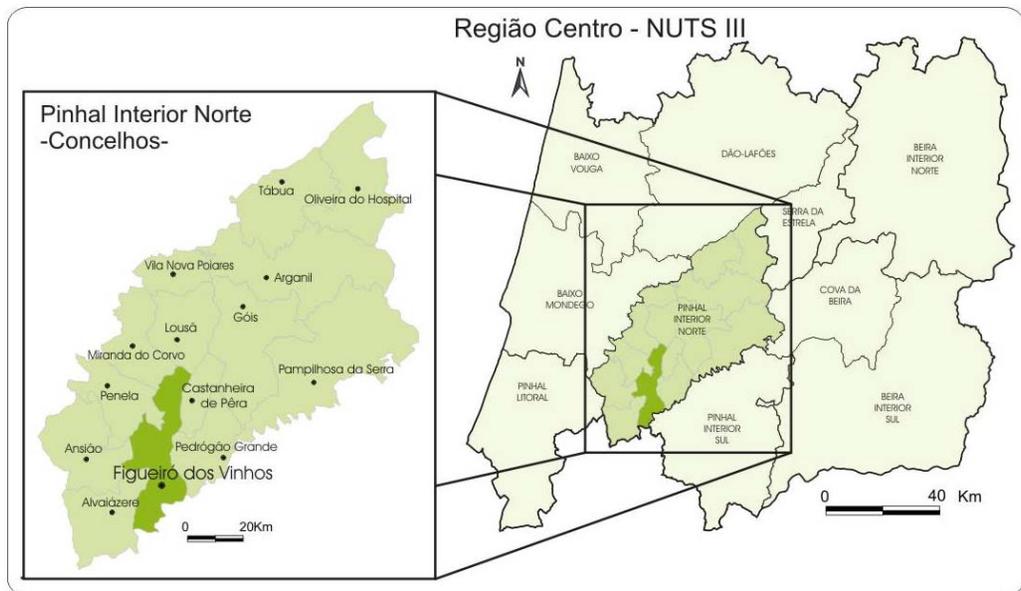
No extremo oposto era o trabalho braçal, nos Brasis, nas ceifas do Alentejo, na cava das vinhas da Borda de Água, na dureza da estiva do porto de Lisboa.

Os mais miúdos, com algumas letras e com conhecimentos em Lisboa, podiam iniciar-se nas artes do comércio na Capital, percorrendo o calvário, que desde marçano, nos mais afortunados podia levar ao estabelecimento por conta própria, numa mercearia, num talho ou em qualquer outro negócio, mais fácil poderia ser quando caíam nas graças definitivas da filha do patrão (podia ser patrão - parente) ou da viúva do dito.

1. Um Espaço Geográfico Privilegiado

O concelho de Figueiró dos Vinhos situa-se na Região Centro de Portugal (NUTS¹ II), território denominado por “mosaico-charneira entre o Norte e o Sul do país” (GASPAR, 1993), onde os limites são fluidos e estão em constante alteração². A Região Centro divide-se em dez “sub-regiões” (NUTS III), sendo Figueiró dos Vinhos parte integrante da “sub-região” Pinhal Interior Norte.

Figura 1 – Enquadramento Regional



¹ Nomenclatura de Unidade Territorial para Fins Estatísticos.

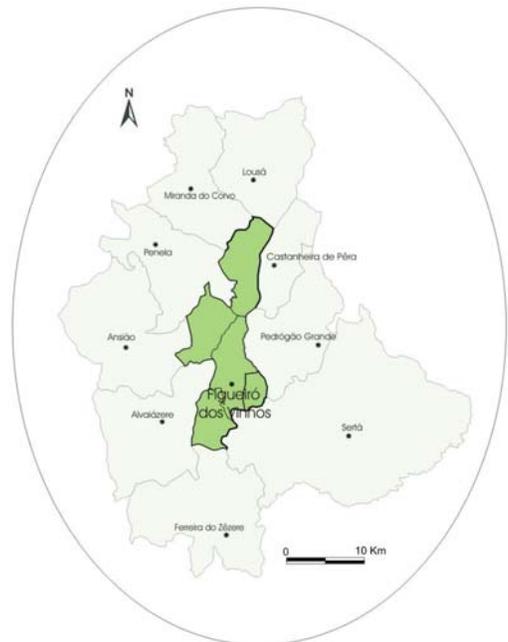
² A configuração e limites da Região Centro, que corresponde à área de actuação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, tem vindo a sofrer alterações desde a sua recriação em 1979, a última das quais, mais significativa, em 2002.

Encerrando uma enorme diversidade fisiográfica, económica e sócio-cultural, com combinações locais de grande riqueza, a Região Centro tem a sua característica mais marcada nos grandes contrastes entre o litoral e o interior, que constitui a oposição mais evidente em todo o espaço regional. Esta dualidade litoral/interior verifica-se tanto nas componentes geológica e geomorfológica, como na estruturação do povoamento e nos desequilíbrios demográficos gerados. O litoral, de formação sedimentar, é mais populoso e apresenta níveis de urbanização mais elevados. Por oposição, o interior, com importantes maciços montanhosos, caracteriza-se pelas fracas densidades apresentadas e pela concentração populacional nos principais centros urbanos. Este antagonismo tem, conseqüentemente, repercussões na estrutura sócio-económica regional, caracterizada pelo rejuvenescimento e expansão demográfica e económica do litoral, em contraste com o envelhecimento da população e conseqüente fragilização dos tecidos produtivos e sociais dos espaços mais ruralizados do interior.

O Concelho de Figueiró do Vinhos, situado em plena sub-região do Pinhal Interior Norte, cuja imagem recente está relacionada com a vasta extensão de floresta de pinheiros³, encontra-se numa área de transição entre a expansão e rejuvenescimento demográfico do litoral e o envelhecimento e despovoamento populacional do interior.

Com uma área aproximada de 184 km², o concelho é constituído por cinco freguesias: Aguda (40,5 km²), Arega (35 km²), Bairradas (13 km²), Campelo (51 km²) e Figueiró dos Vinhos (44,3 km²). O seu território confina com os concelhos de Miranda do Corvo e Lousã, a Norte; Penela, Ansião e Alvaiázere, a Oeste; Ferreira do Zêzere e Sertã, a Sul; e Pedrógão Grande e Castanheira de Pêra, a Este.

Figura 2 – O Concelho de Figueiró dos Vinhos



³ O Pinhal é mesmo um verdadeiro símbolo regional, que justifica o nome dado a duas NUTS III (Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul).

Em 2001, Figueiró dos Vinhos apresentava uma população de 7.352 habitantes, vindo de uma trajectória de contínuo declínio no último meio século, que resultou na perda de cerca de 1/3 da sua população desde 1950.

2. Figueiró dos Vinhos na Região Centro

Beneficiando de uma localização privilegiada no contexto do centro do país, Figueiró dos Vinhos desempenha uma posição central de liderança no agrupamento de concelhos que inclui Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande que, no seu conjunto, representam uma área de 707,5 km² e cerca de 38.000 habitantes, correspondendo a 17% da área e 28% da população residente no Pinhal Interior Norte. Esta centralidade decorre não só da sua localização, entre os concelhos referidos, mas sobretudo das suas características de espaço charneira e de articulação, designadamente física, económica e social.

As boas acessibilidades externas que servem Figueiró dos Vinhos (IC8 e IC3) permitem a ligação relativamente rápida à A1 (auto-estrada do Norte) e à A23, bem como aos principais centros urbanos do país (Lisboa e Porto ficam a cerca de 2 horas de viagem) e da região (Leiria e Castelo Branco a 1 hora, Coimbra e Tomar a 40 minutos e Pombal a 30 minutos). Estes são elementos positivos da sua localização, que permitem afirmar o potencial de ligação a um vasto território, o que atenua o papel de ângulo morto no contexto regional, proporcionando oportunidades de crescimento e de desenvolvimento económico.



Vila de Figueiró dos Vinhos

A Região Centro apresenta uma grande diversidade de realidades físicas, económicas e sócio-culturais, visíveis não apenas entre as diferentes sub-regiões, mas também entre os concelhos que a constituem.

Através da uma breve leitura comparativa de alguns indicadores sócio-económicos, desenvolvida ao longo da monografia, é possível analisar a inserção de Figueiró dos Vinhos na NUTS III Pinhal Interior Norte e, num âmbito mais vasto, na NUTS II Região Centro.

Entre 1991 e 2001, a Região Centro registou um crescimento populacional que não foi acompanhado por Figueiró dos Vinhos nem pelo Pinhal Interior Norte, que no mesmo período registaram um decréscimo de população, ainda mais acentuado em Figueiró dos Vinhos.

O envelhecimento populacional é geral e acentuado, não só em Figueiró dos Vinhos, mas em todo o espaço regional. No entanto, o concelho apresenta uma população mais envelhecida do que a do Pinhal Interior Norte e a da Região Centro, com um significativo número de idosos (população com mais de 65 anos), que se repercute num elevado índice de envelhecimento e enfraquecimento demográfico.

Quadro 1 – Síntese de Indicadores Sócio-Económicos

Indicadores	Unidade	Ano	Figueiró dos Vinhos	Pinhal Interior Norte	Região Centro	
Indicadores Genéricos						
Superfície	km ²	2002	173,6	2.616,7	23.675,0	
Freguesias	n ^o	2002	5	115	1111	
Densidade Populacional	hab/km ²	2001	42,2	53,1	75,7	
Variação População Residente	%	1991/2001	-8,2	-0,6	3,5	
População	0-14 anos	%	2001	13,5	14,5	15,0
	15-24 anos	%	2001	12,2	12,6	13,7
	25-64 anos	%	2001	48,9	49,3	51,8
	≥ 65 anos	%	2001	25,5	23,6	19,4
Dimensão média das famílias	n ^o	2001	2,6	2,7	2,6	
Saldo Natural	%	1991/2001	-8,7	-6,3	-1,8	
Indicadores Demográficos						
População Residente	n ^o	2001	7.352	138.535	1.782.178	
Taxa	Natalidade	‰	2001	8,8	8,6	9,4
	Mortalidade	‰	2001	15,9	14,5	11,4
	Nupcialidade	‰	2001	4,6	4,8	5,4
	Divórcio	‰	2001	1,5	1,2	1,5
	Excedente de Vidas	‰	2001	-7,1	-5,8	-2,0
Índice	Envelhecimento	‰	2001	185,7	162,8	132,9
	Dependência Total	%	2001	63,9	61,5	52,6
Actividade Económica						
População Empregada	Sector Primário	%	2001	10,9	7,2	6,8
	Sector Secundário	%	2001	37,8	40,8	38,1
	Sector Terciário	%	2001	51,3	52,0	55,1
Taxa	Actividade	%	2001	40,6	41,9	45,2
	Desemprego	%	2001	5,0	5,6	5,7
Sociedades Sediadas	Total	n ^o	2001	149	3.272	45.150
	Sector Primário	%	2001	8,7	4,0	3,5
	Sector Secundário	%	2001	26,2	36,9	31,1
	Sector Terciário	%	2001	65,1	59,1	65,5
	Volume de Vendas	10 ³ euros	2000	35.554	1.109.904	24.892.007
Indicadores Sociais						
População	a Frequentar o Ensino	%	2001	17,4	17,9	19,9

Residente	que Não Atingiu Nenhum Nível de Ensino	%	2001	16,2	15,5	13,6
	que atingiu o Ensino Superior	%	2001	9,2	5,4	5,3
Taxa de Analfabetismo		%	2001	14,6	13,1	11,0
Médicos por 1.000 Habitantes		nº	2001	0,5	0,7	3,1
Farmácias por 10.000 Habitantes		nº	2001	5,5	2,9	2,8
Hospitais	Oficiais	nº	2001	-	-	27
	Particulares	nº	2001	-	3	15
Taxa Média de Mortalidade Infantil		‰	1997/2001	9,6	4,3	4,5
Alojamentos	Água Canalizada	%	2001	98,0	97,9	97,9
	Electricidade	%	2001	99,8	99,7	99,9
	Esgotos	%	2001	90,8	91,4	93,0
Edifício Servidos com Recolha de Resíduos Sólidos		%	2001	94,2	91,4	92,1
Índice do Poder de Compra		<i>Per capita</i>	2002	50,15	58,44	79,85

Fonte: INE (vários anos)

Figueiró dos Vinhos apresentou, entre 1991 e 2001, um saldo natural negativo, o que evidencia a incapacidade de regeneração da população. Embora este seja um fenómeno observável em grande parte do território regional, é claramente mais elevado em Figueiró dos Vinhos.

Comparativamente à região em que se insere, o concelho tem uma taxa de analfabetismo elevada, apesar de, paralelamente, apresentar um número significativo de indivíduos que atingiram o ensino superior, nitidamente mais elevado que o Pinhal Interior Norte e a Região Centro.

A base económica produtiva encontra-se em crise. O sector agrícola, que nos últimos anos tem vindo a perder importância no contexto regional, desempenha, em Figueiró dos Vinhos, um papel de maior relevância face ao território em que se encontra. Acompanhando a tendência nacional, o sector terciário assume um papel cada vez mais dominante na estrutura económica concelhia, concentrando, em 2001, a maioria da população activa.

Deste modo e apesar de se encontrar numa posição geográfica de transição entre o litoral e o interior, Figueiró dos Vinhos tem vindo a registar, ao longo das últimas décadas, uma evolução sócio-económica com características de interioridade, cujos principais contornos serão afluídos nos capítulos seguintes.



TERRITÓRIO

As paisagens

Nos seus 184 km², o concelho de Figueiró dos Vinhos oferece uma grande variedade de paisagens, com cambiantes assinaláveis ao longo dos 365 dias do ano e também através das 24 horas de cada dia. Esta riqueza decorre em boa medida de dois factores principais: o relevo e a hidrografia, por um lado, e o processo histórico, por outro.

Mas não se imagine que estamos perante imagens de grandiosidade, apesar dos amplos horizontes que se podem desfrutar, ou dos impressionáveis monumentos que a Natureza oferece, como as Fragas de São Simão na Ribeira de Alge ou certos trechos do Rio Zêzere. De facto, o adjectivo mais adequado para significar a característica mais forte destas paisagens é comovente.

Não é necessário muito tempo para que o viajante, o caminheiro ou o automobilista menos apressado, descubra singularidades, que o levam à paragem, à detenção e à indagação. E o aprofundar do relacionamento depressa gera simpatia e empatia, porque ali está também muito da nossa História que não se apanha nos compêndios nem nas dissertações: a epopeia secular de um povo recorrentemente situado entre a estância e a transumância, que para muitos se resolveu na errância sem retorno.

Ali estão, a cada passo, num olhar mais indagador, as marcas e os vestígios de tanta História, baralhados, ao ponto de nos confundirem na hora da interpretação: quantas vezes as marcas que remetem para o evanescer das identidades não são as ancoras da nossa mais profunda, porque a única possível, maneira de estar no nosso Mundo, nas nossas pátrias:

- uma floresta promíscua, onde se misturam diferentes tempos e diferentes espaços, o pinheiro bravo, marítimo, sendo o dominante, não é o habitante original, veio só na Idade Média, como que um sinal que o País que se afirmava queria ter os horizontes no Atlântico, o eucalipto, a oportunidade em momentos difíceis que preconfiguravam um possível abandono a prazo, sem esquecer as acácias invasoras, em que domina a bela mimosa, de que muitos emigrados se enamoraram e que não têm outra utilidade senão o de anunciarem que está próximo o fim do Inverno, mas infelizmente, para lá do embelezamento das margens das estradas, há a realidade da infestação e da destruição da rica variedade florística;
- mas, surpreendentemente, a cada momento deparamos com o sobreiro resistente, senhor ainda do seu solar, recuperando povoamentos, que com facilidade poderiam ser expandidos, face às adequadas condições proporcionadas na convergência do clima e da geologia;
- no sub-bosque, abandonado, como no resto do País, ainda persistem aquelas típicas associações, resultado da convergência das realidades mediterrânea e atlântica, tão bem assinaladas por Orlando Ribeiro, que por aqui fez muitas e profundas incursões – as giestas, os tojos e as urzes, que vêm desde os nortes acompanhando o grande Oceano, em contraponto ao medronheiro, à aroeira e ao zambujeiro, afirmações muito fortes de mediterraneidade;
- belas são as encostas libertas dos arvoredos introduzidos, sobretudo quando

domina o manto florido das urzes, que já foram recurso económico importante, na exploração das raízes, a torga, fonte de energia com que se proviam as famílias e laboravam os fornos, em particular os metalíferos, que levaram longe o nome do concelho.

1. Introdução

A configuração física e ocupação humana do território constituem vectores fundamentais para a compreensão da evolução da estruturação e organização económica, social, histórica e cultural do concelho de Figueiró dos Vinhos. O presente capítulo centrar-se-á na análise das características físicas do concelho e da região em que este se insere: a geologia, o modelado do relevo, o clima, a hidrografia e o coberto vegetal; bem como na compreensão dos elementos mais marcantes na ocupação humana do território, designadamente as tendências de povoamento que têm caracterizado Figueiró dos Vinhos ao longo dos últimos anos.

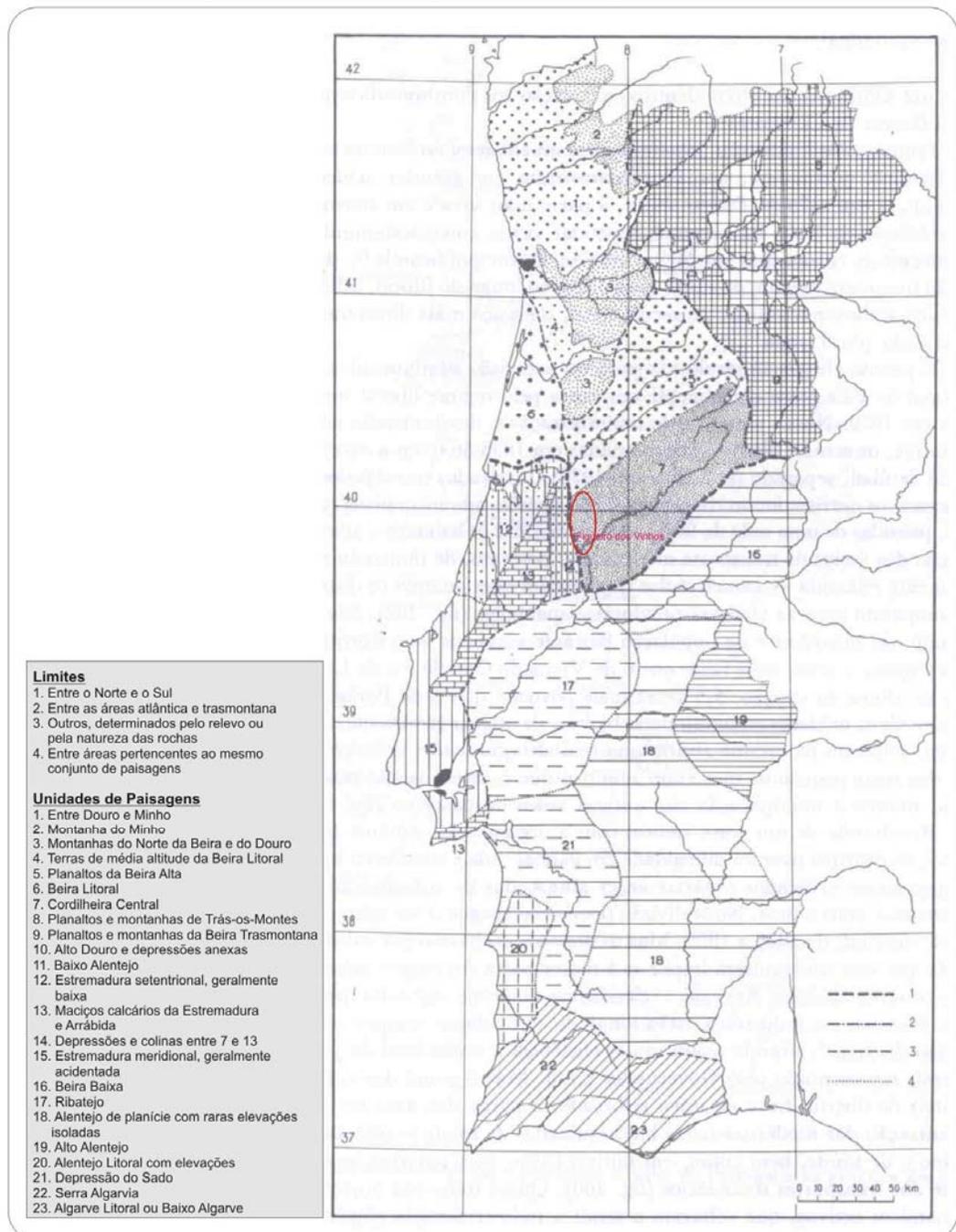
Tais elementos, físicos e de ocupação humana do território, não podem ser interpretados sem ter em atenção o contexto regional mais vasto de que é parte integrante Figueiró dos Vinhos. Deste modo, a sua caracterização será sempre precedida de um enquadramento regional em ambos os domínios.

2. Características Físicas

Na Região Centro, é patente o papel da geografia física enquanto elemento modelador da ocupação do território, configurando-se à partida um conjunto expressivo de regiões naturais, resultantes de combinações e interacções dos elementos naturais: o relevo, a geologia, o clima, a hidrografia e o coberto vegetal.

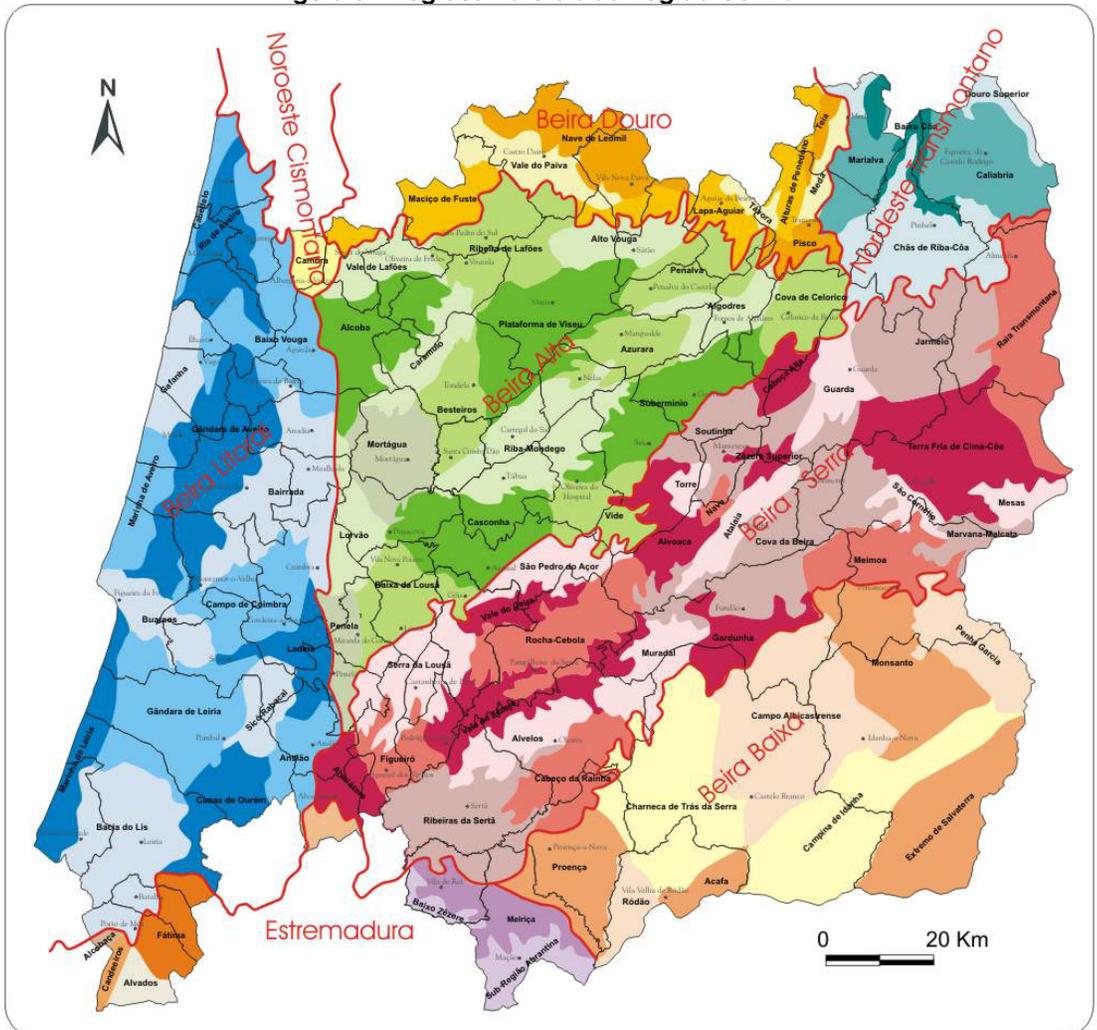
Figura 3 – Esboço duma Carta Regional de Portugal Continental – Sub-Regiões do Centro (Beira Litoral, Beira Alta, Beira Transmontana e Beira Baixa)

Figura 4 – Divisões Geográficas de Portugal Continental



Fonte: Extraído de RIBEIRO (1945)

Figura 5 – Regiões Naturais da Região Centro



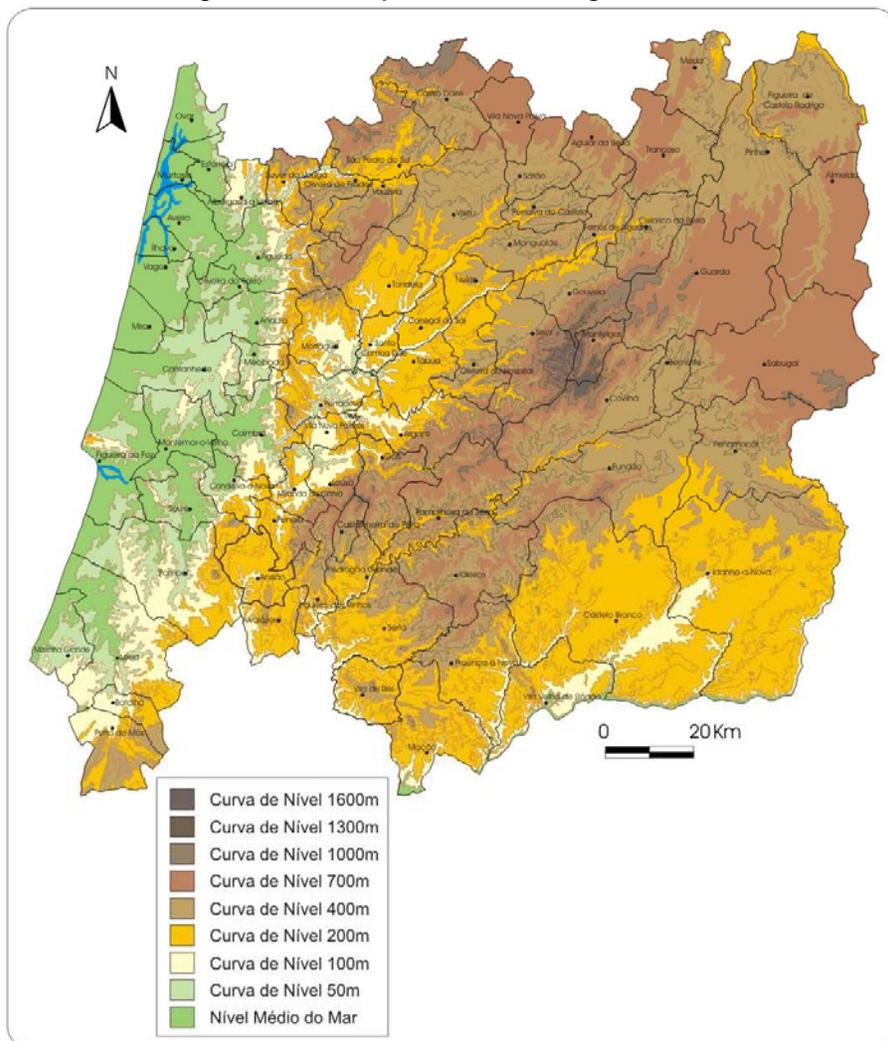
Fonte: Secretaria do Estado do Ambiente, Atlas do Ambiente (1982)

2.1. Relevo

O território continental português pode ser dividido em três unidades estruturais principais: maciço antigo, orla mesocenozóica ocidental e meridional e bacia terciária do Tejo e Sado.

Na Região Centro, é possível individualizar duas unidades estruturais: a orla mesocenozóica ocidental, cuja forma é aproximada à de um triângulo com o vértice em Espinho, e que vai alargando para sul, até à bacia do Tejo; o maciço antigo, a mais antiga e extensa unidade geológica no território continental português, que caracteriza o restante espaço regional.

Figura 6 - Carta Hipsométrica da Região Centro



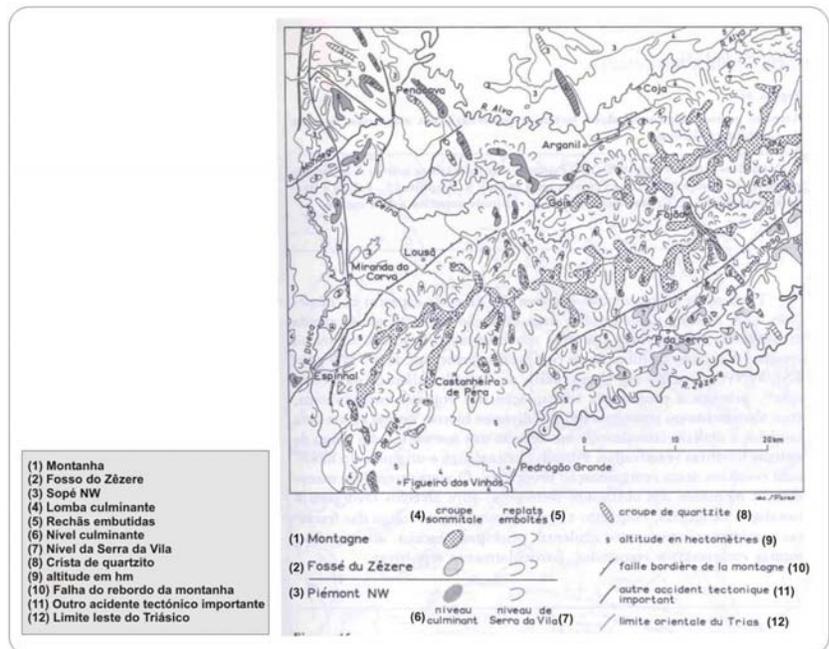
Fonte: Secretaria do Estado do Ambiente, Atlas do Ambiente (1982)

Nestas unidades estruturais, o relevo apresenta variações distintas, contribuindo, assim, para o contraste litoral/interior já referido que caracteriza a região. O diferente comportamento dos elementos constituintes de cada uma das unidades à erosão e aos movimentos tectónicos deu origem a formas de relevo distintas: a orla mesocenozóica, de formação sedimentar, apresenta valores altimétricos menos expressivos, enquanto que a área do maciço antigo, de origem metamórfica e eruptiva, é constituída por importantes sistemas montanhosos, sendo de destacar a Cordilheira Central, cujo ponto culminante é a Serra da Estrela, com 1.991 metros.

É neste contexto morfo-estrutural que se encontra Figueiró dos Vinhos. Localizado no maciço antigo, mais precisamente no extremo sudoeste da Cordilheira Central e inserido no sistema montanhoso da Serra da Lousã. O território concelhio é limitado a norte por esta serra e a sul pelo Rio Zêzere, eixo central da albufeira de Castelo de Bode. Tal vai resultar numa clara diferenciação entre o norte e o sul: a norte, os valores altimétricos são mais elevados, com

altitudes médias superiores a 400 metros, chegando mesmo a atingir valores acima dos 900 metros na vertente sudeste da Serra; por sua vez, no sul, a altitude não ultrapassa os 400 metros, à excepção do planalto de Braçais (que atinge os 600 metros), diminuindo progressivamente com a aproximação ao Rio Zêzere e à albufeira de Castelo de Bode,

Figura 7 – Extremidade SW da Cordilheira Central

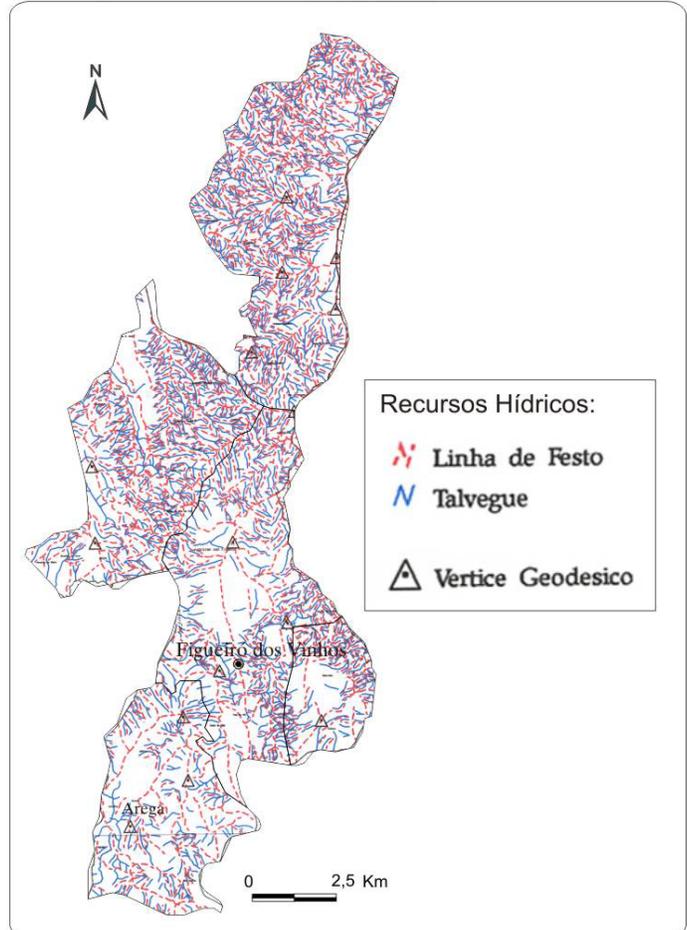


Fonte: Extraído de DAVEAU e Colaboradores (1987)

onde os valores são inferiores a 100 metros. Figueiró dos Vinhos está inserido na bacia tectónica da Lousã, que constitui a extremidade deprimida da

plataforma do Mondego. A depressão da Lousã, abatida devido ao sistema de falhas e movimentos tectónicos e, desta forma, individualizada dos relevos quartzíticos, é formada por uma sucessão de sedimentos designados por arenitos do Buçaco. Deste modo, o norte do concelho apresenta uma topografia mais acidentada, com declives mais pronunciados (acima de 20%), onde é possível encontrar um grande número de promontórios e uma elevada densidade de festos e talvegues. No território concelhio a sul, com altitudes e declives menos acentuados, é possível distinguir, ainda que esporadicamente, formas de relevo com declives inferiores a 10%. Estas elevações, aplanadas no topo, correspondem às povoações de Arega e Almofala de Baixo.

Figura 8 – Carta de Festos e Talvegues no Concelho de Figueiró dos Vinhos



Fonte: PEFICA, Plano Municipal de Intervenção na Floresta (1997)

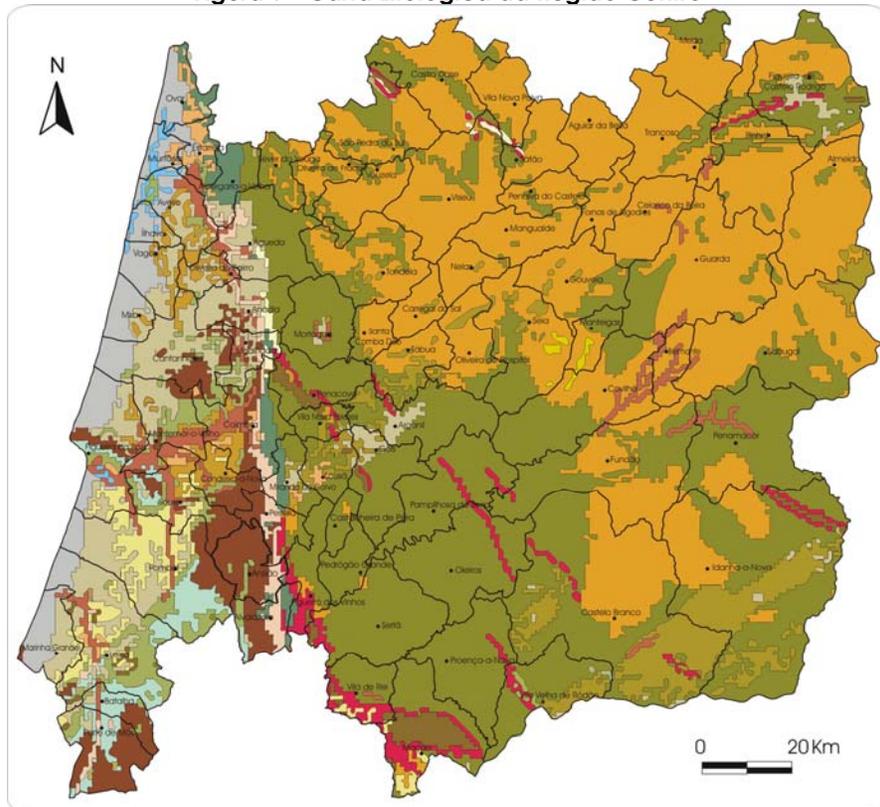
2.2. Geologia e Solos

As duas unidades estruturais individualizadas na Região Centro apresentam, naturalmente, formações geológicas distintas: a orla mesocenozóica ocidental, de natureza sedimentar, é formada essencialmente por rochas calcárias, argilosas e areníticas; o maciço antigo é constituído por rochas eruptivas e metamórficas, das quais se destacam os granitos, os xistos e alguns afloramentos de quartzitos.



Vista de Cabeço de Peão sobre a paisagem circundante

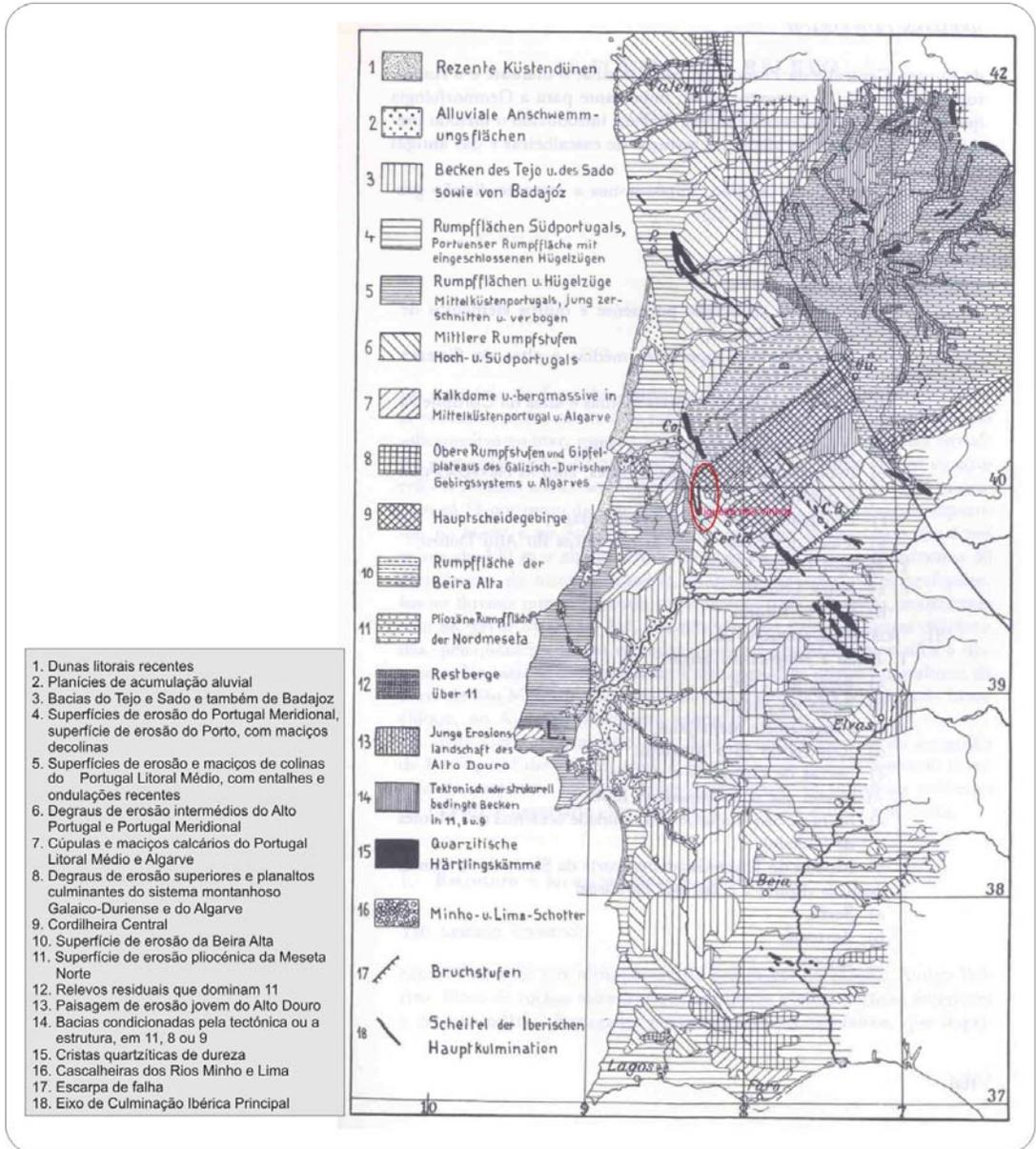
Figura 9 - Carta Litológica da Região Centro





Fonte: Secretaria do Estado do Ambiente, Atlas do Ambiente (1982)

Figura 10 – Mapa Morfológico de Portugal Continental



Fonte: Extraído de LAUTENSACH (1932)

Localizado no maciço antigo, cujas camadas, algumas do período Antepaleozóico, têm sido sujeitas, ao longo dos tempos, a várias acções de enrugamento e aplanção, o concelho de Figueiró dos Vinhos é, na sua maior parte, constituído por xistos, grauvaques, granitos, ocorrendo ainda afloramentos de quartzitos e algumas manchas de rochas sedimentares típicas da “depressão periférica”.

De referir também a presença, ainda que bastante reduzida, de elementos metálicos valiosos, como o antimónio, o chumbo, o cobre, a prata, o ferro e o ouro. Contudo, apenas o ouro e o ferro foram explorados com objectivos económicos. A exploração do ouro, ainda que a uma escala muito reduzida, remonta à ocupação romana e era feita junto ao rio Zêzere. A exploração do ferro foi mais intensa, principalmente nas freguesias de Campelo e Figueiró dos Vinhos, tendo em tempos existindo mesmo algumas fundições em Machuca e Foz do Alge.

Relativamente aos solos e tendo em atenção que estes resultam de alterações profundas das rochas, por processos químicos e/ou de desagregação mecânica, a sua formação está relacionada não apenas com o substrato rochoso, mas também com o clima.



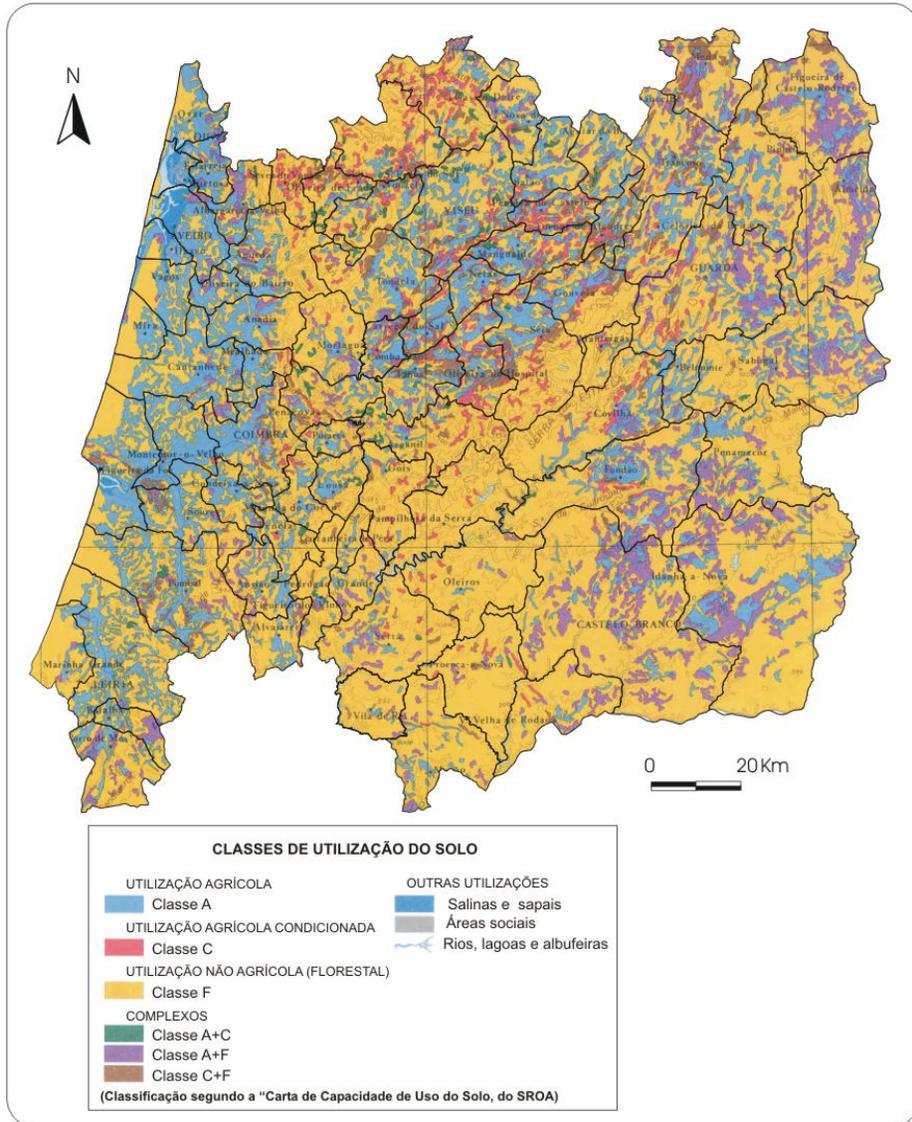
Ferraria da Foz do Alge (Areça)

Em Portugal, o clima mediterrâneo, com uma estação seca bem marcada, não é favorável a uma alteração química das rochas, pelo que a alteração mecânica ganha maior importância. Deste modo, a natureza das formações geológicas transparece nas características dos solos.

Em Figueiró dos Vinhos, caracterizado pela constituição geológica abundante em xistos, com acentuados declives e conseqüentemente forte escorrência, predominam, segundo a Comissão Nacional do Ambiente, os litossolos⁴, solos pouco espessos e de fertilidade reduzida.

⁴ Os litossolos ocupam cerca de 15% da superfície continental portuguesa.

Figura 11 - Carta dos Solos da Região Centro



Fonte: Secretaria do Estado do Ambiente, Atlas do Ambiente (1982)

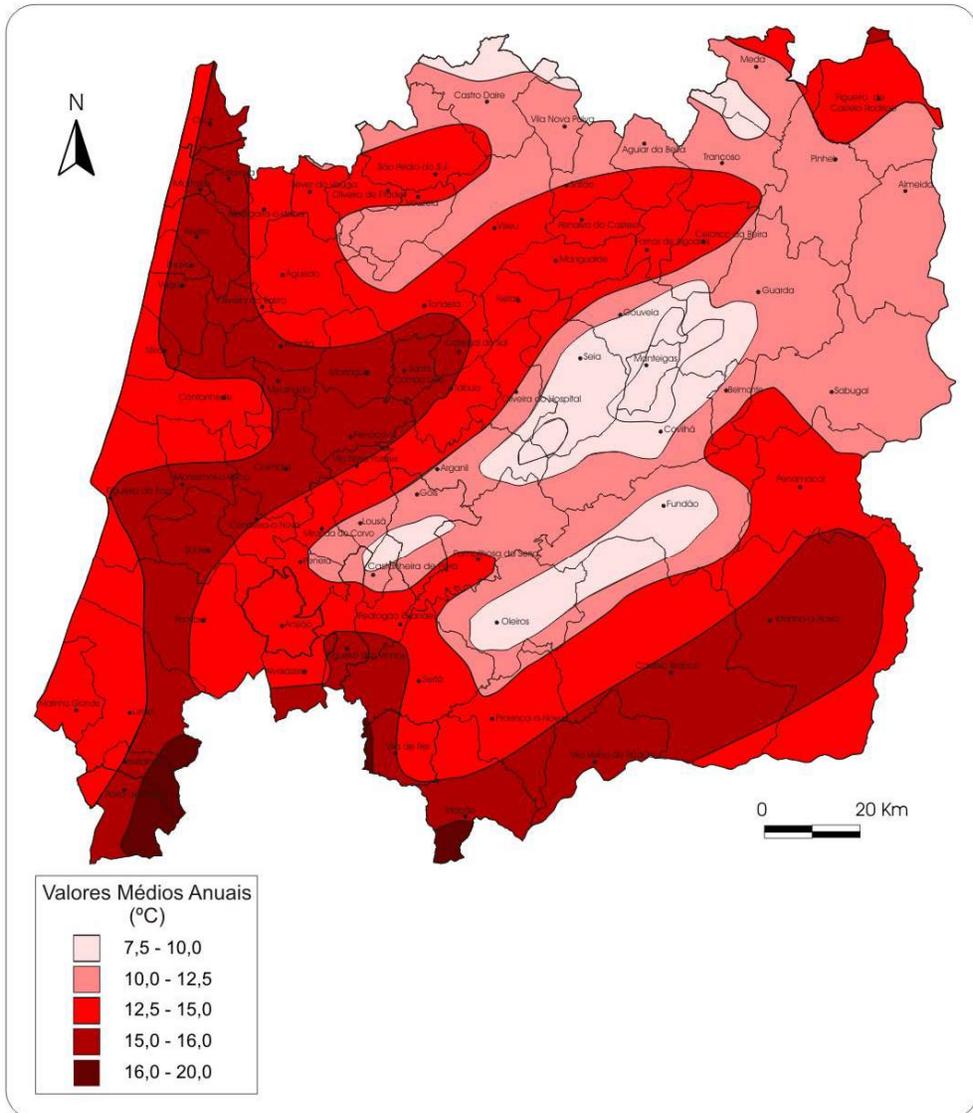
2.3. Clima

Em Portugal, o relevo e a proximidade ao Oceano Atlântico são factores determinantes na diversidade climática regional, claramente definidos nas variações das temperaturas e da pluviosidade.

O território continental apresenta uma variação climática mais significativa no sentido oeste-este, resultante de uma progressiva diminuição da penetração das massas de ar atlânticas, bem como da resistência, ou não, oferecida pelo relevo. Esta oposição litoral/interior em termos climáticos é bastante mais acentuada no norte do país.

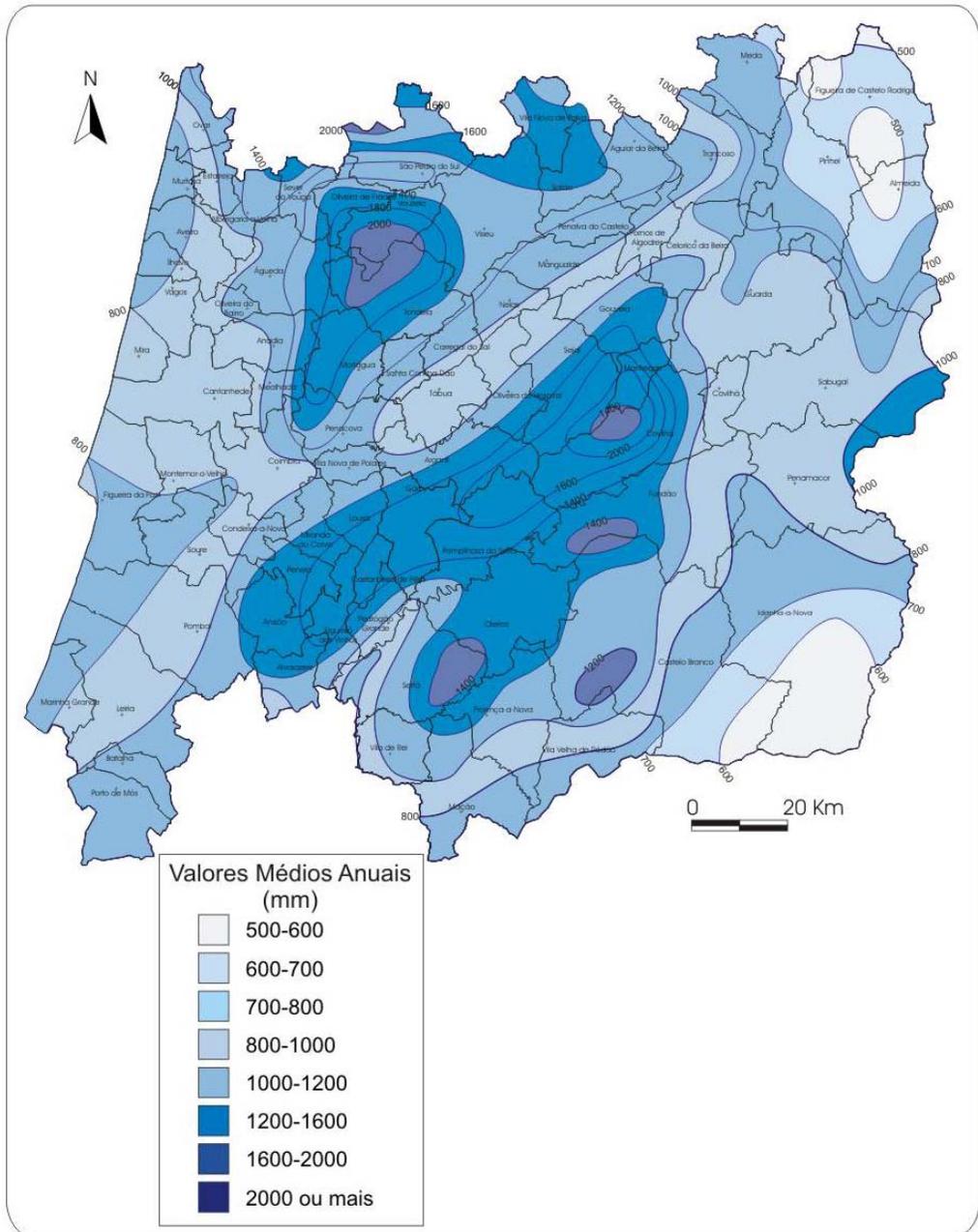
Na Região Centro, a oposição climática entre o litoral e o interior acentua-se gradualmente, em consequência da disposição das massas montanhosas, que permite a entrada de massas de ar com características atlânticas. Ainda assim, na aproximação da fronteira com Espanha, o clima assume características continentais, com grandes amplitudes térmicas anuais. A montanha representa situações particulares, traduzidas globalmente na diminuição das temperaturas médias e no aumento da pluviosidade.

Figura 12 - Temperatura Média Diária do Ar na Região Centro



Fonte: Secretaria do Estado do Ambiente, Atlas do Ambiente (1982)

Figura 13 - Precipitação – Quantidade Total na Região Centro



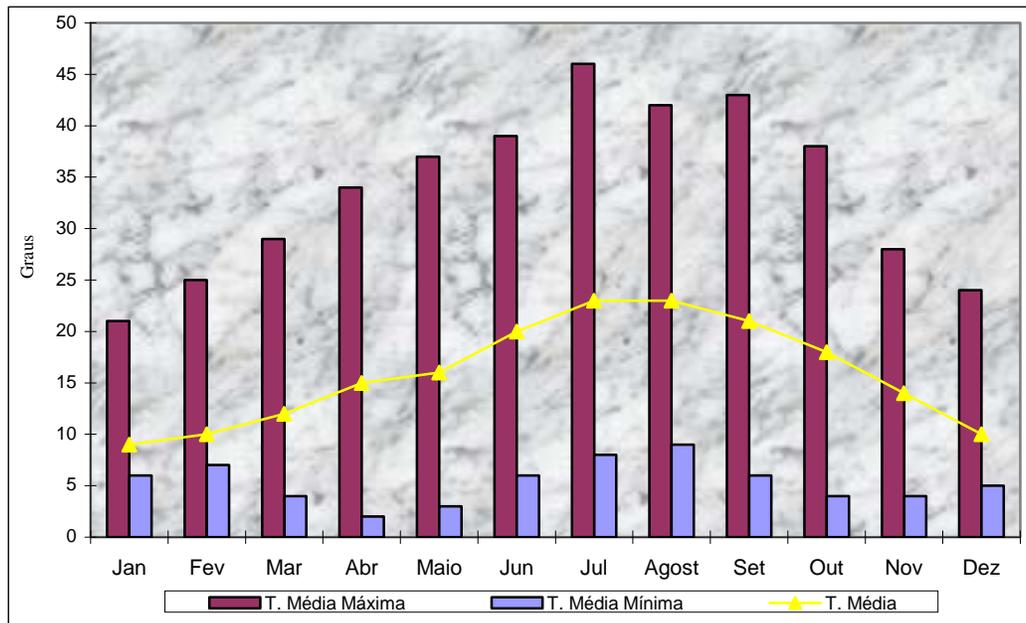
Fonte: Secretária do Estado do Ambiente, Atlas do Ambiente (1982)

Figueiró dos Vinhos encontra-se numa área de transição entre um clima de influência atlântica e um clima continental com características mediterrânicas.

Não existindo no concelho nenhuma estação meteorológica, a informação analisada refere-se às normais climatológicas da estação mais próxima (Rego da Murta - Alvaiázere)⁵. Os valores tratados correspondem a um período temporal de trinta anos, tendo sido recolhidos entre 1931 e 1960. Para a análise da pluviosidade, foram utilizados os dados recolhidos na estação udométrica do concelho, no período entre 1951 e 1980.

No que se refere aos valores médios da temperatura, é possível distinguir dois períodos: um relativamente quente, que corresponde ao Verão (Junho, Julho, Agosto e Setembro) com temperaturas médias na ordem dos 20°C; outro, mais frio (Dezembro a Março), com temperaturas médias na ordem dos 12,6°C.

Figura 14 – Temperatura na Estação Meteorológica de Rego da Murta, de acordo com as Normais Climatológicas 1931-1960



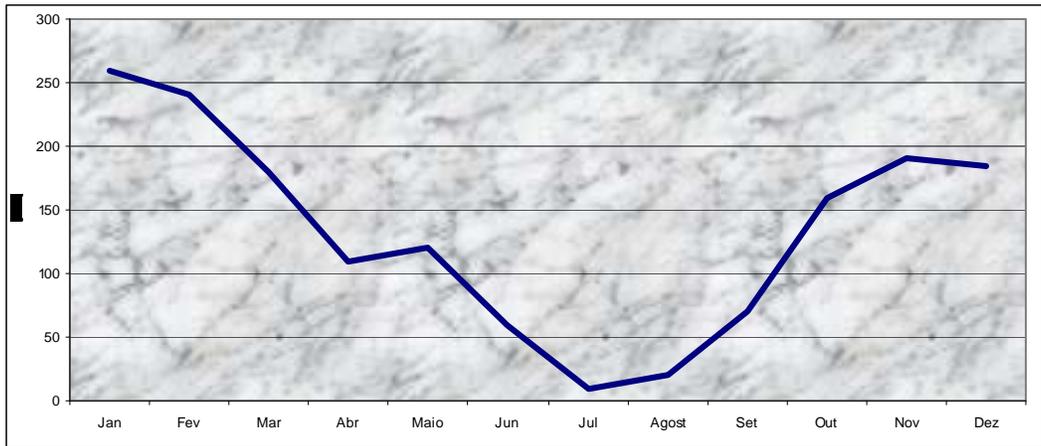
Fonte: PEFICA, Plano Municipal de Intervenção na Floresta (1997)

A pluviosidade ocorre com maior intensidade nos meses de Inverno (Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro). São chuvas abundantes do tipo frontal, provocadas por depressões originárias do Oceano Atlântico e que podem ser agravadas pelo relevo. Na estação udométrica de Figueiró dos Vinhos, foi registada uma média anual de 1.473,1 mm. de pluviosidade, com os valores médios mensais mais elevados (200 mm.) a ocorrer durante

⁵ Informação relativa à temperatura, pluviosidade e humidade relativa, com base num levantamento efectuado pela PEFICA (1997) - Plano Municipal de Intervenção na Floresta.

os meses de Inverno e os valores mais baixos registados (menos de 20 mm.) nos meses de Julho e Agosto.

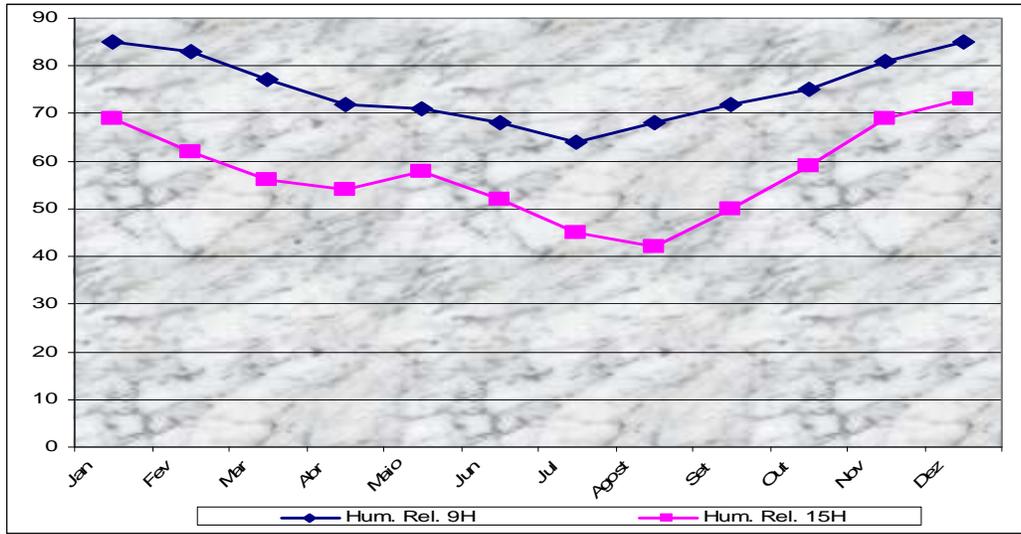
Figura 15 – Pluviosidade no Concelho de Figueiró dos Vinhos, de acordo com as Normais Climatológicas 1951-1980



Fonte: PEFICA, Plano Municipal de Intervenção na Floresta (1997)

A informação referente à humidade relativa foi recolhida em duas estações meteorológicas: Lousã/Boavista e Rego da Murta. Os valores registados nas duas estações não diferem de forma significativa. Assim, nos meses entre Dezembro e Março, a humidade relativa é, durante a manhã (altura em que a radiação solar é bastante fraca), superior a 80%, contribuindo para um aumento da probabilidade de ocorrência de precipitação. A humidade relativa é mais baixa nos meses de Verão, com valores na ordem dos 66%, durante a manhã e 47%, no período da tarde, com maior radiação solar.

Figura 16 - Humidade Relativa do Ar na Estação Meteorológica de Rego da Murta, de acordo com as Normais Climatológicas 1931-1960



Fonte: PEFICA, Plano Municipal de Intervenção na Floresta (1997)

Poder-se-á concluir que Figueiró do Vinhos apresenta Invernos húmidos e com níveis de precipitação elevados e Verões de temperaturas amenas, relativamente húmidos e de precipitação reduzida.

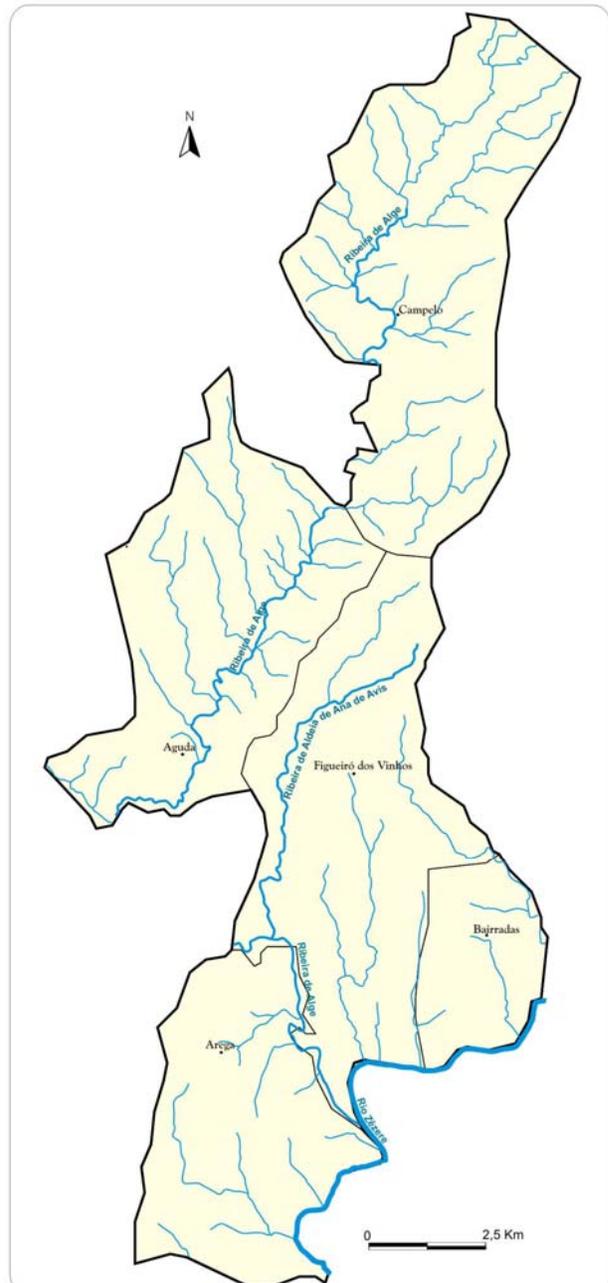
2.4. Hidrografia

As características da rede hidrográfica não podem ser dissociadas de factores como o relevo, a geologia e o clima. Em Portugal, de uma forma geral e tendo em atenção a influência do clima, os caudais dos cursos de água diminuem de norte para sul e do litoral para o interior.

A Região Centro está localizada entre os dois principais rios que atravessam Portugal, Douro e Tejo, o que lhe permite participar das duas bacias hidrográficas. Encontra-se também na região a totalidade dos dois rios inteiramente portugueses – Mondego e Vouga, bem como a maior parte do percurso do rio Zêzere, o maior afluente português do Tejo.

No caso concreto do concelho de Figueiró dos Vinhos e tendo em atenção o relevo e as suas características geológicas e climáticas, verifica-se a existência de uma densa rede hidrográfica, destacando-se, pela sua dimensão o Rio Zêzere, a Ribeira de Alge e a Ribeira de Ana de Avis.

Figura 17 - Rede Hidrográfica do Concelho de Figueiró dos Vinhos



Limitado a Sudeste pelo Rio Zêzere e pela albufeira de Castelo de Bode, o concelho encontra-se incluído na bacia hidrográfica deste rio.



Foz do Algae (Areaa)

A Ribeira de Alge, principal curso de água de Figueiró dos Vinhos, atravessa o território concelhio de norte a sul, fazendo parte do grupo de afluentes do Rio Zêzere. Esta Ribeira nasce no Chão de Alha, na Freguesia de Campelo e desagua no Rio Zêzere, na Foz do Alge.

A Ribeira de Aldeia de Ana de Aviz nasce no sítio do Filipão e desagua na Ribeira de Alge, em Ponte de Arega.



Ponte de Arega (Areaa)

No entanto, há um grande número de outros pequenos cursos de água, com menor caudal médio, mas que contribuem significativamente para o modelado do relevo. Localizados principalmente no norte do concelho e dada a constituição geológica predominantemente xistosa, os cursos de água apresentam um significativo grau de

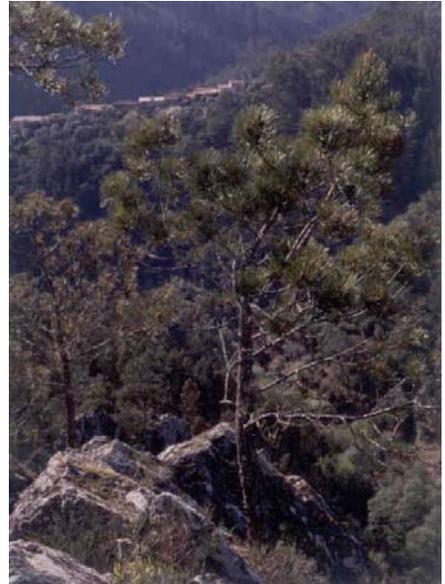
encaixe.

A conjugação dos factores geológicos com os aspectos climáticos da região conduz a um regime torrencial dos cursos de água. Quando a precipitação é elevada, o volume do caudal é bastante significativo,

situação que se verifica principalmente no Inverno. No Verão, período de precipitação reduzida, o caudal é igualmente reduzido e alguns cursos de água de menor dimensão podem mesmo secar.

2.5. Coberto Vegetal e Recursos Florísticos

A cobertura vegetal hoje existente na Região Centro, bem como em praticamente todo o país, já pouco tem a ver com a vegetação clímax, e só é possível encontrá-la em pequenos retalhos isolados. As alterações climáticas, associadas a uma crescente intensificação das actividades humanas, conduziram a modificações no coberto vegetal. Na Idade Média, introduziu-se o pinheiro bravo, inicialmente no litoral, com o objectivo de deter a progressão das dunas, estendendo-se posteriormente a sua plantação para o interior. Nos últimos anos, em parte devido aos inúmeros incêndios que deflagram no Verão, o pinheiro tem vindo a ser substituído pelo eucalipto, por se tratar de uma árvore de crescimento mais rápido.



A Floresta, sobretudo o Pinhal, é o recurso natural mais importante de Figueiró

Apesar da diminuição da área arborizada, a floresta continua a ser dos recursos

naturais mais valiosos da Região Centro, quer do ponto de vista do equilíbrio ecológico, quer do aproveitamento económico.



A produção de azeite já não tem a importância de outros tempos

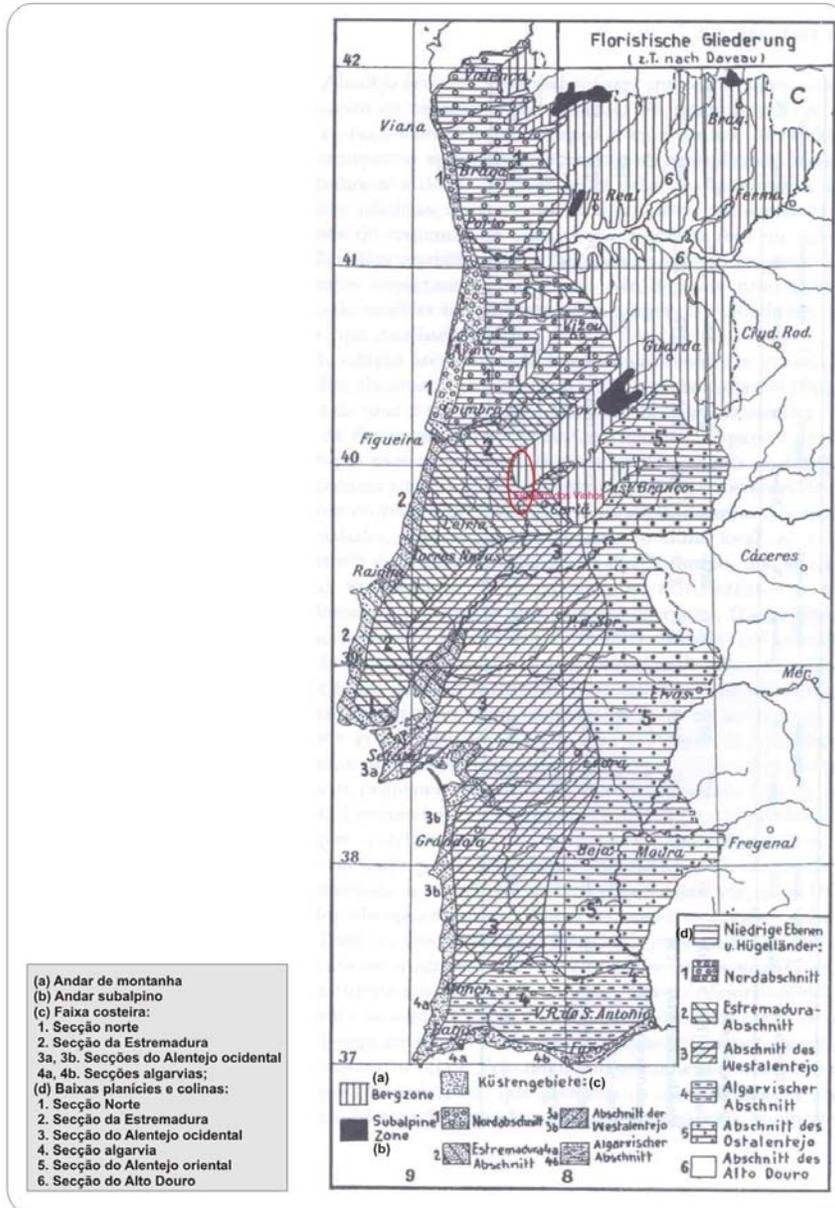
Inserido numa área de vastas extensões de pinhal, o concelho de Figueiró do Vinhos é um território densamente florestado. Esta floresta, constituída essencialmente por eucaliptos e pinheiros bravos, é o principal recurso natural do município e uma das mais importantes fontes de receitas. O coberto vegetal concelhio é, no entanto, mais diversificado, apesar das restantes espécies

serem menos significativas. É possível encontrar, por todo o concelho, espécies como castanheiros, sobreiros, azinheiras, carvalhos, choupos, salgueiros, plátanos e acácias mimosa.

Tal como em todo o país, também em Figueiró dos Vinhos o coberto vegetal tem vindo a sofrer alterações. Espécies outrora abundantes como as figueiras e as videiras, que deram origem ao topónimo da sede de concelho, são actualmente em número pouco significativo. Bastante rico também em oliveiras, o seu número tem vindo a diminuir nos últimos anos. Devido à perda de importância da produção de azeite na economia concelhia, algumas árvores foram deixadas ao abandono e muitas foram arrancadas.

Da floresta faz parte, para além do manto arbóreo, o manto arbustivo, que no território em análise é particularmente abundante em tojo, giesta, esteva, carqueja, feto, medronheiro e silva.

Figura 18 – Domínios Florísticos em Portugal Continental



Fonte: LAUTENSACH (1932), em parte segundo S. Daveau

2.6. Ocupação Actual do Solo

A caracterização da ocupação territorial do solo de Figueiró dos Vinhos tem por base o Plano Municipal de Intervenção na Floresta⁶. Do levantamento realizado, pôde verificar-se que o território concelhio é ocupado predominantemente por área florestal, representando perto de dois terços da sua área total, o que reflecte a importância do sector da madeira para a economia de Figueiró dos Vinhos. Ao incluir-se a classe de *incultos*, composta por matos e improdutivo, normalmente com aptidão florestal, este valor ascende a mais de 84%.

Quadro 2 - Classes de Ocupação do Solo no Concelho de Figueiró dos Vinhos

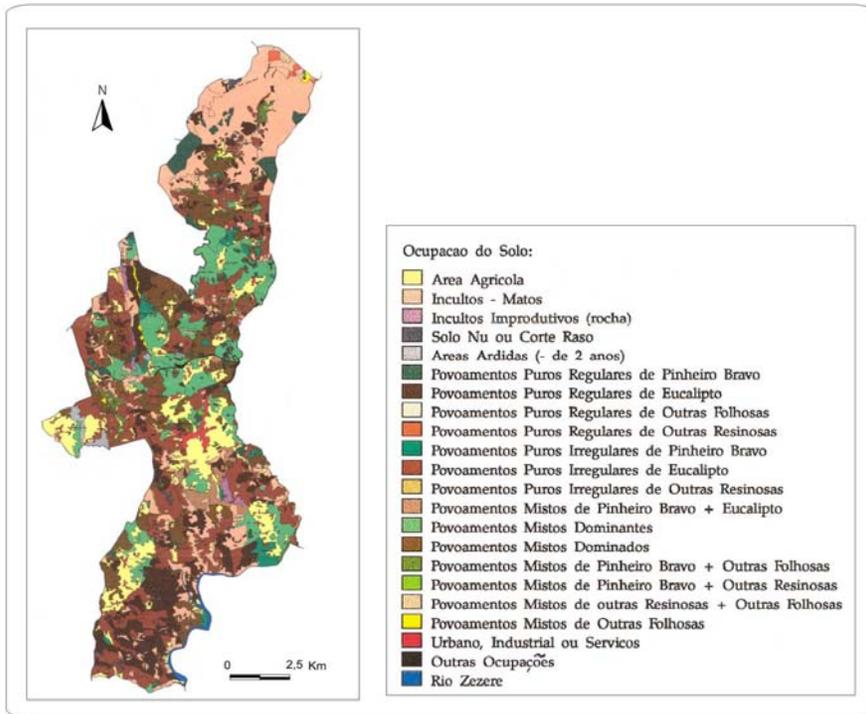
Classe	Taxa de ocupação (%)	Área de ocupação (km ²)
Agrícola	11,6	20,00
Incultos	20,5	35,24
Solo Nú	1,2	2,04
Ardidos	0,6	11,03
Urbano	1,6	2,75
Florestal	63,7	109,68
Outros	0,8	1,14
Total	100	171,95

Fonte: Adaptado de PEFICA, Plano Municipal de Intervenção na Floresta (1997)

A área afectada à agricultura é bastante reduzida, facto perfeitamente compreensível se se tiver em atenção a fraca aptidão dos solos para a agricultura.

Figura 19 - Carta de Ocupação Actual do Solo do Concelho de Figueiró dos Vinhos

⁶ Neste estudo, o concelho foi dividido nas seguintes classes de uso de solo: *agrícola; incultos; solo nú; ardido; urbano; florestal e outros*.



Fonte: PEFICA, Plano Municipal de Intervenção na Floresta (1997)

Figueiró dos Vinhos

Figueiró mantém a atmosfera da urbanidade “pura” dos séculos XIX e XX: a rua, o jardim público, os equipamentos sociais, os espaços de convívio em que o café é o superlativo, os encontros nas esquinas ou nas lojas. E tudo ao alcance do percurso pedestre, mau grado a excessiva presença do automóvel, à semelhança do que se passa em todo o País.

Esta situação decorre de três factos fundamentais, interrelacionados: a existência de funções administrativas, judiciais e sociais que marcam o limiar das aglomerações urbanas; a inexistência de grandes ou médias superfícies, anurbanas, que têm contribuído para o declínio da área central dos aglomerados urbanos; o cuidado posto na recuperação dos espaços e do património edificado, público e privado.

3. Povoamento

Tanto a distribuição da população como as formas de povoamento sofreram profundas alterações nos últimos cinquenta anos.

Assinala-se, desde logo, uma diminuição da densidade populacional em todos os concelhos do Pinhal Interior Norte entre 1950 e 2001, com a excepção da Lousã, resultando num decréscimo contínuo no conjunto da região. No último decénio, atenuou-se a tendência de redução verificada

nas décadas anteriores, sendo que Figueiró dos Vinhos apresentava, em 2001, uma densidade populacional mais baixa que os valores médios regionais, com uma diminuição mais significativa no último período intercensitário.

Quadro 3 – Densidade Populacional no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1950-2001 (hab./km²)

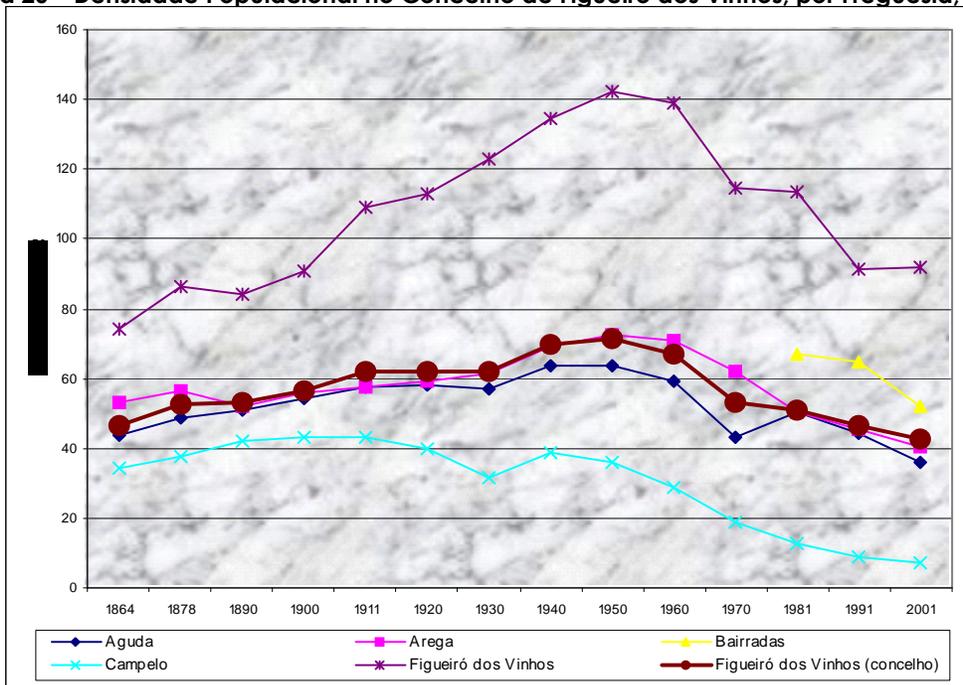
NUTS/Concelho	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Região Centro	81,3	80,3	71,0	74,5	72,7	75,3
Pinhal Interior Norte	77,3	70,5	58,1	58,1	53,3	52,9
Alvaiázere	93,2	84,7	70,4	65,5	58,0	52,6
Ansião	98,7	98,0	85,5	87,7	79,6	77,9
Arganil	65,3	57,8	47,3	46,6	41,8	40,9
Castanheira de Pêra	94,8	85,9	72,2	76,9	66,5	55,9
Figueiró dos Vinhos	71,5	67,1	53,2	50,9	46,6	42,8
Góis	42,2	37,0	26,4	24,4	20,4	18,5
Lousã	111,6	100,4	89,4	94,1	97,2	113,8
Miranda do Corvo	109,4	101,3	95,0	96,8	92,4	103,5
Oliveira do Hospital	123,8	112,1	100,3	100,4	96,3	94,3
Pampilhosa da Serra	37,3	33,7	23,5	18,9	14,6	13,2
Pedrogão Grande	69,5	64,0	39,8	45,4	36,0	34,1
Penela	78,1	70,0	58,5	59,5	51,3	48,9
Tábua	89,1	79,4	62,3	67,3	65,6	63,1
Vila Nova de Poiares	97,1	89,0	74,5	78,7	72,9	83,6

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (vários anos)

A densidade populacional, que no concelho desceu de 71,5 hab./km² em 1950 para 42,8 hab./km² em 2001, na freguesia de Campelo atingiu neste ano o valor de 7 hab./km², que se pode considerar o limiar da "desertificação" humana. Note-se que já em 1991 nenhum lugar desta freguesia atingia os 100 habitantes.

A densidade mais elevada observa-se, naturalmente, na freguesia da sede de concelho (92 hab./km²), oscilando entre 51,8 (Bairradas) e 36,2 (Aguda) nas restantes freguesias.

Figura 20 – Densidade Populacional no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 1864-



2001

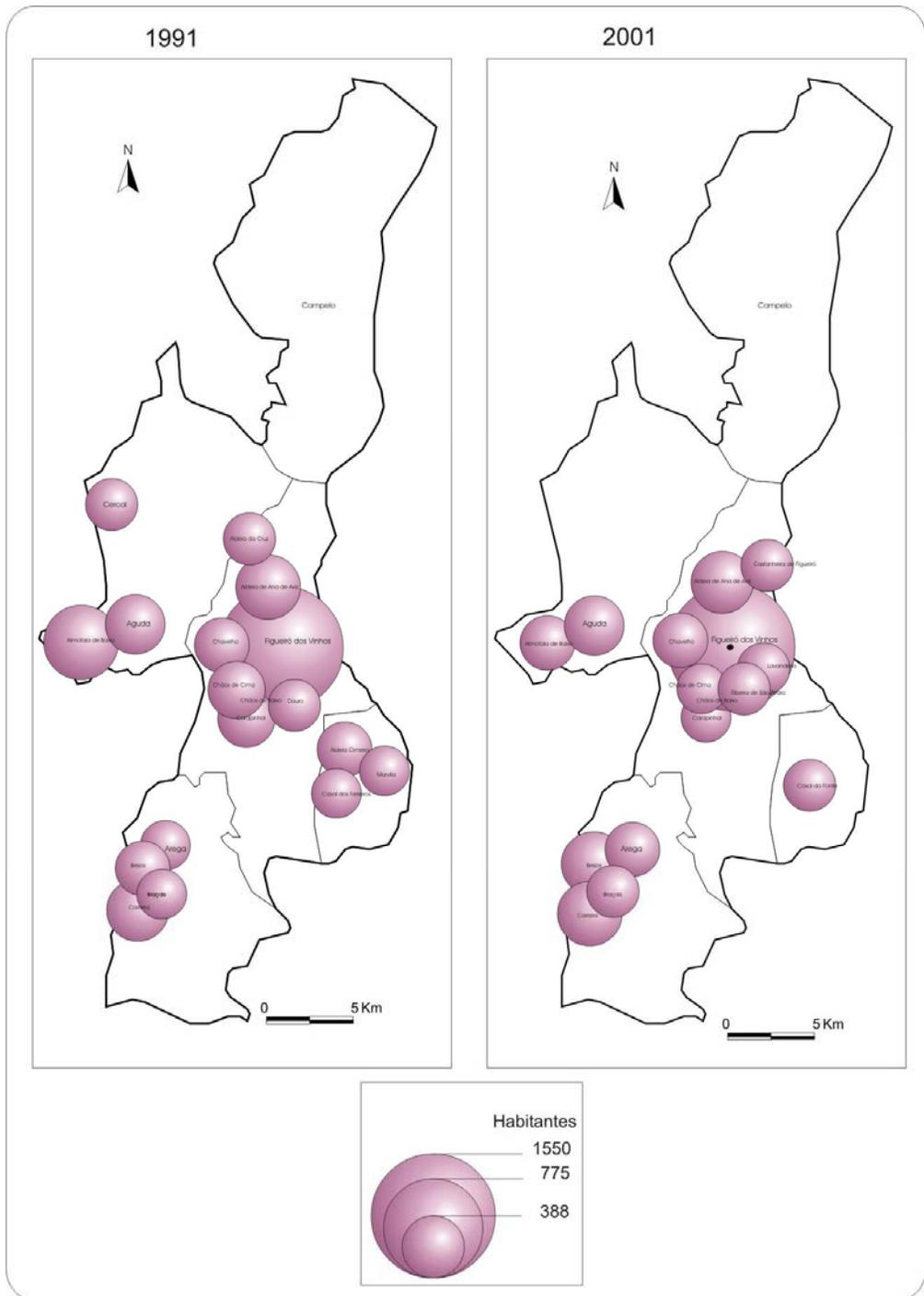
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (vários anos)

Nas formas de povoamento, dominam os pequenos e muito pequenos aglomerados, verificando-se alguma dispersão, mais nítida na freguesia de Bairradas e, em certa medida, uma periferia da sede de concelho.

Correlativa do despovoamento de quase todo o território concelhio, a concentração na Vila de Figueiró dos Vinhos é um fenómeno assinalável, na evolução da estrutura e das formas de povoamento. Segundo os censos de 2001, a aglomeração de Figueiró dos Vinhos teria 1.597 habitantes, mas este valor não traduz a realidade do fenómeno de urbanização que se processou no concelho, com particular aceleração nos últimos 15 anos. De facto, o processo de urbanização, além de se ter estendido a outras sedes de freguesia e sem entorno imediato, em particular em Areja, Aguda e Bairradas, manifestou-se na periferia imediata da sede de concelho.

Se considerarmos uma constelação de pequenos núcleos que gravitam em torno de Figueiró, devidamente infraestruturados e a uma distância do centro da vila que está ao alcance pedestre (embora o automóvel seja o meio de transporte dominante...), a população da aglomeração urbana de Figueiró dos Vinhos atinge cerca de 3.000 habitantes, ou seja, 40% da população concelhia.

Figura 21 – Lugares com mais de 100 Habitantes no Concelho de Figueiró de Vinhos, 1991-2001



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (vários anos)

Verifica-se, assim, que no concelho se desenvolveu, a uma escala local, o mesmo tipo de processo que se observa às escalas sub-regional, regional e nacional: a concentração urbana.

Uma tal evolução, permitiu, objectivamente, a melhoria das condições de vida da população – não só da sede de concelho, como do restante território, na medida em que foi a concentração num núcleo com características marcadamente urbanas que permitiu a oferta de um conjunto de serviços públicos e privados que, mercê da melhoria das acessibilidades rodoviárias, beneficiam todos os habitantes do concelho.



Centro Histórico de Figueiró dos Vinhos

Toponímia

A toponímia é antes de mais uma componente do património histórico e cultural e decerto um dos elementos constituintes na formação das identidades. Quantas famílias e até povos não ficaram referenciados na História pelo nome das suas terras de origem. Os nomes de lugares e de outros elementos do território dizem muito sobre a sua génese, a sua razão de ser, podem constituir marcos, referências para viajar no tempo ou para discorrer sobre um grande número de fenómenos.

Figueiró dos Vinhos é desde logo um topónimo esclarecedor sobre a ocupação deste território, pelo menos na sua leitura actual: terra com figueiras e vinhedos, o que significa que quando tomou nome, a terra já conhecia o trabalho de plantio dos homens, que não teriam abandonado o local há muito tempo ou que aqui permaneciam, quando alguma entidade deu baptismo ao local. Mas o topónimo sugere outras ligações que remetem para a nossa matriz mediterrânea. O vinho, provavelmente aqui difundido pelos romanos, constituiu, no dizer de Virgínia Rau, uma das armas da Reconquista. A ocupação islâmica, embora não segregando a vinha, terá apostado mais na figueira.

Temos, assim, sugeridas pelo topónimo da sede de concelho, as três componentes maiores da sua identidade: a colonização romana, a ocupação e o povoamento islâmicos e a Reconquista cristã.

A maior riqueza toponímica do concelho remete para a flora e o coberto vegetal.

A partir de cerca de quatro dezenas de nomes de lugares ou designações de acidentes naturais que obtivemos da leitura do mapa 1/25000 do Instituto Geográfico do Exército, podemos retirar algumas conclusões e colocar hipóteses explicativas.

Duas observações resultam: a quase ausência de topónimos relacionados com o pinheiro (apenas *Pinhal Lameira*) e o maior número associado ao castanheiro, sendo que cinco remetem para povoamentos/plantações (souto).

Desta simples observação podemos inferir duas hipóteses, com muita probabilidade de colarem bem com a realidade espaço-temporal:

- (i) o pinheiro é uma introdução muito recente, que de uma forma dominante como a que se observa hoje só se terá verificado no século XX – é possível que se venha a gerar uma nova geração de topónimos em que será maior a ocorrência dos termos pinhal ou pinheiro;
- (ii) noutros tempos o castanheiro ocupou uma parte significativa do concelho, tendo sido provavelmente uma das bases da economia e da alimentação.

Como por toda a Europa e de uma forma devastadora em Portugal, a epidemia da tinta destruiu os soutos, que possivelmente no concelho de Figueiró dos Vinhos não registaram a mesma capacidade de recuperação de outras regiões, nomeadamente da Beira e de Trás-os-Montes.

A importância da castanha na economia camponesa de outros tempos, revela ainda a complementaridade entre estes primeiros relevos do Maciço Antigo e as terras baixas mais próximas, da *Depressão Periférica*.

Outros dois topónimos, resultantes de espécies arbóreas, completam com o castanheiro a *trindade* original das terras onde se cruzam as influências do Mediterrâneo e do Atlântico: o sobreiro e o carvalho. Estas são de resto duas espécies resistentes e que se mantiveram na paisagem, formando por vezes pequenos povoamentos. Os incêndios têm permitido, com frequência, a recuperação do coberto vegetal anterior ao pinhal, com saliência para os vários *Quercus* e para espécies mediterrâneas, como o medronheiro e a aroeira, sendo que estes não deixaram vestígios na toponímia. Já algumas espécies tipicamente dominantes no sub-bosque ou ocupantes das encostas após a eliminação das espécies arbóreas são registadas na toponímia local: *Carregador de Carquejas, Torgal, Casal das Tojeiras...*

Os salgueiros e os amieiros continuam a marcar os percursos dos rios e ribeiros, oferecendo amiúde imagens muito belas, ocorrendo ainda como topónimos.

São relativamente pouco frequentes os nomes de árvores de fruta (Avelais, Vale das Ameixeras, Cabeço das Figueiras, Lomba da Macieira) e não sugerem que alguma vez tenham sido importantes os povoamentos frutícolas, à excepção do castanheiro, como vimos.

Do mesmo modo, a produção cerealífera nunca terá sido muito expressiva, pelo que aparece referida em poucos topónimos, não muito sugestivos (Searas, Vale das Aveias).

De uma maneira geral, a toponímia revela um povoamento recente, posterior à Reconquista, com uma clara excepção na Freguesia de Aguda, a que nos referiremos adiante.

Topónimos frequentes como Casal, sugerem um voluntarismo no povoamento, recorrente desde a Idade Média e que deve ter observado momentos de expansão (ou de recuperação), como no século XVIII e em finais do século XIX, eventualmente ainda no século XX, entre 1930 e 1950, quando o repovoamento intenso terá obrigado a rever (ou recuperar) as designações toponímicas.

Assim, se compreende o grande número de nomes que remetem não só para a flora, como para acidentes/configurações/constituições do terreno: Chão, Vale, Lomba, Cabeço, Várzea, Ribeiro, Brejo...

Muito interessante é a "duplicação" dos lugares, remetendo para a topografia: cimeiro/cimeira, fundeiro/fundeira, adjectivam os nomes de lugares, à semelhança do que é frequente noutros concelhos do Portugal Central, entre o Tejo e a Cordilheira Central.

Na freguesia da Aguda, voltada para as terras baixas das **Cinco Vilas**, a área próxima mais intensamente povoada no período romano, encontramos topónimos Muçulmanos – Almofala de Cima e Almofala de Baixo, decerto em continuidade com o povoamento romano. Marvila é outro topónimo de origem árabe, evidenciando que a ocupação muçulmana se estendeu a outras áreas do concelho. É também aí que encontramos o único lugar com a designação de Olival, sugerindo a antiguidade e a importância da oliveira, também, provavelmente, por influência Romana, eventualmente continuada

pelos muçulmanos.

Arega é outro topónimo que revela antiguidade e a freguesia também parece orientada para as "terras baixas", no entanto não é tão evidente, como em Aguda, aquela continuidade.

Por último, uma referência a um topónimo que remete para um antigo processo de transformação de material inorgânico: *Ferraria(s)*. A proliferação, não só no concelho de Figueiró dos Vinhos, como na envolvente, sugere, a um tempo, a dispersão do minério e a antiguidade da sua transformação, que acabaria por dar origem a uma unidade com características modernas e um mercado extra-regional: as Ferrarias da Foz do Alge, iniciadas no século XVIII, com uma história que se elucida noutra capítulo desta monografia.



HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO E DA VIDA NO ESPAÇO CONCELHIO

1. Introdução

Tendo sido definido, nos capítulos precedentes, o contexto regional e a configuração física do território em análise, bem como variados aspectos do seu actual povoamento e compleição urbana, importa agora olhar Figueiró dos Vinhos na qualidade de palco da evolução humana, perspectiva indispensável à compreensão dos desafios que hoje se lhe apresentam. Segue-se pois, um trabalho de síntese do conhecimento historiográfico disponível a respeito do espaço hoje compreendido pelo município.

Optou-se, de forma a facilitar ao leitor a apreensão de um tão dilatado segmento cronológico, por uma exposição em dois momentos. Um primeiro, correspondente ao ponto 2, mais longo mas também mais escasso em informação, no qual nos debruçamos sobre a história do território desde as primeiras comunidades aí estabelecidas, cujos indícios remontam ao século X a.C., até à sua organização sob a forma concelhia, só consolidada no fim do século XV da nossa era. Um outro, materializado no ponto 3, para o estudo do qual, ao contrário do anterior, dispusemos dum apreciável número de fontes e testemunhos: aí foi possível observar Figueiró dos Vinhos num novo quadro, o do Estado Moderno, correspondente ao segmento temporal compreendido entre a generalização do modelo municipal a todo o território português, na transição do século XV para o século XVI, e os desafios que a contemporaneidade coloca a este concelho. Tomemos em consideração, neste preâmbulo à referida exposição, o enquadramento científico que determinou este estudo.

Quando, como aqui, o objecto de estudo pertence ao domínio da História Local, confluem e auxiliam o investigador conceitos e dados procedentes de diversas disciplinas científicas, tais como a Arqueologia, a Arquitectura, a Geografia, a Sociologia e o Direito. Sem fazer sentido a descrição exaustiva da metodologia e fontes utilizadas (podendo estas últimas ser consultadas na Bibliografia apensa), considerámos no entanto relevante, sobretudo para quem tomar para si a prossecução e aprofundamento de conhecimentos sobre o passado figueirense, a explicitação de certos conceitos-chave e fontes, cujo papel foi determinante para este trabalho.

Para a aproximação à história de um território/comunidade como um concelho, afigurou-se-nos fundamental a utilização de dois conceitos relacionais, úteis para uma melhor percepção das relações sociais em acção – os conceitos de *centro* e *periferia*⁷. Estas expressões, ao contrário

⁷ Vide SHILS (1992) - *Centro e Periferia*, Lisboa, Difel.

do que à primeira vista possam sugerir, não foram utilizadas no sentido estrito de caracterizar espaços geográficos delimitados, antes nos permitiram apreender a relação entre as zonas dominantes onde se definiram a simbologia, valores e crenças que governaram uma dada sociedade, e os espaços mais ou menos distanciados onde habitou a restante massa populacional, relação esta variável no espaço e no tempo, bem como em função da escala de análise utilizada. A partir dos mais antigos vestígios materiais da presença humana, pudemos tentar reconstituir a relação de uma dada comunidade não apenas com o território e poder locais, como também com outros mais distantes. Os conceitos acima referidos foram, em suma, ferramentas para descrição das relações de hegemonia, de troca, de comunicação e, em consequência, da variação da geometria do município, expressa pela flutuação das suas fronteiras, pela chegada de um dado grupo social ao poder, ou patente na alteração física do próprio ambiente.

O método e conceitos aplicados ao estudo da história de um concelho, ou melhor, as ferramentas que nos permitem, com mais rigor, olhar o *local*, não importam seguramente mais que as fontes sobre aquele disponíveis, sejam elas directas, como a arte, a produção legal ou o vestígio arqueológico da época em causa, ou indirectas, feitas de todas as obras, historiográficas ou não, produzidas sobre o dito objecto de estudo. No que diz respeito ao primeiro tipo, sublinhamos a escassez de fontes relativas ao período tratado na *Parte B*, razão pela qual em muitos momentos nos socorremos de conhecimentos disponíveis para um espaço mais amplo que o actualmente correspondente ao espaço concelhio e que nos levou à proposição de hipóteses com um maior grau de incerteza. Neste panorama, e tendo em conta o avanço do conhecimento nacional no domínio da Arqueologia durante os últimos quinze anos, seria legado de indiscutível valor para as presentes e futuras gerações de investigadores, bem como para o enriquecimento cultural do município, a operação de um levantamento arqueológico do concelho, seguido de edição de resultados de tal empreendimento.

Para a análise dos factos históricos a partir do fim da Idade Média, Figueiró dos Vinhos produziu e legou fontes directas mais numerosas e diversas; destacaram-se para a elaboração desta síntese o papel do seu património arquitectónico e artístico, bem como, a partir do século XIX, a produção periódica local. Antes de apontarmos o tipo de fontes indirectas exploradas, acrescentaremos apenas que, segundo o inventário e recenseamento dos

⁸ Para este primeiro período as cartas de doação e foral, como adiante se esclarecerá, são excepção determinante para a produção historiográfica.

arquivos locais levados a cabo pelo Arquivo Nacional/Torre do Tombo entre 1993 e 1998, e apesar de várias condicionantes que descreveremos, a possibilidade de conhecimento da produção documental das instituições figueiroenses se apresenta por mais vias, as quais pela natureza da presente síntese não foram abordadas. No tocante à produção da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, obsta a perda quase total de registos anteriores a 1936⁹, devido a incêndio ocorrido nos Paços do Concelho por essa data; o Arquivo da Misericórdia, remontando ao século XIX, tinha em 1998 os seus documentos por organizar, para além de estarem, segundo o autor do recenseamento, em "*preocupante estado de conservação*"; em bom estado, e inteiramente disponíveis a consulta estão, no Arquivo Distrital de Leiria, os registos paroquiais correspondentes às actuais cinco freguesias do concelho, concernentes ao período com início no século XVI e fim no século XX (1981).

Numa abordagem ao segundo tipo de fontes, destacamos para este trabalho o uso dado à produção dos historiadores. Figueiró dos Vinhos foi, até à actualidade e a par de muitos outros concelhos, objecto de estudos bastante sucintos ou parcelares, referenciados sobretudo em obras de cariz abrangente (como as obras corográficas e historiográficas de escala nacional e, em raros casos, regional) que, não obstante, foram fontes de informação muito relevantes. O aparecimento de Figueiró dos Vinhos nos estudos específicos de temática local e municipal foi tardio, bem como limitado pelo próprio percurso dessa área de estudos; importará por isso descrever, de forma muito abreviada, tal contexto.

Em Portugal, o arranque da investigação sobre o espaço local foi contemporâneo das reformas de centralização administrativa ocorridas entre 1832 e 1834. Alexandre Herculano fundou, em reacção àquelas, a historiografia sobre os municípios, sendo o seu objectivo confesso, para além do conhecimento do passado *per se*, a restauração do poder das próprias instituições concelhias¹⁰. De assinalar será a anterior existência de algumas corografias, inquéritos e apontamentos sobre a fundação e antiguidade de várias localidades, sempre elaboradas, contudo, na óptica da confirmação de privilégios adquiridos. A teoria municipalista de Herculano, necessariamente impregnada pelo ideário romântico mas não

⁹ Vide MARIZ (coord.), (1998) - *Recenseamento dos Arquivos Locais, Câmaras Municipais e Misericórdias. Inventário do Património Móvel*, Vol. VIII, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa. Excepção feita aos documentos que se encontravam em casas particulares, na posse de membros do executivo, posteriormente remetidos ao Arquivo Geral da autarquia. Este colige toda a produção desta instituição, da data do sinistro em diante.

¹⁰ Cf. MONTEIRO (1996) - "Perspectivas Historiográficas Portuguesas", in Oliveira, César, *História dos Municípios e do Poder Local*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 21.

desprovida de uma vasta erudição e cientificidade, deixou marcas na investigação e na cultura política ao longo de mais de um século, catalisando estudos como os de Alberto Sampaio, Gama Barros ou Costa Lobo, os quais incidiam quase sempre sobre a época medieval. Convém reter que, precisamente nessa altura, surgiram as primeiras monografias locais¹¹ (quase sempre executadas pela pena de membros de elites locais, mais ou menos amadoras no seu alcance de investigação), promotoras da consolidação da identidade das circunscrições sobreviventes ao abalo causado pelo ímpeto reformista de 1834-36. Emergiu e dominou durante o *Estado Novo*¹², porém, numa óptica de apoio às concepções fortemente unitaristas do Estado, uma historiografia (protagonizada por A. de Lucena e Vale) defensora da ideia de continuidade na centralização de poder. Albert Silbert, em 1966, após investigação aturada, contestou pela primeira vez aquele autor, apresentando a realidade local do passado como dinâmica e assente numa autonomia concelhia vigorosa¹³. A partir da década de oitenta, as obras de A. M. Hespanha e J. Romero de Magalhães fizeram crítica sistemática à imagem de uma centralização precoce do poder nas mãos do aparelho de Estado, consubstanciando a constatação da autonomia dos corpos políticos e económicos locais, contra a ideia dominante de um absolutismo precoce da coroa portuguesa. Acompanhando o crescendo na investigação histórica posterior a 25 de Abril de 1974, um novo surto de estudos monográficos se iniciou, persistindo até à actualidade. Para além de uma iniciativa pioneira ao nível local¹⁴, realçamos, no termo deste percurso, a consulta da mais recente obra de síntese para o estudo das dinâmicas locais e da sua relação com o poder central, datada de 1996 e dirigida por César Oliveira, a *História dos Municípios e do Poder Local* que, por sistematizar o conhecimento acerca da evolução da totalidade dos municípios portugueses do espaço europeu, entre os séculos XV e XX, foi fonte determinante para o que se segue.

¹¹ Vide FIGUEIREDO (1933) - *Subsídios Para a Bibliografia da História Local Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Nacional.

¹² Datam também desta época as primeiras obras dedicadas a Figueiró dos Vinhos, ambas de feição não historiográfica: duas edições, em 1934 e 1938 de um *Album Turístico*, contendo a descrição física e resenha histórica do concelho, no intuito de promover o excursionismo ao espaço concelhio, bem como, em 1943, uma obra sobre o exercício do poder local, da autoria do então autarca Manuel Simões Barreiros, intitulada *Doze Anos de Administração Municipal. 1930-1942*.

¹³ *Apud* MONTEIRO, *Op. Cit.*, p. 22.

¹⁴ O Padre Manuel Ventura Pinho, proprietário do *Jornal de Figueiró dos Vinhos* - publicado entre 1982-1999 - e seu director até 1985, assinou e incentivou a escrita de inúmeros artigos pioneiros sobre a História, memória e património do concelho, nomeadamente na coluna "Nossa Terra, Nossa Gente".

2. Das Primeiras Comunidades à Organização Concelhia (Século X a.C. a Século XIV)

2.1. Primeiros Testemunhos de Ocupação Humana

Os primeiros vestígios de ocupação humana do território pertencente ao concelho de Figueiró dos Vinhos não encontram registo em fontes documentais da época, mas podem ser conhecidos mediante investigação arqueológica. Tanto quanto nos foi possível apurar e confirmar, não se identificou, até hoje, qualquer testemunho escrito anterior à doação da Herdade de Pedrógão, feita por D. Afonso Henriques a Usberto, Munio Martins e Fernando Martins em 1135, referenciando directamente parte ou a totalidade do território concelhio. Assim, para o período proto-histórico e histórico decorrido até ao século XII, o trabalho arqueológico é aquele que mais dados pode fornecer sobre a ocupação humana do território figueiroense. Se o “*panorama de escassez de fontes documentais*” para épocas mais recuadas atinge, segundo Carlos Fabião¹⁵, todo o Ocidente da Península Ibérica, sobretudo até à romanização do território, no século II a.C., impondo limites à reconstituição histórica anterior a esse período, o obstáculo primordial ao conhecimento do passado mais remoto de Figueiró dos Vinhos reside no facto da quantidade de informação até à data apurada pela arqueologia ser muito escassa, permitindo apenas a formulação de algumas hipóteses. Somente o aprofundamento de tais trabalhos, como anteriormente apontámos, as poderá desmentir ou confirmar.

Data do Bronze Final, designação cronológica forjada pelos investigadores para a época compreendida entre os séculos X e VIII a.C., o primeiro vestígio de uma presença de comunidades humanas no território figueiroense. Para períodos em que escasseiam ou são inexistentes registos escritos, a análise do domínio da tecnologia dos metais, mas também das tecnologias cerâmicas, permite-nos reconstituir a localização dos centros de poder e difusão económica e cultural, bem como o nível de contactos, influências e redes de troca existentes entre várias comunidades, a par de movimentos de populações.

No actual território português, a investigação arqueológica aponta para, pelo menos desde o termo do Bronze Final, o século VIII a.C., uma longa operação de assimilação, pelos seus indígenas, de duas correntes culturais e padrões de vida distintos; tal fenómeno ter-se-ia devido primordialmente

¹⁵ Cf. FABIÃO (1993) - “O Passado Proto-Histórico e Romano”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, Vol. I, Lisboa, p.80.

ao estabelecimento de relações de troca nas quais os recursos mineiros, sobretudo o cobre, o estanho e o ouro, seriam moeda de troca com outros povos. Distinguem-se uma corrente continental, passada pelos contactos com povos da Europa central, do norte e ilhas britânicas, deixando testemunhos mais marcantes no noroeste do país, em paralelo com uma corrente meridional, transportando para o litoral e o sul do extremo ocidente peninsular o cunho do mediterrâneo oriental; estas influências estiveram, há que sublinhar, longe de se circunscrever exclusivamente às áreas referidas.

A situação geográfica de Figueiró dos Vinhos favoreceu este território como área de charneira entre o norte e o sul do ocidente peninsular. Características fundamentais para o seu desenvolvimento foram e são a localização nas faldas sudoeste da serra da Lousã, último acidente da cordilheira central que divide longitudinalmente boa parte da Península Ibérica e lhe atribui uma topografia irregular; a distância que separa o referido espaço da faixa costeira; a existência, a noroeste, da única via natural (em território português) de circulação terrestre norte-sul, configurada pela travessia do Mondego na zona de Coimbra; por fim, a sul-sudeste, a presença do rio Zêzere, recurso historicamente relevante para o tráfego de pessoas e bens, bem como para a recolha de ouro aluvionar. Tais aspectos da sua posição no mapa do ocidente peninsular foram ora benéficos, ora desvantajosos para o estabelecimento e evolução humanas.

Neste contexto, que indícios nos levam a propor a ocupação humana de Figueiró em tão recuada época? A existência de referências a um povoado denominado castro da Serra do Castelo¹⁶. Para além deste, dispomos das caracterizações historiográficas feitas do cruzamento de dados regionais e nacionais¹⁷, correspondentes a esse mesmo período.

A identificação de um povoado na Serra do Castelo, freguesia de Arega, é ainda pouco rica: o desconhecimento sobre a sua datação precisa ou estrutura e materiais associados é total, por não haver registo que indique qualquer acção de prospecção, sondagem ou escavação do mesmo nas bases de dados do Instituto Português de Arqueologia; em relação àquele, apenas encontrámos referências indirectas¹⁸, que o associam ao Bronze Final, em paralelo com os povoados da Serra de Alvaiázere, o povoado de

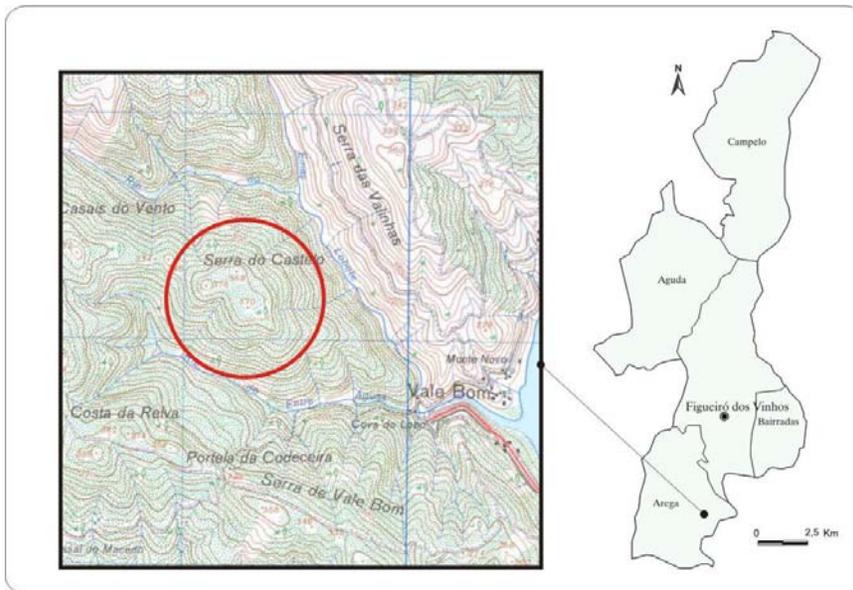
¹⁶ Cf. BATATA e GASPAS (2000) - *Levantamento Arqueológico de Vila de Rei*, Abrantes, Fundação Para o Estudo e Preservação do Património Histórico e Arqueológico, p. 14.

¹⁷ Vide FABIÃO (1993) - *Op. Cit.*; SILVA (1983) - "A Idade dos Metais em Portugal", in Saraiva, J. H. (dir.), *História de Portugal*, vol.1, Lisboa, Alfa.

¹⁸ Vide BATATA e GASPAS, *Op. Cit.*, p.14.

Santa Maria Madalena (Sertã), bem como os de São Saturnino e São Pedro do Castro (Ferreira do Zêzere). A investigação arqueológica sobre estes produzida advoga uma relação directa com a exploração de minas de filão, assim como de ouro aluvionar transportado pelo Zêzere¹⁹. Se, por falta de dados, não podemos ainda precisar a influência que as correntes culturais acima referidas exerceram sobre o quotidiano dos habitantes do povoado da Serra do Castelo, é possível a caracterização genérica do território e modo de vida de então²⁰. O povoamento seria concentrado em pequenos aglomerados apartados entre si, e os *habitats* constituídos por povoados de altura, implantados em sítios com predcados naturais de defesa, ou em zonas de acesso facilitado. Estudos paleobotânicos indicam um coberto vegetal serrado, onde predominaram carvalhos, vidoeiros e, mais esparsamente, castanheiros, nogueiras, azinheiras e pinheiros. As populações, ao que indicam os estudos, sedentarizaram-se desde o século X a.C., com uma base económica que aliava a exploração agro-pastoril à mineira. A alimentação tinha uma prevaecente base vegetal, possuindo o consumo da bolota, nesta região e em todo o território a norte do Tejo, um papel muito relevante. Estes colectivos parecem ter enveredado desde o fim da Idade do Bronze por uma crescente diferenciação social através da especialização técnica.

Figura 22 – Área de Achamento de Vestígios do Bronze Final



¹⁹ Vide *Idem, Ibidem*, p. 13-14.

²⁰ Cf. FABIÃO, *Op. Cit.*, p.92-94. No sub-capítulo "O Bronze Final", o autor enuncia os dados que permitem caracterizar genericamente a ocupação humana das diferentes regiões portuguesas.

Fonte: MARQUEZ D'AVILA E DE BOLAMA, "A Nova Carta Chorografica de Portugal (1912)

As características destes primeiros vestígios e a ausência de informação posterior não nos permitem supor uma continuidade de povoamento em Figueiró dos Vinhos durante a chamada Idade do Ferro: para a época da chegada da primeira vaga de indo-europeus ou "continentais", por um lado, e de povos semitas (fenícios e, posteriormente cartagineses), por outro, o silêncio é total. À escala de todo o extremo ocidente da Europa, sabemos que o contacto com estes povos constituiu momento marcante para a cultura peninsular pela transmissão do domínio da metalurgia do ferro, difundida progressivamente do século VIII ao século II a.C. Os escassos dados para a região de Entre Zêzere e Mondego possibilitam apenas afirmar uma enorme clivagem entre o litoral e o interior: somente se pode assegurar, para o litoral, segundo C. Fabião, a prevalência da influência mediterrânica, ou orientalizante. Os topónimos possuidores do sufixo "ippo" denunciam influência semita; o exemplo mais próximo do concelho figueiroense é *Colippo*, aglomerado populacional de localização indeterminada, mas que se presume ter tido lugar nas imediações de Leiria, e que seria o limite da influência mediterrânica oriental. Os testemunhos coevos permitem ainda alguns conhecimentos acerca dos habitantes da zona não-litoral acima do Tejo e nas proximidades das serras altas: estes seriam, segundo a obra de Rúfio Festo Avieno, *Orla Marítima*, do século IV²¹, dois grupos, chamados Lysis (ou Lysis) e Drárganos; ambos são considerados por vários investigadores os prováveis representantes do estrato primitivo de habitantes da Península Ibérica.

Em suma, à época, o centro dominante que influenciou o extremo ocidente peninsular, desde o limite sul até ao Mondego, estava localizado no Mediterrâneo Oriental, mais precisamente em Tiro, e os seus agentes (sobretudo através do adquirido domínio de navegação da costa ocidental da referida península), difundiram uma exploração mais sofisticada não só dos recursos mineiros como agrícolas, através da expansão de zonas de cultivo, a par de técnicas de produção de vinho e azeite, e tinturaria, desde o século VII a.C.

A vinda de uma segunda vaga de gentes do centro da Europa para a Península Ibérica, a partir do século IV a.C., acentuou a clivagem entre o sul - litoral mediterrânico, urbano, e um norte - interior, tribal, pastoril e guerreiro, remanescente até à romanização. O território figueiroense seria parte integrante da região habitada por um grupo diversificado de comunidades com certa unidade étnica, - tardiamente testemunhado

²¹ Esta obra compôs-se, segundo Avieno, a partir da transcrição e composição de textos de viagem de um marinheiro grego de *Massalia*, actual Marselha, datados do século VI a.C.

pelos autores greco-romanos como Plínio, *o Velho*, escritor no século I - designados Lusitanos; a globalidade do seu território corresponderia a parte do Entre Tejo e Douro, e os poucos testemunhos materiais conhecidos na região compõem-se de esculturas zoomórficas, em paralelo com uma forma de escrita indígena. Os dados para a região apontam para a permanência de práticas arcaizantes, pois foram raros os vestígios de trabalho do ferro encontrados até ao presente.

2.2. *O Legado Romano*

A partir do século V a.C., um novo poder marcou o desenvolvimento do mundo mediterrânico; Roma, ao contrário dos centros que a precederam, empreendeu um processo de expansão civilizacional lento, contudo constante, até ao século I²².

A submissão dos povos presentes na Península Ibérica efectivou-se não apenas através do instrumento militar, como sobretudo pela introdução de um modelo de administração regional e local. O território correspondente a Figueiró dos Vinhos esteve enquadrado, de 197 a.C. a 13 a.C., na vasta Hispânia Ulterior, província que abarcava todo o ocidente peninsular; num segundo período, iniciado alguns anos após o estabelecimento do Império (13 a.C.), até à reforma administrativa de Diocleciano (implementada entre 284 e 288), foi parte da província da Lusitânia, circunscrita - grosso modo - a oeste e sul pelo Atlântico, a norte pelo Douro e a leste pelo Guadiana. Tal região foi precariamente dominada até à governação de Júlio César, nomeado para a Hispânia Ulterior em 61 a.C.: as suas campanhas, à semelhança das dos seus antecessores, tiveram por objectivo a extensão e consolidação do poder no Entre Tejo e Douro, cujas jazidas de estanho e ouro continuavam a ser cobiçadas.

Os habitantes da região não litoral do Entre Tejo e Douro, os já mencionados Lusitanos, resistiram com sucesso à introdução deste domínio alógeno de 197 a.C. a 138 a.C., data da primeira campanha militar, sob comando de Décimo Júnio Bruto; a partir dessa data tal resistência fragilizou-se, permitindo o progressivo domínio romano da zona, de sul para norte, tanto por via marcial quanto negocial.

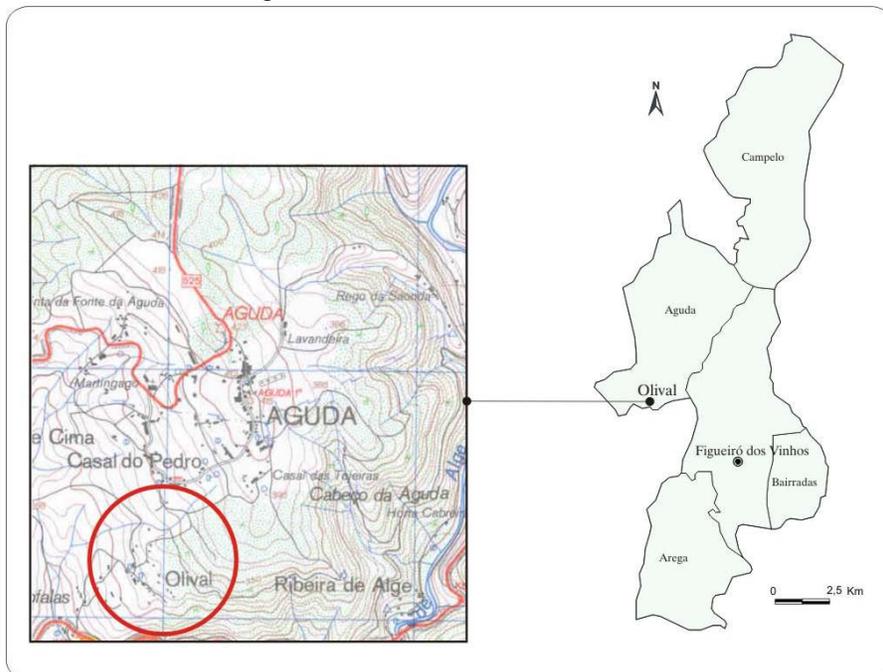
Aquando do primeiro triunvirato, em 56 a.C., ficaram governantes na Hispânia Ulterior Marco Varrão e Petreio, legados responsáveis pela

²² Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 203-299. Em "A Romanização do Actual Território Português", C. Fabião sintetiza as características específicas da presença romana no extremo ocidente peninsular.

instituição de diversas colónias e municípios, os quais foram regulamentados por legislação própria, na forma de convénios firmados com as populações locais, implicando a submissão militar e administrativa (bem como a escravização), a par de tratados de amizade em que se preservaram magistraturas e leis indígenas.

Ainda que desconheçamos muito do que compôs esta fase histórica, sabemos que o espaço figueiroense se desenvolveu segundo o paradigma agrário do mundo romano. A exploração rural das zonas dominadas iniciava-se com o assentamento das primeiras colónias ou domínio dos centros populacionais preexistentes; a partir da criação ou domínio de tais pólos, encetava-se a delimitação da área abrangente, com o intuito de a parcelar e distribuir pelos cidadãos, processo conhecido por centurição. Este parcelamento seguia uma lógica ortogonal, e a sua atribuição fazia-se segundo a importância socio-económica do colono (usualmente antigo militar), da qual dependia tanto o grau de proximidade do pólo urbano, quanto a qualidade dos solos atribuídos. No centro do actual território português, terão predominado as pequenas *villae rusticae*, casas agrícolas de escala bastante inferior à das abastadas e latas explorações fundiárias que caracterizaram o sul do actual país.

Figura 23 – Villa Romana em Olival



Fonte: Marquez D'Avila e de Bolama, "A Nova Carta Chorografica de Portugal (1912)

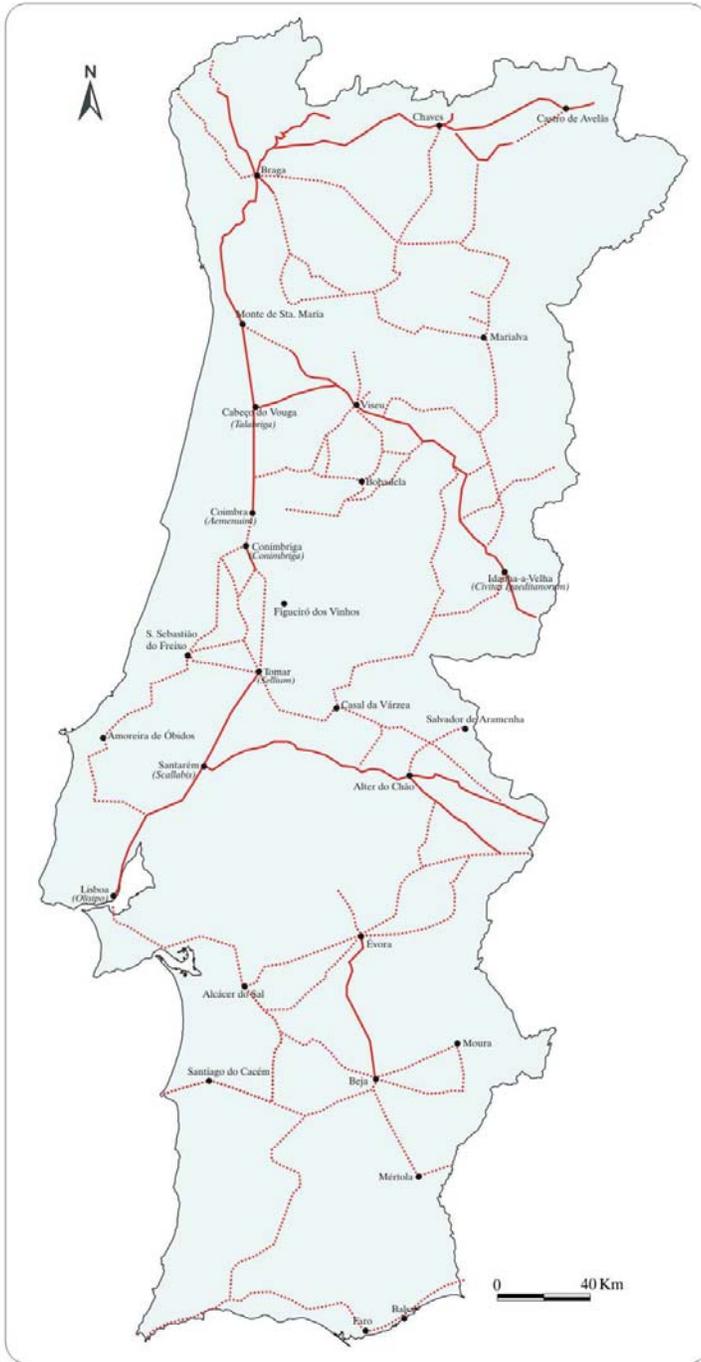
A atestar a ocupação humana de Figueiró dos Vinhos em tal época, encontra-se referenciada²³, na freguesia da Aguda, lugar do Olival, uma *villa* romana, cuja datação, estruturas e materiais associados não são conhecidos. O facto de os actuais nove concelhos confinantes deterem vestígios de dezenas de outras *villae*, troços viários, pontes e marcos miliários, permite-nos sustentar a afirmação de que o território figueiroense foi objecto de centuriação, tendo estado na órbita de um ou dois pólos urbanos: *Conimbriga*, nas imediações de Condeixa-a-Velha e (ou) *Sellium*, a actual Tomar. A investigação arqueológica e a historiografia não fornecem, na actualidade, qualquer pista para uma referenciação cronológica precisa desta hipótese; sabe-se apenas, de forma categórica, que nenhum dos dois pólos urbanos referidos derivou da fundação de uma colónia romana, assentando ambos em aglomerados de origem anterior.

²³ O Instituto Português de Arqueologia, na sua Base de Dados de Sítios Arqueológicos, ficha nº3.364, dá conta da existência desta *villa*, referenciada em 1981, sem quaisquer outros dados de levantamento, sondagem ou escavação.

Do primeiro ao terceiro século da nossa Era, período em que o modelo civilizacional romano lentamente se implantou na zona em análise, dois factores condicionaram tal processo: o estabelecimento de uma rede urbana e o reforço de vias de comunicação. A criação de uma rede urbana na Lusitânia iniciou-se após a governação provincial de Júlio César; verificaram-se então as primeiras atribuições do estatuto municipal a *Olisipo* ou *Felicitas Iulia* (Lisboa), *Liberitas Iulia* (Évora), *Salacia* (Alcácer do Sal) e *Iulia Myrtilis* (Mértola), estendidas a partir de 74 à maioria das urbes provinciais.

A província foi, depois de 13 a.C., administrada por três circunscções ou *conventus*: o *Emeritano*, com sede em *Emerita Augusta* (Mérida); o *Escalabitano*, com sede em *Scallabis* (Santarém); e o

Figura 24 – Rede Viária Principal do “Portugal Romano”



Fonte: Adaptado de MATTOSO, “História de Portugal (1993)

Pacense, com sede em *Pax Iulia* (Beja); todos estes pólos urbanos foram fundados de raiz, durante o período de governação imperial de Augusto. A urbanização dos dois aglomerados aos quais teria estado associado o território figueiroense, *Conimbriga* e *Sellium*, foi apoiada por *Emerita Augusta* (Mérida), colónia fundada em 25 a.C. Para a administração desta e demais circunscrições e províncias romanas foi fundamental o desenvolvimento de um sistema de comunicação assente no controlo da rede marítima costeira e da rede fluvial, bem como na criação duma complexa rede viária, feita de alguns itinerários principais, testemunhados pelos marcos miliários até hoje preservados, e múltiplas ligações secundárias (sendo estas últimas menos conhecidas dos especialistas). Um dos eixos principais foi a via *Olisipo* (Lisboa)-*Bracara* (Braga): este segmento da chamada Via da Prata iniciava-se em *Olisipo*, seguia por *Scallabis* (Santarém), depois *Sellium* (Tomar), *Conimbriga*, *Aeminium* (Coimbra), tomando direcção do Vouga e continuando para norte. No troço que ligava *Sellium* a *Conimbriga*, um dos traçados conjecturais propostos por Jorge de Alarcão situar-se-ia bastante próximo de Figueiró dos Vinhos, atravessando a várzea de Alvaiázere. Para além da muito provável existência de vias subsidiárias para Este, o Zêzere constituiria outra (senão a mais eficaz) via de circulação neste território acidentado.

Certo é que, neste longo período, os poucos indícios expostos desenham o futuro concelho de Figueiró dos Vinhos como espaço rural, com poucos aglomerados habitacionais, distanciados entre si, pelo que aí terá prevalecido, economicamente, o auto-consumo. A mutação da feição cultural desta zona terá sido progressiva, pois apesar da imagem da *villa* auto-suficiente ser múltiplas vezes transmitida como modelo ideal da vida romana, a fórmula organizacional desta civilização foi veiculada sobretudo através do modo de vida citadino, onde se encontrava representado o poder religioso, político, militar.

2.3. O Surgimento das Comunidades de Aldeia e de Vale

A partir do século III, o ocidente da Península Ibérica, tal como outros espaços sob o Império Romano, foi palco de uma recomposição da estrutura civilizacional dominante. O enfraquecimento do poder autocrático, a adopção do Cristianismo e a movimentação de povos germânicos para o interior do mundo romano foram alguns dos factores que implicaram a transformação desse mesmo mundo. Segundo MATTOSO²⁴, dá-se a partir do século V a desagregação do modelo administrativo

²⁴ Cf. MATTOSO (1993) - "A Época Sueva e Visigótica", in Mattoso, José (dir.), *Op. Cit.*, pp. 302-359.

imperial na Lusitânia, prevalecendo a autarcia local, liderada pelos conservadores do legado romano, os sacerdotes das comunidades cristãs; destes há notícia a partir de meados do século III. Durante toda a Alta Idade Média o clero cristão, de raiz hispânica ou germânica, exerceu poder não apenas religioso, segundo as necessidades comunitárias da época, e em constante tensão com o poderio político-marcial. Em 411, a força imperial remanescente, representada por Honório, estabeleceu um pacto com Vândalos e Suevos, atribuindo-lhes, entre outras províncias, a Lusitânia. Seguiu-se a hegemonia goda, de 470 a 485. No centro e norte do actual território português os Suevos predominaram, mas entre 573 e 585, Leovigildo, rei visigodo, unificou sob seu poder toda a Península Ibérica. A fragmentação deste mesmo poder unificado processou-se de 585 a 711, ano da penetração muçulmana, inicialmente negociada como apoio a um dos pretendentes godos.

Segundo o autor referido, o ocidente lusitano, de forma global, manteve durante este período a sua feição romanizada, perdendo contudo vitalidade económica; a apropriação do poder político pelos guerreiros germânicos conflituou seriamente com a noção de separação de poderes familiares e políticos concebidos no ambiente cultural romano. A política germânica teve por base a família alargada, o poder físico, os pactos de fidelidade. As cidades deixaram de ser centros complexos de poder, que se dispersou pelo território; a propriedade fundiária, anteriormente de pequena ou média dimensão e explorada pelo proprietário, rarefez-se, tornando-se predominantes os grandes domínios, fatiados em pequenas parcelas para exploração por rendeiros (com excepção para os domínios monásticos).

Figueiró dos Vinhos não possui qualquer registo ou vestígio que testemunhe a implantação do Cristianismo ou o estabelecimento dos povos germânicos no seu espaço; para a caracterização deste apenas dispomos dos estudos de Garcia de Cortázar (1996), nos quais este historiador espanhol afirmou terem surgido, no centro do actual país, comunidades de aldeia e de vale, fundadas por homens livres, libertos, escravos fugitivos. As primeiras consistiriam numa associação de famílias que cultivava autonomamente, usando algumas partes do território em colectivo. As casas estariam no centro daquele, cuja coesão seria reforçada pela fundação de igrejas. As comunidades de vale, por seu lado, representariam uma realidade colectiva em continuidade com a lógica de mentalidades romana.

2.4. Na Fronteira do Gharb al-Ândalus

A chegada ao território lusitano dos primeiros contingentes muçulmanos acentuou a decomposição da organização provincial romana, que perdurava apenas como base da orgânica diocesana e metropolitana, a par das mais recentes mas relativamente instáveis entidades políticas germânicas. A partir de 711, foi trazida e implementada, desde a costa sul ao Douro, mas mais marcadamente até ao Mondego, uma outra concepção civilizacional que não deixou de apresentar aspectos de continuidade com a realidade anterior.

De acordo com Cláudio Torres²⁵, a islamização do ocidente peninsular manteve inalterada a fronteira geo-cultural marcada pela cumeada da cordilheira central: o *Gharb al-Ândalus* (ou seja, o ocidente atlântico) constituiu-se entidade herdeira da Lusitânia, tornando-se *Qulunbiryá*, a anterior *Aeminium* (Coimbra), o maior aglomerado urbano no extremo norte deste território; afastada de Córdoba e Sevilha, principais pólos políticos ibéricos entre os séculos VIII e XIII, aquela tornou-se centro de poder regional, liderado por famílias de comerciantes e militares, tendo protagonizado algumas delas, aventuras autonomistas. Outro aspecto, de acordo com Santiago Macías²⁶, denuncia alguma continuidade: a *kura*, circunscrição territorial, poderá ter correspondido conceptualmente ao *conventus*, um dos exemplos de similitude administrativa à escala regional/local. No entanto, ao contrário do que se havia verificado anteriormente, não se conheceu a preeminência de um centro civilizacional único, antes de vários pólos regionais, com poder sancionado pelo califa ou emir, constituindo potentados locais.

Os três primeiros anos de campanha militar foram suficientes para a dominação do espaço ibérico; a vantagem residiu no emprego de cavalaria ligeira, altamente móvel mas pouco hierarquizada. Na zona do Entre Tejo e Douro, a colonização teve contornos claramente militares, sendo as fatias deste território distribuídas por vários contingentes, de base tribal: a toponímia de três aldeias do actual concelho de Figueiró dos Vinhos, a que abaixo nos referiremos, poderá ser testemunho desta presença. O século IX ficou marcado com revoltas regionais, só rechaçadas pelo movimento de centralização do poder califal, iniciado em 929. No século XI pulverizou-se esse mesmo poder, materializado na criação das chamadas *taifas*, reinos independentes do califado ou emirado; a essa data a Taifa de Badajoz enquadraria o espaço figueiroense. A partir de então verificou-se a progressiva expansão dos reinos cristãos do norte da

²⁵ Vide TORRES (1993) - "O Garb-Al-Andaluz", in Mattoso, José (dir.), *Op. Cit.*; TORRES e MACÍAS (1998) - *O Legado Islâmico em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 362-437.

²⁶ Cf. TORRES e MACÍAS, *Op. Cit.*, pp. 52-53.

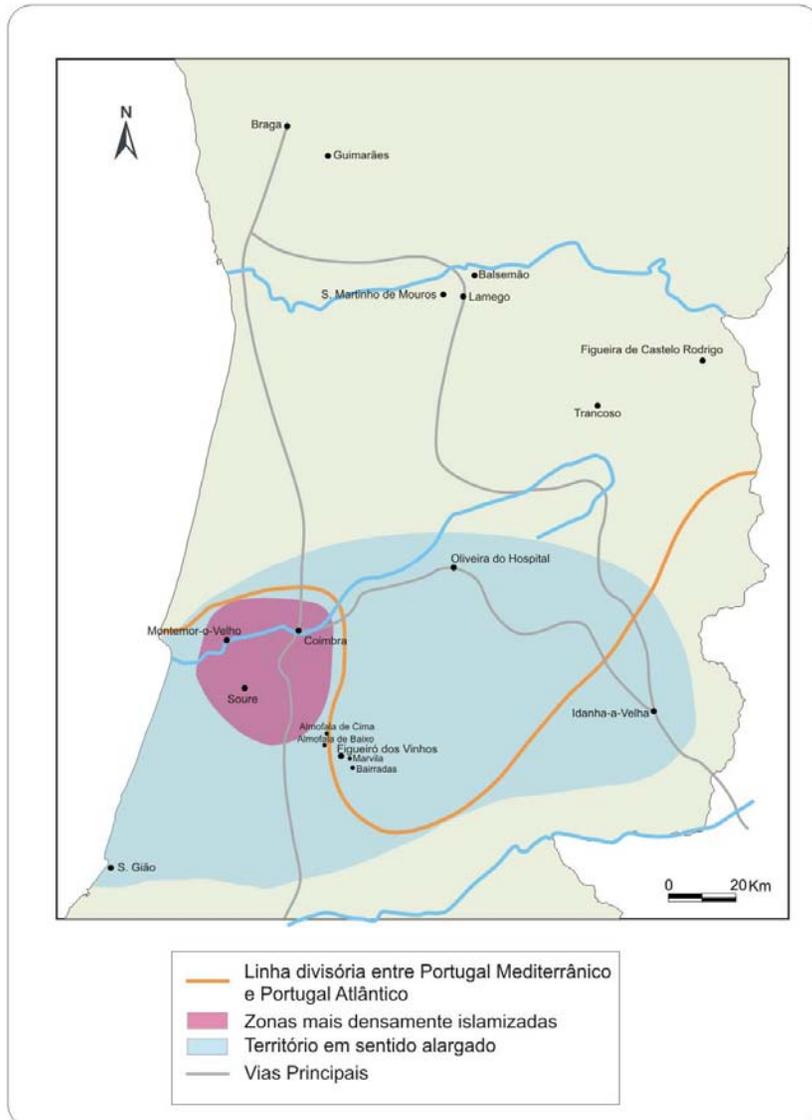
Península Ibérica, forjadores da ideia de reconquista assente numa mitificada continuidade (e ascendência) goda; Fernando I, rei de Castela atingiu a linha do Mondego em 1064. Dessa data a 1250, as forças cristãs e islâmicas tomaram e retomaram posições, lutando pela hegemonia política, militar e religiosa na área.

O actual concelho de Figueiró dos Vinhos encontrava-se então incrustado no termo (território em sentido alargado) de Coimbra, portanto perto da fronteira norte do Gharb al-Ândalus; não estando localizado na área mais densamente islamizada do ocidente peninsular, situada para sul e sudeste, foi de todo o modo influenciado pelas novas premissas culturais. Os únicos vestígios concretos da ocupação islâmica de Figueiró residem na sua toponímia: os locativos que designam as povoações de Almofala de Cima, Almofala de Baixo (na freguesia de Aguda), e Marvila (na freguesia de Bairradas), são os mais prováveis exemplos²⁷ da influência islâmica no espaço concelhio. A síntese de C. Torres possibilita perfilar no alfoz (termo) de Coimbra uma dupla face: a dos terrenos irrigados do Mondego, onde as produções agrícolas irrigadas tiveram maior importância, por um lado; por outro, aquela que caracterizou o território figueiroense, em que as alcarias (aglomerados rurais) das zonas serranas, possuidoras de alguma autonomia perante o poder urbano, se dedicavam sobretudo à pastorícia e ao cultivo olivícola. Estas eram administradas por aljamas, conselhos de notáveis e anciãos locais, e apresentavam ainda no século X a conservação do culto cristão²⁸, pelo que se pode supor que os seus eventuais habitantes fossem *moçárabes*. Não sabendo em que termos concretos a colonização islâmica atingiu o actual concelho, não poderemos aferir as inovações ou continuidades na vivência do espaço.

Figura 25 – O Território de Coimbra

²⁷ Cf. MACHADO (Dir.), (1984) - *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, Editorial Confluência. A raiz etimológica inequívoca de Almofala é o substantivo árabe (*al-)**mahalla*, que significa campo abarracado ou arraial, em que se reside por algum tempo; o conhecimento etimológico do nome Marvila é menos seguro, mas pensa-se que este abundante topónimo em Portugal, derive da fusão dos substantivos árabes *marbals*, nome de unidade de contagem, com *imala*, que significa solo abundante em arbustos, brenha, charneca.

²⁸ Os textos deixados pelo viajante oriental Ibn Hawqal, citados por C. Torres, em MATTOSO (dir.), *Op. Cit.*, caracterizam dessa forma as comunidades agro-pastoris das zonas rurais do Ândalus.



Fonte: Adaptado de TORRES e MACIAS "O Legado Islâmico em Portugal (1998)

2.5. Ocupação Cristã e Domínio Senhorial

Entre os séculos IX e XIII, assistiu-se no espaço de Entre Zêzere e Mondego à contínua disputa entre os poderes leonês/castelhano/português e o poder *ândalus* pelo domínio efectivo de tal território. Por mais que uma razão, Coimbra e toda a sua área envolvente foram interpretadas como fulcrais para o estabelecimento desse mesmo domínio à escala de todo o ocidente peninsular, pelo que foram palco destacado de uma tensão civilizacional caracterizada, numa primeira fase, entre os séculos IX e XII, pela coexistência do poder islâmico (umas vezes unificado outras disseminado)

com os reinos cristãos de Leão e Castela, e numa segunda, a partir do século XII, pelo rechaçamento e desaparecimento de fórmulas de poder muçulmanas, por oposição ao desenvolvimento de uma nova entidade política, Portugal, que não mais deixou de enformar o espaço referenciado.

Para a caracterização da comunidade e território figueiroenses desde a criação do reino de Portugal, existem a partir do século XII, como anteriormente referenciámos, as primeiras fontes escritas, documentos como doações e forais, os quais visavam a organização da vida local e sua articulação com o novo centro, o poder régio, através da definição de privilégios, deveres, impostos; a partir de tais fontes tentaremos definir os contornos históricos da vida local. Contudo, convirá ilustrar primeiro a fase de transição entre o aparecimento deste novo poder e o fim da dominação islâmica, da qual nada mais conhecemos que um quadro geral, fornecido numa das mais recentes sínteses, por José Mattoso²⁹.

No presente, as teses de continuidade entre a monarquia visigótica e a monarquia asturiana e de combate permanente entre muçulmanos e cristãos desde 711, foram postas de parte pela historiografia³⁰. Está, por um lado, desmistificada a pressuposta ascendência visigótica dos reis asturianos, veiculada pela *Crónica de Afonso III*, de Leão; por outro, sabe-se que apenas a partir do século XI se deram as grandes campanhas militares de conquista cristã e resposta islâmica. Houve, para além disto, na bacia do Douro, uma rarefacção da população (mas não ermamento, como foi demonstrado por vários autores), abandonada pelos chefes militares islâmicos e habitantes cristãos (estes últimos emigrados para as Astúrias), pelo que entre os dois poderes coexistentes, do Douro ao Mondego, existiu um extenso território sem tutela efectiva.

Assim, as primeiras tentativas de domínio do território entre o Mondego e Zêzere ter-se-iam operado por ordem de Afonso III de Leão, na segunda metade do século IX, através do povoamento e presúria (ocupação de territórios despovoados ou pertencentes a comunidades cujos direitos não eram reconhecidos) de *Portucale* (Porto), depois Chaves, mais tarde Guimarães, Viseu e *Eminio* (Coimbra). Acerca desta última, as crónicas consultadas por historiadores relatam episódios de destruição em 868, sendo dez anos depois noticiada a sua presúria ao conde³¹ Hermenegildo

²⁹Cf. MATTOSO, "Portugal no Reino Asturiano-Leonês", in Mattoso, José (dir.), *Op. Cit.*, pp. 531-533.

³⁰ Vide *Idem, Ibidem*.

³¹ Segundo J. Mattoso, o termo *conde* deriva da palavra latina *comes*, a qual se conhece desde o Império Romano e traduz um cargo de proximidade com um soberano, a

Guterres. Para além da colocação deste representante régio, ao qual sucederam os seus descendentes, atestou-se a permanência, verificada também sob ocupação islâmica, de representantes do poder eclesiástico - monástico e diocesano -, que haviam sobretudo organizado o território através de uma rede paroquial. A definitiva ocupação da zona de Coimbra só aconteceu durante o reinado de Fernando, *o Magno*, o primeiro da dinastia de Navarra, na segunda metade do século XI, após as incursões de Almançor (987) o grande líder Almorávida, e onde foi governador o moçárabe Sísando Davides.

Ao nível abaixo do condado, e a partir do século X, J. Mattoso afirma que teria ocorrido, alguns anos após a primeira presúria, o confiar de tarefas de representação, administração e controlo militar de determinadas zonas a delegados conhecidos por *potestates* ou *infanzones*. A par, persistiriam formas de magistratura locais, os *judices*, bem como os *concilia*, chamados durante a vigência islâmica *aljamas*, reafirmando-se a relativa continuidade de uma certa autarcia das comunidades rurais ao longo dos séculos.

A sociedade, na situação de tensão civilizacional já descrita, ganhou, a partir do século X, uma renovada feição bélica, pelo que as comunidades rurais isoladas passaram a depender com maior premência daqueles que, designados numa primeira fase pelo poder dos soberanos leoneses/castelhanos e seus condes, se tornaram senhores *de facto* do território, apropriando-se progressivamente do direito público a título pessoal e patrimonial e reproduzindo para os sucessivos níveis da escala social o compromisso feudal. No território onde nasceu o concelho de Figueiró dos Vinhos, estava-se pois, até ao século XII, sob o domínio de caudilhos militares, mantendo-se os aglomerados populacionais dispersos a eles obrigados, para defesa e manutenção da ordem, ao pagamento de diversos impostos.

À tensão entre o mundo ândalus e o mundo asturiano-leonês acresceu a dialéctica entre o moçarabismo (marca cultural que sincretizou influências tardo-romanas, visigóticas e islâmicas), e a influência franca, chegada à Península Ibérica desde a subida ao poder de Fernando, *o Magno*, em Castela; no fim do século XI, aquando da unificação de Leão e Castela sob Afonso VI, aquela última tendência acentuou-se, tendo sido estabelecidas políticas matrimoniais e eclesiásticas de favorecimento a alguns cavaleiros francos chegados a tal corte.

desempenhar por dignitários da corte em missão de representação, a título provisório, do mesmo soberano.

A nomeação de Henrique da Borgonha, um dos cavaleiros francos referidos, para o desempenho de funções públicas no território de Coimbra e Portucale, seccionado do condado galego desde 1096, terá tido por motivação essencial a ameaça da retomada islâmica do território pela dinastia Almorávida. Concedido por Afonso VI a Henrique o feudo hereditário do Condado Portucale e dada a rede de parentesco entre os aristocratas ibéricos, tal condado balançou, até ao fim da primeira metade do século XII, entre a absorção por outros reinos hegemónicos e a transformação em reino independente. Afonso Henriques e a aristocracia senhorial portucale protagonizaram o processo de autonomização de Portugal, para o qual foi essencial não só a acção bélica nas fronteiras norte e leste, como o combate e povoamento nas zonas da fronteira meridional, confinante com o poder Almorávida. Data justamente desse momento histórico o registo da doação³² da Herdade do Pedrógão, na qual o território figueiroense estava incluído: neste documento régio é explicitada a razão da doação, oferecida uma descrição do termo do território e suas características, e estabelecidas as primeiras penas por desacato ou desrespeito ao novo terra-tenente.

Em 1135, data da supracitada doação, D. Afonso Henriques, com cerca de 26 anos, continuava a proceder à legitimação, através de meios bélicos e diplomáticos, do seu papel de soberano do território Portucale; neste diploma de chancela régia, datado de 17 de Maio, o príncipe dos Portugueses afirmava fazer a doação da sua Herdade do Pedrógão por serviços prestados e a prestar, pelo que se presume terem sido estes três homens, Usberto, identificado por J. Mattoso como cavaleiro franco, Munio e Fernando Martins, guerreiros envolvidos na derrota dos exércitos de sua mãe e dos Trava, em 1128, nas ofensivas militares à Galiza ocorridas de 1130 a 1136, ou na defesa do Entre Mondego e Zêzere perante os avanços muçulmanos. A Herdade foi concedida perpetuamente, com "os termos e lugares antigos como se encontra no território conimbricense", asserção que leva a supor que tal herdade já se encontrava organizada numa forma administrativa estável em tempo anterior, provavelmente sob domínio eclesiástico, sendo tal suposição suportada pela referência, no mesmo documento, à existência de um mosteiro na foz do rio Alge, actual freguesia de Arega; não nos foi possível determinar, no entanto, se alguma relação existiu entre este mosteiro e Santa Cruz de Coimbra, cujos religiosos foram, dois séculos mais tarde, responsáveis pela construção da Igreja Matriz de Figueiró dos Vinhos e apresentação dos seus párocos nos séculos seguintes. Esta herdade englobaria não só as actuais freguesias do concelho de

³² PINHO (ABRIL DE 1984) - *Jornal de Figueiró dos Vinhos*. Através da coluna "Nossa Terra, Nossa Gente" acedemos à leitura da tradução portuguesa da referida doação.

Figueiró dos Vinhos, como ainda o território correspondente às actuais três freguesias do concelho de Pedrógão Grande e parte de Castanheira de Pêra, Ansião e Alvaiázere.

Tal doação foi, provavelmente, seguida da promoção de povoamento, ainda que as sucessivas investidas islâmicas dificilmente tivessem permitido a dilatação do número de habitantes. Sucedeu a estes três primeiros *potestates*, ou senhores, um dos filhos naturais de D. Afonso Henriques, D. Pedro Afonso, a quem foi doado por seu irmão, D. Sancho I, o Reguengo de Monsalude; na sequência desta segunda doação, foi empreendida a organização da comunidade local através da legitimação dos *concellia* de Arega e Figueiró³³. O *concellium*, inicialmente sinónimo do colectivo de habitantes que geriam o espaço, foi, ao longo da Baixa Idade Média, transformando-se progressivamente em sinónimo de território sob essa mesma entidade local de governação.

D. Pedro Afonso (n.?, ? - m. ?, ?)

Quarto filho bastardo de D. Afonso Henriques e alferes-mor do rei, seu irmão D. Sancho I, foi o fundador do concelho de Figueiró dos Vinhos, em 1204. Participou em várias batalhas contra os mouros, destacando-se o cerco e a tomada de Silves, auxiliado pelos Francos. Recebeu da Coroa as terras de Zêzere em 1200 e, para além de Figueiró dos Vinhos, fez doações a Arega (1201) e Pedrógão (1206). Testamenteiro de D. Sancho, retirou-se para a corte de Leão, desgostoso com as contendas familiares de D. Afonso II.

D. Sancho I (n. Coimbra, 1154 – m. Santarém, 1211)

D. Sancho I, filho de D. Afonso Henriques e D. Mafalda, nasceu a 11 de Novembro de 1154 em Coimbra. Orientado por princípios da política afonsina, D. Sancho I deu continuidade à ideia de que era necessário repovoar as terras conquistadas e que se encontravam devastadas pela guerra, de modo a criar-se um certo sistema defensivo. O seu principal instrumento foi a concessão de forais, que atribuíam aos seus habitantes um conjunto de privilégios e davam origem à formação de concelhos, daí que tenha ficado conhecido como “o povoador”. Em 1174, casou-se com D. Dulce de Aragão, filha de Riamundo IV, rei de Aragão, e com a morte de seu pai, a 6 de Dezembro de 1185, D. Sancho I foi aclamado rei de Portugal. A ligação de D. Sancho I a Figueiró dos Vinhos relaciona-se com o facto de ter sido o seu irmão, D. Pedro Afonso, aquele que, à luz da sua política administrativa da concessão de forais, fundou o concelho no ano de 1204. D. Sancho I viria a morrer em Santarém, em finais de Março de 1211, vítima de doença prelongada, tendo sido sucedido pelo seu filho D. Afonso II.

2.6. Legitimação da Organização Concelhia

³³ *Apud* MACHADO (Dir.), *Op. Cit.* Segundo o autor, Figueiró é palavra derivada da expressão latina *figueirolam*, que tem por sinónimo pequena figueira ou figueirinha. A raiz do nome Arega não pôde ser identificada.

À reintensificação da ofensiva islâmica - entre 1181 e 1197 - até ao Zêzere, seguiu-se a reocupação do território anteriormente conquistado, por mão das forças de Sancho I. Segundo as actuais sínteses historiográficas³⁴, após o rechaçamento da dinastia almóada, reconduziu-se a atribuição de forais de povoamento e defesa de vinte e oito vilas, feita entre 1190 e 1210, na sequência da política de consolidação das fronteiras sul e leste do reino português (intensificada desde 1169, com o apoio dos cavaleiros-vilãos do centro do país e dos filhos segundos da aristocracia do norte do reino). A instituição dos concelhos de Figueiró e Arega enquadrou-se na referida política, mais especificamente na política de defesa da fronteira sul: as cartas de foral legitimaram e condicionaram a ordem social nos aglomerados populacionais do Reguengo de Monsalude, correspondente da Herdade do Pedrógão acrescentado de terras até Ferreira do Zêzere.

Ambas as cartas de privilégio foram concedidas à população por D. Pedro Afonso que, a partir de 1174, se encontra referenciado como terra-tenente dessa propriedade régia. Após ter recebido tal doação, feita pelo seu irmão monarca, Sancho I, que em 1200 o nomeou Alferes-Mor do reino e alcaide de Seia, organizou o território através da concessão de foral aos habitantes, ou vizinhos, da vila de Arega, em 1201 e de Figueiró, em 1204³⁵; Pedrógão Grande foi, poucos anos mais tarde, outro concelho contido no dito reguengo a receber foro.

Nas duas cartas de foral supradatadas, muito semelhantes no conteúdo³⁶, o seu senhor estabeleceu o povoamento em todos os seus termos, impondo o pagamento de impostos sobre a produção agrícola, bem como as penas por actos criminosos (violação, homicídio, destruição de propriedade, desacato, falsificação de medidas e pesos, burla, adultério, assim como o tratamento e penas específicas aplicáveis a escravos mouros), indicando como ponto de referência o foral velho de Coimbra. Previa-se a nomeação local de alcaide ou juiz, a par de um almotacé, sendo por fim o diploma objecto de confirmação régia. Estes forais não poderiam reflectir, obviamente, modelos de foral como o aplicado a Lisboa ou Santarém, antes reproduzem ainda a tipologia do foral de Coimbra, de 1111. Nele, é-nos transmitida uma imagem de incitação ao povoamento (que se

³⁴ Cf. MATTOSO (1993) - "1096-1325. Dois Séculos de Vicissitudes Políticas", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, pp. 23-163.

³⁵ Vide HERCULANO (1856-1888) - *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines*, Tomo II, Lisboa, Typis Academicis; MEDEIROS (2002) - *Figueiró dos Vinhos. Terra de Sonho*, Figueiró dos Vinhos, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (esta obra apresenta, em *fac-simile*, os forais referidos).

³⁶ Cf. REIS (2002) - *Origem dos Municípios Portugueses* (2ª Edição), Livros Horizonte, Lisboa.

efectivou devido à crescente densidade populacional registada no noroeste do reino), com vista ao desenvolvimento de um senhorio rural estrategicamente próximo do centro político e espiritual do reino (desde a quarta década do século XII): Coimbra.

Penas por Actos Criminosos – Foral de Figueiró dos Vinhos

Se alguém cometer o crime de violentação de mulher ou de homicídio ou de destruição de casa por meio de armas, provocando ferimentos ou arrombando portas, pague de multa 500 soldos (moeda de ouro) se tal crime se der na Vila. Se o homicídio for fora da Vila, pague 70. Compensem as feridas devidamente comprovadas, usando os costumes da terra.

Mando que cada um receba a sua esposa que o tenha abandonado ou a sua filha solteira onde quer que a encontre sem pagar. E o filho que o pai tiver em casa como servo acolha-o como filho, a não ser que ele tenha arrombado contra ele as portas ou tenha ferido alguém sem pagar a peita (multa em dinheiro).

De pôr esterco na boca de outro pague 60 soldos. Se alguém ferir outro com armas, por sua vontade e por ira, pague 60 soldos, se fôr no termo da vila. Por cada membro cortado pague-se outro tanto. Se o crime se deu fora da Vila, pague-se apenas 30. Por todas as feridas que se tenham de satisfazer, seja-se castigado conforme o foral velho de Coimbra, ou tenha-se em conta a categoria do ofendido.

Tenha sinal de alcaide ou de Juiz com testemunha. Não se quebre o sigilo da casa de ninguém, a não ser que se avise com antecedência. Se alguém tentar obter alguma coisa doutro, responda perante a justiça e directamente perante a casa do alcaide. Se alguém se apossar dos bens de um devedor rebelde, não pode ficar com o que não lhe pertence, e faça composição com o mordomo. Contudo, o mordomo não fique senão com a décima parte dos bens extorquidos, a não ser que tenha havido usura.

Da usura receba o seu valor.

Os nossos Mordomos procurem fazer a investigação de todos esses crimes, através de testemunhos directos. O que souber a verdade e a negar durante o inquérito, componha, pagando quanto fez perder ao mordomo; e ao senhor da terra, porque outro tanto e nunca mais seja aceite o seu testemunho. Se alguma testemunha se fizer com o mordomo, para disso fírar proveito, e se tal se provar, seja punido com castigos físicos conforme o prejuízo que sobrevier. Se não tiver com que pagar, não seja ouvido sem fazer juramento perante a justiça. Proibimos deste modo as falsas testemunhas para que não entortem a justiça, que fizer tal, perde todas a suas terras.

Quando o mordomo e os homens da justiça estiverem presentes, e alguém no concelho se queixar de alguma coisa, o mordomo não aceite tal queixa oral, a não ser que o que fizer a queixa diga ao mordomo: «Apresento-te esta queixa por voz».

Se um homem, na defesa dos seus campos, vinhas ou hortas, encontrar alguém a prejudicá-lo e o expoliar, ainda que bata ou fira o que estava a prejudicar, o dono da vinha não pague multa. Se aquele ferir o dono do campo, então tem de pagar conforme os danos.

Mandamos que ninguém ande armado e, se andar, perde essas armas. Se alguém falsificar as medidas ou os pesos, pague 5 soldos. Se alguém tirar à força de casa ou fora de casa alguma coisa a outro, e o seu dono vier reclamá-lo com vigor, ou o senhor da terra, ou o alcaide, ou as justiças ou o mordomo, faça-o pagar o dobro.

Se alguém justamente considerar a sua esposa como adúltera, fiquem os bens dela no poder do senhor da Terra.

Mandamos que ninguém ouse abrir valas nos caminhos ou estradas autorizadas pelo Concelho nem tente mudar os marcos. O que fizer isto pague conforme o uso da Terra.

O Almotacé seja do concelho: o mordomo, o saião, as justiças e o encarregado da alfândega do Alcaide sejam coutados em 500 soldos. O que furtar pague multa segundo o costume da Terra ou seja condenado. O que encontrar um ladrão ou um malfeitor prenda-o se puder, sem que fique sujeito a multa a seus parentes ou que estes tenham direito a assassiná-lo.

Se alguém entrar numa vinha ou moinho de outra pessoa para comer, ou levar por sua mão o seu animal ao pasto de outrém, pague 5 soldos. Se alguém for à vinha ou moinho de outrém para encher o regaço ou um saco ou uma cesta, ou segar pasto, pague de multa um morabitino. Se for apanhado de noite a fazer isso, pague 60 soldos e o que vestir, e metade desta multa para o dono da propriedade. Se não tiver com que pague, pregue-se `porta por um dia e a seguir chicoteie-se.

Se o mouro de alguém for solto e fizer um crime, o dono pague por ele conforme o crime que tenha feito ou entregue-a ao mordomo. O mordomo não receba o mouro daquele que prender ou a moura livre em paga de algum crime que fizer.

Se o senhor da Terra e o Concelho viram que faz tal crime que mereça ser morto à pedrada, ou queimado vivo, proceda-se desse modo. Se o crime cometido merecer a flagelação, flagele-se. E depois entregue-se ao dono.

Qualquer fiadoria que alguém fizer, se a não cumprir, segundo o direito, pague multa.

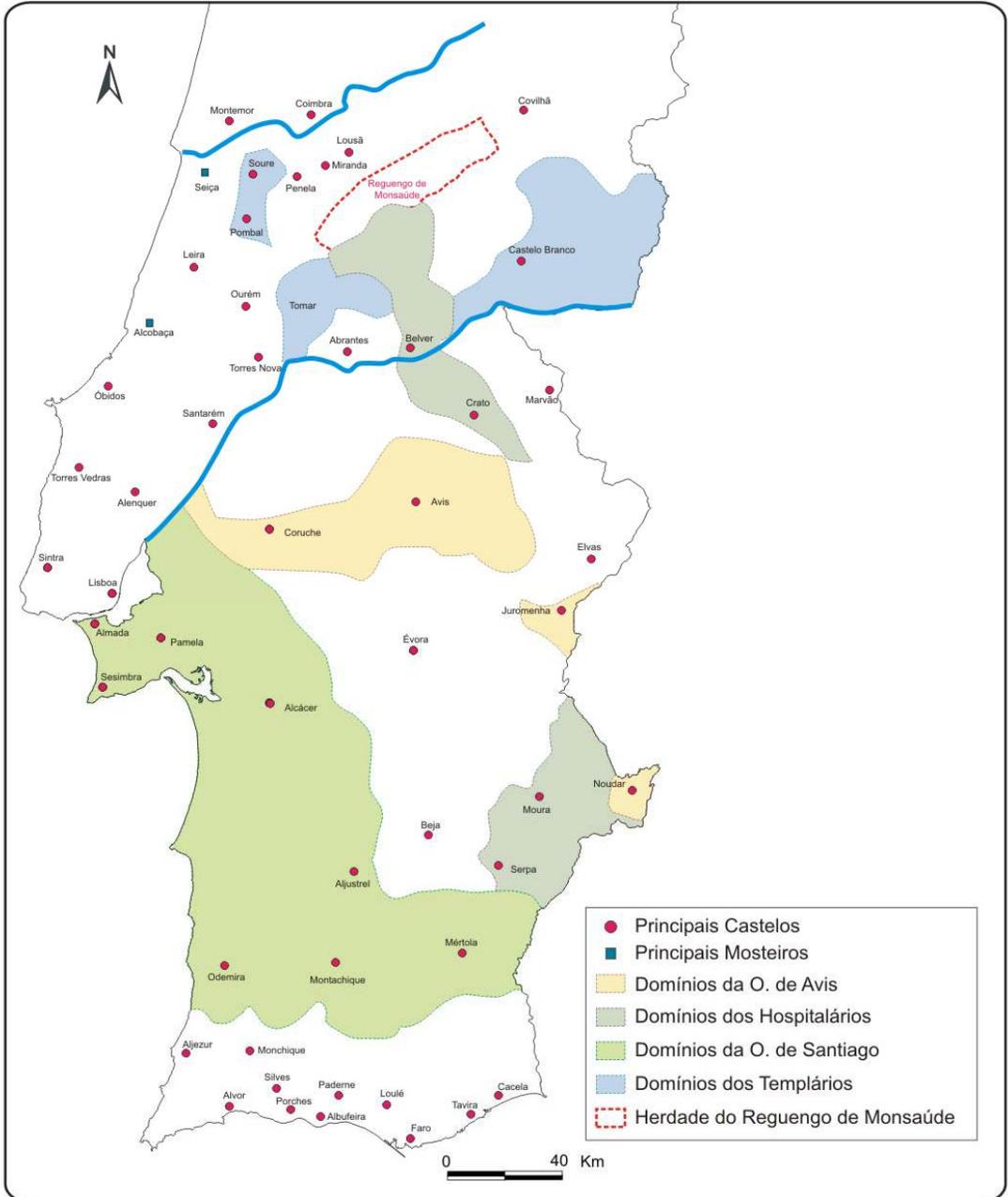
E o que vender vinho no relego (altura do ano em que só é permitido vender o vinho ao rei) pague de multa 5 soldos; e por quantas vezes for encontrado a fazer o mesmo, pague 5 soldos. E todo o animal que vá à eira ou ao lagar por aluguer faça foro de almocreve.

Destes crimes mandamos que se pague multas e não de outros.

Dos moinhos não recebam senão um alqueire de cada catorze moídos, e sem quaisquer presentes ou luvas. Mudem-se as justiças conforme o Concelho vir directamente. E se o moleiro outra coisa fizer, passe com todos os seus bens para o poder do Senhor. Se, porém, o mordomo ou a justiça desrespeitar isto que mandamos, por causa de "luvas" ou amor de alguém, ele e os seus bens passem para o poder do senhor da Terra.

Infância (nobre) ou outro homem não tenham casa nem propriedade em Figueiró a não ser que queiram habitar convosco e sujeitar-se às mesmas leis. E se algum de vós quiser passar para outro senhor ou outra Terra, tem o poder de dar ou vender a sua propriedade a quem quiser nela viver; e seja nosso homem como um de vós.

Figura 26 – Reguengo de Monsaúde

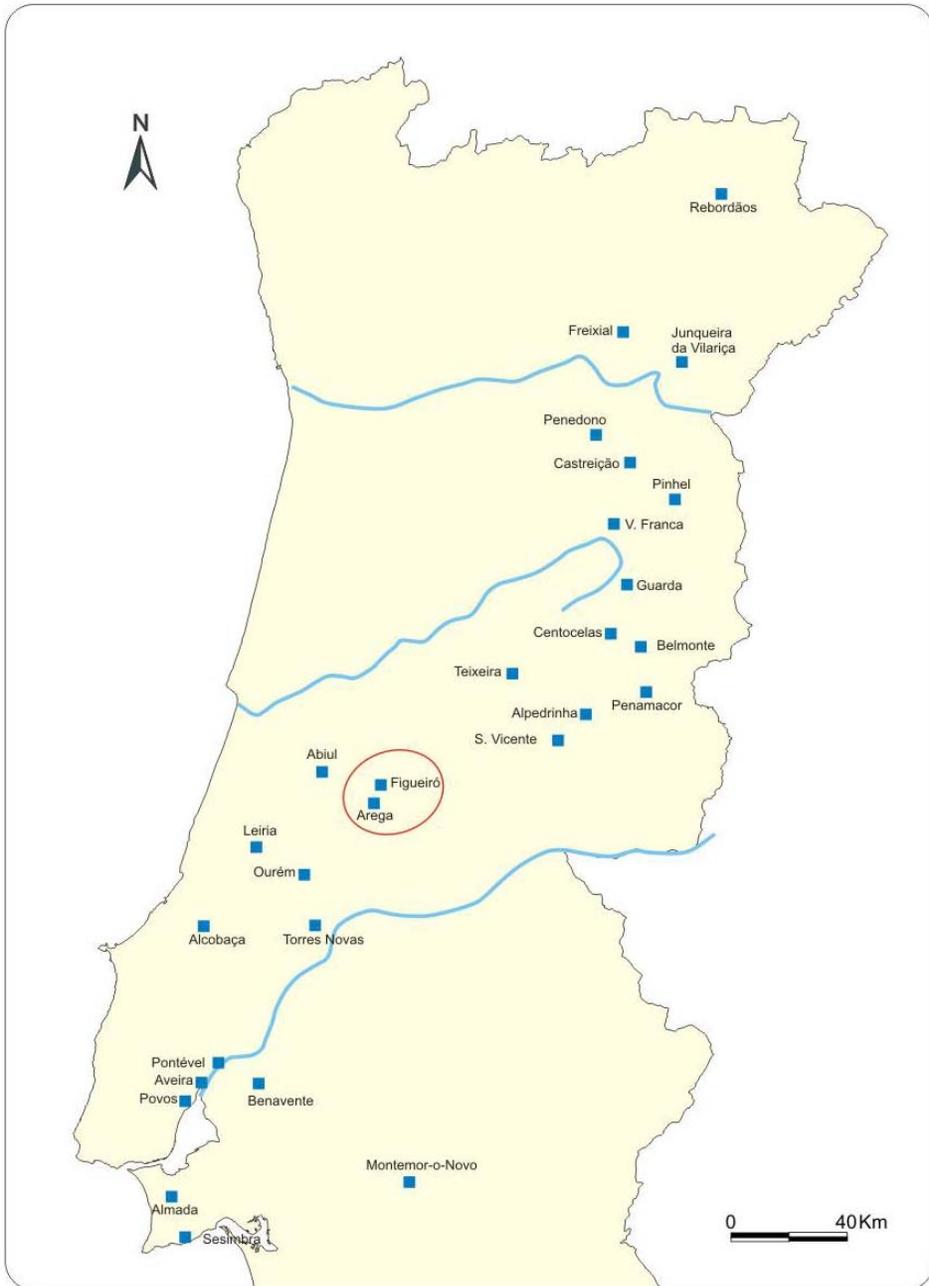


Fonte: Adaptado de MATTOSO, "História de Portugal (1993)

Os concelhos de Arega e Figueiró, em sentido estrito, terão sido constituídos, no prolongamento de hábitos comunitários anteriores, por um grupo (eleito localmente) de quatro ou mais homens reputados nas ditas vilas, a assembleia, sendo esta responsável por regular e aplicar justiça de acordo

com o estabelecido no foro recebido, e no respeito dos costumes herdados. Não existem, para o período até ao século XV, no espaço em estudo, referências a vestígios materiais de culto, nem do poder local (como pelourinhos ou edifícios municipais) sendo que, de acordo com J. Mattoso, reuniões desta natureza seriam (em quase todo o reino) levadas a cabo em espaço aberto.

Figura 27 – Forais Atribuídos entre 1190 e 1210



Fonte: Adaptado de MATOSO, "História de Portugal (1993)

A geografia precisa das fronteiras do Reguengo de Monsalude ou Terras do Zêzere, tal como a sua posse senhorial, sofreu alterações cujo conhecimento exacto não poderá ser alcançado através de uma síntese desta natureza; somente um estudo mais aprofundado, o poderá fazer, ainda que por estar próximo da fronteira sul o carácter transitório das

tenências o dificulte. Acresce saber-se que se não verificou, até ao século XV, a hereditariedade dos domínios. Registe-se, contudo, que as várias doações feitas por D. Sancho I e D. Afonso II visaram exclusivamente individualidades pertencentes à corte e cúria régia³⁷: após 1204, foi senhor de Figueiró Julião Pais, Chanceler-Mor a partir de 1182, formado na Universidade de Bolonha. Este foi o primeiro não eclesiástico da corte de Afonso Henriques a desempenhar estas funções, e fê-lo até ao reinado de Afonso II, tendo sido fundamental para o estabelecimento de uma administração régia menos dependente dos poderes eclesiásticos. Seu filho, Egídio Julião, Deão do Cabido da Sé de Coimbra, sucedeu-lhe como senhor de Figueiró em 1211. A Herdade de Almofala, abarcando a actual freguesia de Aguda, foi possivelmente seccionada do anterior Reguengo de Monsalude, e em 1209 doada a D. Maria Pais Ribeiro, barregã (amante) de D. Sancho I. Esta foi mais tarde esposa do galego João Fernandes de Lima, copeiro do rei e avô do homónimo senhor de Figueiró após Egídio Julião³⁸; em 1304. D. Martim Anes de Riba de Vizela, Alferes-Mor de Afonso II e Sancho II, recebeu em 1221 doação de uma herdade na mesma área, passando a primeira a ser designada por Almofala de Maçãs de D. Maria e a segunda por Almofala de Aguda, tendo ambas dado origem, em data imprecisa, a aglomerados populacionais.

Julião Pais (n. ?, ? - m. ?, 1215)

Nascido em data indeterminada e em sítio impreciso do termo de Coimbra, terá estudado Direito Romano na Península Itálica. Data de 1183 a primeira referência documental à assunção do cargo de Chanceler-Mor, o qual desempenhou até à morte. Atravessando três reinados ao serviço dos monarcas portugueses, prosseguiu uma orientação firme em direcção à centralização do poder político na figura do Rei, à sua independentização do ascendente e prerrogativas reclamadas pela Santa Sé, bem como à contribuição para a edificação de um aparelho de estado português. Nos anos de 1197 e 1211 foi agraciado pela Coroa com várias terras, entre as quais terá recebido Figueiró dos Vinhos.



Egídio Julião (n. ?, ? - m. ?, 1262)

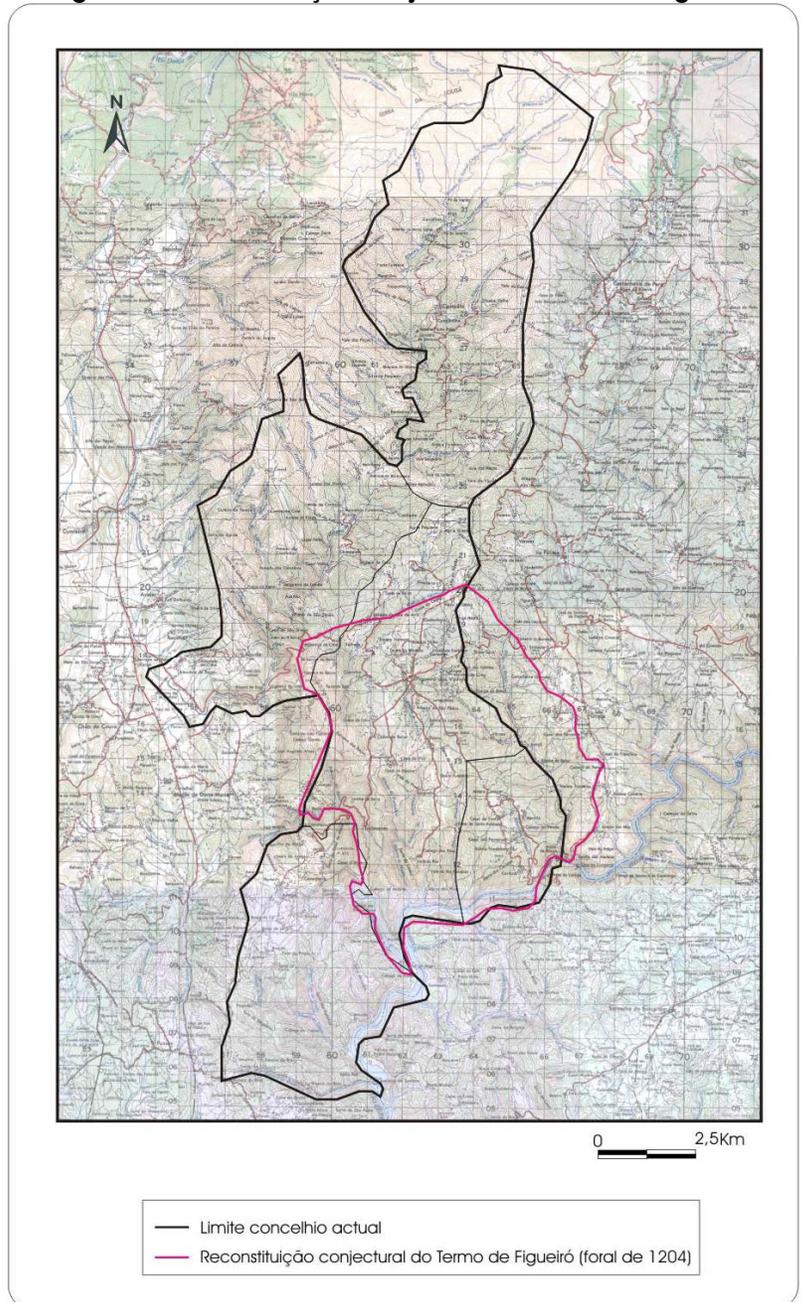
Filho de Julião Pais foi, tal como aquele conhecido por Mestre, fruto da obtenção de uma mesma formação académica. Foi deão e tesoureiro da Sé de Coimbra, tendo sucedido a seu pai como senhor de Figueiró.

³⁷ Cf. MATTOSO, *Op. Cit.*, pp. 23-163.

³⁸ Vide MATTOSO (2001) - *Obras Completas*, Vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 229.

Sistematizando, o espaço correspondente ao actual concelho de Figueiró dos Vinhos organizava-se, na segunda metade do século XIII, em três herdades na posse de senhores muito próximos do monarca, verificando-se a preeminência de duas vilas com organização municipal, Arega e Figueiró, e a emergência de dois outros aglomerados, Maças de D. Maria e Aguda. Constata-se pois que os termos das herdades são seminalmente semelhantes às actuais freguesias de Arega, Figueiró (que só no fim do século XX, mais precisamente em 1985, se seccionou em duas freguesias, Figueiró dos Vinhos e

Figura 28 – Reconstituição Conjectural do Termo de Figueiró



Fonte: IGE, Carta 1:50.000 – Folhas 19 II, 23 I e 23 II

Bairradas) e Aguda, sendo excepção a actual freguesia de Campelo, então ainda dividida entre o termo de Figueiró e o termo de Miranda do Corvo. Todo este espaço confinava, a norte e noroeste, com municípios e com espaços não municipalizados, i.e., domínios de ordens militares, a sul,

oeste (Ordem dos Templários) e sudeste (Ordem do Hospital). Os habitantes das vilas e aldeias surgidas nestas três herdades, terão, devido ao intensificar do processo de povoamento e produção agrícola, operado o arroteamento, por queima e pastoreio, de parte da área florestal dos domínios, processo continuado até ao século XV³⁹. O quotidiano seria marcado pelo trabalho agro-pastoril, sendo o sentido de comunidade e família alargada necessário à subsistência económica e defesa dos interesses locais, materializando-se na criação e uso de infra-estruturas comunitárias, bem como na aplicação da justiça, celebração de festividades religiosas e organização da defesa.

A historiografia considera que, no termo do século XIV, se deixou de verificar a mesma autonomia e isolamento das comunidades locais perante o poder centralizador representado pelo monarca; o reino de Portugal encontrava-se então já composto, tendo a sua língua, fronteiras, costumes e figura régia como laços de identidade formais⁴⁰. Não tendo ainda os poderes locais de todo o reino (nem a sua articulação com o poder central) características homogêneas, a fórmula municipal, aplicada desde a fundação do reino português ao território figueiroense, viria a ser sofisticada pela Coroa e utilizada como modelo de governação extensível a todo o território português.

3. Da Consolidação do Modelo Municipal aos Desafios em Presença (Século XV a Século XX)

3.1. Instituições e Poderes Locais no Início da Idade Moderna

A alteração da realidade local, na sequência da sua inserção num nível quadro de poder, o do Estado Moderno, manifestou-se desde o fim da primeira dinastia. Até então, verificava-se a existência paralela de múltiplas entidades, sob a forma de coutos e honras (terras senhoriais), concelhos “perfeitos” (urbanos), “imperfeitos” (rurais) e julgados (zonas com magistratura local, mas sem foral ou município). O poder régio implementou em todo o território português, até ao fim do século XV, o modelo municipal como átomo de administração e justiça de primeira instância⁴¹, aplicando o primeiro cânone legal desta natureza a todo o território. Destacaram-se

³⁹ Cf. SOUSA (1993) - “1325-1480. Condicionamentos Básicos”, in Mattoso, José (dir.), *Op. Cit.*, pp. 313-389.

⁴⁰ Vide *Idem, Ibidem*.

⁴¹ *Apud* MONTEIRO, “Câmaras e Juradorias”, in Oliveira, César (coord.), *Op. Cit.*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 30.

como medidas essenciais desta política a instituição de juízes de fora, dos corregedores e a ordenação dos pelourinhos, ocorridas ainda no século XIV, mas sobretudo o coligir das Ordenações Afonsinas, terminado em 1446.

A uniformização do modelo de governação local inscreveu-se num vasto conjunto de acções régias levadas a cabo do século XIV ao fim do século XV: embora em 1325 a noção de território e passado existisse, seria preciso decorrer século e meio para que o *regnum* de D. Dinis se transmutasse em Estado Moderno de D. João II, dotado de uma administração complexa, de um capacidade centralizadora *de jure* e *de facto*, com uma identidade específica e um plano de futuro, o da expansão imperial⁴².

A empresa de uniformização do direito local pode-se considerar concluída com a reforma manuelina dos forais, ocorrida entre 1497 e 1520. Olhando Figueiró dos Vinhos, identificamos a concessão de novo diploma em 16 de Abril de 1514; no caso de Arega, é facto não ter visto renovada a sua carta de foral⁴³. A nova carta figueiroense deixou de obedecer ao direito emanado dos usos e costumes locais, para seguir o modelo consignado pelas Ordenações Afonsinas⁴⁴; apenas os privilégios e encargos foram mantidos, sendo este o quadro vigente até à reforma de 1832. A referir há ainda, no mesmo contexto, a doação de foral e título de vila⁴⁵, em 12 de Novembro de 1514, a Aguda, a par de Chão de Couce, Avelar, Pousaflores e Maçãs de D. Maria, ancestralmente designadas Cinco Vilas⁴⁶. À data, o perfil do autarca, segundo coordenadas de Francisco Bethencourt e

⁴² Cf. SOUSA, *Op. Cit.*, pp. 313-314.

⁴³ Está disponível em Carlos Medeiros, em obra supracitada, *fac-simile* do esboço preparatório do novo foral de Arega, que não chegou a vigorar.

⁴⁴ Vide MONTEIRO, *Op. Cit.*, pp. 31-34. Segundo as Ordenações Afonsinas, os municípios obedeciam a uma mesma tipologia, na qual se estatuiu a escolha de um ou dois juízes presidentes - ordinários ou de fora -, dois ou mais vereadores, um procurador e um tesoureiro. Todos, à excepção do juiz de fora, eram localmente eleitos, passando a ser confirmados, a partir do século XVII, pela Coroa ou pelo senhor da terra; os almotacés, fiscais de pesos e medidas, eram eleitos pelo colectivo municipal. Para além destes cargos, prestigiantes e não remunerados, um município empregava trabalhadores "mecânicos", cujo estatuto social era muito menor: os escrivães do judicial, os juízes dos órfãos, os quadrilheiros, gestores da ordem pública local.

⁴⁵ *Apud* SIMÕES (1860) - *Topographia Medica das Cinco Villas e Arega*, Imprensa da Universidade, Coimbra, Introdução e § 5. Aqui são citadas e comentadas as cópias dos referidos forais, enviadas aquando da administração pombalina (1773) às câmaras das respectivas vilas.

⁴⁶ Apesar destas vilas, com a excepção de Aguda, integrarem actualmente os concelhos de Ansião e Alvaiázere, constituíram até ao fim do século XIX um *corpus* territorial na zona de Figueiró, sendo unidade comarcã e religiosa (formavam arciprestado); assim se justifica a opção de referenciar, em vários momentos do presente capítulo, estas mesmas localidades.

Joaquim Romero de Magalhães⁴⁷, implicaria um carácter “*auto e de consciência*”, bem como a indispensável posse de haveres que lhe permitissem o exercício desinteressado do cargo. O processo de escolha dos efectivos municipais iniciava-se com a designação de um grupo de notáveis encarregues de preparar as listas de candidatos aos cargos a desempenhar nos três anos seguintes, sendo a legitimidade da eleição local garantida pelo corregedor, que requeria a confirmação do resultado ao Desembargo do Paço. As suas funções ordinárias mais relevantes consistiam no recebimento da sisa - imposto régio sobre qualquer transacção -, outros tributos e no recrutamento militar. Este perfil não implicou, até à renovação da administração do reino na sequência da Revolução Liberal, que a maioria dos juizes e vereadores não fossem homens que “*nem ler, ou escrever*”⁴⁸ sabiam, sendo o analfabetismo e a iliteracia sérios retardadores da aplicação de medidas emanadas pelo poder central.

O longo século XVI, como lhe chamou Joaquim Romero de Magalhães, e a crítica centúria seguinte, deixaram no palco figueirense referências não apenas documentais, mas também arquitectónicas e arqueológicas. Não sendo possível aferir o quotidiano dos povos moradores - assim eram referidos na documentação coeva os habitantes não privilegiados - das vilas (e seus termos) respeitantes ao actual concelho de Figueiró dos Vinhos nem a sua distribuição pelos aglomerados populacionais existentes, continuamos a centrar-nos nos vestígios e protagonistas do poder local. Logo no início de quinhentos, a construção (concluída em 1506, segundo inscrição aposta e assinada por dois juizes e dois vereadores coevos) de uma torre municipal na vila de Figueiró dos Vinhos, presentemente classificada Imóvel de Interesse Público, testemunha simbólica e materialmente a afirmação do poder concelhio; a esta estrutura foi anexado, cinco décadas mais tarde, o edifício da cadeia.

⁴⁷ Vide MAGALHÃES (1993) - “Os Equilíbrios Sociais do Poder” in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, Vol III, Lisboa, Círculo de Leitores, pp.182-183.

⁴⁸ *Apud* MONTEIRO (1996) - “O Espaço Político e Social Local”, in Oliveira, César (coord.), *Op. Cit.*, pp. 125-126.

D. Diogo de Sousa (n. Figueiró dos Vinhos, 1461 – m. Braga, 1532)

Filho do senhor de Figueiró e Pedrógão, João Rodrigues de Vasconcelos, e de sua esposa, Branca da Silva, fez estudos superiores nas Universidades de Salamanca e Paris, após ensino preparatório em Évora. Dois anos depois de ter sido feito Deão da Capela Real ocupou a diocese do Porto, em 1495. Foi responsável, no seguinte ano, pela reunião sinodal na qual foram aprovadas novas constituições diocesanas, as primeiras a ser impressas em Portugal (1497). Depois de uma embaixada junto do Papa Júlio II, deu-se a sua transferência para a Arquidiocese de Braga, em 1505. Aí pôde operar, durante quase trinta anos, na qualidade de arcebispo e senhor de tal território, um conjunto de transformações que tornaram a urbe medieval numa cidade renascentista. Entre outras, promoveu o estudo superior de Humanidades, fundou hospital e ordenou o derrube da anterior cerca, permitindo o aparecimento de um novo tecido urbano consentâneo com os parâmetros arquitectónicos da época.



Pedro de Figueiró (n. Figueiró dos Vinhos, 1523 – m. Coimbra, 1592)

Filho de João Faria e Isabel Fonseca, iniciou muito jovem a sua formação em Coimbra. No estudo de Humanidades, no Colégio das Artes, destacou-se em Línguas Antigas como o Hebraico, o Árabe e Grego. Mestre em Artes pela Universidade, prosseguiu estudos teológicos e canónicos, doutorando-se no ano de 1564. Professou a regra de Santo Agostinho, tendo sido cónego no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (fundado em 1131), o mais destacado da Ordem em Portugal. Aí, após a reforma monástica levada a cabo pelo prior Frei Brás de Barros (iniciada em 1527), usufruiu do ambiente de renovação e actualização filosófica, teológica e didáctica de pendor erasmiano. Declinou o convite de Filipe I de Portugal para a ocupação da cátedra de Sagrada Escritura, tendo contudo sido professor em Santa Cruz, por cinco décadas, onde era cognominado *O Hebraico*. Após a sua morte, em 1609, foi determinado em capítulo geral que se imprimisse a sua obra. Deixou largo e relevante testemunho livresco, predominantemente composto por exegética bíblica, destacando-se entre outros o título *Commentarii in Lamentationes Hieremiae prophetae et in Malachia prophetam*, análise de textos sagrados dos profetas Jeremias e Malaquias, de que se conhece edição datada de 1596.

Paralelamente ao poder municipal encontraram-se outros protagonistas e formas de poder local. Em primeiro lugar, mantinha-se a tenência donatária de direitos régios sobre as terras de Figueiró, Aguda, Arega e Campelo; há a acrescentar que aquele privilégio se tornou hereditário a partir do século XV: Figueiró dos Vinhos ficou, até ao liberalismo, nas mãos da família Vasconcelos-Menezes, tal como Aguda, que em 1654 passou para a recém criada Casa do Infantado; no século XVI, Arega encontrava-se na posse das casas de Tentúgal e Cadaval, e Campelo sob tenência dos senhores de Miranda do Corvo, a família Sousa-Tavares.

Da Capitania-Mor de Ordenanças, instituição local de recrutamento de mancebos para o serviço militar, a partir de quinhentos, não lográmos encontrar rasto. Ao contrário, está atestadamente comprovada, desde o fim do século XV, a organização paroquial, enquadrada pela diocese de Coimbra⁴⁹. Os mais antigos testemunhos reportam-se à Igreja de São João Baptista de Figueiró⁵⁰, à qual passou a ser apresentado pároco, desde o século XVI, pelos frades do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra; esta mesma igreja, erigida segundo o modelo mendicante, testemunhará a passagem do tempo através da acumulação de estilos arquitectónicos, ocorrida até ao século XX - Manuelino, Maneirismo, Barroco e Romantismo. Não se conhecem elementos que permitam descrever a existência de confrarias nesta época, nem a fundação de Misericórdia antes de - como apontado na Introdução a este trabalho - século XIX.

Registou-se no entanto a construção de dois edifícios para a fixação de outras tantas ordens regulares, ambas na vila de Figueiró dos Vinhos, datando o primeiro de 1549, entretanto desaparecido. O Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação foi erigido na imediação daquela que é hoje conhecida por Fonte das Freiras, edificada em 1692, em terreno doado por uma natural de Pedrógão, para o acolhimento de uma congregação de Clarissas. Em 1601, procedeu-se à construção do Convento de Nossa Senhora do Carmo, por iniciativa de D. Pedro de Alcáçova de Vasconcelos, senhor de Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, para albergar uma comunidade de Carmelitas Descalços⁵¹ dirigida pelo prior Frei Tomás de Cirilo. Depois da extinção das ordens religiosas, em 1834, e a demolição de um antigo edifício da Misericórdia no lugar dos Paços do Concelho, para aí se transferiu a sede da instituição e o hospital que lhe era adstrito, em 1882⁵².

⁴⁹ Apesar de supormos a ancestralidade do culto cristão na zona em estudo, provavelmente anterior à nacionalidade, não conseguimos coligir qualquer referência que suporte tal asserção, para lá das menções a um mosteiro na Foz de Alge, constantes na doação de 1135.

⁵⁰ Cf. www.monumentos.pt, Ficha do Inventário de Património Arquitectónico/Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais, Nº 1008040001. A Igreja Matriz de Figueiró dos Vinhos terá sido construída no fim do século XV, sob templo anterior, e por iniciativa dos frades de Santa Cruz de Coimbra. A partir do século XVI, como determinado pelo Concílio de Trento, os registos paroquiais do percurso cristão permitem o aprofundamento do conhecimento sobre as várias paróquias/freguesias eclesíásticas.

⁵¹ Cf. RODRIGUES (1995) – *Descalços e de Burel Vestidos. O Convento de Nossa Senhora do Carmo de Figueiró dos Vinhos*, Coimbra, Texto Policopiado apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 22-28.

⁵² Cf. www.monumentos.pt, Ficha de Inventário do Património Arquitectónico/Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais, Nº1008040005.

Os referidos protagonistas do poder local passaram, desde o fim da Idade Média, a recorrer a uma figura de mediação com as instituições régias, o corregedor ou ouvidor da comarca, mais tarde designada província. Até 1532, o território em análise foi enquadrado na comarca da Estremadura, mas a partir dessa data, com o desdobramento de tal divisão judicial⁵³, passou a fazer parte da comarca de Tomar, sendo mais tarde seccionada entre Tomar e Chão de Couce. O papel do corregedor como instância de apelação e de representação da Coroa, aliado à consagração, nas Ordenações Filipinas (1603) e disposições posteriores⁵⁴, de um maior afunilamento na elegibilidade para os cargos municipais pela imposição de candidaturas exclusivamente compostas por descendentes de autarcas, condicionou o desenvolvimento de uma autonomia local representativa e efectiva.

Símbolo local de justiça, perdurou até aos nossos dias um dos vários pelourinhos que o actual concelho terá possuído: o pelourinho de Aguda, também conhecido por *pelourinho da Bola*, de traça manuelina, é a derradeira testemunha da aplicação do direito moderno na vila e seu termo.

3.2. Sociedade, Economia e Cultura na Transição Para o Liberalismo

As primeiras tentativas de descrição e corografia do espaço e população do reino, visando à época uma mais eficiente administração do território, foram encetadas desde a terceira década do século XVI. Estas permitem-nos aceder a dados que, no caso de Figueiró dos Vinhos, documentam o empreendimento de duas actividades económicas não ligadas ao sector agro-pastoril, até então sem testemunho: a mineração e transformação de ferro. Com base nestas mesmas descrições, o Marquês d'Ávila e Bolama, na sua *Nova Carta Chorographica de Portugal* (1912), inventariou várias minas ao serviço de duas unidades régias de trabalho de ferro, localizadas no actual concelho de Figueiró dos Vinhos. O autor referiu desconhecer a origem exacta das últimas, mas apontou a data do primeiro alvará colectivo inscrito no seu Livro de Registo, 12 de Abril de 1655, sendo

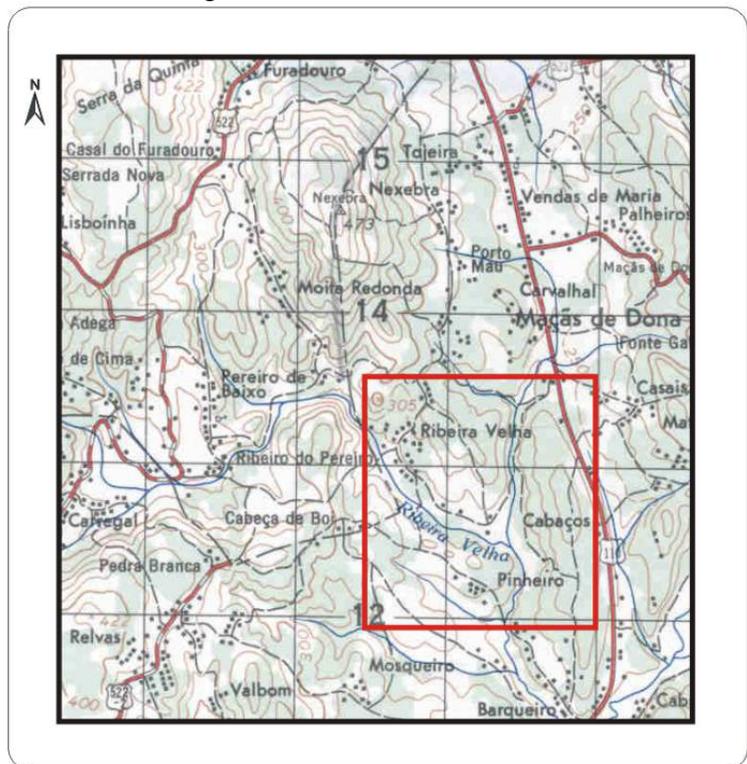
⁵³ Vide MONTEIRO (1996) – “O Central, o Local e o Inexistente Regional” in Oliveira, César, *Op. Cit.*, pp. 86-87. Até 1532 as comarcas eram 6, passando nesse ano a 27, 32 em 1640 e 42 em 1826.

⁵⁴ Cf. MAGALHÃES, *Op. Cit.*, pp. 182-185. Em 1618, a possibilidade de nomeação para o cargo de almotaçé tornou-se também hereditária. Contudo, um dos maiores óbices à autonomia concelhia havia persistido sob a forma da desigualdade que separava as cidades das vilas: apenas para as primeiras se previa a obrigatoriedade da presença de corporações de ofícios nas sessões de câmara, e em alguns casos o direito de voto.

superintendente Francisco Dufour, substituído pouco depois pelo seu filho, Pedro Dufour. Dentre as ditas unidades, a primeira foi denominada *Engenho da Machuca* e terá recebido alvará original a 20 de Julho de 1577, a pedido de um natural do concelho de Penela, Rui Lopes, operário metalúrgico. Esta unidade situou-se na actual freguesia de Campelo, fronteira a Entre Águas, laborou ininterruptamente até 1759, data em que cessou trabalhos por decreto real. Segundo o Marquês d'Ávila e Bolama, a análise dos registos e relatórios do *Engenho* demonstraram uma viabilidade económica limitada pela distância e dificuldade de escoamento da produção, bem como pela falta de encomendas e pelo moroso transporte, feito via Tancos (seguido depois pelo Tejo até Lisboa), após mais de quatro dezenas de acidentados quilómetros; em paralelo, verificou-se a falta de matéria-prima para a produção de carvão vegetal. Na Foz da Ribeira de Alge, actual freguesia de Arega, foi instalada uma outra fábrica, cuja única referência cronológica consta do primeiro alvará, supracitado. Esta unidade foi encerrada em 1761, pelas mesmas razões que presidiram ao fecho da primeira. Ao contrário dessa, a unidade da Foz de Alge foi reactivada episodicamente entre 1800 e 1824, sob administração do Intendente Geral das Minas e Matas do Reino, José Bonifácio de Andrada e Silva.

Figura 29 – Mina da Ribeira Velha

As descrições disponíveis caracterizam o *Engenho da Machuca* como unidade artesanal de pequena dimensão, ainda que no último quartel do século XVII tenha contado com a dotação de uma fornalha de fundição, uma fornalha de refinação e instrumento de brocar; a sua produção era fundamentalmente ferro em barra e em vergalhão, mas

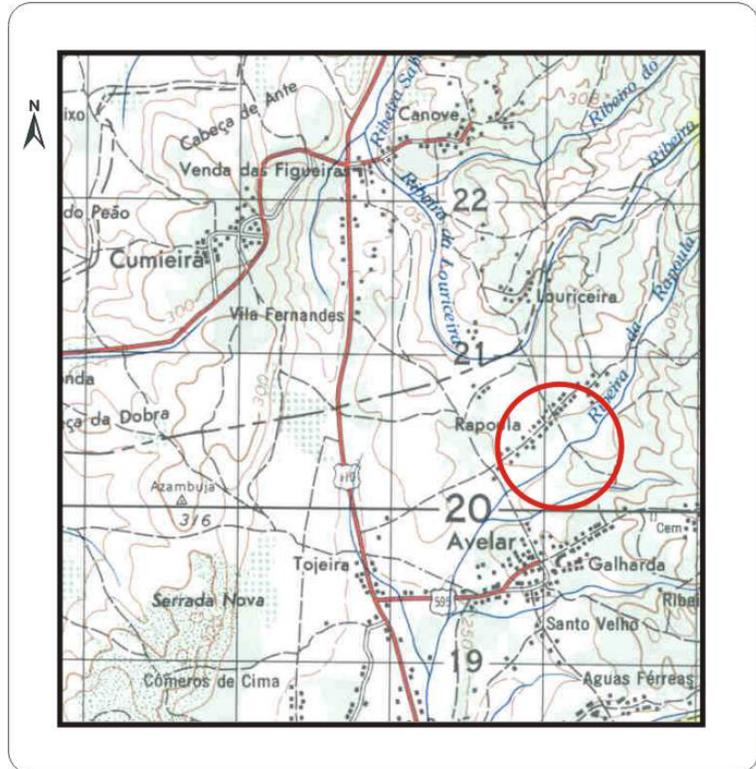


Fonte: IGE, Carta 1:50.000, Folha 23 I

também algumas peças para construção e artilharia navais. A unidade da Foz de Alge (designada por *ferraria* a partir do século XVIII), mais tardia, terá sido concebida a outra escala, tendo possuído duas fornalhas de fundição, uma de refinação e mecanismos de brocagem. A sua produção seria inicialmente semelhante à da unidade da Machuca, ainda que mais intensa e especializada:

fundiu-se artilharia pesada sobretudo para a Armada Real, como canhões, mas também peças de armamento ligeiro, como folha de espada e canos para espingardaria. O único inventário de registo da produção conjunta das fábricas identificado por Ávila e Bolama reportou-se à produção entre 1734 e 1761, então já sob a direcção do Mestre Fundidor José de La Vache⁵⁵. Exploradas em proveito de ambas as unidades de transformação do ferro foram a mina do Pinheiro, também conhecida por mina da Ribeira Velha, no então termo de Pousaflores, a mina da Rapoila, na Serra da Aguda, termo de Avelar, a mina do Sobral, perto de Maçãs de Caminho e a mina da ribeira de Provença, entre Bairradas e Vale do Rio.

Figura 30 – Mina da Rapoila



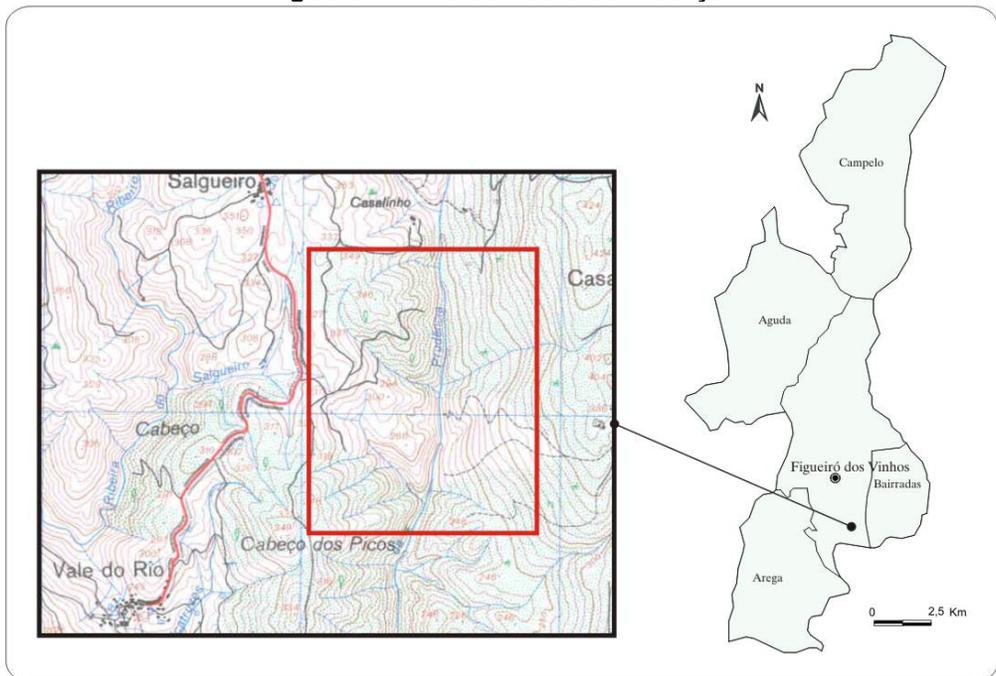
Fonte: IGE, Carta 1:50.000, Folha 231

⁵⁵ Cf. ÁVILA e BOLAMA (1912) - *Nova Carta Chorográfica de Portugal*, Lisboa, pp. 20-27. O referido inventário, constante do N.º do Livro de Registo das fábricas, indica a produção total entre as datas supracitadas: 231 peças de artilharia; 6.078 balas de munição; 2 fogões grandes; 1.273 arrobas de pregos e cavilhas em ferro batido, 1 fogão para o iate do monarca; 3 arrobas de ferro para o Convento de São Domingos de Pedrógão. Às anteriores referências ferro em barra e vergalhão, pregoaria e armamento para fins navais, acrescenta-se uma menção à produção de fogões.

Ainda que não nos seja possível averiguar com o rigor da expressão quantitativa o impacto económico da mineração e transformação do ferro nesta zona, podemos organizar as mais relevantes inferências extraídas dos dados relativos a estas actividades, ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Em primeiro lugar, várias foram as actividades originadas pela laboração das fábricas e minas referenciadas: destas destacamos os exploradores das jazidas de minério; os apanhadores de cepa⁵⁶, que na mata em volta das “fábricas”⁵⁷ faziam a apanha de lenha para a produção de carvão vegetal destinado às fornalhas de fundição e refinamento do minério; os artesãos, trabalhadores especializados nas várias fases de depuração e transformação do ferro; e os carreiros, que empreendiam em carros de bois tanto o transporte de materiais necessários à produção, quanto o escoamento do produto final até Tancos.

Figura 31 – Mina da Ribeira de Proença



Fonte: IGE, Carta 1:25.000, Folha 276

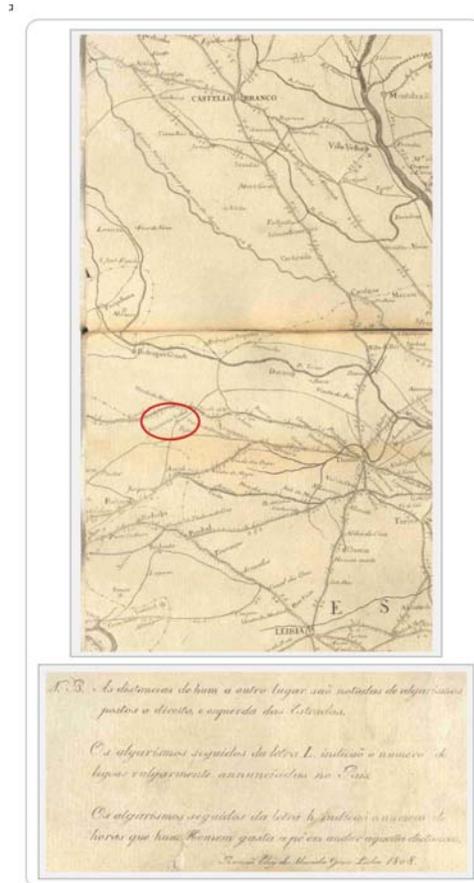
⁵⁶ Tronco de videira, torga ou raízeiro.

⁵⁷ Cf. *Idem, Ibidem*. Em 1654, um ano antes da concessão do primeiro alvará inscrito no Livro de Registo das Fábricas, foi publicado o *Regimento de Minas de Thomar e Figueiró dos Vinhos*, onde foi consignada a afectação de um raio de mata duas léguas (10 kms.) às ditas fábricas; para a feitura de carvão de alimentação das fornalhas ficaria toda cepa (tronco), sendo a recolha das ramadas da mesma direito dos habitantes das imediações.

Permanece incógnita a resposta à questão de se tais categorias de trabalho se faziam de forma subsidiária à actividade agro-pastoril, predominante em tal espaço, ou se representavam a ocupação fundamental dos trabalhadores envolvidos; tendo em conta que o Regimento das Minas de Thomar e Figueiró dos Vinhos estabeleceu a laboração das fábricas de forma não contínua, satisfazendo apenas as encomendas expedidas pela Coroa, a primeira hipótese parece mais sustentável. Quanto à proveniência dos trabalhadores, a mais abalizada hipótese de trabalho subsidiário à actividade agro-pastoril implicaria o emprego de habitantes locais; a excepção registou-se, comprovadamente, com a contratação de artesãos especializados não naturais da região. O Marquês d'Ávila e Bolama apontou a informação, constante no Livros de Registo das unidades em causa, da vinda de quatro artesãos franceses para o trabalho nas unidades, em 1670, conhecedores do ofício de forjador, refinador e fundidor, e que segundo o então superintendente das mesmas, Pedro Dufour, eram remunerados à tarefa. As duas últimas inferências que podemos colher acerca destes pólos artesanais dizem respeito a consequências de natureza ambiental: o total desbaste e queima do coberto vegetal existente nas áreas circundantes às duas unidades, num raio de dez quilómetros, e o represamento da ribeira de Alge para a condução das suas águas à unidade da Foz de Alge, alteraram o meio em que estas se inseriram; se por um lado o desbaste do coberto vegetal beneficiou os habitantes das imediações, proporcionando a queima e o aproveitamento destes espaços para o alargamento da área agricultável⁵⁸, o *impacte* do represamento e a contaminação das águas não deixou testemunho.

Figura 32 – Carta Militar das Principais Estradas de Portugal, 1808

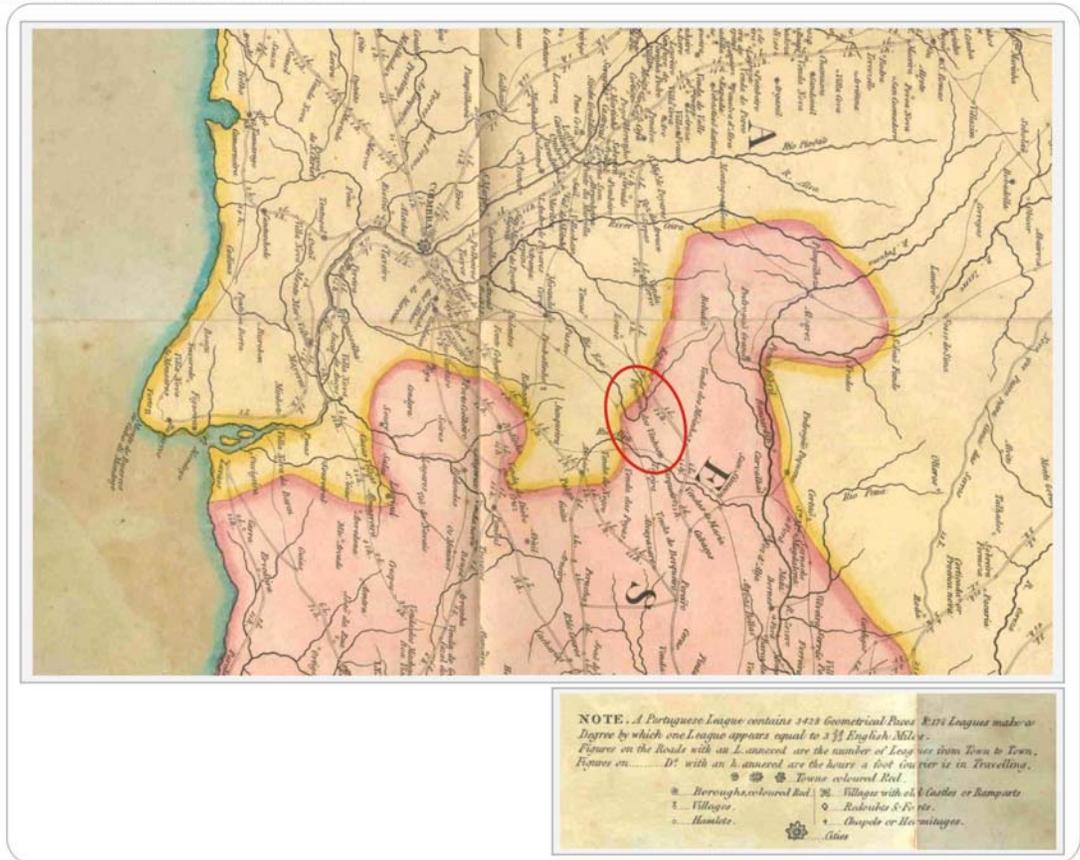
⁵⁸ *Apud Idem, Ibidem*, p.21. O autor cita José Martins da Cunha Pessoa, que em 1790 havia estudado o funcionamento das ditas "fábricas": segundo este, os moradores da zona queimavam os espaços desbastados, contrariando o antigo *Regimento*, "para ai sementearem trigos, cevadas, centeios e plantarem algumas arvores".



Fonte: Extraído de ROMÃO ELOY DE ALMEIDA (1808)

Para além da implantação das actividades de mineração e transformação do ferro, não identificámos no momento histórico a que os liberais chamaram o fim do Antigo Regime, outras transformações sociais, económicas ou culturais de monta. Na segunda metade do século XVIII ao final da segunda década do século XIX, o actual concelho de Figueiró dos Vinhos organizava-se em três vilas (e respectivos termos), dotadas de orgânica municipal: Figueiró dos Vinhos e Arega, na correição de Tomar, e Aguda, que por ter sido integrada na Casa do Infantado gozava de organização municipal e tinha como instância de apelo a Ouvidoria de Ourém; Campelo, continuou, até ao início do século XIX a pertencer aos senhores de Miranda do Corvo e ao termo da mesma vila, sem estatuto autónomo.

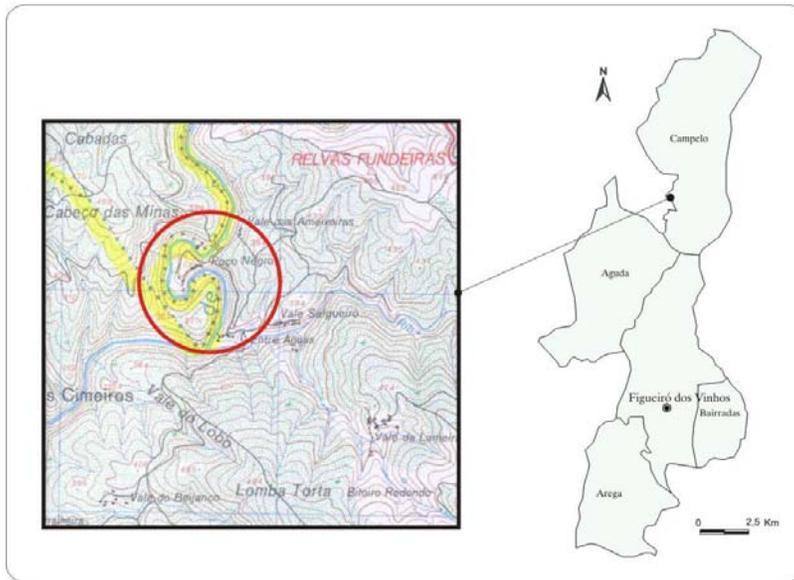
Figura 33 – Mapa das Estradas de Portugal, 1812



Fonte: Extraído de ARROWSMITH, A. (1812)

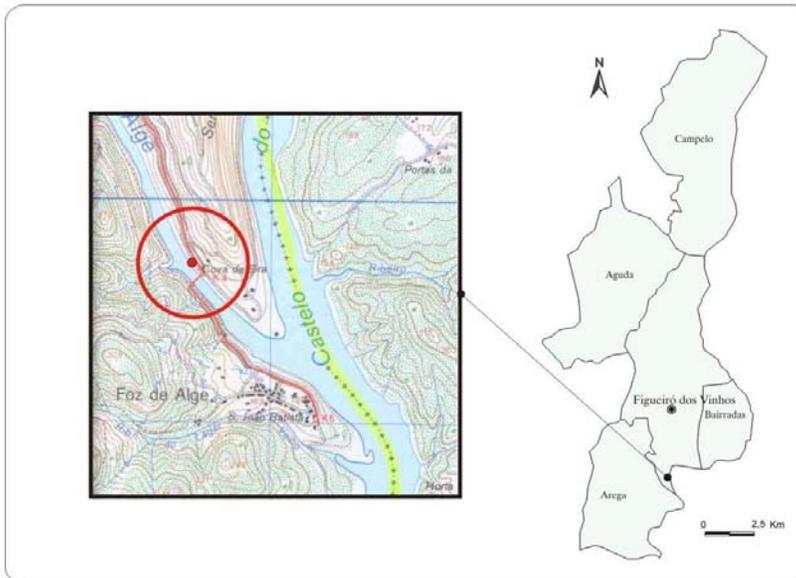
As reformas administrativas entre 1790-92 ao nível central, inspiradas pelo Iluminismo e tendentes à abolição de privilégios jurisdicionais, não romperam a continuidade com o tempo anterior, nem provocaram qualquer alteração ao nível local. Só com a entrada na contemporaneidade, geralmente definida, segundo os investigadores, pela ruptura social representada pela abolição do Estado de Privilégio e governações absolutistas e subsequente instauração dos regimes liberais, preconizadores do Estado de Direito, se alterou o sistema de governação local, verificando-se alterações substanciais no território/comunidade em estudo.

Figura 34 – Unidade de Transformação de Ferro Engenho da Machuca (1577 a 1759)



Fonte: IGE, Carta 1:25.000, Folha 268

Figura 35 – Unidade de Transformação de Ferro da Foz do Alge (1655? a 1761, Sendo Reactivada Entre 1800 a 1824)



Fonte: IGE, Carta 1:25.000, Folha 288

3.3. Revolução Liberal e Recomposição do Sistema Administrativo e Judicial

Após a revolução de Agosto de 1820, que põe fim ao período de sucessivas invasões militares napoleónicas e à dominação britânica do reino português, trinta anos ainda decorreram entre a assunção do ideário liberal

e a conquista de um sistema governativo estável, inaugurador da política conhecida por *Regeneração*⁵⁹. Tanto ao nível central quanto local, as alterações no exercício do poder foram profundas; ao nível nacional, destacaram-se a centralização administrativa, a quebra do monopólio judicial de magistraturas e a supressão de um número significativo de concelhos. Ao nível local, o espaço figueiroense registou convulsões que se estenderam para além deste período, materializando-se na indefinição e constante reformulação das instâncias administrativas e judiciais, até 1898.

Para a análise deste contexto, importa ilustrar o processo de recomposição política do país. Durante a Guerra Civil, na qual as forças miguelistas e liberais se confrontaram, Mouzinho da Silveira, ministro do Governo de D. Pedro IV, publicou, a partir do Arquipélago dos Açores, uma reforma em grande escala: decretou a abolição dos pequenos morgadios, extinção dos impostos das dízimas, revogação dos foros, censos, rações, e reorganização das finanças públicas, justiça e administração. Em 1832, por meio dos diplomas n.ºs. 23 e 24, de 16 de Maio, Mouzinho da Silveira decretou a reorganização administrativa e judicial do reino⁶⁰. Ao nível administrativo, este ficou dividido em províncias, comarcas e concelhos, sendo todas as autoridades nomeadas pelo rei, ainda que fossem previstas eleições de “juntas de cidadãos” para acompanhar os trabalhos de cada um dos níveis de poder. A nível judicial, foram criados círculos judiciais, comarcas, julgados e freguesias, respectivamente. Com a promulgação do Código Administrativo de Passos Manuel, entre 1836 e 1838, novas alterações se verificaram: a configuração administrativa ao país passou a compor-se de distritos, concelhos e freguesias. À escala local, esta reorganização do Estado foi profundamente disruptiva, sendo várias vezes aplicada militarmente: as seculares liberdades municipais deram lugar a um controlo centralizador por parte do estado, que passou a nomear directamente todos os responsáveis pelos vários níveis de poder; os órgãos colectivos locais, como as câmaras municipais e as juntas de paróquia, viram os seus tradicionais poderes executivos coarctados. Esta nova circunstância, mal recebida pelas populações, foi de pronto instrumentalizada pelos eminentes locais: o processo de partidarização dos mesmos demonstrou a busca da manutenção ou obtenção do poder por uma nova forma, a da preponderância eleitoral, meio para o exercício de influência junto do governo do reino. As mutações registadas no território figueiroense,

⁵⁹ OLIVEIRA (1996) - “Os Municípios no Liberalismo Monárquico Constitucional”, in Oliveira, César (coord.), *Op. Cit.*, p. 184.

⁶⁰ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 206-209 .

sobretudo as de natureza administrativa, foram quase sempre consequência deste fenómeno⁶¹.

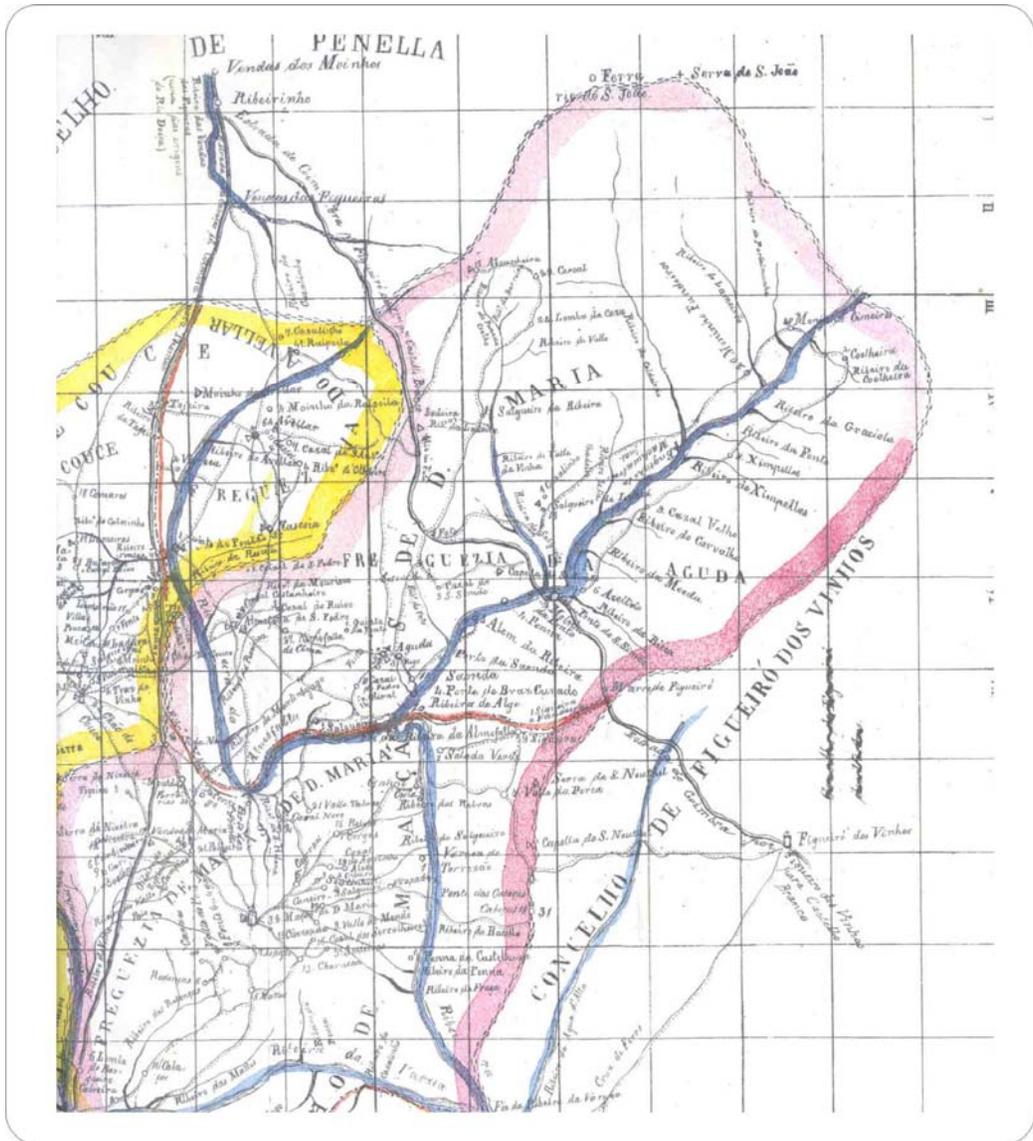
Figueiró dos Vinhos tornou-se, desde 1832, concelho integrado na comarca de Tomar, contando desde então com a freguesia-sede concelhia e a freguesia de Campelo⁶². Com a reforma de Passos Manuel, passou a integrar o distrito de Leiria. Entretanto, foram criados nesta área outros dois concelhos: Avelar, Chão de Couce e Pousaflores formaram o concelho de Chão de Couce, e Aguda, Arega e Maçãs de D. Maria o concelho de Maçãs de D. Maria. A reforma administrativa ocorrida no reinado de D. Pedro V, em 1855⁶³, agregou ao concelho figueiroense as freguesias pertencentes ao município de Chão de Couce e ao de Maçãs de D. Maria, por quatro décadas. Em 1895, as freguesias de Avelar, Chão de Couce e Pousaflores passaram a pertencer ao concelho de Ansião, e Maçãs de Maria ao de Alvaiázere. Desde então até 1898, Pedrógão Grande, Graça, Vila Facaia, Castanheira de Pêra e Coentral - ou seja, os concelhos de Pedrógão Grande e Castanheira de Pêra - foram freguesias de Figueiró dos Vinhos; nesse ano, o Concelho de Figueiró dos Vinhos conformou-se à geometria administrativa que hoje lhe conhecemos, com quatro das actuais cinco freguesias; Bairradas foi criada em 1985, por desagregação da freguesia da sede de concelho.

⁶¹ Vide SIMÕES, *Op. Cit.* p. 8, para a época 1833-1848; Passim MEDEIROS, *Op. Cit.*, para a época 1895-98.; Cf. LACERDA (1910) - *Joaquim Autopsia do Pseudo Relatório da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Figueiró dos Vinhos*, Coimbra, s.n., para a implantação da República; para um conhecimento geral da problemática vide ALMEIDA (1991), *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel. Não coube aqui fazer o estudo exaustivo das "lutas de poder" entre as várias individualidades com preeminência política na região, nem das estratégias de caciquismo coevas, que as obras citadas ilustram. Contudo, e a título de exemplo, reportamo-nos a uma das ilustrações desta tensão, referida por C.Medeiros. Segundo a investigação em periódicos locais por este estudioso, a razão da ocorrência entre 1895 e 1898, da sucessiva extinção, absorção por Figueiró dos Vinhos, e restauração dos municípios de Pedrógão Grande e Castanheira de Pêra terá acontecido por ter o Presidente e Figueiró, com o apoio de famílias de eminentes locais, membros do partido Regenerador, exercido influência junto do Conselheiro João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco, ministro do então governo. À subida do Partido Progressista nas eleições seguintes, terá redundado na restauração dos dois concelhos, passando Figueiró dos Vinhos a contar com quatro das actuais cinco freguesias.

⁶² Não nos foi possível confirmar a data precisa da anexação da freguesia de Campelo ao concelho de Figueiró dos Vinhos.

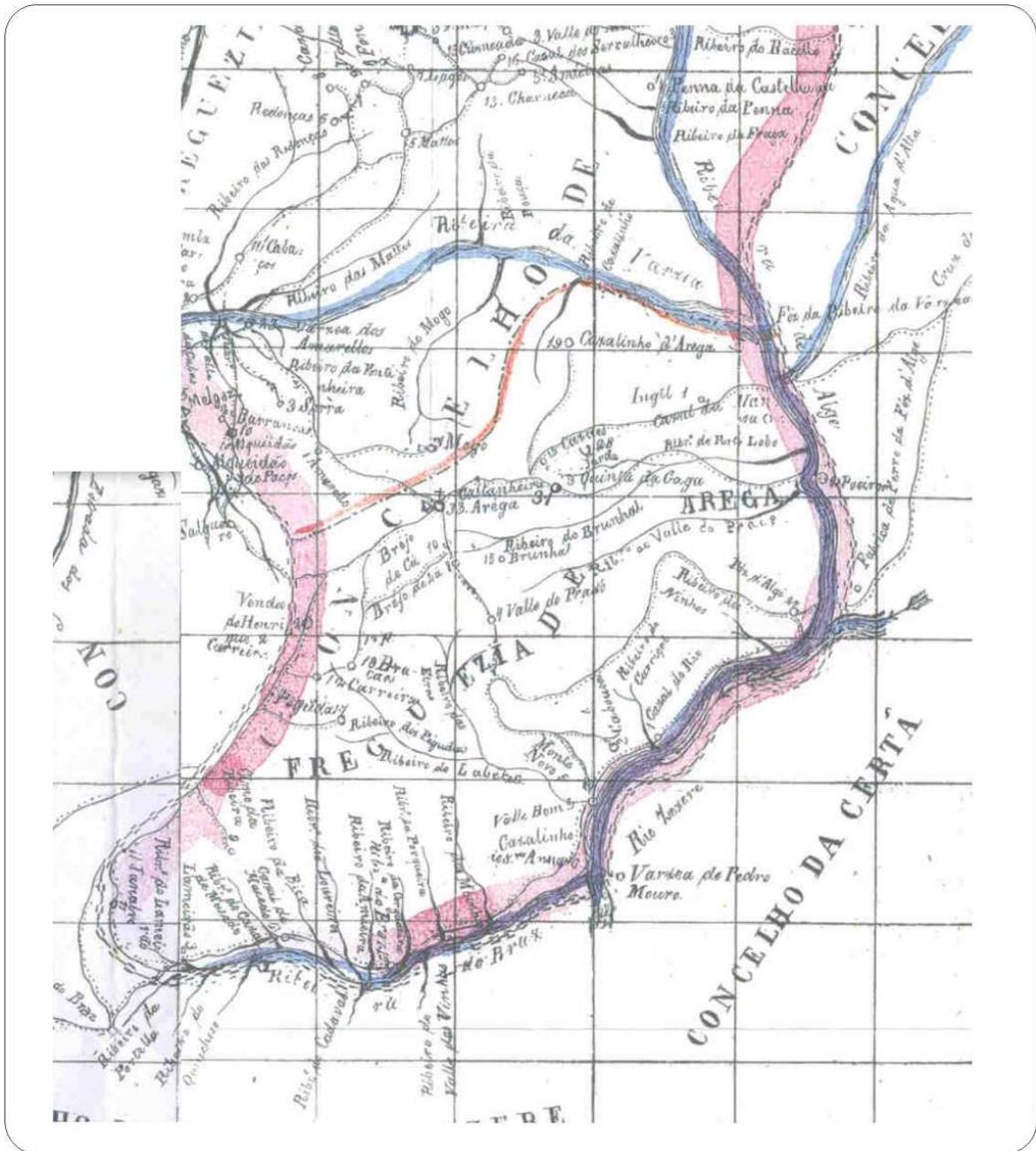
⁶³ Cf. Decreto de 24 de Outubro de 1855.

Figura 36 – Excerto de Mapa Topográfico das Cinco Vilas e Arega ou dos Concelhos de Chão de Couce e Maças D. Maria em 1848 (Freguesia de Aguda)



Fonte: Extraído de SIMÕES (2003)

Figura 37 - Excerto de Mapa Topográfico das Cinco Vilas e Arega ou dos Concelhos de Chão de Couce e Maças D. Maria em 1848 (Freguesia de Arega)



Fonte: Extraído de SIMÕES (2003)

Ao nível judicial, em 21 de Março de 1835, Figueiró dos Vinhos foi decretado Julgado Municipal, englobando Alvaiázere, Alvares, Aguda, Chão de Couce, Figueiró dos Vinhos, Maçãs de Caminho, Maçãs de D. Maria, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Pousaflores e Vila Nova de Pussos, por sua vez integrados na Comarca da Beira Baixa. Cinco anos volvidos Figueiró é elevado a sede comarcã, com jurisdição sobre Alvaiázere, Chão de Couce, Figueiró dos Vinhos, Maçãs de D. Maria e Pedrógão Grande. Em 1875, a sede de comarca passou para Pedrógão Grande e mais tarde, em

1895, extinguiu-se a comarca e concelho de Pedrógão, transferindo-se de novo para Figueiró; a Comarca de Figueiró dos Vinhos passou desde então a tutelar os concelhos de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande.

Quanto à administração religiosa, após o sério embate com o ideário liberal, menos severo nas mais conservadoras zonas rurais do país como a que aqui tratamos, algumas transformações se verificaram; a obra de A. Paula Santos⁶⁴ apontou 1887 como data de criação do arcebispoado de Figueiró dos Vinhos⁶⁵, nível hierárquico abaixo da diocese, equivalente à vigararia (designação sinónima aplicada sobretudo no sul de Portugal). Este arcebispoado começou por tutelar as paróquias de Aguda, Avelar, Chão de Couce, Maçãs de D. Maria e Pousaflores, mais tarde transferidas para o Arcebispoado das Cinco Vilas. Na sede do território, vila de Figueiró, foi erigida nos séculos XIX e XX uma residência para tal dignidade eclesiástica.

As profundas alterações decorrentes da instauração e consolidação do liberalismo no território em análise suscitaram, tal como no restante reino português, reacções de resistência ao novo enquadramento; contudo, não encontramos testemunhos de envolvimento consistente e organizado por parte da população, talvez motivado pela dispersão do povoamento, pela baixa taxa de alfabetização, e sobretudo pela premência diária da luta por uma subsistência de base agro-pastoril⁶⁶.

António Augusto da Costa Simões fez, em 1848, clara caracterização do *corpus* social que habitava as cinco vilas e Arega⁶⁷: gente quase totalmente dedicada à agricultura, saíndo os homens sazonalmente em direcção ao Alentejo e a Espanha, e as mulheres a Tomar e à Golegã; o comércio e ofícios, com excepção do caso do Avelar (onde o mercado possuía dimensão regional), empregava número de homens proporcional ao serviço exclusivo das respectivas localidades (normalmente ferreiros, serralheiros, pedreiros, carpinteiros, sapateiros, lavrantes, carreiros alfaiates e

⁶⁴ Passim SANTOS (1955) - *A Residência Paroquial de Figueiró dos Vinhos. Nota Comemorativa da Sua Inauguração*, Figueiró dos Vinhos, Minerva Central.

⁶⁵ Cf. *Idem*, *Ibidem*. Segundo o autor, as paróquias do concelho eram anteriormente tuteladas pelo arcebispoado de Alvaizere.

⁶⁶ *Apud* MEDEIROS, *Op. Cit.*, pp. 244-247. Apesar do que acima afirmamos, este autor transcreveu correspondência (não se encontra identificado o depósito da fonte) acerca da ocorrência de um distúrbio popular a propósito da arrematação de contribuições, em 1864; este evento, caracterizado pelo confronto e oposição populares ao pagamento de tributos, inscreve-se num antigo reportório de comportamentos sociais de reivindicação, mais que nos novos comportamentos de oposição política (concertada) ao Liberalismo.

⁶⁷ SIMÕES, *Op. Cit.*, pp. 100- 107, "Mapas de Profissões".

barbeiros). Os profissionais liberais (leia-se juizes, escrivães, médicos, farmacêuticos, professores) não excediam a dúzia por freguesia.

A *Regeneração*, na segunda metade do século XIX, não trouxe a Figueiró dos Vinhos melhoramentos públicos de que houvesse sido deixado registo. No termo de tal época, algumas iniciativas locais aconteceram, muitas vezes levadas a cabo como acto de benemerência de elites locais; há a registar a construção de uma ponte sobre a Ribeira de Alge, em 1895, e a edificação dos Paços do Concelho, modesto edifício térreo, dois anos depois.

Não poderemos ignorar, contudo, o acontecimento das primeiras experiências de periodismo e associativismo local. Do primeiro "surto" de periódicos figueiroense emanaram títulos como "*O Trabalho*", "*O Futrica*", "*O Zêzere*", "*O Figueiroense*" ou "*A Escola do Povo*"⁶⁸, publicação semanária produzida entre 1859 e 1897. Esta imprensa, reclamando-se noticiosa e independente, tinha por fim a ilustração e informação das populações, mas também a crítica social aos tipos populares e poderosos locais. Um segundo surto de publicações, também elas semanárias, iniciadas entre 1901 e 1925, marcaram a passagem dos colaboradores dos títulos para um posicionamento político assumido, fosse ele de natureza partidária ou regionalista: exemplos desta fase são, por ordem cronológica de aparecimento, "*A Primavera*", "*O Echo de Figueiró*", o "*União Figueiroense*" (Órgão do Centro Republicano); "*A Tesoura*" (número único de sátira social, saído no Carnaval de 1923) e "*A Regeneração*" título regionalista, saído pela primeira vez em 1925.

O estudo sobre o fenómeno associativo é escasso, em Portugal. Sabemos que o enquadramento jurídico do mesmo foi contemplado pela primeira vez na Constituição de 1838, mas o direito de associação foi criminalizado pelo Código Penal de 1852, o qual proibia expressamente qualquer associação de mais de vinte pessoas, que não directamente autorizada pelo governo. Só com a promulgação do Código Civil de 1867, se considerou, *de jure*, a associação um princípio fundamental do Homem. O Decreto de 15 de Junho de 1870 estabeleceu a livre associação para fins eleitorais, literários, artísticos, de recreio, e para a fundação de montespios. Tal iniciativa feneceu com a queda do governo do Duque de Saldanha, ainda nesse ano. Até 1907, persistiu a necessidade de obtenção de autorização governamental. Só em 14 de Fevereiro desse mesmo ano, pelo

⁶⁸ Vide MEDEIROS, *Op. Cit.*, pp. 285-296. Este autor apresenta inventário e frontespício dos periódicos locais produzidos até à actualidade.

governo de João Franco, se consagrou o referido direito, mantendo-se até à Constituição de 1933.

No espaço figueiroense foram identificadas, apesar destas condicionantes legais, e até à implantação do Estado Novo, três associações; C. Medeiros, estudioso local supracitado, identificou a *Filarmónica Figueiroense*, fundada no terceiro quartel do século XIX, o *Club Figueiroense*, em 1893, e a *Escola de Amadores de Música*, rebaptizada em 1907, um ano após a sua criação, *Filarmónica União Republicana Figueiroense*. A dinâmica local não se circunscreeu, na transição do século XIX para o século XX, às alterações até aqui registadas.



Club Figueiroense (Figueiró dos Vinhos)

3.4. A Projecção do Espaço Local pela Arte

Uma das maiores contribuições para a projecção da imagem, à escala nacional, do território e gentes do concelho foi, sem dúvida, a artística. A ligação de algumas personalidades do mundo das Belas Artes a Figueiró dos Vinhos, no advento do Naturalismo, tornou esta zona o arquétipo daquela que foi chamada, como sublinhou José Augusto França, a "odisseia rústica nacional"⁶⁹. O conhecido "Grupo do Leão", associação espontânea de alguns jovens artistas sediados em Lisboa ocorreu a partir de 1880, procurando a sua expressão estética na retratação da ruralidade portuguesa, dos tempos



Quadro naturalista figueiroense de José Malhoa

⁶⁹ Vide FRANÇA (1966) - *A Arte em F*

agrícolas e piscatórios, dos tipos populares, e tendo como referência a obra pioneira de Silva Porto. Os Simões de Almeida, tio e sobrinho, escultores e pintores naturais da vila de Figueiró dos Vinhos, contactaram com alguns desses artistas, introduzindo-os ao conhecimento da sua terra natal; dentre estes destacaram-se José Malhoa, que aí pintou, ensinou e fixou residência, e Manuel Henriques Pinto, que aí estanciou por diversas ocasiões. A imagem do idílio natural, mas também da natureza agreste e da rudeza humana decorrente da dureza do trabalho rural, marcaram o imaginário do país. Outros artistas foram influenciados pela “Escola de Figueiró”, debruçando-se sobre a mesma temática paisagística e sentimental; uma das últimas seguidoras foi Beatriz de Lacerda, originária deste mesmo concelho, onde foi discípula de Malhoa, entre 1930 a 1933.

Outro testemunho da dinâmica artística coeva foi a encomenda da reconstrução da fachada da Igreja de São João Baptista de Figueiró dos Vinhos ao arquitecto L. E. Reynaud, o mesmo autor que por essa altura concebeu o *chalet* romântico de José Malhoa, seu *atelier* e domicílio, denominado “Casulo” e concluído em 1898⁷⁰. Por esta altura, destacam-se também na paisagem do concelho os devocionários populares (*alminhas*), a par de uma profusão de ermidas e capelas.

José Simões de Almeida Júnior (n. Figueiró dos Vinhos, 1844 – Figueiró dos Vinhos, 1926)

Usualmente conhecido por Simões de Almeida (Tio), era filho de José Simões de Almeida e Ana da Conceição. Mudou-se para Lisboa com a família, tendo sido aprendiz no Arsenal da Marinha em 1855. Aí foi incentivado ao estudo na Academia Real de Belas-Artes, onde concluiu curso em 1865. Estagiou em França até 1870, partindo para Roma nesse ano, de onde regressou em 1872. De novo em Lisboa tornou-se professor na escola onde se formou, efectivando-se em 1881. O seu trabalho escultórico neo-clássico, dentre o qual se destaca a Puberdade e D. Sebastião, influenciou toda uma geração de artistas nacionais. Regressou periodicamente à sua terra natal, cativando a presença de vários vultos do Grupo do Leão a essas paragens, em época de vilegiatura.



⁷⁰ Cf. www.monumentos.pt, Fichas de Inventário do Património Arquitectónico/Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais, N.ºs 1008040001 e 1008040004.

José Vital Branco Malhoa (n. Caldas da Rainha, 1855 – m. Figueiró dos Vinhos, 1933)

Com a idade de doze anos, e um ano depois de rumar a Lisboa, o irmão matriculou-o na Academia Real de Belas-Artes; concluiu o curso mas desistiu de pintar, tornando-se caixeiro na loja do irmão, Joaquim, em Lisboa. Só em 1881 decidiu retomar a pintura, na sequência do sucesso de A Seara Invasada, exposta em Madrid. O contacto com Simões de Almeida (Tio) levou-o a descobrir a zona de Figueiró, que fixou pela primeira vez na obra Ribeira de Alge. Aí estabeleceu residência no fim do século, captando em muitas obras subsequentes - como Os Bêbados (1907) ou A Romaria (1927) - os tipos, as paisagens e a luminosidade do concelho e região.



José Simões de Almeida (n. Figueiró dos Vinhos, 1880 – Lisboa, 1950)

Simões de Almeida (Sobrinho), filho de Joaquim Simões de Almeida e Augusta da Conceição Almeida, discípulo de seu homónimo tio, formou-se em 1903 na Academia Real de Belas-Artes de Lisboa. Seguiu-se uma estadia em França por três anos, após os quais leccionou na Academia que o formou. Escultor e também pintor, são-lhe devidos, entre outros, o busto República, a estátua equestre de Mouzinho de Albuquerque ou O Cavador, tendo ainda colaborado na fase final de execução da estátua do Marquês de Pombal.



Manuel Henrique Pinto (n. Cacilhas, 1853 – Figueiró dos Vinhos, 1912)

Filho de Francisco Jorge Pinto e de Sebastiana Rosa Pinto, Manuel Henrique Pinto cursou na Academia Real de Belas Artes de Lisboa, onde teve como Mestre Simões d'Almeida, outro ilustre figueiroense. Acabou o seu curso entre 1874/1875, abraçando com agrado, em 1884, a nomeação para Professor de uma das cadeiras de desenho industrial, o que o levou até Portalegre, onde permaneceu até sensivelmente 1887 ou 1888, altura em que foi transferido para Tomar. Aí viveu vinte e três anos na qualidade de professor, mas também no papel de director da Escola de Desenho Industrial Jacome Ratton. As suas ligações ao concelho de Figueiró dos Vinhos remontam a 1882, aquando do convite do Mestre Simões d'Almeida para que este e o seu amigo José Malhoa fossem para aí viver. Tendo ganho diversos prémios e sido várias vezes galardoado, Manuel Henriques Pinto, inquestionavelmente, um dos melhores pintores do seu tempo, assume-se como paisagista de grande sensibilidade e pintor ao gosto naturalista, onde a presença humana é uma marca constante nas suas obras.



Porém, as valências naturais e artísticas do concelho, aqui referidas, somente após o fim da Primeira República foram capitalizadas pelos responsáveis municipais figueiroenses para a dinamização económica de um sector até então inexplorado - o do excursionismo e turismo.

3.5. O Município Sob a República

As sucessivas frustrações causadas pelo liberalismo moderado, sobretudo no tocante à cedências ao poder monárquico, catalizaram o ideário republicano e socialista, sistematizado na obra de José Henriques Nogueira. Nesta estava inscrito o regresso a uma autonomia local, na qual o município era encarado como base do sistema político, independente da fórmula de regime que o enquadrava, ecoando a visão popularizada por Alexandre Herculano⁷¹. O idealismo político da Geração de 70 foi, assim, um dos substratos da fundação do Partido Republicano Português, entre 1873-76: por se ter implantado desde logo junto das classes operárias, motor das lutas sociais por excelência, a tradução da sua influência, ao nível eleitoral, desde logo se fez sentir. A difícil conjuntura política e económica do último quartel do século XIX favoreceu a implantação do Republicanismo, que se efectivou, pela via armada, em 1910. Contudo, em oposição ao radicalismo do discurso, assente na descentralização, federalismo e socialismo, a Constituição de 1911 não traduziu o esperado: as transformações sociais e económicas tardaram, e a estabilidade governativa não foi atingida até ao golpe militar de 1926. À clivagem entre os trabalhadores, sindicatos e o governo republicano, e à eclosão do movimento grevista, que criou um clima de agitação social, sobretudo em meios urbanos, acresceu o quadro de crise na sequência do início da Grande Guerra.

O concelho de Figueiró dos Vinhos legou-nos alguns testemunhos sobre a turbação republicana. Instalado o novo regime, e antes de ocorrida qualquer das quatro eleições municipais (1913, 1917, 1919 e 1922), o fenómeno de tensão no espaço político local ficou patente naquele que foi o manifesto defensivo de Joaquim Lacerda Júnior, datado de 1910 e intitulado *Autopsia do Pseudo Relatório da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Figueiró dos Vinhos*. Este opúsculo, dirigido ao Governador-Civil de Leiria, foi lavrado pelo representante da autoridade administrativa na transição para o novo regime no concelho, membro do antigo partido Regenerador, mais tarde "adesivado" ao Partido Evolucionista, e responsável pela restauração da sede comarcã de Figueiró, em 1895. A motivação do autor prendeu-se com a acusação, feita pela Comissão Municipal Administrativa recém instalada em relatório de 28 de Outubro desse mesmo ano, de ser responsável por uma administração "opressora e delapidadora", de não reunir a Câmara com a periodicidade semanal prevista na Lei, do desaparecimento e não certificação de actas e, em cúmulo, o desvio, para proveito próprio e de seus familiares, de

⁷¹ Apud OLIVEIRA (1996) - "A República e os Municípios", in Oliveira, César (coord.), *Op. Cit.*, p. 243.

verbas salariais camarárias fazendo da Câmara um "*feudo de Lacerdas*". Ao tomar conhecimento que aquela Comissão pedia a sua substituição, Joaquim Lacerda Júnior elaborou o referido opúsculo, onde negava veracidade às acusações acima expressas, dando como sustentáculo das suas refutações a certificação feita pelo secretário interino da Câmara, João Rodrigues Portela. Não nos sendo possível aferir a veracidade da acusação ou defesa da questão, resta-nos constatar a dureza do debate político no seio da edilidade, e a argúcia política de Joaquim Lacerda Júnior, administrador do jornal "*O Figueiroense*", Governador-Civil de Leiria durante o Sidonismo e um dos dois impulsionadores da Hidroelétrica do Zêzere, em 1928. Muitas destas tensões, ocorridas entre facções partidárias estáveis, compostas pelos maiores proprietários fundiários, descendentes das famílias aristocráticas e membros destacados do funcionalismo, serão referidas pelos autarcas empossados em Figueiró dos Vinhos durante a Ditadura Militar e no Estado Novo, como abaixo mencionamos. Estes indícios validam as asserções de João B. Serra⁷², que desenham uma continuidade política das redes locais de influência há muito estabelecidas, sobretudo nos municípios do interior do país.

Outro documento, o Código de Posturas Paroquiais da Freguesia de Campelo, datado de 18 de Agosto de 1919, ajuda-nos a olhar para lá da realidade política local, transmitindo-nos uma imagem do quotidiano figueiroense no início de novecentos. Constituída por vinte cinco artigos, esta regulamentação mostra-nos, em primeiro lugar, que a gestão do espaço público assenta nos laços de solidariedade da comunidade: toda a beneficiação e melhoramentos do espaço público era da responsabilidade braçal dos habitantes, em determinadas alturas do ano⁷³; por outro lado, a maioria das proibições e penalizações constantes no documento reportavam-se directamente à apropriação individual ou dano causado no espaço público na sequência de tarefas agrárias⁷⁴, o que nos leva a concluir que as mesmas ocupavam a esmagadora maioria da população e condicionavam as questões mais prementes do seu quotidiano.

⁷² Cf. SERRA - "Os Poderes Locais (...)", in Oliveira, César (coord.), *Op. Cit.*, pp. 272-273.

⁷³ Cf. Junta de Freguesia do Campelo, *Código de Posturas Paroquiais*, Coimbra, Junta de Freguesia do Campelo, 1919. O art. 20º deste código estabelecia que a contribuição de cada maior de idade era de dois dias de trabalho braçal, "*na reparação de estradas e caminhos paroquiais ou qualquer serviço de utilidade pública*", sendo o incumprimento sujeito a 1\$00 de multa; a contribuição dos possuidores de bois era também de dois dias, mas o seu incumprimento, indispensável para o acarretar de pedra, era penalizado em 5\$00.

⁷⁴ Cf. *Idem, Ibidem*. A título de exemplo, destacamos as proibições e penalizações que incidiam sobre o corte, venda de cêpa (art.1º) ou queimada (art.2º) nos baldios paroquiais, a deposição de estrumeiras ou matos em caminhos, (art.3º), largos ou ruas públicas (art.4º,5º) não designadas pela junta, a obstrução de caminhos (art.7º), o desvio de águas ou dano fontes (art. 12,13) e o desvio de lenha para fora da freguesia (art. 19º).

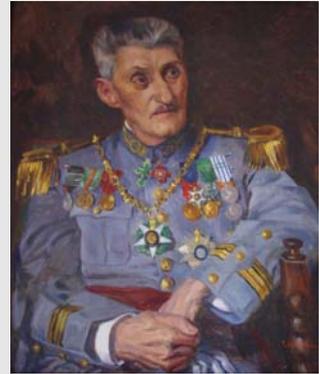
Já durante a Ditadura Militar foi descrito, em tom irónico, o estado de desenvolvimento de alguns dos territórios do concelho. Avelino Ferreira Pedro⁷⁵ narra, em 1927, uma viagem pelas freguesias dos concelhos de Ansião, Figueiró dos Vinhos e Alvaiázere, ainda conhecidas como as *Cinco Vilas e Arega*. O autor vai assumindo ao longo do opúsculo uma posição de extrema crítica em relação aos novos regimes e valores; considera o estado de atraso em que encontram as vilas fruto dos tempos adaptados à "*liberdade, igualdade e fraternidade*". Partindo de Lisboa, mais precisamente da estação do Rossio, rumo a Caxarias, no comboio das 21:00; ao chegar ao destino é impedido de transitar na estrada com destino às vilas, até às 15:00 do seguinte dia; apanha a carreira que ligava Caxarias a Maçãs de D. Maria, queixando-se de, ao contrário do que se passara no tempo da monarquia, não restar dinheiro ao governo para a construção e reparação de palácios, caminhos-de-ferro e estradas, cuja específica precaridade assim ilustra: "*A camionete vai galgando o espaço por entre nuvens de poeira, atirando-nos cá para dentro com baterias de miasmas, ao mesmo tempo que dá saltos carambolescos que só uma construção mais do que sólida pode evitar o seu total desconjuntamento*". Natural de Maçãs de D. Maria, descreve esta como a mais proeminente das seis freguesias. Ao chegar ao destino enceta a descrição das várias freguesias, que precede de uma apreciação geral: nota em todas elas a extinção do "*espírito de conservação*" dos monumentos e belezas locais, que considera arruinados, apontando, em acrescento, ao desmazelo do património edificado e o vandalismo exercido sobre imagens e nichos religiosos, em sua opinião, resultado dos "*ventos da vermelha Rússia*"; em paralelo, diz apenas verificar nas novas construções o primado da extravagância; destaca ainda a rudeza e incultura das gentes do campo. As suas considerações sobre Aguda e Arega são breves: selecciona de Aguda as suas qualidades naturais: "*serras e mais serras, rochedos e mais rochedos, vales profundíssimos, mas a embelezar muitas florestas de onde também se podem ver extensas várzeas*". Fala da vila de Arega sublinhando a falta de boas estradas de ligação a Figueiró dos Vinhos e Cabaços; destaca ainda a produtividade da terra e a boa qualidade da água. Em súmula, e ainda que possa ser considerado parcial, este relato identifica vários problemas remanescentes no fim da terceira década do século XX: baixa alfabetização, isolamento viário, falta de investimento público e privado – clássicos impedimentos ao progresso de um concelho.

Neutel Martins Simões de Abreu (Figueiró dos Vinhos, 1871 – Figueiró dos Vinhos,

⁷⁵ Passim PEDRO (1927) - *Apontamentos Resumidos Respeitantes às Cinco Vilas e Arega*, Lisboa, Imprensa da Armada.

1945)

Filho de Domingos António Simões e Maria das Dores Ferreira de Abreu, completou a instrução primária na sua terra natal e, em 1888, assentou praça no Regimento de Infantaria 11 de Setúbal. Rumou a Macau em 1890, sendo transferido para Angola, no ano seguinte, onde foi colocado no Batalhão de Caçadores 4. Nessa então Província Ultramarina esteve colocado até 1898, ano em que embarcou com destino a Moçambique. Aí construiu destacada reputação no serviço do Exército Português: teve papel preponderante na fase final estratégia político-militar chamada Pacificação de Moçambique, designadamente na campanha dos Namarrais (1905-1913), dispensando provas de aptidão para promoção a Major. Neutel de Abreu distinguiu-se também como colono, nomeadamente como impulsionador do estabelecimento de diversas infra-estruturas básicas no território, e participou na fundação, em 1907, daquela que veio a ser a cidade de Nampula.



Joaquim de Araújo Lacerda Júnior (n. Figueiró dos Vinhos, 1874 – Figueiró dos Vinhos, 1953)

Filho de Joaquim de Araújo Lacerda e Ana Augusta da Conceição Lacerda, herdou familiarmente antiga casa de lavoura. Destacou-se pelo empenho na vida política concelhia e regional, filiando-se ainda jovem no Partido Regenerador. Desempenhou variadas funções na edilidade, tanto no Senado Municipal como na Secretaria da Câmara. Foi gestor do semanário "O Figueiroense", órgão local de defesa política do ideário a que era afecto. Já no regime republicano aderiu ao Partido Evolucionista, numa época de aceras lutas no concelho e em todo o distrito. Durante o Sidonismo foi Governador - Civil de Leiria, e já no Estado Novo foi um dos envolvidos na edificação da Hidro - Eléctrica local. Foi ainda provedor da Misericórdia de Figueiró.



3.6. Estado Novo e Desenvolvimento Local

Entre a tomada do poder pelos militares, em 28 de Maio de 1926 e o derrube do regime pelos mesmos, em 25 de Abril de 1974, viveu o país uma nova experiência de poder central, primeiro com a ditadura militar (1926-33), depois com o regime do chamado Estado Novo. Oliveira Salazar, Ministro das Finanças e mais tarde Presidente do Conselho de Ministros, desenvolveu, a partir de 1930, os fundamentos de um Estado centralista, autoritário e corporativo; neste novo regime, a dependência das autarquias em relação ao poder central, consagrada no Código Administrativo publicado entre 1936 e 1940 foi total⁷⁶. Paradoxalmente, ou talvez não

⁷⁶ Cf. OLIVEIRA, "Os Estado Novo e os Muncípios Corporativos", in Oliveira, César (coord.), *Op. Cit.* p. 287.

como abaixo demonstraremos, os anos de 1928 a 1948 foram de acentuado desenvolvimento para o concelho de Figueiró dos Vinhos.

A compreensão deste período da vida do concelho encontra-se inelutavelmente ligada à observação de duas personalidades, cuja ascensão esteve directamente associada a um processo de identificação ideológica com o novo regime - José Martinho Simões e Manuel Simões Barreiros, naturais da freguesia de Campelo. Releva sumamente para o estudo da história deste segmento temporal o testemunho de Manuel Simões Barreiros, pelo próprio registado⁷⁷: o discurso do autor reflecte um clima de encarniçadas lutas pelo poder, mas sobretudo a preocupação com a inventariação da obra legada à posteridade, após doze anos de serviço. O jornal "*Regeneração*"⁷⁸, acima referido, marcou o assumir de um ideário anti-republicano, regionalista e renovador, que acabou por fazer convergir os seus fundadores, já parte do executivo local em 1931, no movimento de fundação da delegação distrital da União Nacional em Leiria⁷⁹. A essa data, já tais protagonistas se referiam aos momentos anteriores à instauração do Estado Novo como "*antigos e bem pouco saudosos tempos democráticos*"⁸⁰, testemunho da sua insatisfação com o clima de instabilidade social e política vividas, não apenas ao nível do poder central como também local.

José Martinho Simões (n. Figueiró dos Vinhos, 1891 – m. Lisboa, 1934)

Filho de José Martinho Simões e de Maria Benedita, família de comerciantes de tecidos, completou o liceu em Setúbal, em 1908, onde seu pai se havia estabelecido alguns anos antes. Prosseguiu estudos na Universidade de Coimbra, concluindo Direito em 1917. Participou na Grande Guerra como oficial miliciano, mantendo-se integrado no regimento de Infantaria 35 (Coimbra) até 1921. Retornou posteriormente à sua terra natal, onde preencheu o lugar de Conservador do Registo Predial e abriu escritório de advocacia. Com Manuel Simões Barreiros empenhou-se na vida política local e foi co-fundador do periódico "*A Regeneração*", em 1925; após o golpe militar de 1926



⁷⁷ Vide BARREIROS (1943) - *Doze Anos de Administração Municipal. 1930-1942*, Lisboa [Tipografia dos Caminhos de Ferro].

⁷⁸ Este título, fundado em 1925, foi produto de uma nova elite; até então parece ter sido predominante a descedência da aristocracia local e elite fundiária, mas o perfil e percurso dos co-fundadores deste jornal, José Martinho Simões, João António Semedo e Manuel Simões Barreiros, respectivamente advogado, professor e médico, denunciam o progressivo destaque meritocrático dos protagonistas locais.

⁷⁹ Cf. BARREIROS, *Op. Cit.*

⁸⁰ Cf. *Idem, Ibidem.*

foi Presidente da Comissão Administrativa da autarquia. Indicado pelo Ministro da Justiça, Manuel Rodrigues, para Director - Geral da Administração Política e Civil e Director - Geral do Ministério do Interior, desempenhou tais funções até à sua súbita morte.

Manuel Simões Barreiros (n. Figueiró dos Vinhos, 1894 – m. Vila Pouca de Aguiar, 1948)

Filho de José Simões Barreiros e Maria dos Santos, colaborou com seu pai no comércio ambulante de tecidos pelas províncias do Norte, após ter completado o ensino primário. Prosseguiu posteriormente estudos liceais e universitários em Coimbra, licenciando-se em Medicina no ano de 1920; regressou à vila e sede de concelho nesse mesmo ano, abrindo aí consultório. Com Martinho Simões participou na oposição ao poder local instalado, tendo com órgão difusor "A Regeneração", saído pela primeira vez em 1925. Dois anos depois do golpe militar de 1926 tornou-se presidente da primeira Comissão Municipal de Turismo, através da qual promoveu melhoramentos em espaços públicos da vila de Figueiró; nesse mesmo ano Figueiró dos Vinhos foi elevada a "Estância de Turismo" pelo Governo. Em 1930 foi Vice-Presidente da Câmara, tendo dois anos depois ocupado o lugar da Presidente da mesma, até 1947. Por esses anos foram objecto de obra autárquica a construção de infra-estruturas básicas como ligações rodoviárias, pontes e saneamento de algumas zonas do concelho. Paralelamente à sua actividade política e médica, foi Simões Barreiros armazenista e industrial de camionagem.



O prefaciador de *Doze Anos de Administração Municipal*, Jorge Simões, um dos responsáveis pelos "Álbuns Turísticos" produzidos na década de 30 sobre o concelho, não se limitou a registar uma biografia celebratória do autarca, ilustrando com alguma minúcia o seu percurso político até à chegada ao poder. Daí pudemos retirar a imagem de um homem de origens simples, filho de um comerciante da terra, que logrou ser bem sucedido na prossecução de estudos, licenciando-se em Medicina, para em 1920 d.C. se tornar médico municipal. O prefaciador apontou Martinho Simões como uma das principais figuras de referência e apoio a Simões Barreiros; advogado, responsável pela Conservatória do Registo Predial de Figueiró dos Vinhos e seu amigo pessoal, Martinho Simões com ele partilhou a luta contra os "instalados" republicanos. Para Simões Barreiro e Martinho Simões, os republicanos figueiroenses haviam exaurido o concelho com lutas pessoais, caciquismo e extorsões, movendo-lhes a eles, representantes de uma sensibilidade política local, acções que consideravam persecutórias⁸¹.

⁸¹Cf. *Idem, Ibidem*, Um dos episódios ilustrativos aí narrados coloca Martinho Simões, desde 1925 pertencendo à administração do Município, como alvo de queixa e inquérito à porta fechada, por parte do então Presidente, que em sequência o teria substituído pelo próprio genro.

Após o 28 de Maio, foi Martinho Simões conduzido ao cargo de Presidente da Comissão Administrativa do concelho pelo Governador-Civil, mais precisamente a 19 de Julho de 1926; aquele apenas encabeçou tal comissão até ao ano seguinte, por ter aceite o convite do então Ministro da Justiça, seu colega de faculdade e amigo, Manuel Rodrigues, para os cargos de Director-Geral da Administração Política e Civil e Director-Geral do Ministério do Interior, que desempenhou, várias vezes em favor da terra de origem, até à sua súbita morte, em 1934. A nomeação destas Comissões Administrativas reflectia o cumprimento do Decreto-Lei nº 11.875 de 13 de Julho de 1926⁸², segundo o qual as ditas deveriam ser nomeadas únicos órgãos de poder nos concelhos, situação que acabou por persistir por dez anos, até à promulgação do novo Código Administrativo. Com este último, o Presidente da Câmara, nomeado pelo Governo, dominava os restantes órgãos municipais, sendo ao mesmo tempo magistrado municipal e representante do poder central; a dependência financeira do município em relação à administração central era total, com excepção de, anualmente, poderem ser lançadas percentagens adicionais sobre a contribuição predial e industrial.

O testemunho de Simões Barreiros sobre este período, por não poder ser relativizado através da comparação com outros testemunhos de opositores políticos, apresenta o perigo de ser tomado como cânone dos acontecimentos; cremos que, apesar da inerente parcialidade, *Doze Anos de Administração Municipal* é uma fonte directa de grande valia. A obra divide-se em três partes: uma primeira, em que é derito e contextualizado o concelho, bem como sua situação até à chegada de Simões Barreiros à autarquia; uma segunda, em que o autor faz a narração do trabalho levado a cabo ao longo de uma dúzia de anos, e à qual anexa os três últimos relatórios de gerência municipal; por último, uma terceira, em que Barreiros inclui a reacção de alguma imprensa nacional e local à obra feita.

Em consonância com as descrições de Avelino Ferreira Pedro, Manuel Simões Barreiros afirmou ter-se vivido no concelho, antes do 28 de Maio, em "*pleno estado primitivo*"⁸³. Segundo aquele, todas as estruturas de uso público, como fontanários, pontes, estradas, escolas e estabelecimentos de saúde, ou não existiam ou estavam votadas ao abandono. O jogo político pós-28 de Maio foi resumido pelo autor como a tensão entre "*os novos*", assim designando o grupo da *Regeneração*, e os restantes adversários; o seu discurso não permitiu apurar se configuravam um ou dois grupos, havendo apenas menção expressa a representantes locais do antigo

⁸² Cf. OLIVEIRA, *Op. Cit.*, p. 304.

⁸³ *Apud* BARREIROS, *Op. Cit.*

Partido Democrático, que tentavam a continuidade no poder através das suas reservas de candidatos “*pseudo-independentes*”.

Dois oficiais do Governo Provisório asseguraram, no período de 28 de Maio a 19 de Julho desse ano, a administração do concelho, após o qual terão levado ao Governador-Civil a proposta de nomeação de Martinho Simões para presidente da nova Comissão Administrativa Municipal: nesta mantiveram-se representadas ditas “*facções*”, com José Manuel Godinho e o Tenente Carlos Rodrigues Manata como vogais. As principais preocupações foram o saneamento de dívidas através de novas receitas e a electrificação da vila sede-concelhia. O Tenente Carlos Rodrigues Manata, em colaboração com o já referido Joaquim Lacerda Júnior, empreendeu esta iniciativa; a Hidroelétrica do Zêzere fez chegar luz e telefone a Figueiró em 1928, e a sua inauguração ocorreu no ano seguinte.

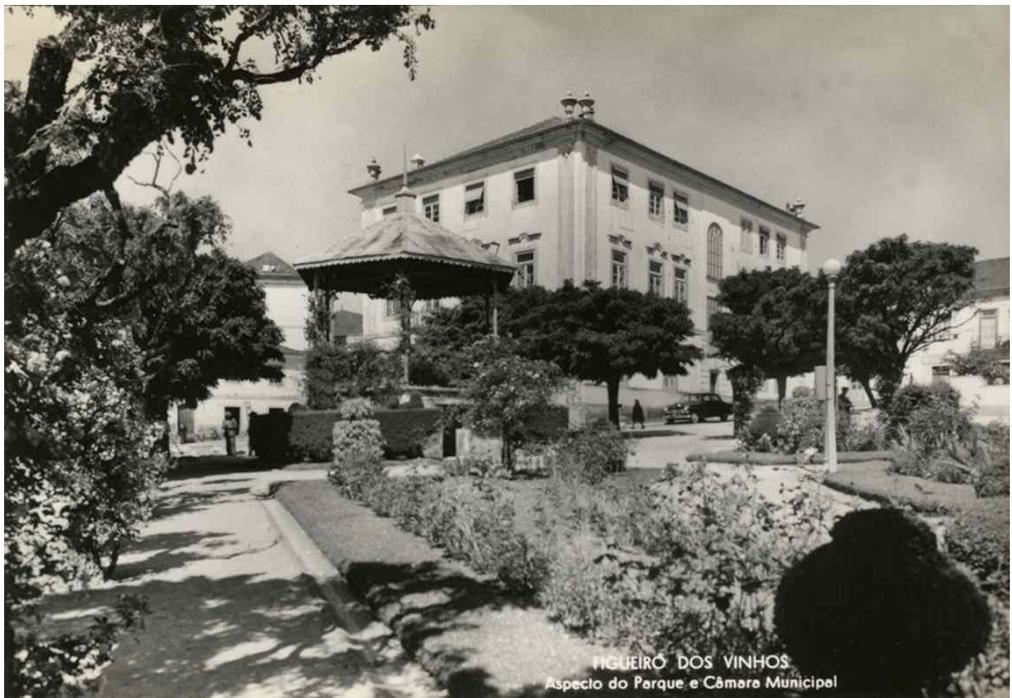
Ao fim de um ano, como já referido, registou-se a saída de Martinho Simões da presidência da comissão, destabilizadora para a nova e frágil estrutura de administração concelhia: os vogais foram afastados pelos partidos ou exonerados de funções, ficando o executivo inactivo durante meses. No novo quadro estatal centralista e corporativo, em que a influência junto dos representantes do governo da Nação era decisivo para o desenvolvimento local, a nomeação de Martinho Simões teve consequências positivas: Barreiros afirmou categoricamente ter sido a influência de Martinho Simões catalizadora da elevação de Figueiró a Estância de Turismo, pelo Decreto nº 15.347, de 11 de Abril 1928. cremos que esta personalidade, de acordo com a prática da época⁸⁴, terá também tido importância no processo de afectação ao município de verbas dos Fundos Estatais⁸⁵, a que abaixo nos referiremos, para a construção e reparação de estruturas públicas no concelho.

⁸⁴ Vide OLIVEIRA, *Op. Cit.*, p. 313. No capítulo “O Estado Novo e os Municípios Corporativos”, Oliveira afirma que durante este regime, mais especificamente até 1969, as obras públicas locais dependiam bastante mais das pressões exercidas por personalidades locais com força política, que das exercidas pelas autarquias.

⁸⁵ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 312. A afectação de dinheiros do Estado às Câmaras Municipais fazia-se por meio do Fundo de Desemprego (direccionado para a construção de escolas, saneamento, habitação social, electrificação, arruamento, etc.) e Fundo de Melhoramentos Rurais (dedicado a estradas, caminhos e pontes); o Estado participou mediante candidatura, obras públicas locais, de 1928 a 1953, ano em que se lançou o primeiro Plano de Fomento, primeira fórmula de coordenação dos investimentos em contexto regional.



Parque Municipal (Figueiró dos Vinhos)



Câmara Municipal (Figueiró dos Vinhos)



Avenida dos Plátanos (Figueiró dos Vinhos)

A chegada de Simões Barreiros a um cargo autárquico aconteceu em 1928, através da sua nomeação para um órgão camarário consultivo, a Comissão Municipal de Turismo; tanto a criação deste órgão como a anterior elevação do concelho a Estância de Turismo inscreveram-se no processo de valorização política e económica, com raízes no século anterior, das potencialidades ambientais, históricas e artísticas do concelho, e que se encontra em curso até ao momento presente. Ciente destas mesmas potencialidades, Simões Barreiros responsabilizou-se pelo projecto e execução do Jardim Municipal e do Parque Municipal, orçados em 200 mil escudos. Logo beneficiou da dotação, que considerou magra, de quinze mil escudos anuais, não referindo as restantes fontes de financiamento; presumimos que, em analogia o que se passava no país, nos anos seguintes o montante em falta houvesse sido congregado junto de proprietários, industriais, comerciantes e amigos do Concelho.

Carlos Rodrigues Manata (Figueiró dos Vinhos, 1891 – Figueiró dos Vinhos, 1964)

Voluntariamente alistado no Exército, assentou praça aos 17 anos, tendo feito parte do Corpo Expedicionário Português enviado à Grande Guerra. Após regressar dirigiu a Escola de Recrutas de Penafiel, passando de seguida à reserva. No seu percurso civil destacou-se pelo desempenho de cargos públicos autárquicos, como Vice-Presidente da Câmara Municipal, Administrador Concelhio e Gerente da Hidro-Eléctrica Figueiroense.



Beatriz José de Lacerda e Almeida (Figueiró dos Vinhos, 1891 – Figueiró dos Vinhos, 1970)

Filha de Augusto de Araújo Lacerda e Maria de São José Lacerda e Almeida, cursou Instrução Primária na Escola Normal de Coimbra, tendo sido de seguida colocada na Escola Primária de Vilas de Pedro, freguesia de Campelo. Alguns anos depois efectivou-se na Escola Primária de Figueiró dos Vinhos. No início da década de 30, aquando da sua aposentação por invalidez, iniciou o estudo de desenho e pintura junto de José Malhoa, formação interrompida com o falecimento daquele, e retomada com Fausto Sampaio e Mário Augusto. Durante a sua ligação à Sociedade Nacional de Belas Artes, na década de 30 e 40, participou em várias exposições e mostras colectivas.



No ano de 1930, assumiu a Vice-Presidência do Município, constatando o estado avulso das contas da edilidade, das quais não existiam, por exemplo, quaisquer registos de Tesouraria dos dois últimos anos. A sua intervenção teria sido mal recebida pelo funcionalismo e pelo Presidente, sendo a situação muito tensa até 1932, ano em que Barreiros foi superiormente designado para presidir a uma nova Comissão Municipal Administrativa. A continuidade destas lutas intestinas não parece ter sido interrompida daí em diante: anos mais tarde, confrontado com um inquérito externo às contas camarárias pedido ao poder central pelos seus opositores, publica num dos Relatórios de Gerência Municipal, em comparação com a sua administração, as contas referentes à época que denomina como "*tempo dos partidos*", entre 1920-1925 - anos em que alguns dos mesmos opositores teriam tido responsabilidade na edilidade -, apresentavam despesas quase sempre iguais às receitas e nenhuma obra tinha sido efectuada.

Numa sistematização dos dez anos de administração que se seguiram, destacamos duas linhas-mestras de actuação: a melhoria da qualidade de vida da população, através de uma campanha de obras públicas alargada a todo o espaço concelhio, mas sobretudo beneficiadora da vila de Figueiró; a adaptação e projecção da imagem de progresso do território concelhio como modelo de desenvolvimento local do Estado Novo.

Os Relatórios de Gerência Municipal de 1939, 1940 e 1942, são apresentados no documento como "*penhor de transparência*" dessa campanha. Após a anterior fase de endividamento da Câmara⁸⁶, cuja única ocupação, segundo aquele, teria sido a colheita de percentagens adicionais às contribuições para o Estado, Barreiros produziu e apresentou tais relatórios desde 1936, neles registando o investimento em obras públicas e sociais: dentre as primeiras destacou a



Paços do Concelho, antes do incêndio (Figueiró dos Vinhos)

macadamização de estradas entre as aldeias e vilas, o abastecimento de águas através de fontanários nas aldeias e ao domicílio à vila de Figueiró, em 1936; das segundas sublinhou a criação das Casas do Povo de Figueiró e Campelo e a transformação da Associação Comercial e Industrial em Grémio, um ano mais tarde⁸⁷.

A partir de 1940, o contexto de guerra diminuiu o ritmo de investimento, por se terem tornado as obras "*mais caras e morosas*"; o contributo dos naturais

⁸⁶ Cf. BARREIROS, *Op. Cit.* O autor declarou ter encontrado a Câmara devedora aos Hospitais Cívicos de Lisboa e Porto, aos médicos municipais (a quem devia salário havia dois anos) e à Banca.

⁸⁷ A leitura dos Estatutos do Grémio Regional de Figueiró dos Vinhos, fundado em 1937 pudemos, e da Casa da Comarca de Figueiró dos Vinhos, de 1966, faz destas associações exemplo, dentro do espaço concelhio e na capital do país, respectivamente, de canais sociais cujo objectivo expresso era a promoção dos interesses locais, através do estabelecimento de redes de contacto e entajuda. *O Boletim da Casa da Comarca de Figueiró dos Vinhos*, no seu número único comemorativo do vigésimo aniversário, fez um balanço positivo da chamada "*causa regionalista*" razão de ser da casa da Comarca; a actividade de beneficência e educação, o culto da memória e o anúncio de serviços e contactos eram destacados como fundamentais.

residentes em Lisboa, entretanto associados na Casa da Comarca de Figueiró dos Vinhos, foi destacado. Parece ter emergido por esta altura, após a criação de outro órgão consultivo municipal, a Comissão de Higiene, a assunção da responsabilidade pública na profilaxia da doença: uma panorâmica sobre os dados relativos ao Hospital de Figueiró⁸⁸ permite-nos registar o tratamento maioritário de doenças venéreas e tuberculose. No relatório de 1942 aparece, pela primeira vez, uma rubrica referente a gastos com património, nomeadamente na conservação da Igreja Matriz, cujos trabalhos se iniciaram nesse ano pela Direcção de Monumentos Nacionais. A Igreja da Misericórdia, e as Capelas do Cabeço do Peão e do Campelo estão também referenciadas.

Apesar de incondicional partidário do regime, Simões Barreiros protagonizou a crítica dos autarcas à administração central, no quadro de defesa dos interesses locais e regionais: o edil foi representante dos Municípios Rurais de Entre Douro e Tejo à Câmara Corporativa, nas legislaturas de 1936 a 1939 e de 1939 a 1942, sendo a sua intervenção desfavorável à excessiva centralização de poderes (executivos e económicos) consagrada no Código Administrativo, registada no parecer da Câmara sobre a promulgação do mesmo. Após o seu consulado municipal, terminado em 1947, a imagem do Concelho de Figueiró dos Vinhos ficou durante os anos seguintes cristalizada como modelo de materialização do espírito *res non verba (acção, mais que palavras)*, propugnado pelo regime.

A promoção do turismo, questão premente desde 1928, beneficiou do melhoramento de acessos e construção de outras infraestruturas concelhias. Uma das acções que neste âmbito mais destaque teve foi a publicação, a partir da iniciativa da comissão municipal específica, de dois "*Álbuns de Turismo*", em 1934 e 1938, em que se publicitavam o património histórico e ambiental. Cremos que a publicação visava sobretudo a atracção do público excursionista, pois apenas no termo dos anos trinta Simões Barreiros referiu a necessidade de construção de uma primeira unidade hoteleira.

Estes álbuns seguem uma mesma estrutura: contextualiza-se o concelho, recomenda-se a visita ao "*Triângulo Castanheira de Pêra - Figueiró dos Vinhos - Pedrógão*", sublinham-se os acessos e itinerários rodoviários e ferroviários; apresentam-se a História e as personagens ilustres do concelho, a que se segue a ilustração das belezas naturais, espaços públicos e comodidades modernas existentes. A segunda edição, revista e melhorada graficamente, aparece como um instrumento mais acabado: trata-se dum

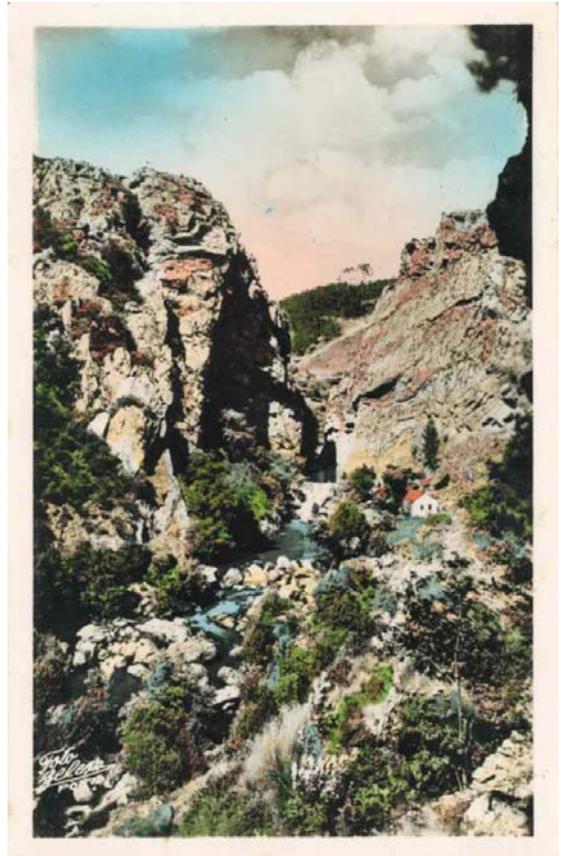
⁸⁸ Cf. BARREIROS, *Op. Cit.* Os dados estatísticos referentes ao atendimento no Hospital de Figueiró dos Vinhos constam no Relatório de Gerência de 1940.

verdadeiro caderno turístico, sendo o discurso promocional mais especializado, assente na transmissão do conceito “*Figueiró, local de repouso*”. As mais profusas estampas mostram os melhoramentos urbanos em curso, destacando-se os novos Paços do Concelho, o teatro, os clubes, os miradouros.

Mais importante que esta promoção impressa, terá sido, em tal contexto, a participação do município na Exposição Distrital de Leiria e nas Comemorações Centenárias de 1940, com epicentro em Coimbra, integrada na Junta de Província da Beira Litoral.

Aspecto incontornável, ainda que pouco documentado, da face sócio-económica do concelho, com expressão óbvia na vila-sede, foi o desenvolvimento do comércio de lanifícios⁸⁹: os primeiros armazéns sedeados em Figueiró terão sido criados no início da terceira década do século XX, tendo-se desenvolvido sobretudo esta actividade entre princípio da década de quarenta e sessenta. Abastecendo-se de peças têxteis providas sobretudo de Avelar, Castanheira de Pêra e Covilhã, os

armazenistas não satisfaziam apenas uma clientela local limitada, como encomendas (expedidas por via rodoviária e ferroviária) de pequenos lojistas, a par de pracistas e de vendedores ambulantes que, a retalho, abasteciam mercados e feiras de todo o país.



“*Belezas Naturais*”

⁸⁹ Para a aproximação ao período de desenvolvimento dos armazéns de lanifícios no concelho, recorremos, sob forma de entrevista concedida em 11 de Fevereiro de 2004, à memória viva do Sr. Sesinando Loja, armazenista entre 1948 e 1973, bem como às publicações da Associação de Comércio e Indústria de Figueiró dos Vinhos e Grémio Regional de Figueiró dos Vinhos.

O período de maior aprofundamento da autarcia pode ser balizado entre o final dos anos 1920 (na sequência da crise mundial iniciada em 1929) e os anos 1950. Estanca-se emigração para fora do país, o que tem como consequência, por um lado o aumento de população e o correlativo alargamento da superfície agricultada e, por outro lado, o incremento das migrações internas.

O aumento demográfico cria também algumas oportunidades de negócio local, decorrentes a um tempo da maior oferta de mão-de-obra e de algum alargamento do mercado local.

Os movimentos migratórios internos têm principalmente dois destinos, que aprofundam tendências antigas e remontam a períodos de conjunturas homólogas no século XIX. Os trabalhadores rurais e o campesinato estabelecem movimentos sazonais para o Ribatejo (cava das vinhas, mondas, colheitas) e, em menor grau, para o Alentejo e para as áreas de agricultura intensiva nos arredores de Lisboa: na generalidade são conhecidos nas principais áreas de acolhimento por gaibéus, bem retratados nas obras de Alves Redol dedicadas à vida da Lezíria e do *Bairro no Ribatejo*.

Para os trabalhadores braçais aumentou a corrente migratória para os trabalhos da estiva no Porto de Lisboa, que remontava pelo menos ao século XVIII e se intensificara e consolidara no século XIX com o grande consumo de madeira na construção civil (gaioleiros...) e também com a exportação de toros de pinho para esteios de minas, nomeadamente para o Reino Unido. Ora, o movimento migratório deve ter acompanhado, como no Médio Tejo, o transporte das madeiras de pinho: por flutuação no Zêzere até Punhete/Constância e Paio de Pele/Praia do Ribatejo e a partir daqui por jangada Tejo abaixo até Valado, para no troço final, já com maré, o transporte se fazer por barco.

Assim, vinha de longa data o conhecimento da Lisboa Ribeirinha, em especial da parte oriental – Xabregas, Alfama, onde se radicaram inúmeros figueiroenses.

Os filhos dos estratos sociais imediatamente acima e inclusivé de uma classe média sob pressão demográfica familiar eram “enviados” para trabalhar no comércio lisboeta, em particular nas áreas onde a comunidade figueiroense estava de algum modo representada. Em geral cada comunidade (originária de dado concelho, grupo de concelhos vizinhos ou mesmo de uma freguesia) “tomava” uma especialidade; aos de Figueiró

dos Vinhos couberam os talhos, o que não significa que também não se dedicaram a outros comércios mercearias, leitarias.

Os mais letrados (a instrução primária completa, ou mais...) procuravam emprego na administração pública, desde as polícias aos postos reservados aos detentores de graus académicos.

Estes movimentos migratórios permitiram a sobrevivência e algum progresso material do concelho num período de grandes carências em vários domínios: as remessas para a subsistência dos familiares, o investimento nas casas e na terra, muitas vezes com o fito de um dia vir a "gozar", na terra, a terceira idade.

Quadro 4 - Estado Novo: Investimentos Municipais e Comparticipações no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 1928-1953

Fundo de Desemprego	Total (%)	58,5
	Taxa de Comparticipação (%)	33,6
	Dimensão Média de Obra (Esc.)	119.326\$00
	Orçamento	3.699.121\$00
	Comparticipações Pagas	1.241.654\$00
Fundo de Melhoramentos Rurais	Total (%)	41,5
	Taxa de Comparticipação (%)	53,8
	Orçamento	2.626.143\$00
	Comparticipações Pagas	1.412.550\$00
Número de Obras		31
Taxa de Comparticipação Geral (%)		42,0
Investimento Não Comparticipação (% Total)		58,0
Orçamento por Habitante		526\$00
Comparticipação por Habitante		221\$00

Fonte: OLIVEIRA, (Coord.) (1996)

Segundo César Oliveira, o fim da autarcia deu-se com a aplicação dos Planos de Fomento: de 1953 até ao 25 de Abril de 1974, a fórmula de Planos de Fomento enquadrava a concepção e aplicação de estratégias estatais para o desenvolvimento nacional, atentas à escala regional. Essa fórmula não implicou, contudo, a detenção da progressiva litoralização do país ou da emigração; a procura de melhor vida fora da terra de origem foi fenómeno que atingiu também a população de Figueiró dos Vinhos. E a partir dos anos 50, mas sobretudo já nos anos 60, como o resto do País sobrepovoado e mal preparado para aproveitar os seus recursos (materiais e humanos), os figueiroenses descobrem de novo o caminho dos "brasis", que agora estão mais próximo, na Europa, na França em particular.

3.7. Democratização e Novos Desafios

As mutações analisadas neste sub-capítulo só podem ser analisadas à luz da história política e institucional, pois as grandes alterações ao nível das mentalidades e vivências do espaço analisado apenas se podem observar na média e longa duração, que a proximidade cronológica nos não permite⁹⁰.

Apesar das transformações sofridas por Portugal (ao nível demográfico e económico) a partir dos anos 60 do século XX, o derrube dos municípios corporativos somente foi possível após o fim do Estado Novo. A reforma administrativa de 1959 teve um alcance deveras limitado, e a criação da Comissão Inter-Ministerial de Planeamento e Integração Económica, em 1966, não acolheu qualquer representante dos municípios, o que reforçou a situação de total dependência dos mesmos até então vivida. Apenas a criação das quatro Regiões/Plano, com as respectivas Comissões de Planeamento Regional, esbateu o profundo divórcio entre a esfera local e central.

Na sequência dos movimentos militares e sociais do 25 de Abril, não encontramos, na bibliografia e fontes dedicadas a Figueiró dos Vinhos, descrições que ilustrassem uma das mais frequentes manifestações populares do período revolucionário, o “assalto” ou ocupação dos edifícios municipais, como ocorrido no caso do vizinho concelho de Castanheira de Pêra⁹¹, protagonizado por membros do MDP/CDE, com o apoio do PCP e PS. Os meses seguintes, após ter sido formado o I Governo Provisório, a 15 de Maio, foram de constituição de “comissões de trabalhadores”, que tomaram para si a tarefa de afastamento dos funcionários e membros dos executivos mais conotados com o anterior regime, ocorrendo reuniões plenárias para a constituição de comissões administrativas. Até ao fim do ano foram exonerados todos os anteriores presidentes das autarquias corporativas, completando-se o processo de “saneamento” das mesmas. Figueiró dos Vinhos viu nascer no seguinte ano de 1975 um nóvel título de imprensa, a “*Comarca de Figueiró*”.

⁹⁰ Em acréscimo, a análise da economia e demografia locais novecentistas, essenciais para o conhecimento do concelho, encontram-se elaboradas noutra capítulo desta monografia.

⁹¹ Cf. AAVV (1996) – *25 de Abril Por Cá. Distrito de Leiria. Imagens e Depoimentos*, Leiria, Edição Magno I & I. Neste documento, Kalidás Barreto descreve a ocorrência dessa tomada popular de poder.

Foi preciso esperar por 1976, para ver consagradas na nova Constituição duas premissas que, até ao presente, enformam a realidade local: a descentralização do Estado e a autonomização das autarquias. O Título VIII da Constituição da República foi dedicado ao poder local, constando no art. 237º a consagração das autarquias como “*peçoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesse próprios das populações respectivas*”⁹²; por este artigo deixaram de ser as autarquias uma forma indirecta de administração central, passando a órgãos autónomos na estrutura democrática do poder político. Estabeleceram-se três novos níveis administrativos: freguesias, municípios e regiões administrativas, sendo que este último manteve alguma ambiguidade, devido à manutenção dos distritos. O artigo 240º, ao estabelecer um Património e Finanças Locais próprios, visava quebrar a antiga dependência económica da administração central e cumprir a premissa da descentralização. As primeiras eleições democráticas ocorreram nesse mesmo ano, já num quadro de maior estabilidade política, com todos os órgãos de soberania em função.

Quadro 5 - Investimento Total Apoiado e Investimento Total da Administração Pública Apoiado pelo FEDER realizado até 1994 no Concelho de Figueiró dos Vinhos (euros)

Investimento Total	1986/88	1.010.654
	QCA 1989/1993	5.847.907
	Total	6.858.561
	Capitação	858
Investimento Total da Administração Pública	1986/88	1.010.654
	QCA 1989/1993	3.396.056
	Total	4.406.710
	Capitação	549

Fonte: OLIVEIRA, (Coord.) (1996)

De 1976 a 1985, foi concebida e promulgada a legislação que hoje define o poder local: destacamos em 1977 a Lei das Autarquias, que desenhou com maior precisão as suas atribuições, competências e órgãos, e a Lei das Finanças Locais, de 1984, revista três anos volvidos, chamada por César Oliveira a “*carta de alforria dos municípios*”. A tensão entre administração local e central não desapareceu, persistindo a propósito da determinação dos critérios de distribuição de financiamento previsto no Plano de Investimentos da Administração Central (PIDAC), da concretização dos Contratos/Programa entre autarquias e ministérios, decorrentes do mesmo, bem como da afectação de verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)⁹³.

⁹² *Apud* OLIVEIRA, “O 25 de Abril e a Ruptura com os Municípios Corporativos”, in Oliveira, César (coord.), *Op. Cit.*, p. 354.

⁹³ Cf. OLIVEIRA, “A Contrução do Poder Local Democrático”, in Oliveira, César (coord.), *Op. Cit.*, p. 379.

O concelho de Figueiró dos Vinhos aprovou em 30 de Setembro de 1994, em Assembleia Municipal, posteriormente acrescido de parecer favorável por parte da comissão técnica camarária, o seu Plano Director Municipal⁹⁴, instrumento indispensável para a celebração dos referidos Contratos/Programa com a administração central. Este plano avalia e regula a realidade concelhia presente, nele se reflectindo também as fragilidades e forças contemporâneas do concelho. Os novos desafios postos ao território e população do município de Figueiró dos Vinhos derivam, como se pode concluir, dos processos de democratização e "europeização" de Portugal, ainda em curso: a nova articulação entre *centro* e *local* implica a consideração dos níveis e contextos sub-regional, regional, nacional e comunitário. Deixando de existir autarcicamente, Portugal passou a funcionar num quadro internacional. Os fundos comunitários, disponíveis desde a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), permitiram que em 1986 se encetasse a convergência com outros países-membros e a correcção das assimetrias regionais internas - cavadas sobretudo entre o Litoral e o Interior. Neste mesmo contexto, o investimento nas e pelas autarquias deixou de passar apenas dos simples "melhoramentos materiais" para a aposta na realização profissional, desportiva e cultural da população, ou seja, na qualidade de vida e no bem-estar.

Pelo que aqui fica dito, poderá a especificidade identitária figueiroense, diacronicamente observada neste capítulo, representar uma vantagem para o seu futuro.

⁹⁴ Vide *Diário da República*, 1ª Série-B, nº 35/1995. Nesta data foi emitida a resolução nº 11/95, em que se ratificava, em Conselho de Ministros, o referido Plano.



POPULAÇÃO

1. Introdução

A história da ocupação e vida do espaço concelhio, desenvolvida no capítulo precedente, abordou os traços da evolução humana em Figueiró dos Vinhos desde as primeiras comunidades aí estabelecidas, cujos indícios remontam ao século X a.C., aflorando alguns aspectos relacionados com a sua evolução populacional.

Considerando a dinâmica demográfica essencial no desenvolvimento concelhio, o presente capítulo valorizará uma análise territorial que permita evidenciar as grandes alterações ocorridas naquele domínio, designadamente no que se refere à evolução dos efectivos populacionais no último século, destacando os factores mais relevantes em cada momento censitário: população residente; natalidade; mortalidade; movimentos migratórios e estrutura etária.

O comportamento demográfico de Figueiró dos Vinhos será analisado à luz de um enquadramento regional, envolvendo igualmente, quando possível, uma análise ao nível da freguesia⁹⁵, no sentido de permitir ao leitor uma compreensão territorial das grandes tendências demográficas do município, que não se esgotam, obviamente, à escala concelhia, mas são transversais às dinâmicas demográficas da Sub-região Pinhal Interior Norte, da Região Centro e mesmo do território nacional. Procurar-se-á, assim, aprofundar o conhecimento das interligações, dependências e causalidades que se estabelecem entre a dimensão espaço e o vector humano, consubstanciado na dinâmica populacional de Figueiró dos Vinhos e região envolvente.

As fontes estatísticas utilizadas têm por base vários levantamentos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), designadamente os Recenseamentos Gerais da População e as Estatísticas Demográficas.

2. Dinâmicas Demográficas

2.1. *Evolução da População Residente*

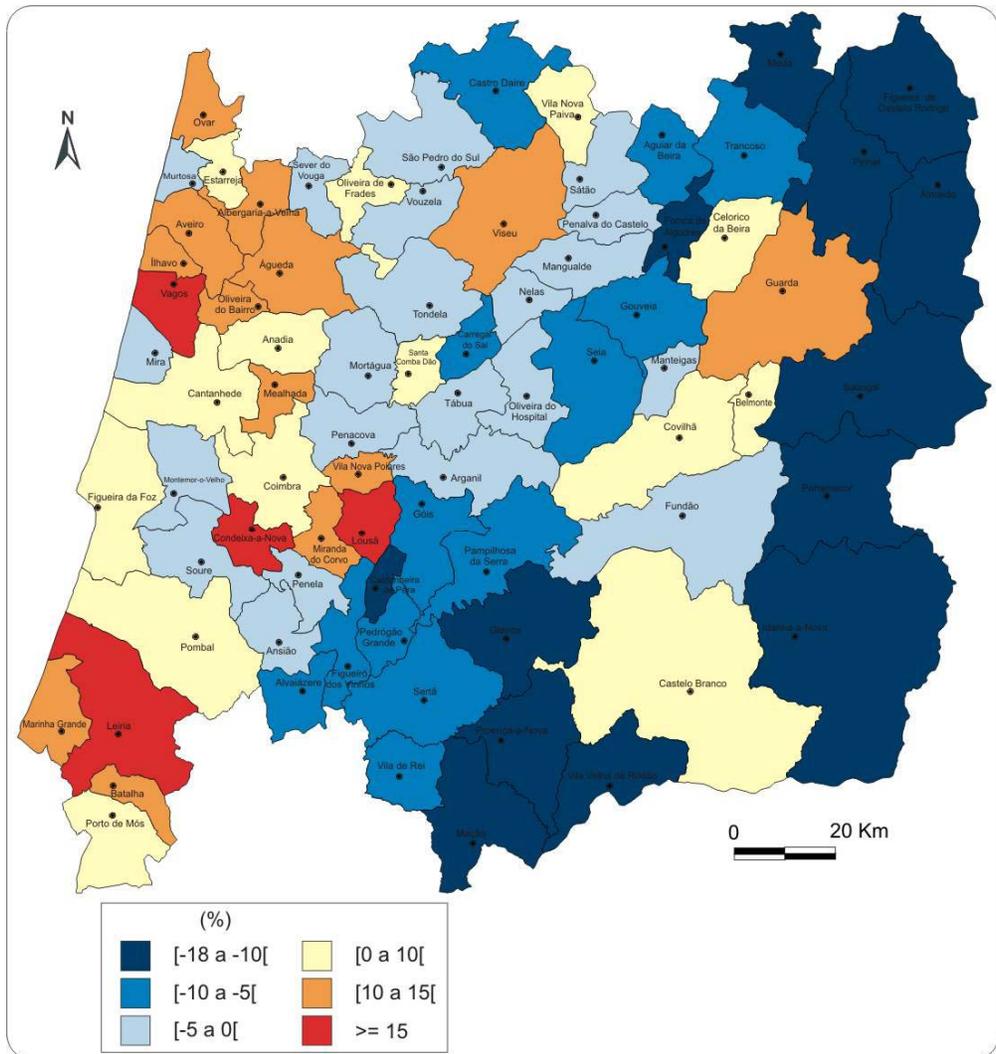
Caracterizada por profundos desequilíbrios na ocupação do território, a Região Centro é marcada por uma clivagem entre um litoral mais populoso e urbanizado, em que as três sub-regiões costeiras - Baixo Vouga, Baixo

⁹⁵ A indisponibilidade de alguma informação estatística desagregada à escala da freguesia impossibilitou a análise do comportamento de alguns indicadores demográficos.

Mondego e Pinhal Litoral -, apesar de representarem menos de um quarto da superfície regional, acolhem mais de metade da sua população, ai se situando os principais centros urbanos da região: Coimbra, Aveiro e Leiria e um interior mais ruralizado, com uma densidade populacional mais baixa.

Este desequilíbrio demográfico tem-se acentuado nos últimos anos, designadamente no último período inter-censitário, com o litoral a aumentar o seu efectivo populacional, em detrimento da restante região, que registou uma diminuição significativa da população residente. Apesar deste decréscimo, a generalidade dos principais centros urbanos do interior continua a revelar um forte dinamismo populacional, com especial destaque para as cidades de Castelo Branco, Guarda e Viseu. Este crescimento das cidades tem três componentes principais: o saldo natural, as deslocações do campo para a cidade e as imigrações do litoral e do estrangeiro. O despovoamento dos campos é pois, em parte, resultado de um processo de urbanização a que se assiste também no interior, embora com menor dimensão no concelho de Figueiró dos Vinhos, à semelhança do que acontece nos restantes municípios do Pinhal Interior Norte.

Figura 38 – Variação da População na Região Centro, por Concelho, 1991-2001 (%)



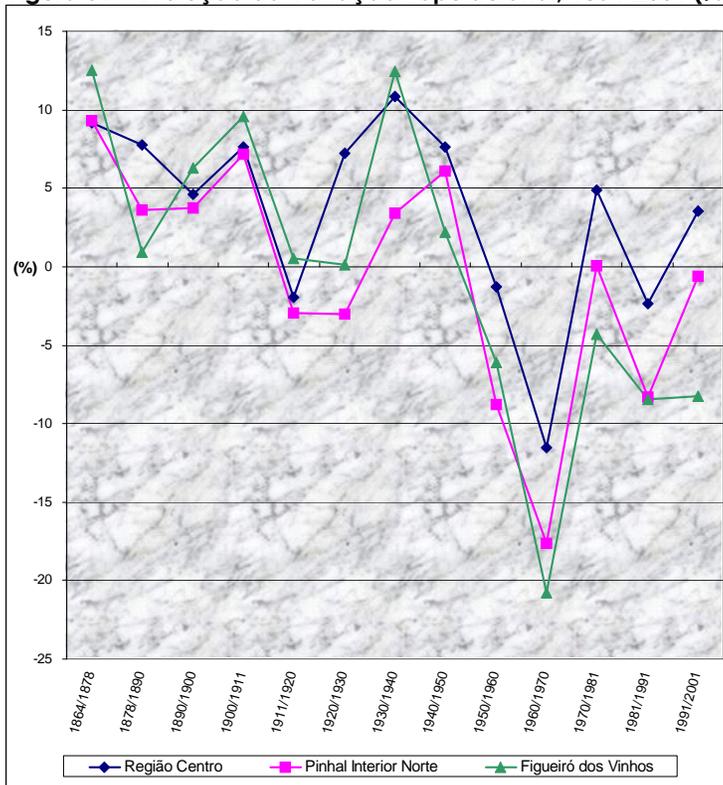
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (1991 e 2001).

Tal padrão de distribuição e localização dos efectivos populacionais, desequilibrado e profundamente litoralizado, reproduz com muita fidelidade o comportamento do território continental.

Nos últimos cinquenta anos, a Região Centro perdeu população, situação apenas contrariada nos anos setenta e noventa. No primeiro caso, resultado da convergência de três factores: o retorno de emigrantes da Europa; a vinda de um elevado número de portugueses das antigas colónias e a quebra da tendência migratória, como resultado da crise económica internacional (GASPAR, 1993b). No segundo período, sobretudo pelo forte aumento do fluxo imigratório que caracterizou e tem caracterizado o espaço regional.

A evolução populacional de Figueiró dos Vinhos não é totalmente concordante com a observada na Região Centro, estando claramente mais próxima das tendências evidenciadas pelo Pinhal Interior Norte. Com efeito, a análise global da evolução demográfica de Figueiró dos Vinhos e do Pinhal Interior Norte entre 1864 e 2001 permite verificar um claro paralelismo. O comportamento do concelho reproduz, em grande medida, o padrão evolutivo da sub-região na qual se integra, embora com variações de maior visibilidade.

Figura 39 – Evolução da Variação Populacional, 1864-2001 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (vários anos).

Comparativamente ao Centro, o comportamento demográfico de Figueiró dos Vinhos apresentou sinais de maior dinamismo até aos anos vinte do século passado, à excepção do período correspondente aos dois últimos decénios do século XIX. É a partir da década de vinte que o concelho começa a evidenciar um ritmo de evolução demográfica menos dinâmico, começando a perder população a partir dos anos cinquenta, situação que até ao último recenseamento geral da população não conseguiu contrariar.

Quadro 6 - População Residente na Região Centro, por NUTES III e Concelhos do Pinhal Interior Norte, 1864-2001 (nº)

NUTS/Concelho	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Região Centro	1.159.044	1.265.486	1.363.744	1.426.956	1.535.530	1.505.601	1.613.980	1.788.924	1.925.013	1.899.809	1.680.738	1.763.119	1.721.650	1.782.254
Baixo Vouga	155.372	168.855	181.721	189.242	207.052	200.356	236.679	256.241	280.534	295.287	292.092	336.637	350.424	385.725
Baixo Mondego	166.604	181.535	197.855	205.730	225.779	223.003	246.666	272.110	296.053	305.481	294.621	329.957	328.858	340.342
Pinhal Litoral	79.638	88.753	98.049	108.923	120.070	126.144	138.409	165.887	188.496	198.433	193.393	215.816	223.025	249.596
Pinhal Interior Norte	155.698	170.180	176.339	182.891	195.964	190.123	184.436	190.722	202.398	184.549	151.997	152.056	139.413	138.543
Pinhal Interior Sul	51.018	53.997	59.319	65.340	73.021	73.521	77.126	88.863	92.908	87.715	71.890	60.527	50.801	44.804
Dão-Lafões	234.100	253.013	259.098	265.340	275.119	269.512	290.144	309.107	330.767	324.296	283.127	295.094	282.462	286.315
Serra da Estrela	55.278	59.725	63.139	66.717	68.646	65.940	64.735	72.220	74.280	68.681	57.313	56.991	54.042	49.896
Beira Interior Norte	140.707	153.753	167.697	175.409	182.452	171.557	171.820	197.566	206.094	187.501	137.700	130.104	118.513	115.326
Beira Interior Sul	59.769	65.268	73.992	81.116	92.471	92.929	102.909	118.453	125.172	118.207	95.111	86.138	81.015	78.127
Cova da Beira	60.860	70.407	86.535	86.248	94.956	92.516	101.056	117.755	128.311	129.659	103.494	99.799	93.097	93.580
Alvaiázere	9.802	10.477	10.675	11.936	12.870	13.098	13.290	15.047	14.950	13.583	11.299	10.510	9.306	8.438
Ansião	12.177	13.096	12.961	13.562	14.061	14.601	14.832	15.543	17.391	17.268	15.058	15.446	14.029	13.719
Arganil	18.806	20.662	21.449	21.232	22.004	21.417	18.343	22.002	21.736	19.237	15.747	15.507	13.926	13.623
Castanheira de Pêra	3.972	4.999	5.959	6.213	6.523	5.839	6.116	6.411	6.330	5.739	4.825	5.137	4.442	3.733
Figueiró dos Vinhos	8.040	9.044	9.127	9.702	10.630	10.686	10.699	12.031	12.300	11.545	9.145	8.754	8.012	7.352
Góis	10.305	11.245	10.895	11.891	12.974	12.616	12.230	12.488	11.103	9.744	6.955	6.434	5.372	4.861
Lousã	9.535	10.415	10.868	11.685	12.622	11.944	12.905	14.525	15.442	13.900	12.369	13.020	13.447	15.753
Miranda do Corvo	10.453	11.471	12.643	12.751	14.206	13.455	12.608	13.558	13.822	12.810	12.013	12.231	11.674	13.077
Oliveira do Hospital	24.137	25.482	26.741	27.324	27.869	26.992	26.030	28.421	29.038	26.287	23.525	23.554	22.584	22.112
Pampilhosa da Serra	9.359	10.671	11.274	12.426	13.944	14.040	13.459	15.527	14.800	13.372	9.303	7.493	5.797	5.220
Pedrogão Grande	6.230	6.597	7.333	7.944	8.561	8.541	8.877	9.250	8.955	8.239	5.131	5.842	4.643	4.398
Penela	9.118	9.998	10.180	9.954	12.305	11.197	10.754	11.088	10.525	9.438	7.890	8.023	6.919	6.594
Tábua	17.207	18.489	18.733	18.371	19.169	17.354	16.530	17.673	17.798	15.869	12.441	13.456	13.101	12.602
Vila Nova de Poiares	6.557	7.534	7.501	7.900	8.226	8.343	7.763	8.398	8.208	7.518	6.296	6.649	6.161	7.061

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (vários anos)

Quadro 7 – Variação Populacional na Região Centro, por NUTES III e Concelhos do Pinhal Interior Norte, por Período Inter-Censitário, 1864-2001 (%)

NUTS/Concelho	1864 1878	1878 1890	1890 1900	1900 1911	1911 1920	1920 1930	1930 1940	1940 1950	1950 1960	1960 1970	1970 1981	1981 1991	1991 2001
Região Centro	9,2	7,8	4,6	7,6	-1,9	7,2	10,8	7,6	-1,3	-11,5	4,9	-2,4	3,5
Baixo Vouga	8,7	7,6	4,1	9,4	-3,2	18,1	8,3	9,5	5,3	-1,1	15,3	4,1	10,1
Baixo Mondego	9,0	9,0	4,0	9,7	-1,2	10,6	10,3	8,8	3,2	-3,6	12,0	-0,3	3,5
Pinhal Litoral	11,4	10,5	11,1	10,2	5,1	9,7	19,9	13,6	5,3	-2,5	11,6	3,3	11,9
Pinhal Interior Norte	9,3	3,6	3,7	7,1	-3,0	-3,0	3,4	6,1	-8,8	-17,6	0,0	-8,3	-0,6
Pinhal Interior Sul	5,8	9,9	10,2	11,8	0,7	4,9	15,2	4,6	-5,6	-18,0	-15,8	-16,1	-11,8
Dão-Lafões	8,1	2,4	2,4	3,7	-2,0	7,7	6,5	7,0	-2,0	-12,7	4,2	-4,3	1,4
Serra da Estrela	8,0	5,7	5,7	2,9	-3,9	-1,8	11,6	2,9	-7,5	-16,6	-0,6	-5,2	-7,7
Beira Interior Norte	9,3	9,1	4,6	4,0	-6,0	0,2	15,0	4,3	-9,0	-26,6	-5,5	-8,9	-2,7
Beira Interior Sul	9,2	13,4	9,6	14,0	0,5	10,7	15,1	5,7	-5,6	-19,5	-9,4	-5,9	-3,6
Cova da Beira	15,7	22,9	-0,3	10,1	-2,6	9,2	16,5	9,0	1,1	-20,2	-3,6	-6,7	0,5
Alvaiázere	6,9	1,9	11,8	7,8	1,8	1,5	13,2	-0,6	-9,1	-16,8	-7,0	-11,5	-9,3
Ansião	7,5	-1,0	4,6	3,7	3,8	1,6	4,8	11,9	-0,7	-12,8	2,6	-9,2	-2,2
Arganil	9,9	3,8	-1,0	3,6	-2,7	-14,4	19,9	-1,2	-11,5	-18,1	-1,5	-10,2	-2,2
Castanheira de Pêra	25,9	19,2	4,3	5,0	-10,5	4,7	4,8	-1,3	-9,3	-15,9	6,5	-13,5	-16,0
Figueiró dos Vinhos	12,5	0,9	6,3	9,6	0,5	0,1	12,4	2,2	-6,1	-20,8	-4,3	-8,5	-8,2
Góis	9,1	-3,1	9,1	9,1	-2,8	-3,1	2,1	-11,1	-12,2	-28,6	-7,5	-16,5	-9,5
Lousã	9,2	4,3	7,5	8,0	-5,4	8,0	12,6	6,3	-10,0	-11,0	5,3	3,3	17,1
Miranda do Corvo	9,7	10,2	0,9	11,4	-5,3	-6,3	7,5	1,9	-7,3	-6,2	1,8	-4,6	12,0
Oliveira do Hospital	5,6	4,9	2,2	2,0	-3,1	-3,6	9,2	2,2	-9,5	-10,5	0,1	-4,1	-2,1
Pampilhosa da Serra	14,0	5,7	10,2	12,2	0,7	-4,1	15,4	-4,7	-9,6	-30,4	-19,5	-22,6	-10,0
Pedrogão Grande	5,9	11,2	8,3	7,8	-0,2	3,9	4,2	-3,2	-8,0	-37,7	13,9	-20,5	-5,3
Penela	9,7	1,8	-2,2	23,6	-9,0	-4,0	3,1	-5,1	-10,3	-16,4	1,7	-13,8	-4,7
Tábua	7,5	1,3	-1,9	4,3	-9,5	-4,7	6,9	0,7	-10,8	-21,6	8,2	-2,6	-3,8
Vila Nova de Poiares	14,9	-0,4	5,3	4,1	1,4	-7,0	8,2	-2,3	-8,4	-16,3	5,6	-7,3	14,6

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (vários anos)

A análise da evolução demográfica de Figueiró dos Vinhos, entre 1864 e 2001, tendo por base os Recenseamentos Gerais da População, do INE, permite, de facto, distinguir dois grandes períodos antagónicos: entre 1864 e 1950 e de 1950 até à actualidade.

O primeiro período é marcado por crescimentos efectivos em todos os momentos inter-censitários, devendo destacar-se alguns de maior dinamismo, designadamente entre 1864 e 1878 e a década de trinta. Tratam-se dos únicos períodos em que Figueiró dos Vinhos conheceu um acréscimo populacional que excedeu os 10%, constituindo momentos singulares intercalados por etapas em que o ritmo de crescimento foi menor. Estes ciclos de crescimento mais moderado estão relacionados, por um lado, com movimentos de emigração e, por outro lado, com a ocorrência de surtos epidémicos, dos quais a “pneumónica” ou “gripe espanhola”, em 1918-1919, é talvez o melhor exemplo, afectando consideravelmente a população concelhia⁹⁶. Este período inter-censitário é ainda marcado pelo primeiro conflito mundial, no qual Portugal participou, contando com a presença de muitos figueiroenses.

Durante este primeiro período, a população concelhia aumenta em mais de 50% (resultado de saldos naturais bastante elevados), um crescimento claramente superior ao evidenciado pelo Pinhal Interior Norte (30%), mas que ainda assim não acompanhou a Região Centro, que vê os seus efectivos populacionais crescerem cerca de 66%, sobretudo devido a importantes acréscimos nas principais cidades do litoral.

O comportamento de cada uma das freguesias durante esta fase de evolução demográfica do concelho não é nem espacial nem temporalmente uniforme. Apesar de todas conhecerem um crescimento efectivo, é em Figueiró dos Vinhos que o mesmo apresenta uma maior visibilidade, designadamente entre 1864 e 1878 e no início do século XX (1900-1911). Tal contribuiu para que, em 1950, a freguesia de Figueiró dos Vinhos representasse cerca de 48,1% da população concelhia, enquanto que em 1864 não ultrapassava os 38,3%. Apenas a Freguesia de Campelo, por dois momentos (1878-1890 e 1930-1940), conheceu um acréscimo relativo mais elevado do que o apresentado pela sede de concelho.

Quadro 8 – População Residente no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 1864-2001 (nº)

Freguesias	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Aguda	1.680	1.881	1.967	2.091	2.223	2.237	2.195	2.447	2.441	2.272	1.653	1.940	1.698	1.394

⁹⁶ Relatos da época referem que em muitos dias chegavam a realizar-se quatro funerais de vítimas da “gripe espanhola”.

POPULAÇÃO

Arega	1.509	1.609	1.488	1.596	1.637	1.682	1.757	1.972	2.073	2.013	1.762	1.440	1.290	1.154
Bairradas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	760	610
Campelo	1.766	1.944	2.158	2.226	2.233	2.056	1.634	2.006	1.862	1.479	966	648	465	359
Figueiró dos Vinhos	3.085	3.610	3.514	3.789	4.537	4.711	5.113	5.606	5.924	5.781	4.764	4.726	3.799	3.835

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (vários anos - dados não publicados)

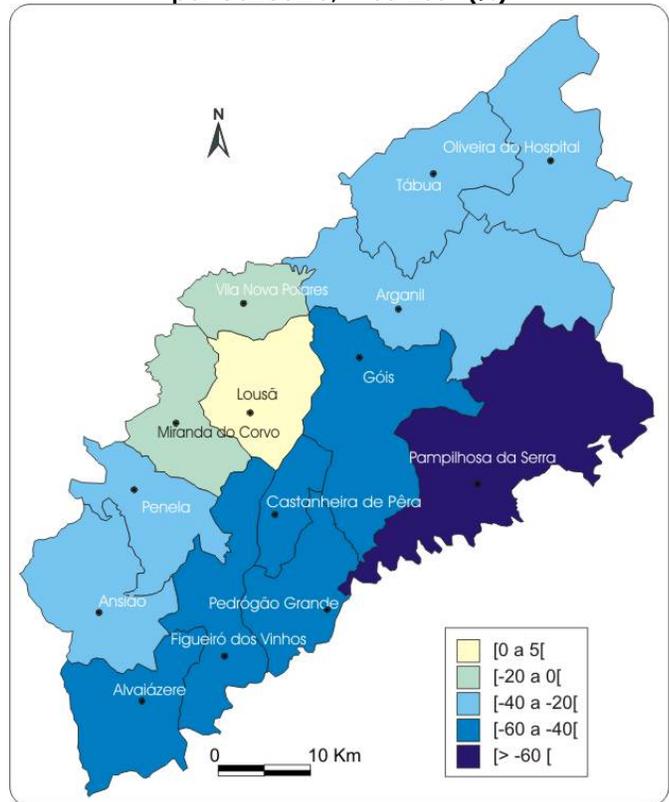
Quadro 9 – Variação da População no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 1864-2001 (%)

Freguesias	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	1991
	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	
Aguda	11,96	4,57	6,30	6,31	0,63	-1,88	11,48	-0,25	-6,92	-27,24	17,36	-12,47	-17,90	
Arega	6,63	-7,52	7,26	2,57	2,75	4,46	12,24	5,12	-2,89	-12,47	-18,27	-10,42	-10,54	
Bairradas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-19,74	
Campelo	10,08	11,01	3,15	0,31	-7,93	-20,53	22,77	-7,18	-20,57	-34,69	-32,92	-28,24	-22,80	
Figueiró dos Vinhos	17,02	-2,66	7,83	19,74	3,84	8,53	9,64	5,62	-2,36	-17,59	-0,80	-19,61	0,95	

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (vários anos - dados não publicados)

O segundo período de evolução populacional de Figueiró dos Vinhos é caracterizado por um comportamento claramente distinto do anterior. Entre 1950 e 2001, o concelho perdeu consecutivamente população⁹⁷, contrariando, em vários momentos inter-censitários, a tendência apresentada pelo Centro e pelo Pinhal Interior Norte. Esta perda é particularmente visível durante os anos sessenta, com uma redução superior a 20%, resultado do importante movimento emigratório que marcou, de um modo geral, todo o país, principalmente os espaços rurais do interior⁹⁸.

Figura 40 – Variação da População no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1950-2001 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (vários anos)

Este processo não é, aliás, exclusivo de Figueiró dos Vinhos no contexto do Pinhal Interior Norte. Com efeito, o comportamento populacional na região é caracterizado por uma regressão contínua, desde meados do século XX, na generalidade dos concelhos que a enformam, apresentado, em alguns casos, contornos de maior visibilidade. Num conjunto de catorze concelhos, apenas em Lousã a população em 2001 é superior à registada em 1950.

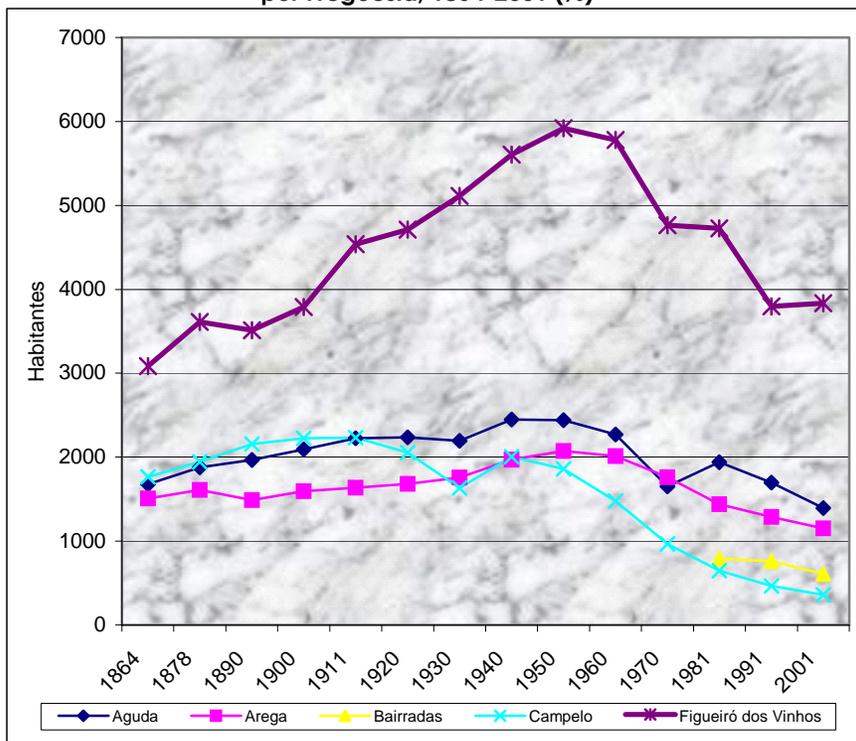
⁹⁷ Resultado de intensos movimentos migratórios até ao final da década de sessenta e do conjunto de um saldo natural e migratório negativo desde os anos setenta até à actualidade, como poderemos verificar nesta análise.

⁹⁸ O fenómeno emigratório que se começa a delinear na década de cinquenta e que se consolida e agrava nos anos sessenta, constitui o pano de fundo do comportamento demográfico da região, embora assuma, no seu seio, expressões territoriais distintas (com maior visibilidade na raia e na área do Pinhal).

Durante o mesmo período, a Região Centro conheceu um crescimento negativo de 7% e o Pinhal Interior Norte de 31,5%, diminuições populacionais ainda assim inferiores às de Figueiró dos Vinhos (40,2%).

Na segunda metade do século XX, a repressão demográfica é muito expressiva em todo o concelho. Entre 1950 e 2001, as freguesias perdem população em cada período inter-censitário, com a excepção de Figueiró dos Vinhos que, entre 1991 e 2001, regista um ligeiro aumento (0,95%)⁹⁹.

Figura 41 – Evolução da População Residente no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 1864-2001 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (vários anos)

⁹⁹ Resultado, ainda assim, da desafectação do território hoje correspondente à Freguesia de Bairradas. Caso esta freguesia não tivesse sido criada, Figueiró dos Vinhos registaria também um decréscimo populacional entre 1991 e 2001.

Nas décadas de sessenta e setenta, a freguesia de Campelo, que na etapa anterior chegara a apresentar crescimentos relativos superiores entre censos a Figueiró dos Vinhos (1864-1878 e 1930-1940), perde mais de 30% dos seus efectivos populacionais, resultado das correntes migratórias para o estrangeiro, França em particular, quer para outras áreas do país, com destaque



Campelo tem perdido bastante população

para a região de Lisboa, conhecendo, entre 1950 e 2001, uma redução superior a 80%. Esta área do concelho foi claramente a mais atingida pelo despovoamento progressivo, fenómeno característico das áreas interiores do país e característico também do concelho de Figueiró dos Vinhos, cuja redução populacional, desde o início dos anos cinquenta até 2001, denuncia um declínio demográfico ao ponto de significar uma perda de quase metade da população do município, levando mesmo ao abandono de vários lugares, alguns dos quais já tiveram mais de uma centena de habitantes. Assinala-se ainda, durante o mesmo período, a redução populacional significativa ocorrida em Arega e Aguda, superior a 40%.

Quadro 10 – Lugares Habitados no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, em 1911, 1960 e 2001 (nº)

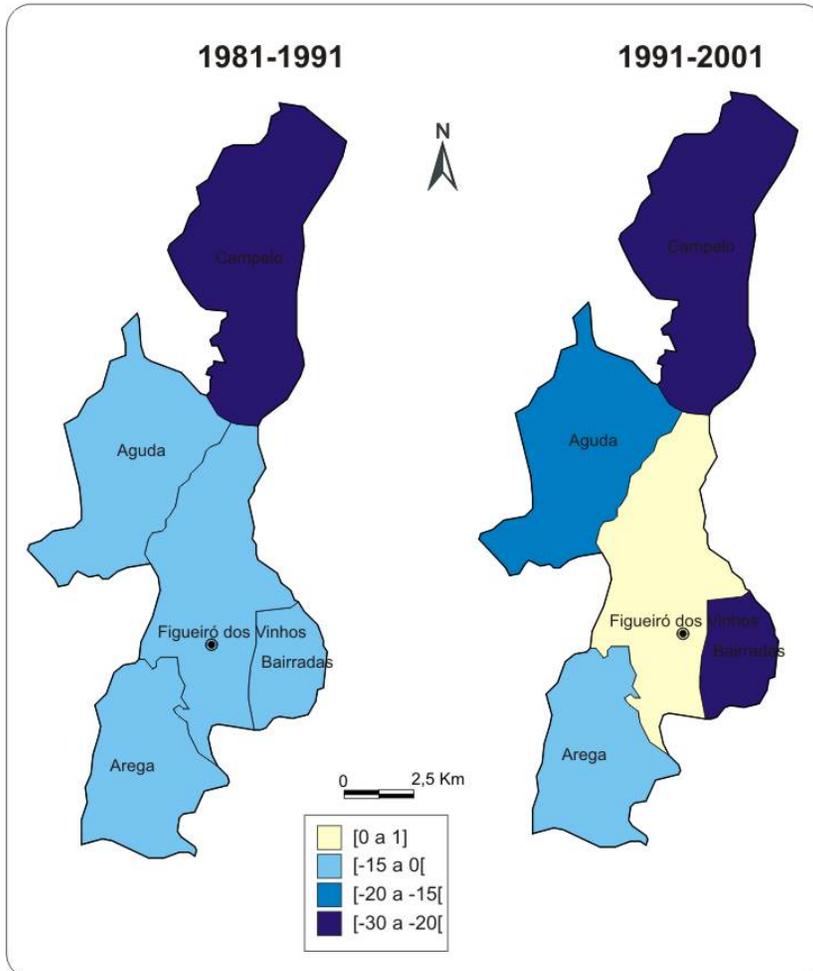
Freguesias	1911		1960		2001	
	Lugares Habitados (nº)	Pop.	Lugares Habitados (nº)	Pop.	Lugares Habitados (nº)	Pop.
Aguda	30	2.223	38	2.272	25	1.394
Arega	26	1.637	27	2.013	15	1.154
Bairradas	-	-	-	-	10	610
Campelo	27	2.233	30	1.479	15	359
Figueiró dos Vinhos	53	4.537	62	5.781	29	3.835
Concelho	136	10.630	157	11.545	94	7.352

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (vários anos)

Paralelamente e tal como havia acontecido no período anterior, assiste-se ao acentuar da concentração da população na sede concelhia. O Recenseamento Geral da População de 2001 permite verificar que, pela primeira vez, a freguesia de Figueiró dos Vinhos reúne mais de metade da população do concelho (52,2%), reforçando as características de

povoamento concentrado e acentuando simultaneamente a descontinuidade populacional no território intra-concelhio.

Figura 42 - Evolução da População Residente no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 1981-2001 (%)



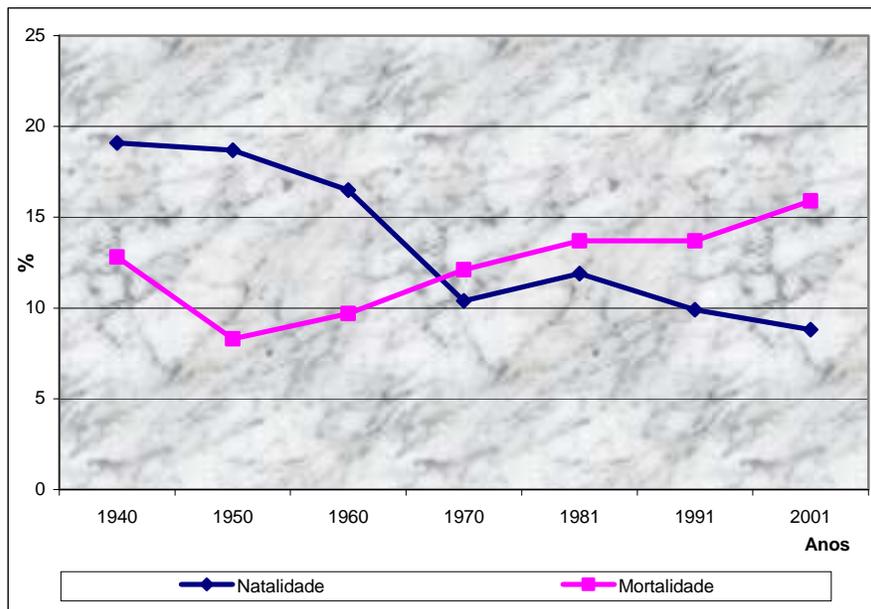
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (vários anos)

2.2. Crescimento Natural

A compreensão da dinâmica demográfica do município envolve, para além do estudo da evolução da população residente, a análise de vários indicadores demográficos, relacionados, designadamente, com o crescimento natural (taxa de natalidade, taxa de mortalidade, saldo natural ou fisiológico e taxa de crescimento natural da população). A abordagem que se segue centra-se na evolução deste conjunto de indicadores ao longo das últimas décadas.

A figura seguinte permite verificar a evolução das taxas de natalidade e mortalidade de Figueiró dos Vinhos, desde 1940 até 2001. Da sua análise, identificam-se dois períodos distintos: entre 1940 e 1970, observa-se uma taxa de crescimento natural positiva e, entre 1970 e 2001, pelo contrário, o número de óbitos é superior ao número de nascimentos. Não sendo totalmente concordante com a evolução populacional do concelho, poder-se-á referir que o saldo fisiológico negativo tem acompanhado, desde a década de setenta, a diminuição da população de Figueiró dos Vinhos. Entre os anos cinquenta e sessenta, período igualmente marcado por uma redução dos efectivos populacionais, o crescimento natural foi claramente positivo, pelo que esta diminuição é explicada de forma evidente pelos intensos movimentos migratórios que marcaram o concelho e o espaço regional em que se encontra.

Figura 43 - Evolução da Taxa de Natalidade e Mortalidade no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 1940-2001 (‰)



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (vários anos)

A natalidade assumiu no concelho um padrão evolutivo muito próximo da generalidade dos restantes municípios do Pinhal Interior Norte, marcado por uma redução constante e significativa entre 1940 e 2001, com excepção do período inter-censitário de 1970 a 1981, cujo acréscimo não ultrapassou, ainda assim, o constante aumento dos óbitos. No censo de 2001, a taxa de natalidade registava um valor equivalente a metade do observado em 1940.

Quadro 11 – Taxa de Natalidade no Pinhal Interior Norte, por Concelho 1940-2001 (%)

Concelhos	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Pinhal Interior Norte	21,9	19,9	18,2	12,8	12,2	9,7	8,6
Alvaiázere	19,5	16,9	16,7	10,8	11,7	10,3	6,9
Ansião	22,0	21,3	19,9	12,9	11,7	9,2	8,5
Arganil	20,5	18,6	18,5	11,9	12,2	10,6	8,3
Castanheira de Pêra	20,3	21,3	15,2	14,5	10,1	11,7	8,6
Figueiró dos Vinhos	19,1	18,7	16,5	10,4	11,9	9,9	8,8
Góis	20,2	21,7	16,8	14,1	10,3	6,9	7,6
Lousã	20,6	20,9	17,9	14,8	12,9	10,6	11,9
Miranda do Corvo	20,9	17,2	13,9	8,9	11,4	8,7	10,0
Oliveira do Hospital	22,5	20,2	20,1	15,8	15,3	10,6	8,0
Pampilhosa da Serra	23,4	24,3	22,0	13,4	10,3	7,8	5,2
Pedrogão Grande	18,9	16,8	27,3	11,7	9,2	8,8	7,0
Penela	17,1	17,5	10,6	4,6	11,0	6,6	5,6
Tábua	18,7	19,8	17,2	14,5	12,3	9,8	8,9
Vila Nova de Poiares	24,2	23,1	18,8	17,9	13,7	10,6	10,5

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (vários anos)

Releve-se a concordância entre o comportamento da natalidade e da evolução da população residente em outros concelhos da região, designadamente em Pampilhosa da Serra (em que a maior diminuição populacional regional nos últimos cinquenta anos é acompanhada pelo maior decréscimo de nascimentos) e em Lousã (que, apresentando a menor diminuição da taxa de natalidade, é o único a aumentar em igual período os seus efectivos populacionais).

A tendência constante de redução da taxa de natalidade, aliada à reduzida capacidade de atracção de população de outras áreas ou de concelhos vizinhos, tem revelado factores determinantes para a evolução demográfica desfavorável que tem caracterizado Figueiró dos Vinhos desde a década de cinquenta. O número de nascimentos



As famílias numerosas diminuem

tem vindo a decrescer, como resultado do envelhecimento da população, factor que poderá ser considerado mais gravoso e de repercussões imprevisíveis a longo prazo. A perda de população jovem em idade activa, a que apresenta os maiores índices de fertilidade, contribui significativamente para este cenário.

Pelo contrário, a taxa de mortalidade do concelho tem vindo a aumentar, reflexo óbvio de uma população envelhecida, evidenciando um comportamento concordante com os valores médios da região. Ainda assim, apresenta um crescimento, entre 1940 e 2001, superior ao registado pelo Pinhal Interior Norte, resultando no valor mais elevado em 2001.

Releve-se novamente, no contexto regional, os casos de Lousã e Pampilhosa da Serra, que se encontram uma vez mais em situações extremas: o primeiro concelho regista, em 2001, a taxa de mortalidade mais reduzida, diminuindo inclusive durante o período em análise; o segundo apresenta os valores mais elevados, conhecendo um dos aumentos mais acentuados. O crescimento natural destes concelhos reflecte significativamente os respectivos padrões evolutivos populacionais no último meio século.

Quadro 12 – Taxa de Mortalidade no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1940-2001 (‰)

Concelhos	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Pinhal Interior Norte	14,3	10,7	11,7	12,8	13,6	14,9	14,5
Alvaiázere	10,6	9,2	11,2	11,9	13,0	18,4	14,9
Ansião	13,1	11,5	9,7	10,9	11,3	13,8	13,8
Arganil	14,5	12,2	13,7	14,0	15,5	17,0	16,4
Castanheira de Pêra	12,8	9,0	11,5	14,7	13,0	14,2	17,1
Figueiró dos Vinhos	12,8	8,3	9,7	12,1	13,7	13,7	15,9
Góis	13,9	12,7	10,6	13,2	16,0	16,2	21,0
Lousã	12,4	10,3	11,9	9,7	13,6	11,2	10,1
Miranda do Corvo	13,4	11,4	10,9	10,7	11,5	16,2	13,3
Oliveira do Hospital	12,6	9,6	11,8	10,4	12,7	13,9	12,4
Pampilhosa da Serra	15,8	10,7	12,5	14,9	19,0	17,8	21,5
Pedrogão Grande	13,9	10,8	13,7	17,5	15,9	19,2	14,1
Penela	11,7	10,1	12,5	17,1	15,8	18,1	14,6
Tábua	14,7	11,5	12,0	15,1	11,7	13,1	15,6
Vila Nova de Poiares	17,6	13,3	13,4	17,0	13,2	11,2	15,3

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (vários anos)

A análise da evolução do saldo natural do concelho permite verificar uma concordância com a dos restantes municípios do Pinhal Interior Norte. Até à década de sessenta, o saldo natural é positivo em todos os concelhos; a partir dos anos setenta, inverte-se a situação, com a generalidade dos municípios a apresentar saldos negativos, resultado também, como

veremos, da corrente migratória que marcou fortemente a região na década anterior e que desse modo teve uma importante incidência na estrutura interna da população.

O último decénio é marcado, pela primeira vez, pelo registo de saldos fisiológicos negativos em que todos os concelhos do Pinhal Interior Norte (a excepção da Lousã), que acompanhou o decréscimo da população observado entre 1991 e 2001. Neste ano, Figueiró dos Vinhos regista o saldo negativo mais elevado durante o período em análise.

Quadro 13 – Saldo Natural no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1940-2001 (n°)

Concelhos		1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Pinhal Interior Norte	Nascimentos	4.182	4.018	3.356	1.943	1.860	1.349	1.198
	Óbitos	2.724	2.174	2.165	1.945	2.066	2.075	2.005
	Saldo Natural	1.458	1.844	1.191	-2	-206	-726	-807
Alvaiázere	Nascimentos	293	253	227	122	123	96	58
	Óbitos	159	138	152	134	137	171	126
	Saldo Natural	134	115	75	-12	-14	-75	-68
Ansião	Nascimentos	342	371	344	194	181	129	116
	Óbitos	204	200	167	164	175	194	190
	Saldo Natural	138	171	177	30	6	-65	-74
Arganil	Nascimentos	451	405	355	187	189	148	113
	Óbitos	319	265	263	220	240	237	224
	Saldo Natural	132	140	92	-33	-51	-89	-111
Castanheira de Pêra	Nascimentos	130	135	87	70	52	52	32
	Óbitos	82	57	66	71	67	63	64
	Saldo Natural	48	78	21	-1	-15	-11	-32
Figueiró dos Vinhos	Nascimentos	230	230	190	95	104	79	65
	Óbitos	154	102	112	111	120	110	117
	Saldo Natural	76	128	78	-16	-16	-31	-52
Góis	Nascimentos	252	241	164	98	66	37	37
	Óbitos	174	141	103	92	103	87	102
	Saldo Natural	78	100	61	6	-37	-50	-65
Lousã	Nascimentos	299	322	249	183	168	142	188
	Óbitos	180	159	165	120	177	151	159
	Saldo Natural	119	163	84	63	-9	-9	29
Miranda do Corvo	Nascimentos	283	238	178	107	140	101	131
	Óbitos	182	157	139	129	141	189	174
	Saldo Natural	101	81	39	-22	-1	-88	-43
Oliveira do Hospital	Nascimentos	639	587	529	372	361	240	177
	Óbitos	359	280	309	245	299	315	275
	Saldo Natural	280	307	220	127	62	-75	-98
Pampilhosa da Serra	Nascimentos	364	360	294	125	77	45	27
	Óbitos	245	159	167	139	142	103	112
	Saldo Natural	119	201	127	-14	-65	-58	-85
Pedrogão Grande	Nascimentos	175	150	225	60	54	41	31
	Óbitos	129	97	113	90	93	89	62
	Saldo Natural	46	53	112	-30	-39	-48	-31

Penela	Nascimentos	190	184	100	36	88	46	37
	Óbitos	130	106	118	135	127	125	96
	Saldo Natural	60	78	-18	-99	-39	-79	-59
Tábua	Nascimentos	331	352	273	181	166	128	112
	Óbitos	259	204	190	188	157	172	196
	Saldo Natural	72	148	83	-7	9	-44	-84
Vila Nova Poiares	Nascimentos	203	190	141	113	91	65	74
	Óbitos	148	109	101	107	88	69	108
	Saldo Natural	55	81	40	6	3	-4	-34

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (vários anos)

Os saldos fisiológicos negativos que têm caracterizado a região nos últimos anos são, sobretudo, consequência da quebra significativa do ritmo de natalidade, com reflexos na taxa de crescimento natural (quadro seguinte). Acompanhando esta tendência, Figueiró dos Vinhos registou, em 2001, um valor superior à média regional.

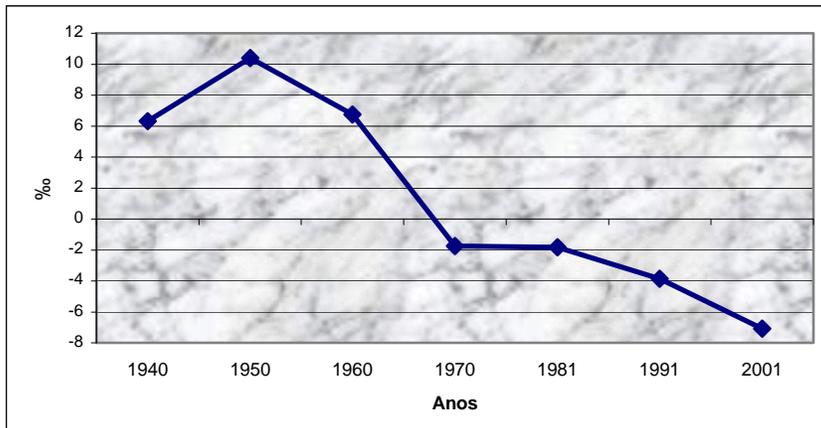
Quadro 14 – Taxa de Crescimento Natural no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1940-2001 (%)

Concelhos	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Pinhal Interior Norte	7,6	9,1	6,5	0,0	-1,4	-5,2	-5,8
Alvaiázere	8,9	7,7	5,5	-1,1	-1,3	-2,7	-8,1
Ansião	8,9	9,8	10,3	2,0	0,4	-2,1	-5,4
Arganil	6,0	6,4	4,8	-2,1	-3,3	-4,8	-8,1
Castanheira de Pêra	7,5	12,3	3,7	-0,2	-2,9	-1,3	-8,6
Figueiró dos Vinhos	6,3	10,4	6,8	-1,7	-1,8	-3,8	-7,1
Góis	6,2	9,0	6,3	0,9	-5,8	-9,1	-13,4
Lousã	8,2	10,6	6,0	5,1	-0,7	-3,0	1,8
Miranda do Corvo	7,4	5,9	3,0	-1,8	-0,1	-2,9	-3,3
Oliveira do Hospital	9,9	10,6	8,4	5,4	2,6	-2,1	-4,4
Pampilhosa da Serra	7,7	13,6	9,5	-1,5	-8,7	-11,2	-16,3
Pedrogão Grande	5,0	5,9	13,6	-5,8	-6,7	-7,1	-7,0
Penela	5,4	7,4	-1,9	-12,5	-4,9	-9,2	-8,9
Tábua	4,1	8,3	5,2	-0,6	0,7	-1,9	-6,7
Vila Nova de Poiares	6,5	9,9	5,3	1,0	0,5	-2,7	-4,8

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (vários anos)

A evolução da taxa de crescimento natural revela um padrão muito próximo ao do saldo natural. Com efeito, o concelho foi sensível a uma acentuada redução da taxa de crescimento natural a partir dos anos sessenta, tendência que se tem prolongado até à actualidade, mesmo não tendo sido tão pronunciada na década de setenta.

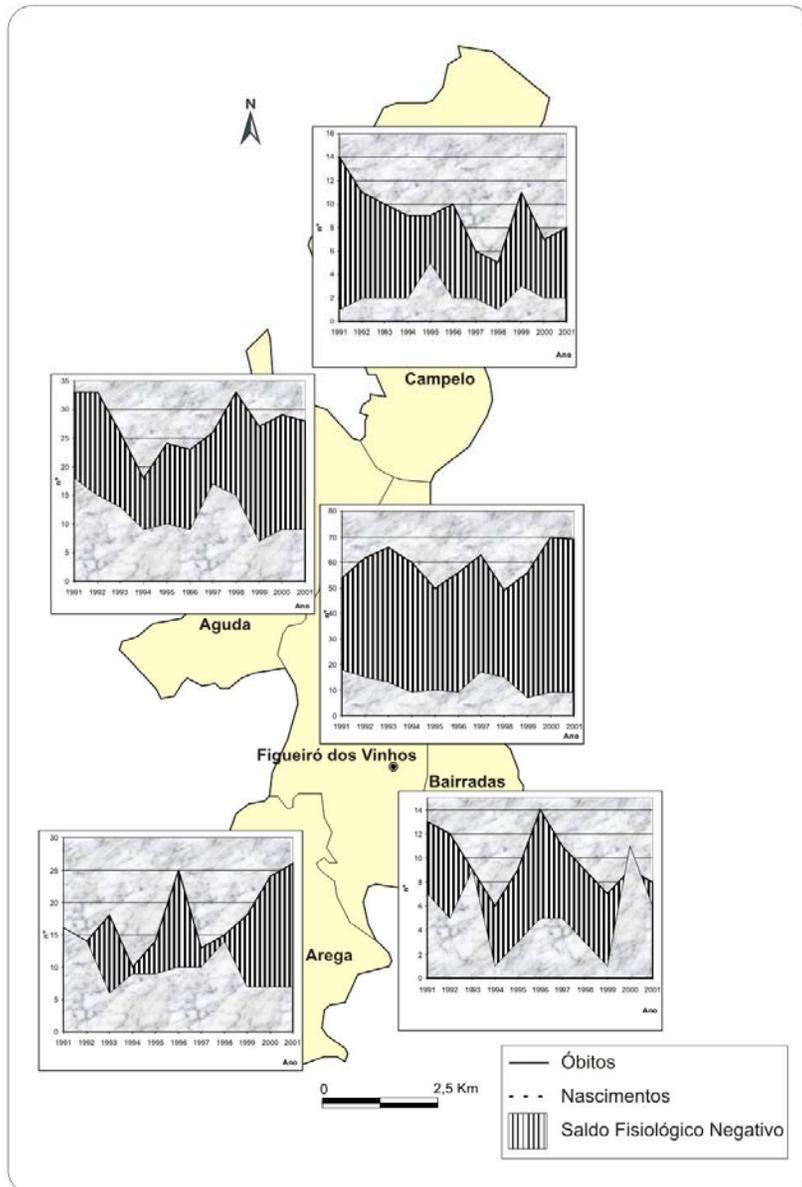
Figura 44 - Evolução da Taxa de Crescimento Natural no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 1940-2001 (%)



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (vários anos)

A análise do crescimento natural no contexto intra-concelhio no último decénio permite verificar comportamentos diferenciados. Em valores absolutos, o saldo fisiológico negativo é maior na freguesia sede de concelho. Bairradas é a única freguesia a apresentar um saldo fisiológico positivo em um ano do período analisado (2000), mas que ainda assim não compensou o número superior de óbitos face aos nascimentos nos restantes anos.

Figura 45 – Evolução do Número de Nascimentos, Óbitos e Saldo Fisiológico no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 1991-2001 (nº)



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (vários anos)

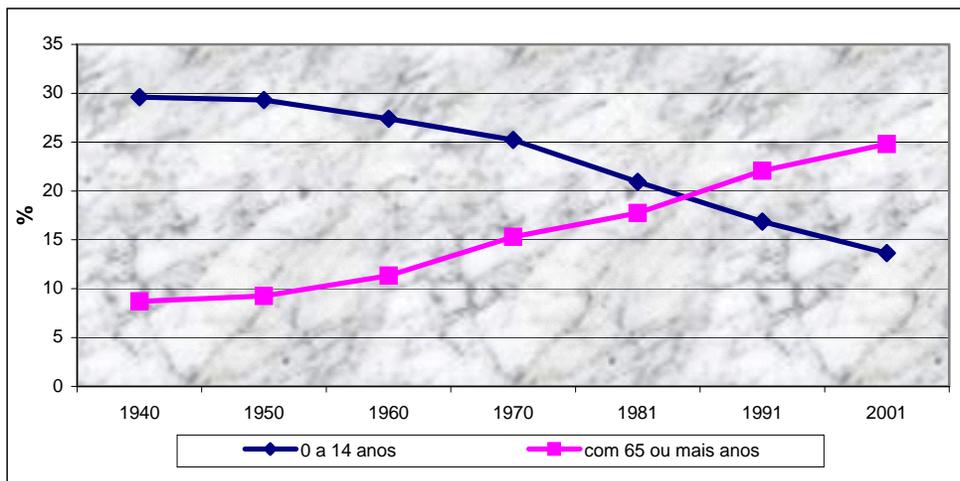
Confrontando a evolução da população residente durante o último período inter-censitário e a tendência registada em igual espaço de tempo no que se refere ao saldo natural, poder-se-á concluir que o aumento populacional verificado na freguesia de Figueiró dos Vinhos, o único desde a década de cinquenta numa das freguesias do concelho, é devido a movimentos imigratórios, em parte a partir das restantes freguesias do município.

2.3. Estrutura Etária da População Residente

Para além de um constante decréscimo do efectivo populacional nos últimos cinquenta anos, Figueiró dos Vinhos tem apresentado simultaneamente uma tendência generalizada para o envelhecimento da sua população. Com efeito, a sua estrutura etária tem vindo a registar uma diminuição progressiva da classe dos 0-14 anos (jovens), reflectindo o decréscimo da taxa de natalidade, enquanto que os idosos (≥ 65 anos) têm conhecido um aumento significativo. O censo de 1991 regista, pela primeira vez, um número superior de idosos relativamente aos jovens, tendência que se acentuou significativamente no seguinte (2001), sinal de debilidade demográfica pela redução da capacidade de rejuvenescimento.

O envelhecimento populacional de Figueiró dos Vinhos não decorre apenas do decréscimo da taxa de natalidade e de uma melhoria da qualidade de vida, que se traduz num aumento gradual da esperança média de vida. Decorre, também, do despovoamento de que o concelho tem sido alvo, contribuindo para uma fragilidade cada vez mais acentuada da estrutura demográfica, em virtude dos emigrantes serem constituídos, na maioria por jovens em idade activa, prejudicando a vitalidade demográfica do território concelhio.

Figura 46 – População Jovem e Idosa no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 1940-2001 (%)



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (vários anos)

As alterações na estrutura etária têm maior visibilidade nos grupos da população não activa, assistindo-se, entre 1940 e 2001, a uma inversão entre os jovens e os idosos, mantendo-se a importância relativa da classe entre os 15 e 64 anos. Releve-se, contudo, que os activos jovens (15 a 40

anos) têm vindo igualmente a diminuir, acompanhado o envelhecimento da população, que representa, sem dúvida, um dos principais problemas demográficos e sociais do mundo contemporâneo e, em especial, nas sociedades mais desenvolvidas. Ultrapassando de forma evidente uma mera questão quantitativa, directamente resultante do acréscimo absoluto e relativo do número de idosos, o envelhecimento demográfico traduz cada vez mais uma nova realidade social, económica, cultural e territorial, com profundas repercussões no campo da saúde, no sistema de pensões, na política de habitação e no domínio do apoio individual aos idosos e respectivas famílias, o que configura uma consequente dimensão política.

Quadro 15 – População Residente no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Grupos Etários, 1940-2001 (nº e %)

Ano	nº			%		
	0 a 14	15 a 64	≥ 65	0 a 14	15 a 64	≥ 65
1940	3.466	7.220	1.018	29,6	61,7	8,7
1950	3.474	7.274	1.098	29,3	61,4	9,3
1960	3.163	7.071	1.311	27,4	61,2	11,4
1970	2.260	5.330	1.370	25,2	59,5	15,3
1981	1.832	5.369	1.553	20,9	61,3	17,7
1991	1.360	4.922	1.780	16,9	61,1	22,1
2001	1.008	4.544	1.829	13,7	61,6	24,8

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (vários anos)

No caso de Figueiró dos Vinhos, afigura-se como um problema estrutural já que, para além de não se vislumbrar capacidade atractiva de migrantes para o concelho, não existem condições para assegurar a regeneração natural das pirâmides etárias, produzindo uma alteração social com amplas e profundas consequências a nível territorial e que se repercutem no nível de desenvolvimento concelhio e na qualidade de vida da população figueirense.

O envelhecimento populacional afigura-se como uma característica marcante não apenas do concelho, mas também de todo o espaço regional em que se encontra inserido. Com efeito, a evolução da estrutura etária de Figueiró dos Vinhos não pode ser alheada da tendência geral do envelhecimento demográfico de Portugal, fenómeno generalizado aos municípios do interior ou mais ruralizados do território nacional, geradores das alterações que se tem esboçado na composição demográfica da Região Centro e particularmente no Pinhal Interior Norte. Em 1940, os idosos representavam apenas 9,4% da população regional, destacando-se Figueiró dos Vinhos como um dos concelhos onde este grupo etário menos peso apresentava (8,7%), sendo a população jovem ligeiramente superior

aos valores médios regionais. No mesmo ano, Pampilhosa da Serra destacava-se claramente com a estrutura etária mais jovem do Pinhal Interior Norte. Penela apresentava, pelo contrário, a composição etária mais envelhecida.

Quadro 16 – População Residente no Pinhal Interior Norte, por Concelho, por Grupos Etários, 1940 (nº e %)

Concelhos	nº			%		
	0 a 14	15 a 64	≥ 65	0 a 14	15 a 64	≥ 65
Pinhal Interior Norte	58.176	121.786	18.760	29,3	61,3	9,4
Alvaiázere	4.457	8.852	1.310	30,5	60,6	9,0
Ansião	5.154	10.348	1.622	30,1	60,4	9,5
Arganil	5.661	12.885	2.046	27,5	62,6	9,9
Castanheira de Pêra	1.764	3.815	580	28,6	61,9	9,4
Figueiró dos Vinhos	3.466	7.220	1.018	29,6	61,7	8,7
Góis	3.623	7.484	1.063	29,8	61,5	8,7
Lousã	4.176	8.888	1.234	29,2	62,2	8,6
Miranda do Corvo	3.688	8.379	1.343	27,5	62,5	10,0
Oliveira do Hospital	8.787	17.276	2.538	30,7	60,4	8,9
Pampilhosa da Serra	4.791	8.947	1.244	32,0	59,7	8,3
Pedrogão Grande	2.619	5.754	782	28,6	62,9	8,5
Penela	2.809	6.267	1.274	27,1	60,6	12,3
Tábua	4.859	10.517	1.930	28,1	60,8	11,2
Vila Nova de Poiares	2.322	5.154	776	28,1	62,5	9,4

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (1940)

Em 2001, algumas alterações devem ser relevadas no contexto regional face à situação observada em 1940. Destaque-se, desde logo, um envelhecimento da população mais acentuado em Figueiró dos Vinhos do que a média do Pinhal Interior Norte, visível na base e no topo da estrutura etária.

Quadro 17 – População Residente no Pinhal Interior Norte, por Concelho, por Grupos Etários, 2001 (nº e %)

Concelhos	nº			%		
	0 a 14	15 a 64	≥ 65	0 a 14	15 a 64	≥ 65
Pinhal Interior Norte	19.879	86.434	32.025	14,4	62,5	23,1
Alvaiázere	1.125	4.981	2.379	13,3	58,7	28,0
Ansião	1.838	8.856	3.046	13,4	64,5	22,2
Arganil	1.929	8.185	3.492	14,2	60,2	25,7
Castanheira de Pêra	484	2.450	838	12,8	65,0	22,2
Figueiró dos Vinhos	1.008	4.544	1.829	13,7	61,6	24,8
Góis	585	2.799	1.494	12,0	57,4	30,6
Lousã	2.307	10.119	3.101	14,9	65,2	20,0
Miranda do Corvo	1.984	8.598	2.358	15,3	66,4	18,2
Oliveira do Hospital	3.545	14.002	4.664	16,0	63,0	21,0
Pampilhosa da Serra	533	3.005	1.688	10,2	57,5	32,3

Pedrogão Grande	524	2.458	1.394	12,0	56,2	31,9
Penela	821	4.067	1.707	12,4	61,7	25,9
Tábua	2.017	7.839	2.782	16,0	62,0	22,0
Vila Nova de Poiares	1.179	4.531	1.253	16,9	65,1	18,0

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (2001)

Saliente-se também o significativo envelhecimento da população de Pampilhosa da Serra, invertendo totalmente a sua posição no contexto regional, apresentando, neste ano e de forma bastante evidente, a estrutura etária mais envelhecida. Pelo contrário, é agora Vila Nova de Poiares que tem a população mais jovem do Pinhal Interior Norte.

A análise do índice de envelhecimento, que corresponde ao rácio entre a população idosa e a população jovem, permite verificar em Figueiró dos Vinhos a ocorrência de um aumento gradual deste indicador desde 1940.

Será sobretudo nos anos sessenta que os efeitos do fenómeno migratório, quer para o estrangeiro, quer nas deslocações internas de sentido interior-litoral ou de sentido rural-urbano se fazem notar com maior incidência. Durante esta década, a sobreposição de fluxos emigratórios relativamente ao crescimento natural generaliza-se pelas regiões interiores e rurais do país, cimentando o declínio demográfico observável. Figueiró dos Vinhos enquadrou-se perfeitamente neste cenário migratório. Tratando-se de movimentos marcadamente selectivos, que afectaram sobretudo os activos jovens e respectivos filhos, o envelhecimento agudizou-se, como resultado da perda constante de pujança dos índices de juventude e de renovação de gerações, acelerando simultaneamente o processo de despovoamento populacional.

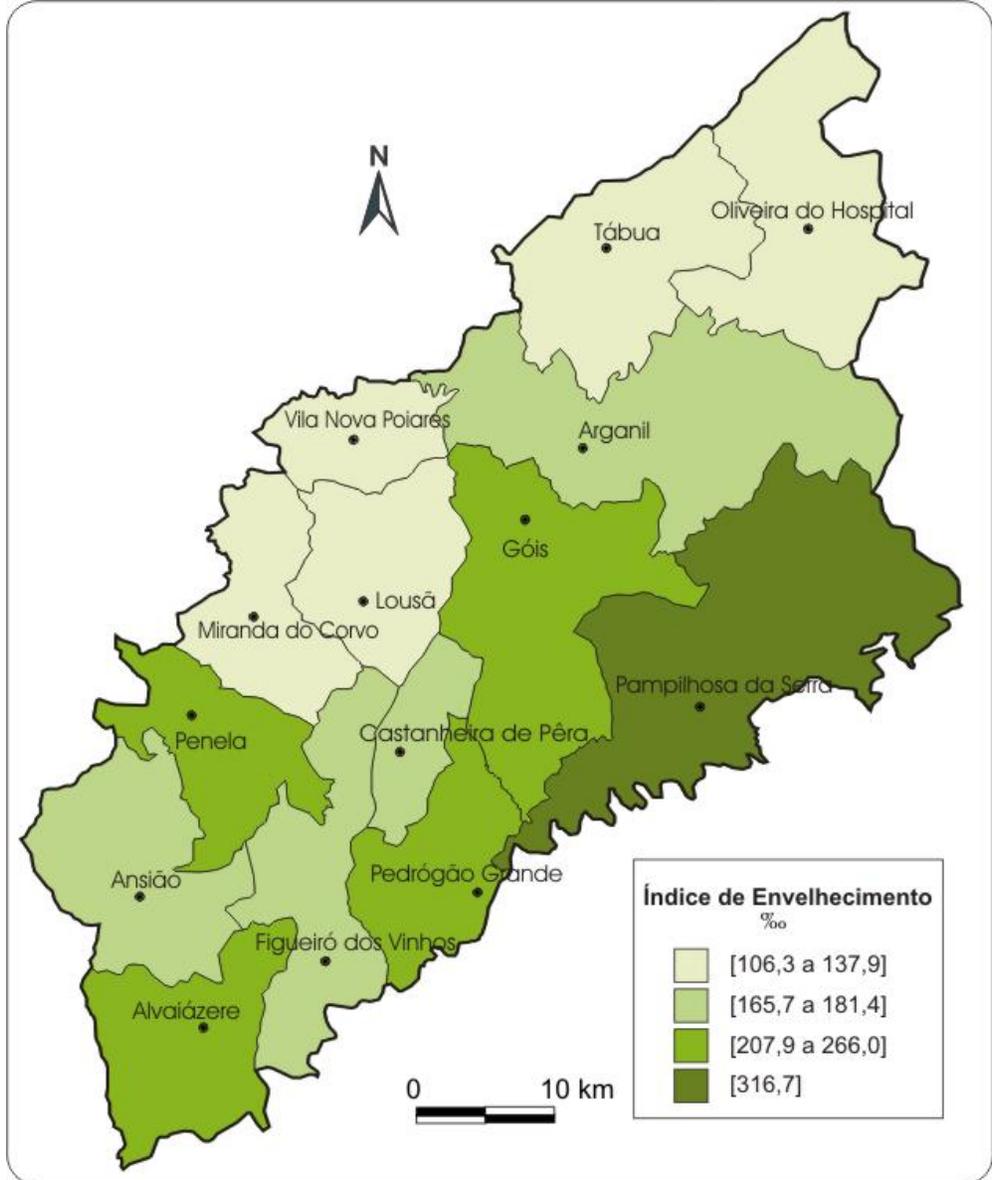
Quadro 18 – Índice de Envelhecimento no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1940-2001 (‰)

Concelhos	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Pinhal Interior Norte	32,2	36,0	46,9	63,7	84,5	127,5	161,1
Alvaiázere	29,4	35,9	50,1	63,8	109,1	158,0	211,5
Ansião	31,5	33,6	42,3	50,8	72,7	117,6	165,7
Arganil	36,1	40,6	52,7	69,6	97,6	142,2	181,0
Castanheira de Pêra	32,9	38,1	43,5	47,9	81,8	127,3	173,1
Figueiró dos Vinhos	29,4	31,6	41,4	60,6	84,8	130,9	181,4
Góis	29,3	38,4	53,9	82,6	123,5	193,7	255,4
Lousã	29,5	32,3	42,1	49,6	67,8	102,4	134,4
Miranda do Corvo	36,4	34,9	44,6	58,7	70,1	98,7	118,9
Oliveira do Hospital	28,9	32,8	41,6	56,2	67,2	102,6	131,6
Pampilhosa da Serra	26,0	26,0	36,3	68,4	108,4	200,6	316,7
Pedrogão Grande	29,9	39,1	57,0	129,2	141,9	206,4	266,0

Penela	45,4	49,7	64,9	79,9	105,4	167,7	207,9
Tábua	39,7	44,2	55,7	80,0	81,5	118,0	137,9
Vila Nova de Poiares	33,4	37,4	46,6	62,6	72,0	101,1	106,3

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (vários anos)

Figura 47 - Índice de Envelhecimento no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 2001 (‰)



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (2001)

Será de salientar que outros aspectos ganham relevância como consequência do processo de envelhecimento populacional do concelho, designadamente com a perda de vitalidade demográfica (diminuição da taxa de natalidade e dificuldade de renovação das gerações) e com o despovoamento (elevados contingentes emigratórios acompanhados de fluxos significativos de deslocações campo-cidade). Observa-se uma dificuldade crescente na estabilização de uma imagem atractiva em termos sociais e sobretudo económicos do concelho, complicando a capacidade de atracção de investimentos e de pessoas, o que vai funcionar como um obstáculo a uma nova dinâmica de desenvolvimento social e económico em Figueiró dos Vinhos.

A estrutura etária do concelho irá, assim, previsivelmente, continuar a evoluir no sentido de um envelhecimento populacional. Que a proporção de jovens irá diminuir e que a população idosa tenderá a ganhar preponderância no equilíbrio entre os vários grupos etários não parece ser uma realidade questionável. A grande incógnita que subsiste reside em saber a que ritmo estes dois grupos vão evoluir nos próximos anos.

Uma análise recente da estrutura etária intra-concelhia (1991-2001) permite identificar diferenças bem evidentes entre as várias freguesias. Campelo destaca-se claramente como a mais envelhecida, apresentando, em 2001, um índice de envelhecimento superior a 500%, sobretudo devido a um número muito reduzido de jovens a residir nesta freguesia.

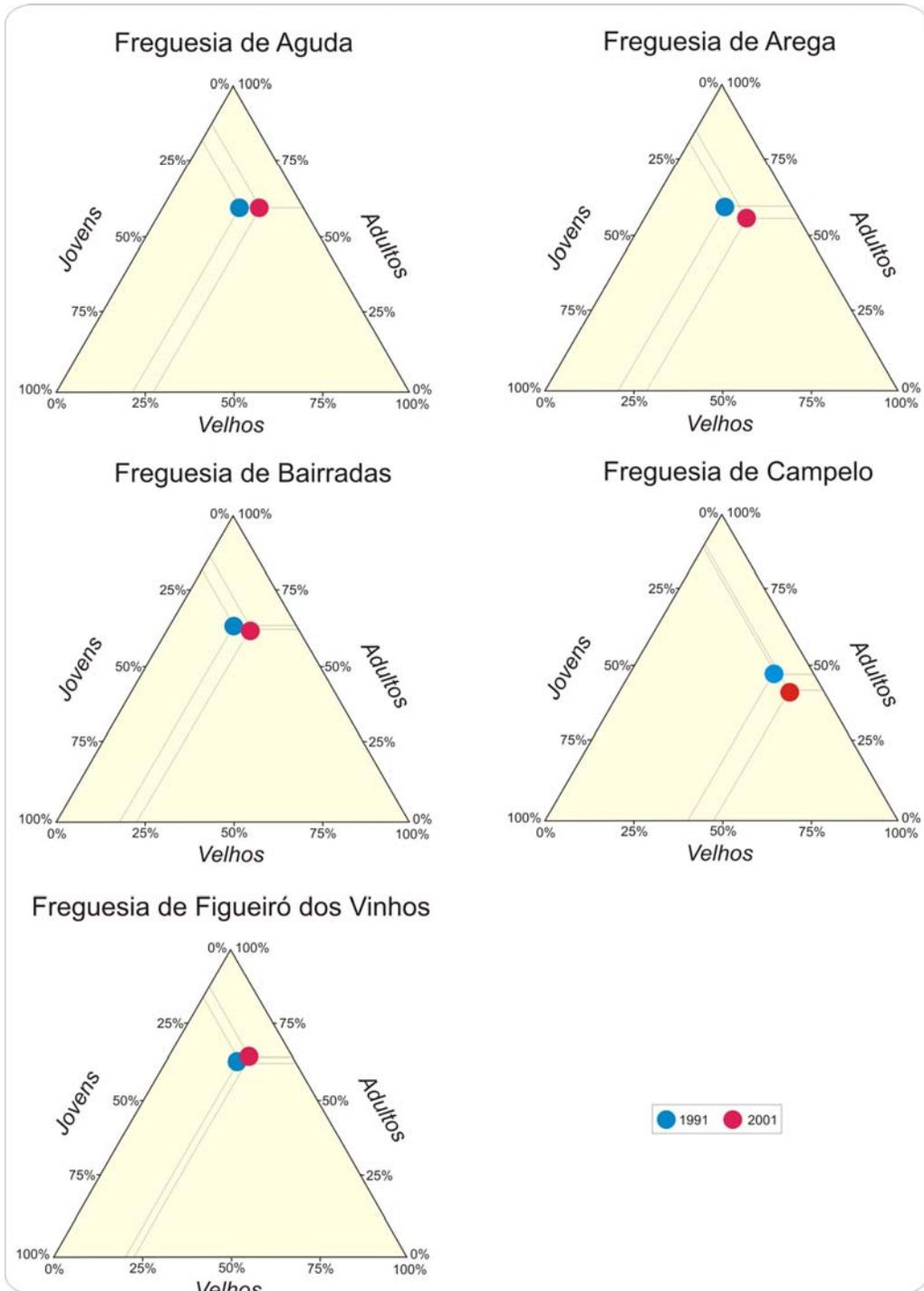
Quadro 19 – População Residente, por Grupos Etários e Índice de Envelhecimento (I.E.) no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 1991-2001

Freguesias	1991 (nº)			2001 (nº)			I.E. (%)	
	0 a 14	15 a 64	≥ 65	0 a 14	15 a 64	≥ 65	1991	2001
Aguda	305	1.037	356	178	850	366	116,7	205,6
Arega	246	769	265	187	658	309	107,7	165,2
Bairradas	137	494	129	85	388	144	94,2	169,4
Campelo	46	224	195	33	149	170	423,9	515,2
Figueiró dos Vinhos	626	2.385	788	509	2.442	884	125,9	173,7

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (1991 e 2001)

A evolução da composição da população por grandes grupos etários entre 1991 e 2001 (figura seguinte) permite verificar a tendência de envelhecimento que tem caracterizado Figueiró dos Vinhos.

Figura 48 – Evolução da Composição da População por Grandes Grupos Etários no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 1991-2001 (%)



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (1991 e 2001)

Migrações, Diásporas e Itinerâncias

A terra é boa e as populações sentem que é a sua pátria, mas o solo é pobre e insuficiente, pelo que desde muito cedo foi preciso procurar lá por fora o que aqui não se podia obter. A história de Figueiró dos Vinhos também poderia ser contada de fora para dentro. A partir do Brasil, onde ainda hoje labutam muitos Figueiroenses, e seus descendentes, de África, da América do Norte, da França ou de outras terras nos quatros cantos do Mundo; também através de Portugal, embora com maior incidência na capital, Lisboa. Em todos os quadrantes geográficos onde chegaram os Portugueses, a gente de Figueiró não perdeu a oportunidade de se afirmar, nos mais variados mesteres, embora alguns se tenham encaixado melhor na cultura e nas tradições desta gente.

Dos ilustres dá conta a fama local, ou mesmo regional e até nacional, mas devemos registar aqui a multidão incógnita que através dos séculos tornou viável a continuidade deste conjunto de pequenas comunidades que formam o concelho. Embora possa parecer contraditório, a emigração, a *Diáspora Figueiroense*, têm contribuído para a persistência da coesão económica e social.

Importa recordar a epopeia da Borda de Água, dos ranchos de valadores, mondadeiras e cavadores de vinhas, contratados através de intermediários locais, que funcionavam como garantes do bom desempenho, a jusante e a montante.

Lembrar os honrados comerciantes, em particular os talhantes, que afirmaram o bônimo destas terras nos bairros burgueses e populares da capital.

Os trabalhadores das cargas e descargas das docas, nos tempos em que o Porto de Lisboa tinha outra azáfama.

Conhecem-se ainda muitas outras actividades, com um sinal distintivo para a administração pública, incluindo as forças militares e as policiais, que amiúde, também em outras latitudes, são recrutados nas áreas recônditas – áreas de montanha e áreas fronteiriças. Ora Figueiró dos Vinhos é a um tempo terra do interior e montanhosa, embora próxima do litoral e a média das altitudes seja relativamente baixa. Por outro lado, Figueiró é também uma terra de fronteira, a vários títulos.

É o *espírito de fronteira*, traduzido na aventura e nas ambições que pautaram a vida de muitos portugueses que procuraram longe da terra-mãe, melhores dias e meios que pudessem contribuir para o engrandecimento das pátrias – a nacional e a local.

Mas as aventuras na emigração e na diáspora das gentes de Figueiró, juntaram ainda a itinerância, quer a partir de algumas terras de destino, quer a partir da sua sede de concelho. Esse percorrer do País para oferecer as produções das manufacturas têxteis do interior, que marcou a história da base económica local de uma boa parte do século XX, é uma saga muito curiosa, a denotar o espírito de iniciativa, a capacidade para aproveitar as oportunidades que de quando em quando se oferecem a terras menos bafejadas pela sorte da riqueza dos recursos.

Será decerto nesta *pequena história* feita por muitos heróis anónimos que a juventude de Figueiró deverá procurar inspiração e sentido de acção, em tempos diferentes, mas de modo nenhum mais difíceis, como os antecedentes: de desafios. Desafios que os

exemplos da história ajudarão a perceber, mas que implicam muito empenho e um crescente nível de instrução, geral e específica.

Se muitos jovens serão obrigados à procura de respostas para as suas ambições através da saída para outros mundos, é bom que o façam com as melhores capacitações, culturais e profissionais.

2.4. *Movimentos Migratórios*

A história da ocupação do território de Figueiró dos Vinhos é caracterizada por vários tipos de comportamento migratório, tal como observado no capítulo anterior. Contudo, a viragem operada na década de sessenta do século passado, que marcou profundamente a demografia portuguesa, com particular incidência no interior do país, constitui a característica mais marcante do cenário demográfico do concelho no último século.

É neste sentido que o entendimento dos movimentos migratórios, nomeadamente da emigração (que assume um maior protagonismo na história de Figueiró dos Vinhos) necessita de um enquadramento mais amplo, pois insere-se em dinâmicas regionais específicas, mas que partilham da tendência geral de emigração portuguesa.

Na segunda metade do século XX, os movimentos de população no interior do território nacional e de Portugal para outros países foram de grande intensidade: o êxodo das aldeias para as vilas e cidades; a emigração; o abandono de lugares e o despovoamento.

A vaga de emigração que, principalmente durante os anos sessenta, mas também no início da década de setenta, levou parte da população portuguesa, sobretudo aqueles que se encontravam numa idade correspondente à fase inicial da vida economicamente activa e/ou à incorporação militar, a abandonar o país em busca de destinos mais promissores, revelou-se um dos fenómenos demográficos mais marcantes do século XX em Portugal.

O Pinhal Interior Norte acabou por revelar um dos fluxos emigratórios ainda mais expressivos. O desajustamento entre o crescimento económico e o surto de crescimento populacional provocou uma ruptura entre o território e a população.

No contexto da região, Figueiró dos Vinhos destacou-se, durante os anos sessenta, como um dos concelhos com níveis de emigração mais

elevados¹⁰⁰, apenas superado por Lousã e Ansião, mantendo-se, na década seguinte, com valores mais altos que a maioria dos restantes concelhos do Pinhal Interior Norte, apesar da acentuada diminuição registada.

Quadro 20 – Taxa de Emigração no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1950-1988 (%¹⁰¹)

Concelhos	1950	1960	1971	1981
	1960	1971	1981	1988
Pinhal Interior Norte	2,9	6,5	1,1	1,0
Alvaiázere	4,5	8,3	1,4	1,1
Ansião	3,5	12,0	1,7	1,0
Arganil	1,1	2,9	0,9	1,0
Castanheira de Pêra	1,2	2,5	0,6	1,9
Figueiró dos Vinhos	2,7	9,7	1,4	1,1
Góis	1,5	1,6	0,2	1,2
Lousã	4,4	13,0	1,3	0,5
Miranda do Corvo	2,5	4,0	0,4	0,8
Oliveira do Hospital	4,1	4,8	0,6	1,0
Pampilhosa da Serra	1,7	4,9	1,9	2,0
Pedrogão Grande	2,2	9,4	0,5	1,4
Penela	3,9	5,6	0,5	0,8
Tábua	3,0	5,3	2,2	0,7
Vila Nova de Poiares	0,9	5,7	2,1	1,3

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (vários anos)

Numa análise da variação populacional e da importância do fenómeno emigratório ocorrido nas décadas de sessenta e primeiros anos de setenta na Região Centro, BOURA e JACINTO (1983)¹⁰², evidenciam três tipos de situação:

- (i) concelhos com variações positivas, na sua grande maioria localizados no litoral, em que a emigração foi reduzida ou, quando atingiu níveis mais elevados, foi compensada por uma dinâmica polarizadora (industrial e terciária) que atraiu populações de outras áreas (casos de

¹⁰⁰ A informação estatística disponibilizada refere-se apenas à emigração legal, tornando difícil avaliar objectivamente a incidência do fenómeno emigratório no concelho (que foi, certamente, bastante elevada) e no Pinhal Interior Norte, em virtude da importância que a emigração clandestina representou no país durante este período. No conjunto de Portugal, estima-se que a emigração clandestina, só para França, tenha representado mais de meio milhão de pessoas entre 1960 e 1974, correspondendo a cerca de 40% da emigração total ocorrida durante o mesmo período (GASPAR, 1979).

¹⁰¹ Informação disponível até 1988. Até este ano, o INE publicou no anuário "Estatísticas Demográficas" dados estatísticos sobre emigração legal, obtidos através do acto administrativo da obtenção do passaporte de emigrante, da responsabilidade do Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas. A abolição do passaporte acima referido, através do decreto-lei nº 438/98, de 17 de Junho, veio interromper a série estatística estabelecida.

¹⁰² BOURA, I.; JACINTO, R. (1983) – "Interioridade e Desenvolvimento Regional – A Componente Autárquica" in Desenvolvimento Regional, nº16. Comissão de Coordenação da Região Centro. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Coimbra: 33-48.

Leiria, Anadia, Estarreja). Nestes concelhos, de um modo geral, não só o crescimento natural é mais elevado, como também se verifica, por vezes, uma corrente migratória intra-regional;

- (ii) concelhos com características mais repulsivas, localizados sobretudo no interior da região, onde o decréscimo demográfico corresponde a intensos fluxos de emigração, assumindo, em alguns casos, a componente clandestina, (Sabugal, por exemplo);
- (iii) por último, os concelhos onde apesar de ocorrerem volumes emigratórios pouco significativos, os mesmos acabaram por representar perdas de população assinaláveis nos respectivos contextos concelhios (Arganil, Góis, Sertã, Vila Velha de Ródão, Vila de Rei, Proença-a-Nova, Idanha-a-Nova, Pampilhosa da Serra e Figueiró dos Vinhos).

Inserido neste último grupo, Figueiró dos Vinhos ressentiu-se não apenas pela diminuição significativa do quantitativo populacional, mas também pelo envelhecimento da estrutura etária, com repercussões ainda hoje visíveis. Considerando que as saídas para o estrangeiro tiveram como principais causas as de natureza económica, compreende-se-á que no seu conjunto esse movimento tenha sido constituído por jovens e activos jovens, sobretudo do sexo masculino (muito embora a partir de meados da década de sessenta se assista a um incremento importante da emigração feminina, no sentido do reagrupamento familiar), resultando num processo de envelhecimento e enfraquecimento demográfico cada vez mais notório.

Os fins-de-semana e os períodos de férias, designadamente no verão, reflectem de forma significativa os movimentos emigratórios que tanto caracterizaram o concelho, assistindo-se, principalmente em Figueiró dos Vinhos e em Campelo, à vinda de muitos figueiroenses e/ou respectivos filhos à terra de onde partiram, provenientes sobretudo da região de Lisboa.

Noutro sentido, as transformações operadas no contexto migratório europeu nos dois últimos decénios tiveram repercussões importantes no nosso país, invertendo o processo dominante no período anterior. Com efeito, se Portugal foi, durante anos, um território de emigração, passou, recentemente, a configurar-se como uma área de destino dos movimentos migratórios.

Esta tendência não tem, todavia, grande visibilidade nos concelhos do Pinhal Interior Norte. Entre 1981 e 2001, a imigração tem-se mantido em valores relativamente reduzidos face a outras regiões do país, designadamente às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e ao Algarve. Ainda assim, Figueiró dos Vinhos destaca-se no contexto regional, nos anos oitenta, como o concelho com a taxa de imigração mais elevada

(juntamente com Penela), conhecendo uma redução na década seguinte que resultou num valor mais baixo do que a média regional.

Quadro 21 – Taxa de Imigração no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1970-2001 (%_o)

Concelhos	1970	1981	1991
	1981	1991	2001
Pinhal Interior Norte	6,7	0,5	0,6
Alvaiázere	11,1	0,5	0,9
Ansião	9,1	0,6	1,2
Arganil	7,3	0,3	0,4
Castanheira de Pêra	3,6	0,3	0,3
Figueiró dos Vinhos	9,9	0,9	0,5
Góis	4,3	0,4	0,1
Lousã	7,2	0,5	0,6
Miranda do Corvo	3,0	0,2	0,3
Oliveira do Hospital	6,2	0,5	0,7
Pampilhosa da Serra	5,4	0,6	0,4
Pedrogão Grande	6,0	0,4	0,8
Penela	7,7	0,9	0,7
Tábua	5,4	0,4	0,5
Vila Nova de Poiares	5,3	0,4	0,6

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (vários anos)

Acompanhando o que acontece no resto do país, é durante a década de setenta, particularmente no último quinquénio, que a imigração é bastante significativa no Pinhal Interior Norte. Se bem que de forma diferenciada, o grande afluxo populacional das antigas colónias¹⁰³ é sentido na generalidade dos concelhos, destacando-se Figueiró dos Vinhos, que, depois de Alvaiázere, tem a mais elevada taxa de imigração. Este regresso foi particularmente importante para a dinamização e revitalização da base económica da generalidade dos concelhos.

Trata-se, aliás, do único período nos últimos trinta anos em que a imigração foi superior às deslocações internas com destino a Figueiró dos Vinhos, situação que acontece em quase todos os municípios do Pinhal Interior Norte.

Quadro 22 – Imigrantes no Pinhal Interior Norte, por Concelho, Provenientes de Outro Concelho e de Outro País, 1970-2001 (n^o)

Concelhos	Outro Concelho			Outro País		
	1970	1981	1991	1970	1981	1991
	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Pinhal Interior Norte	7.224	2.136	3.235	11.286	727	931

¹⁰³ Após o 25 de Abril de 1974, o retorno populacional das ex-colónias atingiu, em apenas dois anos, mais de meio milhão de pessoas, contribuindo, em conjunto com um progressivo declínio da emigração para os países europeus (sobretudo para a França e para a Alemanha), para um significativo aumento da população portuguesa durante a década de setenta.

Alvaiázere	347	130	145	1.286	48	86
Ansião	454	154	188	1.548	88	187
Arganil	913	215	267	1.244	47	67
Castanheira de Pêra	326	67	72	206	17	13
Figueiró dos Vinhos	316	111	135	956	77	43
Góis	332	75	118	304	23	7
Lousã	749	334	804	1.038	79	98
Miranda do Corvo	655	153	355	398	25	44
Oliveira do Hospital	933	320	334	1.609	113	165
Pampilhosa da Serra	313	64	77	446	36	23
Pedrogão Grande	280	76	123	384	20	41
Penela	254	94	114	677	65	48
Tábua	807	233	273	805	61	64
Vila Nova de Poiares	545	110	230	385	28	45

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (vários anos)

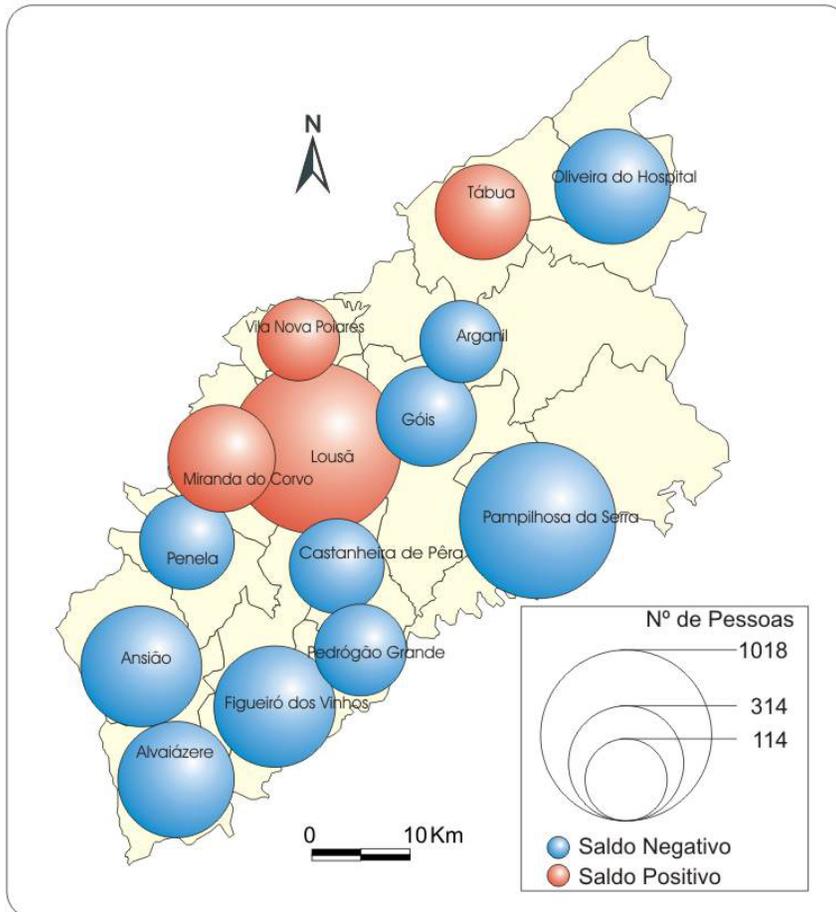
Com efeito, as deslocações internas têm revelado, nos últimos anos, um dinamismo consideravelmente superior à imigração, que se caracteriza sobretudo pelo regresso aos concelhos de origem, situação que é reflectida no saldo migratório interno entre 1991 e 2001. Durante este período intercensitário, Figueiró dos Vinhos e os restantes concelhos da região (com as excepções de Alvaiázere, Castanheira de Pêra e Pampilhosa da Serra) registam um saldo migratório interno positivo, contrariando o observado nas duas décadas anteriores.

Quadro 23 – Saldo das Migrações Internas, no Pinhal Interior, por Concelho, 1970-2001 (nº)

Concelhos	1970	1981	1991
	1981	1991	2001
Pinhal Interior Norte	-2.017	-223	831
Alvaiázere	-276	-38	-8
Ansião	-290	-77	3
Arganil	-87	-26	0
Castanheira de Pêra	-58	-72	-43
Figueiró dos Vinhos	-352	-39	23
Góis	-175	-38	10
Lousã	218	215	585
Miranda do Corvo	155	-3	101
Oliveira do Hospital	-282	-50	18
Pampilhosa da Serra	-607	-128	-48
Pedrogão Grande	-148	-32	21
Penela	-174	0	1
Tábua	38	86	54
Vila Nova de Poiares	21	-21	114

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (vários anos)

Figura 49 – Saldo das Migrações Internas no Pinhal Interior, por Concelho, 1970-2001 (nº)



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (vários anos)

Presentemente e face à análise efectuada, a imigração parece ser o único factor capaz de modificar o sentido e a intensidade das tendências demográficas anteriormente identificadas em Figueiró dos Vinhos, de diminuição e envelhecimento da população. Terá que ser, contudo, uma imigração de jovens e adultos em idade activa e não de "retorno à terra", como aparentemente tem acontecido nos últimos anos, sob pena do envelhecimento tender a aumentar. Trata-se, certamente, do maior desafio que Figueiró enfrentará num futuro próximo, a par do incremento do crescimento natural, para que seja invertido o processo de perda contínua de população que já leva mais de meio século de ininterruptividade.



ECONOMIA

1. Introdução

A base económica de Figueiró dos Vinhos sofreu, nos dois últimos decénios, alterações estruturais importantes, intimamente relacionadas com as transformações económicas no território regional e nacional e com o comportamento populacional anteriormente analisado.

A face mais visível das alterações recentes prende-se com o importante crescimento do terciário, em simultâneo com a perda de pujança das actividades agrícolas. No presente capítulo, abordar-se-á as especificidades da mudança, que resultaram na base económica actual, relevando as actividades tradicionais em crise e os sectores emergentes, não esquecendo o respectivo enquadramento no contexto regional.

As fontes de informação utilizadas têm por base vários levantamentos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), designadamente os Recenseamentos Gerais da População e os Recenseamentos Gerais Agrícolas, os Quadros de Pessoal do MESS e informação disponibilizada pelo Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local (GADEL) e pela Câmara Municipal.

2. Base Económica

2.1. *Um Território em Mutação*

Outrora um espaço de actividades agrícolas e florestais, que marcavam o ritmo diário dos figueiroenses, não havendo quem não tivesse o seu azeite, milho, vinho, batata e outros produtos hortícolas, o tecido económico local actual evidencia uma grande mudança. Não diferindo das tendências observadas nos dois últimos decénios na generalidade do território nacional, o processo de terciarização registou aqui um *impacte* relevante, com o sector do comércio e serviços a aumentar a sua importância relativa, em detrimento da agricultura e da indústria transformadora.

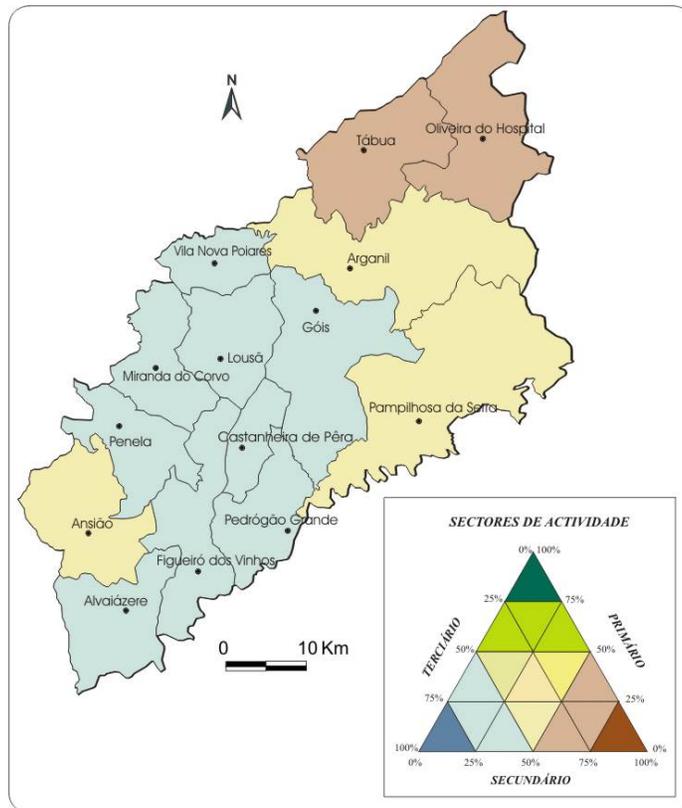
Mas se esta tendência tem caracterizado o tecido económico português e regional dos últimos anos, ela é claramente mais evidente em Figueiró dos Vinhos. Com efeito, entre 1981 e 2001, a população activa no sector primário diminuiu em mais de 35%, enquanto que, pelo contrário, o terciário mais do que duplica (de 24,1% para 51,3%). Trata-se de uma das reduções de maior visibilidade em toda a região, a par de Alvaiázere e Pedrógão Grande, concelhos onde os activos na agricultura diminuiram rapidamente.

Quadro 24 – População Activa no Pinhal Interior Norte, por Concelho, por Sector de Actividade, 1981-2001 (%)

Concelho	1981			1991			2001		
	I	II	III	I	II	III	I	II	III
Pinhal Interior Norte	34,1	38,7	27,2	17,0	43,4	39,6	7,2	40,7	52,0
Alvaiázere	54,0	24,2	21,8	29,1	37,3	33,6	7,6	42,0	50,4
Ansião	36,3	36,5	27,2	19,2	45,4	35,4	4,9	48,1	47,0
Arganil	26,8	42,2	31,0	16,3	48,6	35,1	16,2	41,2	42,6
Castanheira de Pêra	7,7	71,5	20,9	5,2	63,8	31,0	2,7	47,0	50,5
Figueiró dos Vinhos	46,0	29,9	24,1	20,1	37,3	42,6	10,9	37,8	51,3
Góis	41,7	38,0	20,3	18,3	41,9	39,8	14,8	34,9	50,4
Lousã	10,4	55,6	34,1	4,7	47,6	47,7	1,8	35,6	62,5
Miranda do Corvo	24,2	36,2	39,6	10,9	36,2	52,9	3,9	31,8	64,2
Oliveira do Hospital	30,8	45,0	24,1	16,5	48,9	34,6	4,9	50,6	44,5
Pampilhosa da Serra	52,2	29,5	18,3	23,3	35,1	41,6	23,6	29,9	46,5
Pedrógão Grande	54,6	23,9	21,5	27,5	27,7	44,8	8,3	28,9	62,9
Penela	40,6	30,3	29,1	21,5	38,1	40,4	6,3	41,4	52,2
Tábua	37,7	38,5	23,8	24,9	41,6	33,5	7,8	44,7	47,5
Vila Nova de Poiares	25,4	31,4	43,2	12,1	37,1	50,8	3,9	33,6	62,5

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (vários anos)

Figura 50 - População Activa no Pinhal Interior Norte, por Concelho, por Sector de Actividade, 2001 (%)



Fonte: Recenseamento Geral da População, INE (2001)

A realidade actual difere, assim, de forma significativa, do quadro de há duas décadas atrás. De acordo com os Censos de 2001, o terciário é (com a excepção de Oliveira do Hospital) o sector dominante em todos os concelhos do Pinhal Interior Norte, enquanto que, em 1981, tal acontecia apenas em Miranda do Corvo, destacando-se o primário e o secundário, de igual forma, como os mais importantes nos restantes concelhos.

No Pinhal Interior Norte, a fragilidade do tecido económico é reflexo, sobretudo, da escassa diversidade da sua base, com uma agricultura pouco mecanizada e muitas vezes de auto-consumo, um sector industrial pouco diversificado e extremamente dependente dos têxteis e da madeira, o que impede a transposição de determinados problemas estruturais, e um sector terciário que, apesar de uma nítida expansão baseia-se, na maioria dos casos, em ofertas de emprego local de baixos níveis salariais, centrado no pequeno comércio. Nos espaços mais desfavorecidos, esses problemas estruturais têm constituído um forte entrave ao desbloqueamento e à superação desta situação, impedindo a sua inversão com a celeridade desejável, ainda que se assista à emergência de algumas iniciativas

promovidas principalmente por actores endógenos que visam ultrapassar este quadro negativo.

Figueiró dos Vinhos vive também alguns destes problemas, reflectindo as mesmas alterações na estrutura económica que caracterizaram os últimos decénios do Pinhal Interior Norte. Mesmo sendo um concelho onde o terciário representa mais de metade da população activa, resultado sobretudo da disseminação do pequeno comércio local e da proliferação dos serviços públicos, Figueiró dos Vinhos ainda é caracterizado pela relevância da pluriactividade no tecido económico de muitas famílias e por se destacar no contexto regional como o quarto município com o maior número de activos na agricultura, acima dos 10%.



A pluriactividade ainda é importante em Figueiró dos Vinhos

2.2. Agricultura, Pecuária e Floresta

Verificámos já as importantes transformações ocorridas nos últimos vinte anos na estrutura da população activa concelhia, resultando numa inversão da importância do terciário que aumenta, e do primário que diminui.

Não sendo uma realidade exclusiva no contexto regional, a perda de importância das actividades agrícolas na base económica concelhia tem contornos de grande visibilidade. Entre o Recenseamento Geral Agrícola de 1989 e o de 1999, a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) sofre uma redução superior a 750 hectares, com uma diminuição de 310 explorações (o que resultou numa diminuição da dimensão média da exploração) e o decréscimo da produção agrícola e pecuária (com a excepção dos suínos).

Quadro 25 – Indicadores da Actividade Agrícola do Concelho de Figueiró dos Vinhos, 1989-1999

Indicadores	1989	1999	1989-1999 (Δ - %)
Explorações com SAU	806	496	-38,5

SAU (ha)	1.446	678	-53,1
SAU/superfície do concelho (%)	8,41	3,94	-53,2
Dimensão Média da Exploração (ha)	1,8	1,4	-22,2
Culturas: Olival (ha)	-	259	-
Culturas: Batata (ha)	255	163	-36,1
Culturas: Vinha (ha)	199	94	-52,8
Efectivos Animais: Bovinos	244	92	-62,3
Efectivos Animais: Suínos	1.227	2.369	93,1
Efectivos Animais: Caprinos	1.801	1.425	-20,9
Efectivos Animais: Ovinos	1.669	1.116	-33,1

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais Agrícolas (1989 e 1999)

A diminuição da SAU é das mais elevadas do Pinhal Interior Norte, mas o decréscimo do número de explorações não é tão evidente, o que permite concluir da ocorrência de uma desafectação de terreno agrícola assinalável neste período. As explorações são bastante fragmentadas (cerca de seis blocos) e de reduzida dimensão média (inferiores a 1,4 ha.), o que constitui um entrave à eficiência e modernização agrícola¹⁰⁴. Com um

Quadro 26 – SAU (ha) e Explorações com SAU (nº) no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1989-1999

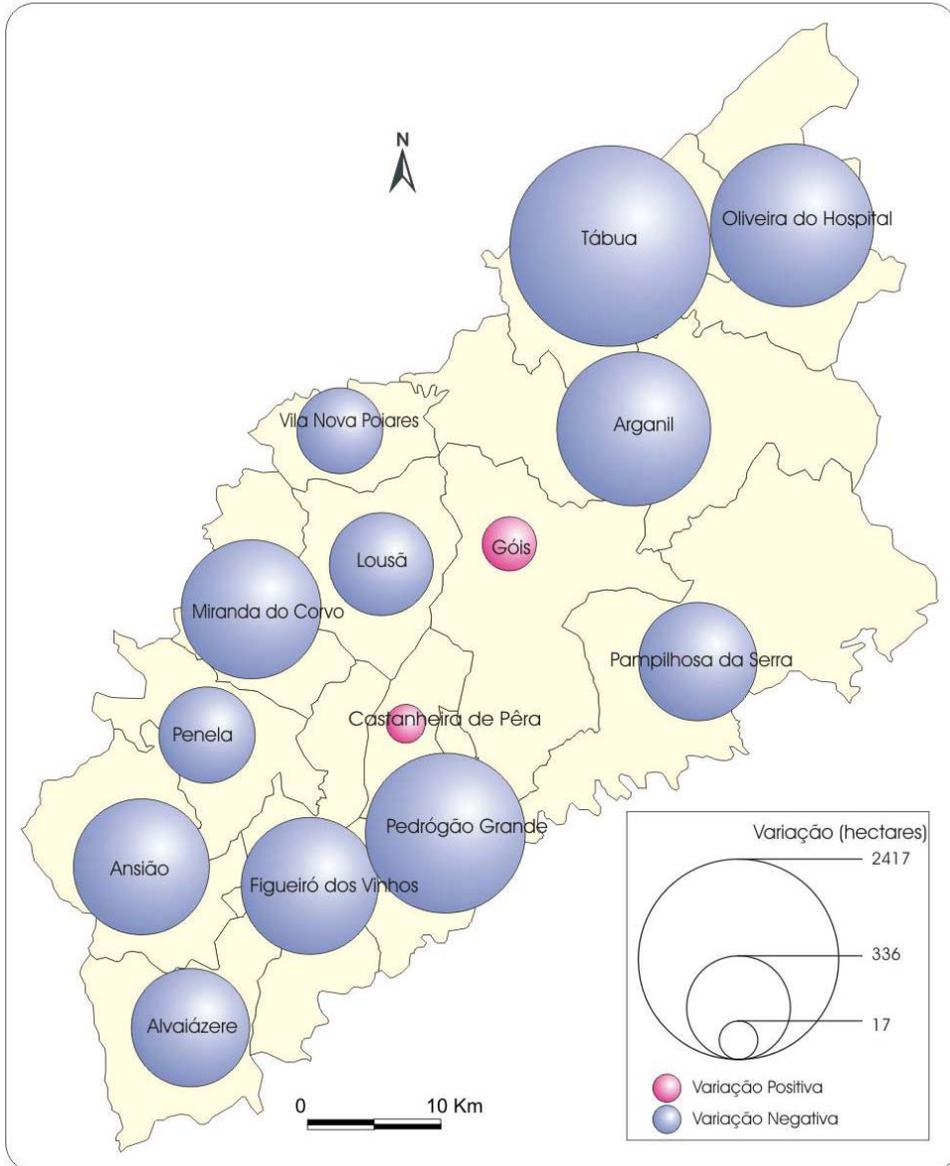
Concelhos	SAU (ha)			Explorações com SAU (nº)		
	1989	1999	1989-1999 (Δ - %)	1989	1999	1989-1999 (Δ - %)
Pinhal Interior Norte	29.474	19.378	-34,3	16.113	10.020	-37,8
Alvaiázere	2.518	2.024	-19,6	1.574	1.098	-30,2
Ansião	3.994	3.240	-18,9	1.939	1.678	-13,5
Arganil	2.643	1.549	-41,4	1.802	901	-50,0
Castanheira de Pêra	69	86	24,6	56	68	21,4
Figueiró dos Vinhos	1.446	678	-53,1	806	496	-38,5
Góis	512	559	9,2	472	277	-41,3
Lousã	914	578	-36,8	593	300	-49,4
Miranda do Corvo	1.821	994	-45,4	1.288	823	-36,1
Oliveira do Hospital	5.479	4.188	-23,6	2.204	1.581	-28,3
Pampilhosa da Serra	876	377	-57,0	772	347	-55,1
Pedrogão Grande	1.838	614	-66,6	994	440	-55,7
Penela	2.034	1.766	-13,2	1.161	758	-34,7
Tábua	4.660	2.243	-51,9	1.961	955	-51,3
Vila Nova de Poiares	670	482	-28,1	491	298	-39,3

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais Agrícolas (1989 e 1999)

predomínio da pequena agricultura do tipo familiar, em regime de conta própria, Figueiró dos Vinhos integrava, em 1999, 5% do número total de explorações do Pinhal Interior Norte, dava emprego a 4,5% dos activos do sector e ocupava 3,5% da SAU (Superfície Agrícola Utilizável) da região.

¹⁰⁴ A generalidade das explorações agrícolas não se encontra munida, presentemente, de qualquer equipamento mecânico agrícola (incluindo tractores).

Figura 51 – Variação da Superfície Agrícola Utilizável no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1989-1999 (ha)



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais Agrícolas (1989 e 1999)

Entre os dois recenseamentos gerais agrícolas, verifica-se também uma alteração nas principais culturas produzidas no concelho, que não difere do que acontece no restante espaço regional. Enquanto que em 1989 os cereais para grão, a batata e as leguminosas secas para grão se destacam como as culturas de maior produção, em 1999 o olival e a cultura de forrageiras apresentam o maior peso, reflectindo sobretudo as alterações da procura do mercado e a rendibilidade permitida por estas culturas.

Na pecuária, a suinicultura tem-se revelado uma oportunidade para contrabalançar a diminuição da produção de caprinos e bovinos, tendo quase duplicado o seu efectivo e o número de explorações durante o mesmo período, correspondendo a uma maior procura no mercado nacional.



O olival é actualmente a principal cultura do concelho

Mesmo não tendo a relevância de outros tempos, a pluriactividade continua a desempenhar um papel importante para a subsistência de muitas famílias, que ainda colhem, de pequenas parcelas de terreno, os cereais, o vinho e produtos hortícolas para seu consumo durante o ano. A generalidade dos terrenos agrícolas apresenta uma boa produtividade, incentivando o cultivo para consumo próprio, particularmente nas freguesias de cariz mais rural, por parte da população mais idosa e com baixos rendimentos. Por outro lado, o tempo de trabalho agrícola inferior a 50% (actividade secundária) representava, em 1999, cerca de 63% da população agrícola do concelho, reflectindo a perda de importância da agricultura como actividade principal no tecido económico.

Uma das características mais marcantes do sector, em Figueiró dos Vinhos, é o crescente envelhecimento da população agrícola, com um número bastante significativo de agricultores acima dos 65 anos de idade. Resultado, sobretudo, do crescente abandono da actividade, essencialmente por parte do sexo masculino, em virtude das oportunidades de emprego na indústria regional, da emigração para as grandes cidades e do declínio acentuado dos rendimentos gerados por estas actividades, os

efeitos no solo, são visíveis, com as áreas afectas ao uso agrícola a diminuir em simultâneo com o aumento das áreas de pousio e expectantes (cerca de 2.000 ha. em 1999, correspondendo a cerca de 75% da totalidade dos terrenos agrícolas e florestais sem cultivo do concelho).

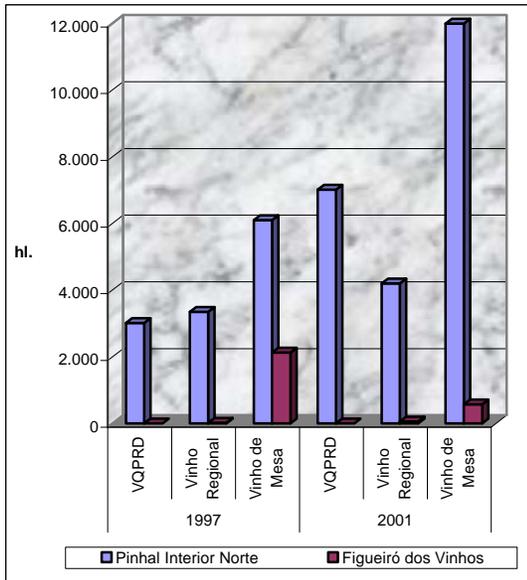
As Casas Agrícolas, que outrora foram um dos motores da economia concelhia, designadamente na produção vitivinícola, sofrem as consequências da emigração, decaindo fortemente a partir dos anos sessenta, com importantes reduções na produção e no emprego¹⁰⁵. Nas décadas seguintes, vão-se fragmentando, vendendo-se em parcelas, praticamente desaparecendo ao longo dos anos noventa. As que ainda existem têm produções agrícolas e vitivinícolas de importância muito reduzida, sem expressão no contexto concelhio.

O vinho, que deu o epíteto ao concelho, já não tem a relevância de outros tempos. A produção tem vindo a decair nos últimos anos, correspondendo, em 2001, a 645 hl., quando em 1997 era ainda de 2.154 hl. Esta quebra acentuada, de 70%, contrariou o forte crescimento verificado no Pinhal Interior Norte que, em igual período, duplicou a sua produção. Deste modo, o vinho produzido no concelho representaria, neste último ano, apenas 2,7% do total do Pinhal Interior Norte, enquanto que quatro anos antes corresponderia a 17,3%.

Em 1999, apesar da vinha ser produzida num elevado número de explorações, a sua extensão por exploração era muito reduzida (apenas 0,2 ha. por exploração).

**Figura 52 – Produção de Vinho Expressa em Mosto, no
Pinhal Interior Norte e em Figueiró dos Vinhos, 1997-2001
(hl)**

¹⁰⁵ Das casas agrícolas que maior dimensão e protagonismo assumiram no tecido económico de Figueiró dos Vinhos, destacam-se, entre outros, as Casas Ernesto Lacerda, Diniz de Carvalho, Agria e Serras.



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro (vários anos)



A produção de vinho já não tem a importância de outros tempos

A floresta, principal recurso natural concelhio, corresponde, como já anteriormente referimos, a uma área de cerca de dois terços do território concelhio, representando uma riqueza inestimável para Figueiró dos Vinhos e constituindo uma importante fonte de receitas para o tecido económico local. A plantação de pinheiro e principalmente eucalipto (que ocupa cerca de 70% da área florestal) proliferou num passado recente, contribuindo também para o desenvolvimento de indústrias ligadas à serração de madeira e à carpintaria que ainda hoje se mantêm, bem como a algumas actividades comerciais relacionadas com a madeira. No seu conjunto, estas actividades geram perto de 300 postos de trabalho, repartidos por 55 empresas.

Quadro 27 – Empresas e Emprego Gerado pela Actividade Florestal no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2001

Subsectores	Empresas	Emprego	Emprego (%)
Corte de Árvores (Empreiteiros)	38	196	68,3
Alugadores de Máquinas e Equipamentos Florestais	3	8	2,8
Transporte de Produtos Florestais até à Fábrica	1	1	0,3
Serrações	3	65	22,6
Carpintarias	5	11	3,8
Comércio de Lenha	1	1	0,3
Limpeza de Matas	1	2	0,7
Exploração de Resinas	3	3	1,0
Total	55	287	100,0

Fonte: GADEL, 2002

A importância do sector agrícola e florestal justificou recentemente a implementação de um programa de desenvolvimento agro-florestal para o concelho. O PDAF do concelho de Figueiró dos Vinhos apresenta como grandes objectivos a reposição e manutenção do coberto vegetal, a prevenção de incêndios florestais, o aproveitamento de solos agrícolas para florestação, o apoio ao associativismo, o aumento da superfície regada, intervenções nos acessos às explorações agrícolas, a promoção de produtos agrícolas, a reabilitação de aldeias e o ordenamento piscícola da Ribeira de Alge. Com um financiamento de perto de cinco milhões de euros, o programa pretende responder de forma integrada às necessidades reais do sector agro-florestal, procurando revitalizar e qualificar um vasto conjunto de actividades de importância inegável para Figueiró dos Vinhos.



A actividade florestal é um importante suporte para a base económica

A actividade agrícola nas freguesias de Figueiró dos Vinhos é marcada por diferenças assinaláveis de importância que desempenha no tecido económico concelhio e pelas suas características particulares. É na freguesia sede do concelho que se encontra o maior número de explorações e a SAU mais elevada. Consequentemente, a produção das principais culturas encontra-se na mesma freguesia, bem como a suinicultura, a actividade pecuária mais importante do concelho. É também aqui que encontramos a maior percentagem de agricultores a tempo parcial (cerca de 58%).

Quadro 28 – Indicadores da Actividade Agrícola do Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 1999

Indicadores	Aguda	Arega	Bairradas	Campelo	Figueiró dos Vinhos
Explorações com SAU	84	143	53	18	198
SAU (ha)	109	209	58	21	281
SAU/superfície do concelho (%)	0,6	1,2	0,3	0,1	1,6
Dimensão Média da Exploração (ha)	1,3	1,5	1,1	1,1	1,4
Blocos com SAU por exploração	5,2	5,0	8,2	7,7	4,5

Culturas: Olival (ha)	36	77	35	12	98
Culturas: Batata (ha)	12	30	6	4	36
Culturas: Vinha (ha)	16	27	5	1	46
Efectivos Animais: Bovinos	12	46	5	-	29
Efectivos Animais: Suínos	106	138	25	-	2.097
Efectivos Animais: Caprinos	181	480	363	38	363
Efectivos Animais: Ovinos	305	378	29	48	356
Produtores agrícolas ≥ 65 anos (%)	48,2	40,6	28,3	63,2	42,3
Tempo de trab. agrícola, 0 a <50% (%)	36,5	42,0	41,5	26,3	58,2

Fonte: INE, Recenseamento Geral Agrícola (1999)

Predomina, assim, a estrutura de minifúndio em todas as freguesias do concelho, resultante do regime de transmissão da propriedade por via hereditária. A promoção do emparcelamento é dificultada pelo forte sentimento de pertença e de tradição familiar, mesmo quando muitos dos proprietários já não residem em Figueiró dos Vinhos.

2.3. Indústria e Construção Civil

O sector secundário desempenha um papel relevante na economia de Figueiró dos Vinhos, empregando em 2001, de acordo com o Recenseamento Geral da População, cerca de 39% da população activa, valor um pouco inferior ao do Pinhal Interior Norte. Entre 1991 e 2001, este sector de actividade viu crescer ligeiramente o seu peso na estrutura da população activa concelhia (0,5%), contrariando a tendência de decréscimo verificada no contexto regional, que regrediu cerca de 3 pontos percentuais.

A indústria transformadora destaca-se claramente como o sub-sector mais importante do secundário, com mais de 80% da população activa, valor ligeiramente superior ao do Pinhal Interior Norte.

A construção civil e as obras públicas constituem também um sub-sector importante, empregando, no mesmo ano, mais de 10% do pessoal activo no secundário. Trata-se de uma actividade que nos dois últimos decénios tem apresentado um dinamismo positivo, fruto dos avultados investimentos efectuados sobretudo pela administração local em infra-estruturas e equipamentos de apoio à população.

A estrutura produtiva, pouco diversificada, com fortes traços de ruralidade e fraca qualificação da mão-de-obra, baseia-se, numa significativa especialização nos têxteis, empregando perto de 40% da população activa (emprego fortemente concentrado na empresa CRIALME DONNA (EX GERRY WEBER), produção de confecções, com perto de 120 efectivos presentemente), reflectindo a realidade industrial do Pinhal Interior Norte. Os produtos químicos e borrachas, a madeira e as metalomecânicas são igualmente relevantes no tecido produtivo. No primeiro caso, destaca-se a empresa SONUMA, (recauchutagem de pneus), que emprega um total de 60 trabalhadores, a de maior

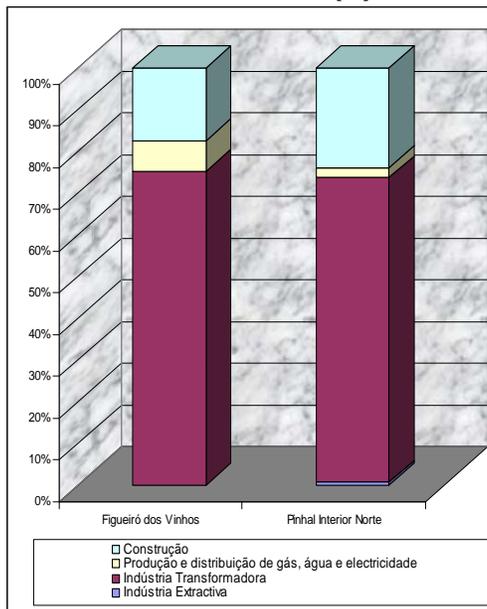
dimensão do ramo em todo o Pinhal Interior Norte. As pequenas unidades de transformação de madeira (serrações e carpintarias), localizadas por todo o concelho, têm vindo a perder importância nos últimos anos na estrutura do emprego industrial, sobretudo devido ao encerramento de empresas, algumas com muitos anos de actividade, salientando-se, pelo



SONUMA (Figueiró dos Vinhos)

Entre 1991 e 2001, Figueiró dos Vinhos conheceu um aumento da população activa no sub-sector, resultado de importantes investimentos

Figura 53 – Subsectores do Secundário no Pinhal Interior Norte e em Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2001 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (2001)

impacte negativo gerado, a MAFREL, cujo encerramento recente representou o desemprego para cerca de 30 trabalhadores. Existem, presentemente, 8 empresas no sector, que empregam um total de 76 activos. Por fim, as metalomecânicas têm vindo a aumentar a sua importância relativa no tecido industrial, dinamizadas sobretudo por pequenas iniciativas locais.

como a GERRY WEBER, que contribuiu para a criação de mais de 130 postos de trabalho. Contudo, os últimos anos têm sido marcados por incertezas constantes relativamente ao futuro de várias empresas de grande relevância para o tecido produtivo local. A Comunicação Social regional tem relevado a situação problemática que várias unidades, algumas de importância histórica, têm atravessado, levando inclusive ao seu encerramento e posterior reabertura, com as conseqüentes tensões sociais. Com efeito, para além do encerramento da MAFREL, também a SONUMA e a GERRY WEBER (que em conjunto representam cerca de 180 trabalhadores)¹⁰⁶ tem conhecido tempos difíceis. No primeiro caso, o funcionamento e a conseqüente manutenção dos postos de trabalho só foi conseguida pela acção da autarquia e de alguns empresários locais. No caso da GERRY WEBER, a empresa foi adquirida pela CRIALME, de Paços de Ferreira, reiniciando a produção com 120 postos de trabalho preenchidos por antigos funcionários da GERRY WEBER. Contudo, a empresa prevê criar proximamente mais 100 postos de trabalho, elevando para 220 o número de empregados¹⁰⁷.

Quadro 29 – População Activa no Pinhal Interior Norte, por Concelho, na Indústria Transformadora, 2001 (%)

Concelho	Indústria Transformadora								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Pinhal Interior Norte	9,6	40,1	12,6	4,0	3,9	8,9	0,4	19,4	0,6
Alvaiázere	13,2	32,2	14,3	3,5	14,5	3,9	0,0	18,1	0,4
Ansião	7,8	43,0	13,9	1,7	6,6	12,2	0,3	14,3	0,3
Arganil	6,1	36,6	12,5	3,0	0,3	13,7	0,3	26,2	1,2
Castanheira de Pêra	4,9	59,2	14,6	2,4	1,9	2,2	0,0	14,9	0,0
Figueiró dos Vinhos	5,6	38,1	15,3	3,3	18,0	4,2	0,0	15,3	0,2
Góis	7,7	17,3	12,1	9,3	2,6	15,7	3,5	31,6	0,3
Lousã	9,1	29,7	7,0	18,0	5,8	5,1	0,4	24,5	0,5
Mirando do Corvo	14,2	26,3	11,3	5,5	4,8	20,3	0,5	16,7	0,4
Oliveira do Hospital	9,5	58,0	13,6	0,7	0,5	2,7	0,4	13,9	0,8
Pampilhosa da Serra	14,2	20,4	25,7	0,0	0,0	0,9	1,8	37,2	0,0
Pedrógão Grande	31,4	27,3	22,4	1,2	4,9	4,1	0,0	8,6	0,0
Penela	17,5	35,1	15,7	0,8	1,5	14,6	0,2	14,2	0,4
Tábua	6,8	36,8	8,5	1,3	1,0	12,4	0,6	32,4	0,2
Vila Nova de Poiares	11,4	32,0	15,2	2,8	5,1	9,3	0,4	22,3	1,5

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (2001)

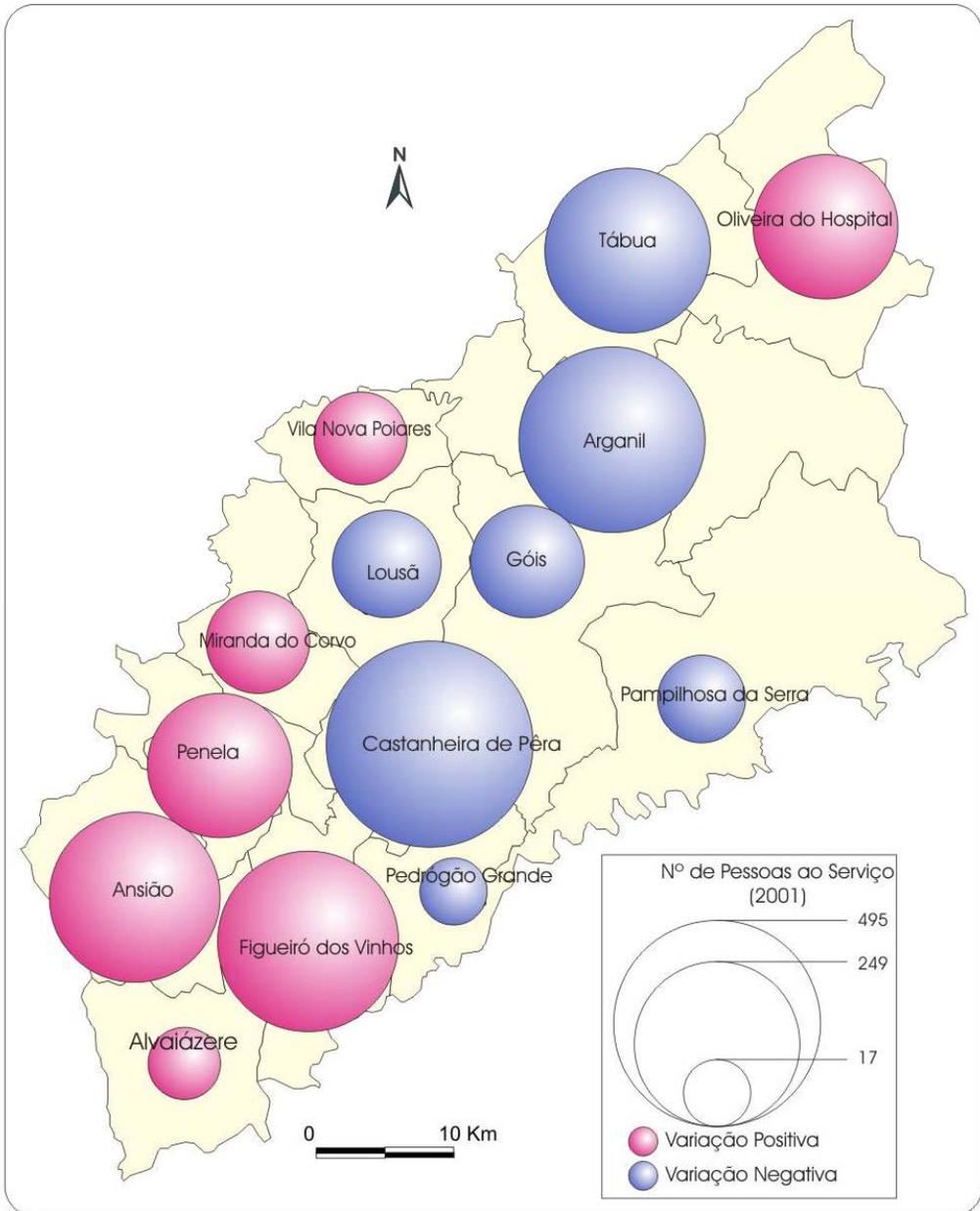
¹⁰⁶ As três empresas estão localizadas na freguesia sede do concelho.

¹⁰⁷ Para a sua aquisição foi determinante o esforço empreendido pela autarquia e o mecanismo previsto nas medidas de curto prazo do Programa para a Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos (PRASD), que consiste na comparticipação até 50% dos salários, no caso de empresas que se encontrem em grave situação financeira ou encerradas, durante um máximo de 18 meses, desde que ocorra uma alteração da propriedade e da gestão.

Ramos CAE

- 3.1 – Indústrias de alimentação/das bebidas/do tabaco
- 3.2 – Indústrias têxteis/vestuário/curtumes/couro/calçado
- 3.3 – Indústrias da madeira/de mobiliário
- 3.4 – Indústrias do papel/ das artes gráficas e edição de publicações
- 3.5 – Indústrias de produtos químicos/petróleo/borracha/plásticos
- 3.6 – Indústrias de porcelana/vidro/produtos minerais
- 3.7 – Indústrias ferro/aço/metais não ferrosos
- 3.8 – Ind. de produtos metálicos/equipamento, material de transporte/ fabricação material não eléctrico/ material eléctrico/instrumentos profissionais
- 3.9 – Outras indústrias transformadoras

Figura**54 –****Variação da População Activa no Pinhal Interior Norte,
por Concelho, na Indústria Transformadora, 1991-2001 (%)**

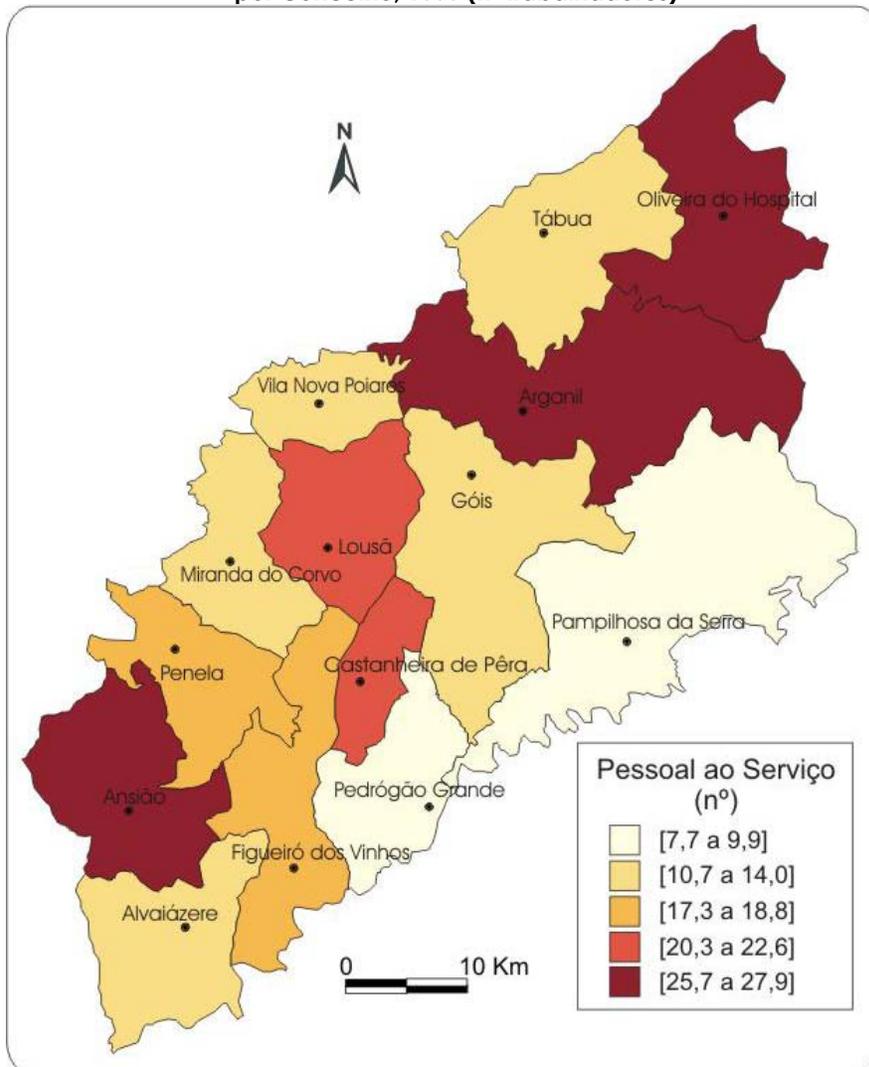


Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (1991 e 2001)

A dimensão média dos estabelecimentos industriais evidencia o predomínio das pequenas empresas. Com efeito, a CRIALME DONNA e a SONUMA destacam-se como as unidades com o maior número de trabalhadores e, para além destas, todos os restantes estabelecimentos industriais de Figueiró

dos Vinhos têm menos de 10 trabalhadores, trazendo algumas limitações ao tecido industrial local¹⁰⁸.

Figura 55 – Dimensão Média dos Estabelecimentos Industriais no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1999 (nº trabalhadores)



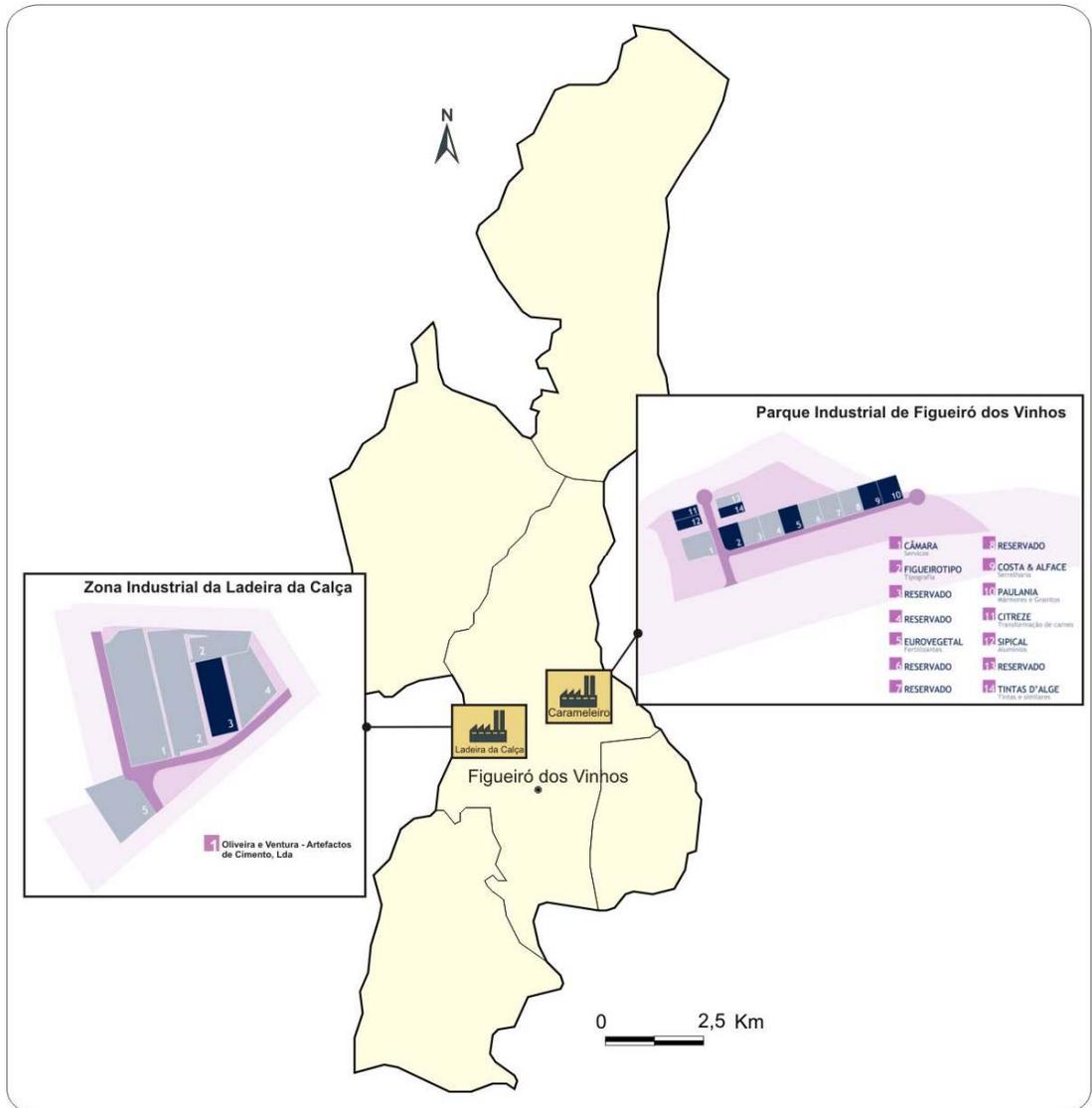
Fonte: MESS (2000)

Os últimos anos têm sido marcados por importantes investimentos por parte da autarquia na infra estruturação de espaços industriais e na melhoria das acessibilidades rodoviárias que os vão servir, no sentido de criar condições

¹⁰⁸ Muitas unidades têm apenas uma só pessoa, em que a actividade pode ser desenvolvida em paralelo com outra ocupação do proprietário ou são de dimensão familiar, gerando poucos postos de trabalho.

mais favoráveis para as unidades já existentes no concelho, mas também para que a qualificação destes espaços represente um factor de atractividade para novas empresas que pretendam localizar-se em Figueiró dos Vinhos.

Figura 56 - Áreas Industriais no Concelho de Figueiró dos Vinhos



Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2004

2.4. Comércio e Serviços

A estrutura do sector terciário revela uma predominância muito acentuada do emprego nas actividades do pequeno comércio a retalho, que ocupa

presentemente, como referido, mais de metade da população activa do concelho. Tal como na generalidade dos concelhos do Pinhal Interior Norte, o crescimento protagonizado pelo sector ao longo dos últimos vinte anos reflecte-se sobretudo neste tipo de actividades, mas também nos serviços públicos (alguns de âmbito inter-concelhio), que constituem a componente mais importante do emprego (Câmara Municipal, Escolas, Tribunal, Registo Civil, GAT, Centro de Emprego, Centro de Saúde, GNR e serviços ligados às questões sociais - IPSS's) representando, em conjunto, cerca de 43% da população activa no terciário.

Exceptuando alguns estabelecimentos mais qualificados no centro da Vila, a maioria dos estabelecimentos de comércio a retalho são de reduzida dimensão, de natureza familiar e, embora cobrindo um vasto leque de actividades (calçado, floricultura, fotografia, ourivesaria, relojoaria, electrodomésticos e artigos para o lar, entre outros), estão essencialmente direccionadas para o comércio de produtos alimentares e vestuário. Estas características têm maior visibilidade nos restantes núcleos populacionais, onde o nível de qualificação do comércio é muito reduzido, prevalecendo os traços de um longo percurso de tradição e ruralidade.

Quadro 30 – População Activa no Sector Terciário no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Sub-sector, 1991 e 2001

Sub-sectores	1991		2001	
	Pop. Activa (nº)	%	Pop. Activa (nº)	%
Comércio grosso e retalho	379	33,5	354	24,3
Alojamento e restauração	70	6,2	116	8,0
Transporte; armazenagem e comunicações	71	6,3	117	8,0
Actividades financeiras	43	3,8	40	2,7
Acts. imobiliárias, alugueres e serv. às empresas	39	3,5	82	5,6
Adm. Pública, defesa e segurança social	181	16,0	289	19,8
Educação	137	12,1	188	12,9
Saúde e Acção Social	64	5,7	145	10,0
Outras actividades	146	12,9	125	8,6
Total	1.130	100	1.456	100

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (1991 e 2001)

O comércio por grosso é dirigido sobretudo para a comercialização da madeira e da produção agrícola concelhia, tendo diminuindo a sua importância relativa nos últimos anos, resultado da perda de relevância destas actividades no tecido económico.

Para além da realização do mercado bi-semanal (Quartas-feiras e Sábados), Figueiró dos Vinhos conta ainda com as feiras anuais de São

Pantaleão e de São Simão, respectivamente nas freguesias de Figueiró e Aguda. A capacidade de atracção de consumidores suscitada pela Feira de São Pantaleão, designadamente das áreas rurais em torno da Vila é claramente benéfica para a actividade comercial estabelecida em Figueiró, pela relação de complementaridade estabelecida entre os vários tipos de comércio presentes. Destaque ainda para a FIGEXPO – Feira de Actividades Económicas de Figueiró dos Vinhos que, integrada nas festas do concelho, tem-se vindo a afirmar cada vez mais como um pólo de atracção à escala regional, com um número crescente de expositores e visitantes.

A restauração é caracterizada pelo prevalecimento de estabelecimentos maioritariamente pouco qualificados, predominando as pastelarias e os cafés. A qualificação da restauração, associada à promoção da gastronomia típica e dos produtos regionais constitui um vector de desenvolvimento que pode ser potenciado, explorando o fluxo crescente e regular de visitantes do concelho.

Neste sentido, a aprovação recente do URBCOM (Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial), visando o apoio a projectos de urbanismo comercial para a modernização das actividades empresariais do comércio e de alguns serviços, a qualificação do espaço público envolvente e a promoção do respectivo projecto global, constitui uma oportunidade de importância fundamental para o fortalecimento das actividades de restauração e do comércio local, permitindo a modernização dos estabelecimentos do centro histórico, a diversificação da empregabilidade e a sustentação futura da actividade, contribuindo para o desenvolvimento económico do concelho.

O importante crescimento observado nos serviços públicos, designadamente nos serviços sociais, reflecte, por um lado, a melhoria das condições de vida da população de Figueiró dos Vinhos, expressas numa maior oferta de serviços de educação, saúde, desporto e, por outro, alguma excessiva dependência do terciário social, em detrimento do terciário económico (ao contrário do que acontece com os centros urbanos mais dinâmicos do país). Assim, as actividades financeiras e serviços de apoio às empresas apresentam uma importância reduzida no tecido económico local, não se tendo verificado um crescimento significativo nos últimos anos, traduzindo, de certo modo, as debilidades da estrutura produtiva de Figueiró dos Vinhos, situação análoga a muitos dos concelhos do interior do país.

As actividades do terciário encontram-se distribuídas de forma claramente heterogénea no concelho. No comércio, a Vila de Figueiró dos Vinhos concentra perto de 80% dos estabelecimentos, sendo particularmente evidente o desequilíbrio com as restantes freguesias do concelho no comércio não alimentar¹⁰⁹.

Quadro 31 – Estabelecimentos Comerciais no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 1999 (n°)

Freguesias	Restauração e Bebidas	Comércio Alimentar	Outro Comércio	Ramo Automóvel	Total
Aguda	16	2	1	2	23
Arega	11	0	1	2	14
Bairradas	5	1	1	0	7
Campelo	4	0	0	0	4
Figueiró dos Vinhos	40	13	87	18	158
Total	76	16	90	22	204

Fonte: GADEL (1999)

Na prestação de serviços, as diferenças têm maior visibilidade. Para além de concentrar todos os serviços públicos de carácter concelhio e inter-concelhio, é também na freguesia de Figueiró dos Vinhos que está localizada toda a prestação de serviços privados (agências bancárias, serviço Multibanco, agências de seguros, imobiliárias e de viagens, escritórios de advocacia), com a excepção de um gabinete de contabilidade e de dois gabinetes de projectos de construção civil.

2.5. Turismo

O turismo é hoje considerado uma das mais importantes actividades económicas, gerador de crescimento à escala mundial, quer em termos de receitas, quer na criação de emprego.

Devido à sua localização geográfica, Portugal tem uma posição privilegiada para o desenvolvimento de várias actividades turísticas, designadamente relacionadas com os produtos sol e mar, natureza e paisagem. O turismo tem vindo, ao longo dos anos, a acentuar a sua importância na estrutura económica nacional, representando, hoje, cerca de 8% do PIB e 10% da população activa.

Em articulação com outras actividades económicas, o turismo é igualmente encarado como uma solução possível para a resolução de alguns

¹⁰⁹ Todos os estabelecimentos comerciais do concelho de vestuário, calçado, artigos de desporto, móveis, electrodomésticos, artigos fotográficos, equipamento informático, livraria e papelaria, oculista, ourivesaria e relojoaria estão localizados na Vila.

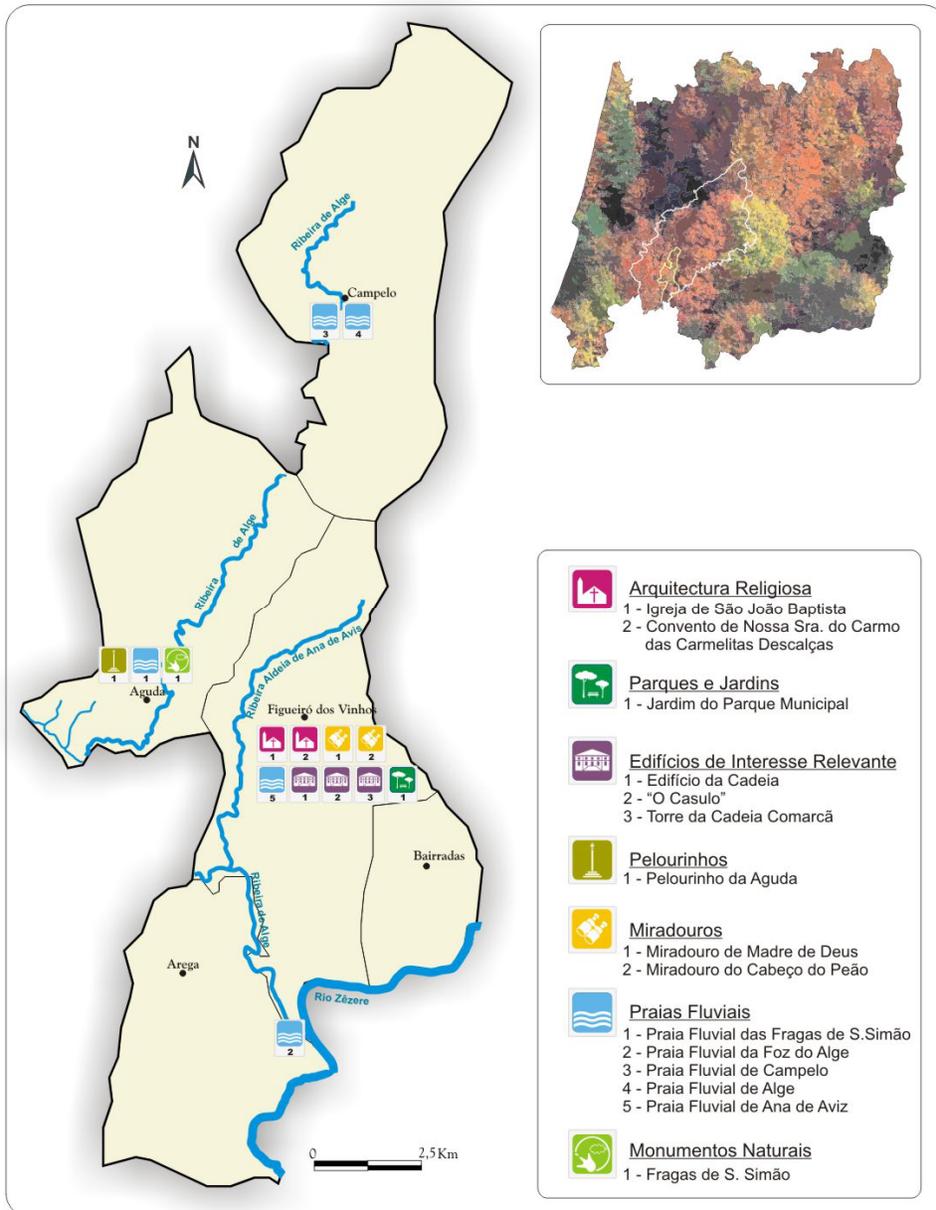
problemas relacionados com o processo de “desertificação humana” no interior, partindo do princípio que a potenciação das actividades turísticas em localidades mais deprimidas poderá induzir o desenvolvimento de outros sectores, tais como o comércio, os serviços ou mesmo a agricultura.

Acompanhando a tendência nacional, as actividades turísticas têm vindo a assumir uma importância crescente na Região Centro, gerando actualmente, nos estabelecimentos hoteleiros, receitas superiores a 65 milhões de euros e assegurando mais de 21 mil postos de trabalho nos sectores da hotelaria e restauração. No contexto regional, merece destaque o Baixo Mondego, o Baixo Vouga e Dão-Lafões que, em conjunto, são responsáveis por mais de 75% do volume de receitas geradas e do número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros.

A Região do Pinhal Interior Norte tem, neste contexto, um papel de relevância reduzida, com uma escassa capacidade de alojamento e uma procura residual. Em 2002, a oferta hoteleira recenseada pela Direcção-Geral do Turismo (DGT) correspondia apenas a 2,3% e o número de dormidas a 1,9% do total da Região Centro. Os concelhos de Tábua, Lousã, Pedrógão Grande e Arganil assumem um maior protagonismo no espaço intra-regional.

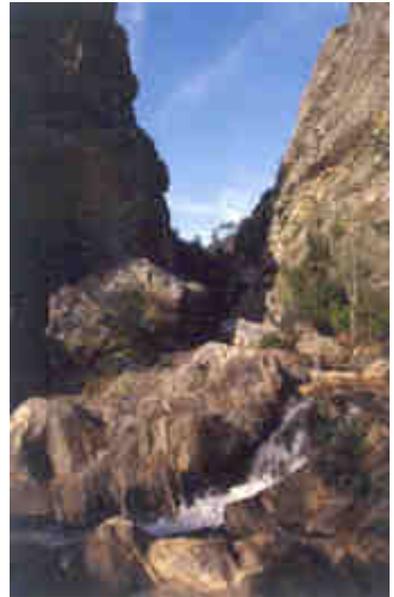
O concelho de Figueiró dos Vinhos, inserido na maior mancha verde contínua da Europa, é possuidor de um vasto conjunto de recursos turísticos com um elevado potencial de desenvolvimento, mas que tem revelado dificuldades de afirmação na base económica concelhia. Apelidada de “Sintra do Norte”, epíteto atribuído por José Malhoa, foi nomeada estância turística na década de trinta do século passado, encontrando-se presentemente inserida na Região Turística do Centro.

Figura 57 – Principais Recursos Turísticos do Concelho de Figueiró dos Vinhos



Fonte: CEDRU, 2004

Ao abordarmos os recursos turísticos concelhios, destaca-se, desde logo, o património natural e paisagístico. A mancha florestal, as ribeiras e os espelhos de água, os montes e os vales, os trilhos e os percursos pedestres são elementos de grande interesse, contribuindo para a extrema variedade de paisagens de Figueiró dos Vinhos. A Foz de Alge, onde "as águas frias da Ribeira de Alge se encontram com as mansas águas do rio Zêzere", é uma referência no turismo ambiental da região. As quatro praias fluviais do concelho (Águas de São Simão, Alge, Campelo, e Aldeia de Ana Aviz), todas elas com excelentes condições naturais, permitem usufruir de águas limpas, de uma paisagem envolvente bastante acolhedora e de equipamentos complementares de apoio, como balneários e restaurantes. As Fragas de S. Simão, uma queda de água considerada como um dos *ex libris* do concelho recebe, ao longo do ano, muitos visitantes, nacionais e estrangeiros.



Fragas de São Simão (Açuda)



Romaria da Aldeia de Ana de Aviz (Figueiró dos Vinhos)

Figueiró dos Vinhos detém igualmente um património cultural, construído e etnográfico, de grande riqueza¹¹⁰. São vários os monumentos existentes que correspondem a diferentes estilos arquitectónicos, desde o século XV, até aos nossos dias, na sua maioria classificados pelo IPPAR. No que respeita ao património cultural etnográfico são de realçar não só as várias actividades desenvolvidas em torno do artesanato, bem como as festas e romarias que se realizam em todo o concelho.

O epíteto de "vila florida" foi conseguido em 1998, quando Figueiró dos Vinhos foi premiado com a

lores patrimoniais de Figueiró dos Vinhos são

Medalha de Prata no “Concurso Europeu Cidades e Vilas Floridas 1998”, distinção que premiou o trabalho desenvolvido pela autarquia na recuperação paisagística e urbanística da Vila.

Na gastronomia local, destaca-se o peixe do rio (truta, achigã, carpa), o rancho e a deliciosa doçaria e pastelaria como o pão-de-ló, as castanhas doces e os pingos de tocha, servidos na generalidade dos restaurantes locais.

O alojamento turístico é garantido pela Residencial “Malhoa”, com 18 quartos, 2 suites e capacidade para 50 pessoas e pela Pensão “Terrabela”, com 10 quartos e capacidade para 20 pessoas, ambas localizadas na freguesia sede de concelho. O Parque de Campismo da Foz do Alge, em fase de finalização e com capacidade para cerca de 200 campistas (tendas e cinco auto-caravanas), evidencia-se como um equipamento de grande importância para a dinamização do turismo.

Figura 58 – Parque de Campismo de Foz do Alge



Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2004

Não sendo possível discriminar de forma precisa o peso da actividade turística na base económica concelhia, poder-se-á dizer que a sua relevância actual é limitada, mas que apresenta, todavia, um elevado potencial de desenvolvimento, designadamente no produto TER, dinamizável a curto prazo¹¹¹. Trata-se, na verdade, de um sector de

¹¹¹ Existindo algumas intenções de investimento conhecidas, salientando-se a recuperação da Casa das Freiras, na freguesia sede de concelho, para Turismo Rural.

valorização crescente nas estruturas económicas de concelhos com as características de Figueiró dos Vinhos. Por outro lado, a interessante dinâmica de investimento turístico que o Pinhal Interior Norte tem experimentado nos últimos anos, demonstrativo da existência de potenciais endógenos mobilizáveis para o sector, afigura-se também como uma oportunidade para o concelho, que certamente será agarrada.



CONDIÇÕES DE VIDA E

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1. Introdução

Não são apenas os contrastes paisagísticos e de ocupação território que caracterizam a Região Centro. A sua diversidade económica, social e cultural reflecte-se nas condições de vida das populações que a habitam, com assimetrias visíveis. Se nos últimos anos têm sido encetados esforços para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, designadamente nos equipamentos de apoio à população e nas infra-estruturas para o desenvolvimento, conseguindo-se iniciar a inversão da tendência da região para o despovoamento, visando esbater as assimetrias intra-regionais, a verdade é que as mesmas ainda subsistem, com um cunho particularmente perceptível entre o litoral e o interior.

Evidenciando alguns dos sinais da "interioridade", Figueiró dos Vinhos conheceu nos últimos anos um desenvolvimento assinalável das condições de vida dos seus habitantes, com evidência em vários domínios. Beneficiando dos instrumentos comunitários de financiamento dos vários QCA, foram encetados esforços no sentido de infra estruturar e dotar o concelho com equipamentos em áreas como a saúde e a acção social, o ensino, o desporto e a recreação, a cultura, a administração, as acessibilidades rodoviárias, o saneamento básico e a utilização das novas tecnologias, que resultou numa melhoria sem precedentes. Subsistem, contudo, algumas debilidades a ser ultrapassadas, designadamente em alguns equipamentos de ensino e de apoio à 3ª Idade e no tratamento e drenagem de águas residuais.

O presente capítulo centrar-se-á, assim, na análise das condições de vida e desenvolvimento social da população figueiroense e respectiva evolução recente, incidindo sobretudo na caracterização dos aspectos relacionados com o emprego e desemprego, as condições de habitabilidade, os equipamentos de apoio à população e as infra-estruturas para o desenvolvimento.

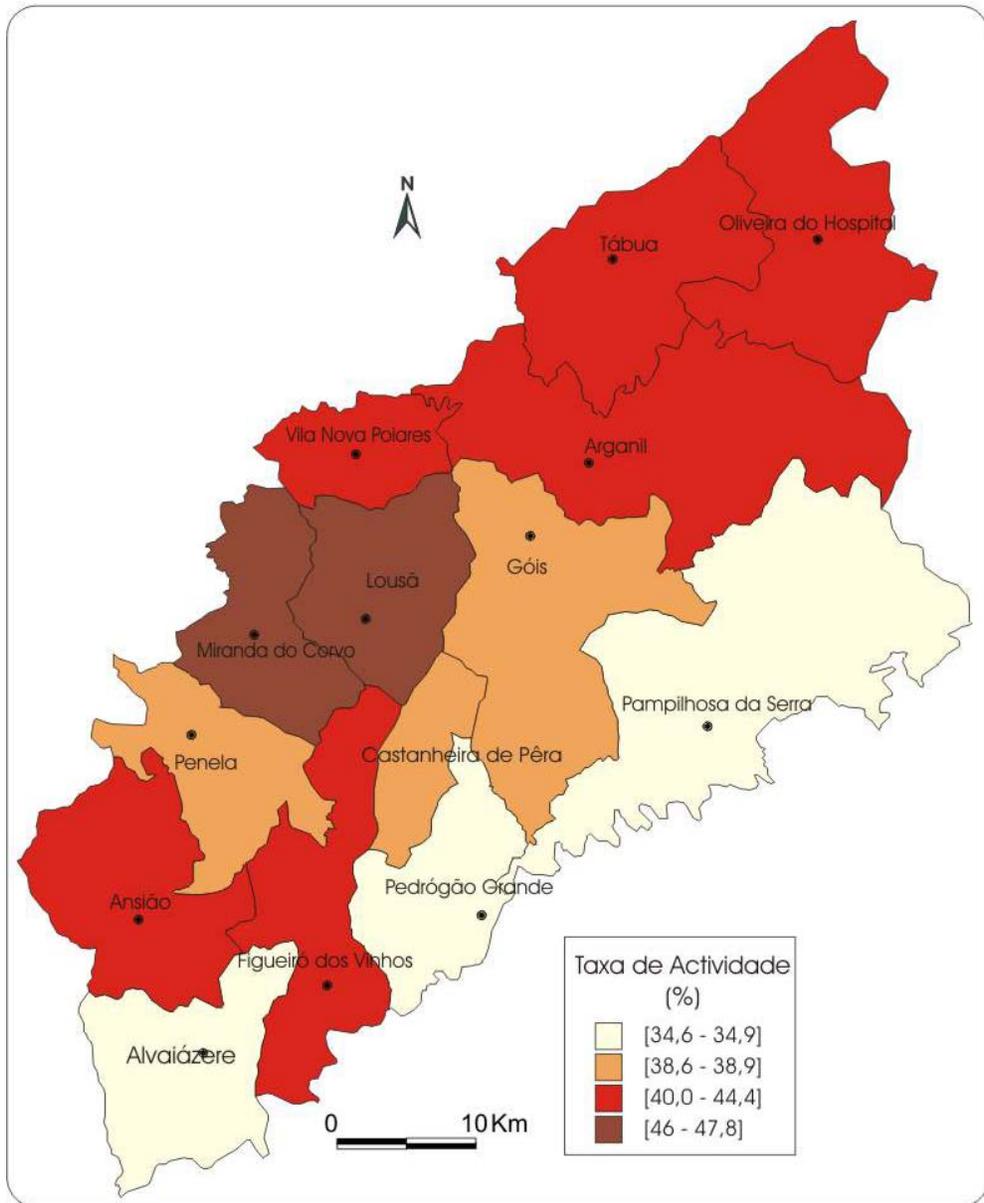
As fontes de informação utilizadas têm por base vários levantamentos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), designadamente os Recenseamentos Gerais da População e informação disponibilizada pelo GADEL e pela Câmara Municipal.

2. Emprego e Protecção Social

A Região Centro tem-se vindo a afirmar como um espaço inovador e potenciador de desenvolvimento, apoiado principalmente na indústria transformadora. Território economicamente activo e em crescimento, registou, no último período inter-censitário, um aumento da taxa de actividade na ordem dos 4%, passando de 41,4% em 1991 para 45,2% em 2001.

Maior dinamismo conheceu o Pinhal Interior Norte, com um acréscimo de 5% no mesmo período (apesar de apresentar, no último ano, uma taxa de actividade inferior aos valores médios do Centro: 41,9%), verificando-se diferenças assinaláveis no contexto intra-regional. Com uma taxa de actividade muito próxima da verificada na região, Figueiró dos Vinhos cresceu cerca de 5%, passando de 35,3% para 40,6%.

Figura 59 - Taxa de Actividade no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 2001 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (2001)

Com uma maior expressão em sectores como a agricultura e indústria do vestuário, o emprego feminino tem uma elevada importância na economia regional. Ainda que com uma taxa de actividade inferior à média nacional, registou um crescimento de 6,5% na última década. No Pinhal Interior Norte o aumento foi ainda mais significativo, passando de 26,0% em 1991 para 34,5% em 2001. Figueiró dos Vinhos acompanha este crescimento,

mantendo-se, no último ano, com uma taxa de actividade feminina inferior à dos valores regionais.

A região é ainda caracterizada pela dimensão que o “emprego informal” (trabalho por conta própria, trabalho ao domicílio e trabalho a tempo parcial) representa, configurando situações de sub emprego, geralmente em actividades com baixo nível de remuneração, não reflectindo os verdadeiros valores da taxa de actividade.

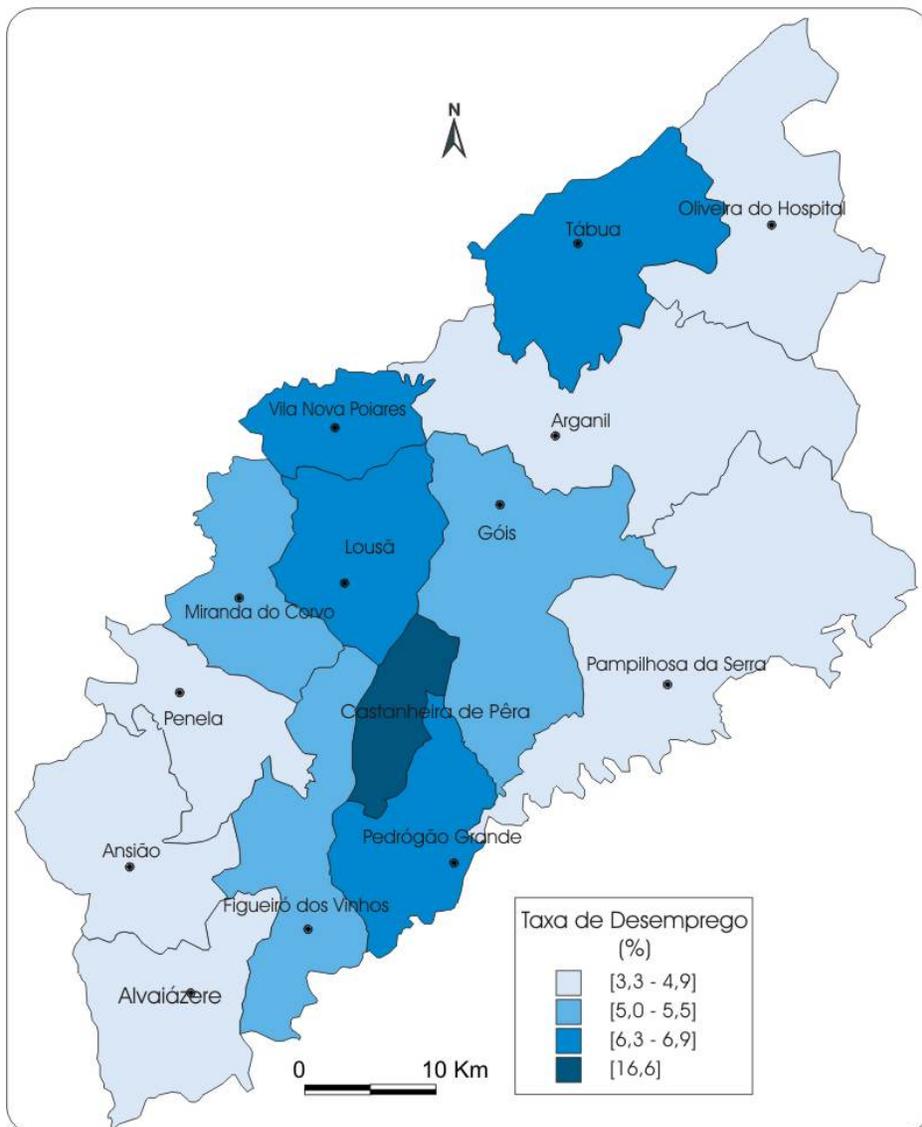
Quadro 32- Taxa de Actividade no Pinhal Interior Norte, por Concelho, por Sexo, 1991-2001

NUTS/Concelho	1991		2001	
	H	M	H	M
Centro	51,6	32,0	52,5	38,5
Pinhal Interior Norte	47,6	26,0	49,8	34,5
Alvaiázere	45,4	23,1	45,3	25,0
Ansião	52,5	23,7	51,6	33,2
Arganil	45,0	25,6	52,3	34,8
Castanheira de Pêra	46,1	30,5	46,3	31,8
Figueiró dos Vinhos	47,9	23,8	50,0	32,2
Góis	38,8	17,7	46,3	31,8
Lousã	51,0	30,0	54,2	41,7
Miranda do Corvo	50,8	28,9	51,7	40,5
Oliveira do Hospital	49,5	30,3	50,6	35,9
Pampilhosa da Serra	20,3	34,6	42,5	27,7
Pedrógão Grande	42,2	20,2	42,2	28,3
Penela	45,9	20,6	46,3	31,6
Tábua	47,4	27,6	48,0	32,5
Vila Nova de Poiares	51,4	25,7	52,2	37,2

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (1991 e 2001)

Num contexto em que o desemprego não é particularmente problemático, com níveis inferiores aos valores médios nacionais, o Pinhal Interior Norte apresenta uma taxa de desemprego próxima da média da Região Centro (5,6% e 5,7%, respectivamente), tendo registado, contudo, um aumento de cerca de 1% ao longo do último período inter-censitário. Contrariando esta tendência, o desemprego em Figueiró dos Vinhos diminui de 6,4% em 1991 para 5% em 2001, resultado do crescimento do terciário no tecido económico concelhio e de importantes investimentos no sector industrial, como analisámos já anteriormente.

Figura 60 - Taxa de Desemprego no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 2001 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (2001)

Os níveis de desemprego, reflexo do que acontece na região, são derivados sobretudo do desemprego feminino, claramente mais elevado. Neste domínio, Figueiró dos Vinhos contrariou a evolução recente do Pinhal Interior Norte, diminuindo de forma significativa o número de desempregadas, reflexo principalmente do investimento que representou a CRIALME DONNA, cuja estrutura produtiva assenta na mão-de-obra feminina. Em 2001, destacava-se como um dos concelhos no contexto regional com a taxa de desemprego feminino mais baixa, contrariamente ao que acontecia dez anos antes.

Quadro 33 - Taxa de Desemprego no Pinhal Interior Norte, por Concelho, por Sexo, 1991-2001 (%)

NUTS/Concelho	1991		2001	
	H	M	H	M
Pinhal Interior Norte	2,8	7,5	3,5	8,5
Alvaiázere	2,4	6,4	2,7	7,9
Ansião	2,9	8,5	2,7	8,0
Arganil	4,1	6,7	3,1	7,5
Castanheira de Pêra	5,3	12,0	10,1	25,1
Figueiró dos Vinhos	3,5	11,6	3,7	6,8
Góis	1,6	13,1	2,8	8,9
Lousã	4,2	12,5	3,6	9,5
Miranda do Corvo	2,0	6,6	3,3	7,7
Oliveira do Hospital	2,2	5,1	3,1	6,5
Pampilhosa da Serra	3,0	4,7	2,8	4,0
Pedrógão Grande	2,6	7,1	4,5	10,0
Penela	2,6	8,5	3,2	7,4
Tábua	2,0	4,2	4,6	9,6
Vila Nova de Poiares	2,1	6,2	3,6	11,1

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (1991 e 2001)

À transversalidade do desemprego feminino nas várias categorias de desempregados (jovens, adultos, de longa duração, procura de primeiro emprego), acresce o facto das remunerações médias auferidas pelas mulheres serem substancialmente inferiores às dos homens, desempenhando, regra geral, funções menos qualificadas.

Uma análise do desemprego por escalões etários permite verificar uma discordância entre o concelho e a região em que se encontra. Enquanto que no Pinhal Interior Norte a maioria da população a receber o subsídio de desemprego encontra-se na faixa etária dos 30 aos 39 anos, em Figueiró dos Vinhos o grupo etário que concentra mais beneficiários está entre os 40 e os 49 anos. A inserção de jovens no mercado de trabalho afigura-se igualmente como um dos grandes problemas à escala regional, verificando-se um aumento do desemprego juvenil nos últimos anos.

Quadro 34 - Beneficiários com Subsídio de Desemprego no Pinhal Interior Norte, por Concelho, Segundo a Idade, 2002 (%)

NUTS/Concelho	Grupo Etário (anos)					
	< 24	25-29	30-39	40-49	50-54	> 54
Pinhal Interior Norte	12,7	16,3	23,8	18,7	9,2	19,3
Alvaiázere	15,1	18,7	36,0	15,8	3,6	10,8
Ansião	12,1	12,1	19,6	18,3	6,5	31,5
Arganil	13,1	15,7	24,3	19,9	5,9	21,1
Castanheira de Pêra	5,5	5,9	17,2	20,5	19,1	31,9
Figueiró dos Vinhos	13,6	14,2	18,2	23,9	11,9	18,2
Góis	14,7	13,7	15,8	23,2	9,5	23,2
Lousã	13,5	22,3	26,2	17,2	6,5	14,4
Miranda do Corvo	11,4	19,9	26,4	18,1	8,8	15,3
Oliveira do Hospital	16,9	18,4	21,6	18,4	9,7	15,1

Pampilhosa da Serra	12,2	10,3	35,3	22,1	11,8	4,4
Pedrógão Grande	10,8	10,8	13,3	32,5	12,1	20,5
Penela	15,8	15,0	21,8	15,0	12,0	20,3
Tábua	10,5	17,0	25,0	15,6	9,1	22,7
Vila Nova de Poiares	11,8	19,5	35,4	16,9	9,2	7,2

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro (2003)

Assim, e de acordo com o Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos os desempregados registados são maioritariamente do sexo feminino, à procura novo emprego, com uma idade avançada, possuindo poucas qualificações profissionais e habilitações literárias e de curta duração, indicando alguma rotatividade e precaridade no emprego¹¹².

Releve-se também o desajustamento entre a oferta e a procura de emprego e a fraca rede de transportes públicos existente no concelho, dificultando a mobilidade dos trabalhadores nos locais onde por vezes há oferta de postos de trabalho.¹¹³

O número de pensionistas tem também vindo a aumentar significativamente, reflexo do envelhecimento populacional, já analisado. O quadro de Figueiró dos Vinhos acompanha a tendência regional, representando os pensionistas, em 2001, mais de um terço da população concelhia (2.637), na sua maioria reformados por velhice (apesar dos indivíduos com reformas de sobrevivência serem em número significativo, um dos mais elevados da região). Para tal, muito contribui o facto de estarmos perante um tecido demográfico envelhecido, em que cerca de 24% dos residentes têm mais de 65 anos.

Quadro 35 - Pensionistas por Invalidez, Velhice e Sobrevivência no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 2001 (nº)

NUTS/Concelho	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Pensionista/ 100 habitantes
Pinhal Interior Norte	12,6	64,6	22,8	36,8
Alvaiázere	10,3	68,8	20,9	59,7
Ansião	12,1	65,2	22,7	38,2
Arganil	12,0	65,2	22,8	41,1
Castanheira de Pêra	14,2	62,3	23,5	47,2
Figueiró dos Vinhos	11,0	64,1	25,0	35,9
Góis	12,2	65,2	22,7	47,0
Lousã	16,5	59,5	24,0	27,0
Miranda do Corvo	15,3	60,9	23,8	27,8
Oliveira do Hospital	13,1	64,8	22,1	32,9
Pampilhosa da Serra	13,0	65,2	21,8	49,5
Pedrógão Grande	10,4	65,4	24,2	46,9

¹¹² CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (2002).

¹¹³ Os salários praticados pela generalidade das empresas existentes não ultrapassam o salário mínimo, pelo que a utilização de transporte próprio se torna economicamente insustentável.

Penela	13,3	65,7	21,0	39,5
Tábua	11,8	66,4	21,8	33,4
Vila Nova de Poiares	10,3	62,4	27,3	26,1

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro (2003)

3. Condições de Habitabilidade

Associado à dinâmica económica do sector da construção civil, o parque habitacional de Figueiró dos Vinhos tem crescido nos últimos anos, assistindo-se, simultaneamente, à recuperação de muitas habitações, designadamente na freguesia sede do concelho¹¹⁴. Esta tendência enquadra-se no que acontece no Pinhal Interior Norte; cerca de 20% dos edifícios da região são recentes, construídos durante o último período intercensitário. No contexto concelhio, a construção de edifícios na vila, nos três últimos decénios, acompanha a tendência de concentração populacional na freguesia de Figueiró, representando entre 1991 e 2001, pela primeira vez, mais de 50% dos edifícios construídos no concelho.

**Quadro 36 - Edifícios Segundo a Época de Construção
no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 2001(n°)**

NUTS/Concelho/Freguesia	Edifícios construídos antes de 1919	Edifícios construídos entre 1919 e 1945	Edifícios construídos entre 1946 e 1970	Edifícios construídos entre 1971 e 1990	Edifícios construídos entre 1991 e 2001
Pinhal Interior Norte	9.726	9.968	17.488	25.689	14.206
Figueiró dos Vinhos (con.)	344	413	1.071	1.329	834
Aguda	67	105	236	231	117
Arega	24	76	189	204	133
Campelo	40	59	184	152	110
Figueiró dos Vinhos	195	133	347	620	427
Bairradas	18	40	115	122	47

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (2001)

Há um claro predomínio de edifícios com apenas um alojamento e de uso exclusivamente residencial; como seria expectável, é a freguesia de Figueiró com os valores mais reduzidos no contexto concelhio. Quase todos os edifícios estão servidos com recolha de resíduos sólidos; neste domínio, o concelho apresenta valores superiores ao conjunto do Pinhal Interior Norte.

¹¹⁴ Para tal, muito contribui o Programa de Incentivos à "Recuperação de Habitações na Zona Histórica da Vila", que visa a recuperação e manutenção de habitações degradadas na zona urbana mais antiga da vila.

Campelo, com uma grande dispersão de lugares, tem uma taxa de cobertura consideravelmente mais reduzida.

Quadro 37 - Características dos Edifícios do Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 2001

NUTS/Concelho/Freguesia	Edifícios com um alojamento		Edifícios de uso Exclusivamente Residencial		Edifícios servidos com Recolha de Resíduos Sólidos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pinhal Interior Norte	73.842	95,8	72.882	94,6	70.474	91,4
Figueiró dos Vinhos (con.)	3.822	95,8	3.831	96,0	3.761	94,2
Aguda	746	98,7	742	98,1	749	99,1
Arega	625	99,8	605	96,6	623	99,5
Campelo	544	99,8	538	98,7	407	74,7
Figueiró dos Vinhos	1.572	91,3	1.609	93,4	1.673	97,2
Bairradas	335	98,0	337	98,5	309	90,4

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (2001)

Os alojamentos encontram-se bem servidos de infra-estruturas básicas, dispondo de uma elevada taxa de cobertura nos domínios da electricidade, da água e dos esgotos, com valores idênticos aos verificados no Pinhal Interior Norte. Em 2001, perto de 100% dos alojamentos estavam servidos com electricidade e 97% com água. A menor taxa de cobertura verificava-se ao nível dos esgotos, sendo também a infra-estrutura que apresentava uma repartição territorial por freguesia mais desequilibrada.

Quadro 38 - Infra-estruturas Básicas Existentes nos Alojamentos Familiares de Residência habitual no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 2001

NUTS/Concelho/Freguesia	Alojamentos Familiares de Residência Habitual	Alojamentos com Electricidade		Alojamentos com Água		Alojamentos com Esgotos	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pinhal Interior Norte	50.698	50.354	99,3	49.223	97,1	47.522	93,7
Figueiró dos Vinhos (con.)	2.812	2.804	99,7	2.729	97,0	2.662	94,7
Aguda	526	526	100	516	98,1	479	91,1
Arega	419	417	99,5	398	95,0	394	94,0
Campelo	160	159	99,4	148	92,5	140	87,5
Figueiró dos Vinhos	1.456	1.451	99,7	1.420	97,5	1.410	96,8
Bairradas	251	251	100	247	98,4	239	95,2

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (2001)

A residência secundária tem uma expressão de grande relevância no concelho, resultado sobretudo dos movimentos emigratórios de outros tempos. Assiste-se à vinda regular de muitos figueiroenses nos períodos de férias e fins-de-semana a Figueiró dos Vinhos. Este cenário é particularmente visível em Campelo, em que os alojamentos ocupados para residência

habitual apenas significavam em 2001 cerca de 29% do total de alojamentos existentes.

**Quadro 39 - Ocupação dos Alojamentos Familiares
no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 2001**

NUTS/Concelho/Freguesia	Alojamentos Familiares - Total	Alojamentos Ocupados para Residência Habitual		Alojamentos Ocupados para Uso Sazonal ou Secundário		Alojamentos Vagos	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pinhal Interior Norte	85.580	50.698	59,2	25.180	29,4	9.702	11,3
Figueiró dos Vinhos (con.)	4.288	2.812	65,6	1.132	26,4	344	8,0
Aguda	767	526	68,6	145	18,9	96	12,5
Arega	626	419	66,9	187	29,9	20	3,2
Campelo	546	160	29,3	346	63,4	40	7,3
Figueiró dos Vinhos	2.000	1.456	72,8	390	19,5	154	7,7
Bairradas	349	251	71,9	64	18,3	34	9,7

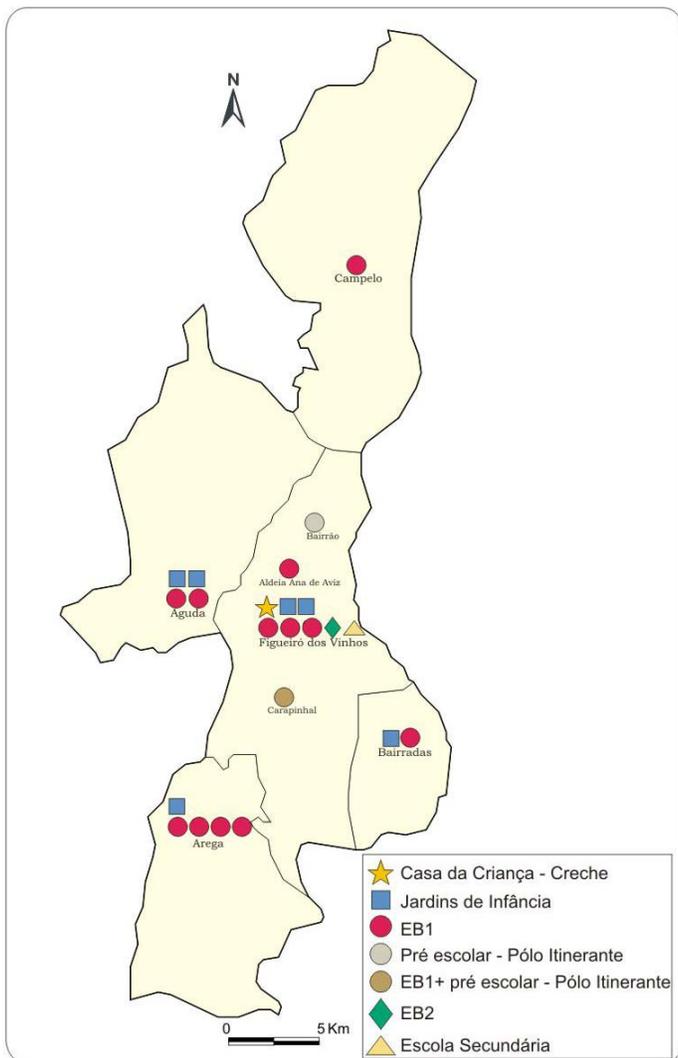
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (2001)

4. Equipamentos e Serviços de Apoio à População

4.1. Ensino e Formação

A rede escolar de Figueiró dos Vinhos é composta por 8 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 11 estabelecimentos de ensino básico do 1º ciclo, 1 estabelecimento de ensino básico do 2º ciclo e 1 estabelecimento de ensino secundário. Exceptuando Campelo, as freguesias têm, pelo menos, um estabelecimento de ensino básico do 1º ciclo e de ensino pré-escolar. Num tecido populacional envelhecido, o número de crianças em idade escolar é cada vez em menor número, o que tem levado, nos últimos anos, ao encerramento de várias escolas do 1º ciclo.

Figura 61 - Estabelecimentos de Ensino no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2002



Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (2003)

Num território com características predominantemente rurais, as condições de aproveitamento são difíceis e a instrução não tem sido um valor superlativo. Actualmente, ainda se assistem a significativos níveis de abandono precoce da escola. Situações económicas desfavoráveis levam a que muito cedo as crianças

Es

ingressem no mercado de trabalho como forma de contribuir para o rendimento familiar.

Segundo dados disponibilizados pelos estabelecimentos de ensino concelhios, a taxa de abandono escolar diminuiu, entre os anos lectivos de 1997/98 e 2000/01, no 3º ciclo do ensino básico e aumentou no ensino secundário, verificando-se a mesma tendência, em igual período, com a taxa de insucesso escolar. O abandono e o insucesso escolar diminuíram no âmbito do ensino obrigatório, aumentando quando a frequência escolar passa a ser opcional.

Quadro 40 - Taxa de Abandono e Insucesso Escolar no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 1997-2001 (%)

Ano Lectivo	Taxa de Abandono Escolar		Taxa de Insucesso Escolar	
	3º Ciclo	Secundário	3º Ciclo	Secundário
1997/1998	4,5	3,8	12,7	11,2
2000/2001	1,7	6,2	8,2	15,4

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (2002)

No período compreendido entre 1991 e 2001, o número de alunos matriculados nas escolas diminuiu de 1.361 alunos para 1.122, correspondendo a um decréscimo de mais de 21%, uma diminuição claramente superior à variação populacional em igual período (que, recorde-se, foi de -8.3%), que não é mais do que o retrato já analisado do envelhecimento populacional. A diminuição mais relevante verificou-se ao nível do 1º Ciclo do Ensino Básico que, entre 1991 e o ano lectivo de 2002/03, perdeu 226 alunos (diminuição de 48,7%).

Quadro 41 - Alunos Matriculados Segundo o Ensino Ministrado, no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 1991-2003 (nº)

Ano Lectivo	Ensino Pré-Escolar		Ensino Básico			Ensino Secundário	Total
	Público	Privado	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo		
1991	157	-	464	256	289	195	1.361
1999/2000	127	38	342	200	265	336	1.308
2001/2002	144	34	259	161	232	292	1.122
2002/2003	148	35	238	152	195	288	1.056

nd - Não disponível

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (2003)

Apesar do decréscimo da população jovem (0-14 anos), o número de crianças a frequentar o ensino pré-escolar aumentou, facto que pode estar relacionado com a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho. O alargamento da rede do pré-escolar resultou no reforço de equipamentos direccionados para este tipo de ensino nos últimos anos.

Mesmo com a progressiva redução do número de alunos, o efectivo docente registou um ligeiro acréscimo entre os anos lectivos de 1997/1998 e 2001/02. O número de professores apenas diminuiu no 1º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, sendo que o aumento mais significativo observou-se no 3º ciclo do ensino básico.

Quadro 42 - Pessoal Docente Segundo o Ensino Ministrado, no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 1997-2002 (nº)

Ano Lectivo	Ensino Pré-Escolar		Ensino Básico			Ensino Secundário
	Público	Privado	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
1997/1998	10	3	24	26	24	52
2001/2002	12	3	22	27	34	40

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (2002)

Mesmo tendo-se registado, ao longo da década de noventa, uma considerável redução da taxa de analfabetismo (passando de 18,8% em 1991, para 14,6% em 2001), que acompanhou a tendência nacional, Figueiró dos Vinhos apresentava, em 2001, valores bastante mais elevados que a média regional. Estes elevados níveis de analfabetismo são maiores entre a população mais idosa, principalmente do sexo feminino. O ensino recorrente surge como uma segunda oportunidade de aprendizagem para aqueles que, por diversas razões, se viram obrigados a abandonar a escola. Em Figueiró dos Vinhos existem muitos habitantes que não concluíram o 1º e o 2º ciclo e, como tal, foram criadas várias turmas em diferentes escolas, de modo a que os interessados pudessem melhorar as suas qualificações. O recurso a este tipo de ensino tem sido significativo e, entre os anos lectivos de 2000/01 e 2001/02, foram abertas novas turmas em mais escolas, alargando-se o nível de intervenção, que abrange não apenas o 1º e 2º ciclos, mas também o 3º ciclo e o secundário.

Quadro 43 - Ensino Recorrente no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2000-2002

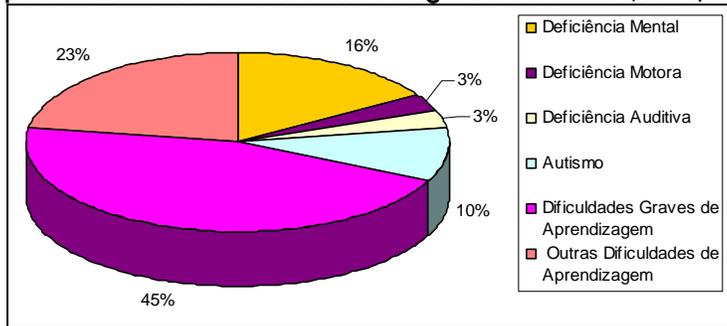
Ano Lectivo	Nível de ensino	Nº de inscritos	Estabelecimento de Ensino
2000/01	1º Ciclo	12	EB1 Arega Escola nº 3 de Figueiró dos Vinhos
	2º Ciclo	14	Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos
2001/02	1º Ciclo	12	Escola nº 3 de Figueiró dos Vinhos
	2º Ciclo	14	Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos
	3º Ciclo	19	Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos
	Secundário	68	Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (2002)

O ensino especial registava algumas lacunas no que concerne os professores especializados, em número inferior às necessidades concelhias,

reflectindo uma situação que se estende, em termos gerais, a todo o país. Existiam, em Figueiró do Vinhos, no ano lectivo de 2001/2002, 31 crianças com necessidades especiais, designadamente com dificuldades de aprendizagem.

Figura 62 - Principais Problemas dos Alunos com Necessidades Educativas Especiais Existentes no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2001/2002



Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (2002)

Estas crianças, com idades compreendidas entre o 8 e os 12 anos, são acompanhadas por psicólogos, estando distribuídas por várias escolas do 1º ciclo.

Por questões culturais, houve desde sempre uma reduzida valorização da escolarização, o que se traduziu num elevado abandono e insucesso escolar, situação que ainda hoje é frequente.

Por outro lado, a crescente diminuição da população jovem que se tem verificado nos últimos anos resulta numa redução do número de alunos, principalmente no 1º ciclo do ensino básico levando, conseqüentemente, ao encerramento de várias escolas. O parque escolar, designadamente ao nível do 1º ciclo, é já bastante antigo e com estruturas deficientes que necessitam de beneficiação.

Tratam-se de constrangimentos a que a autarquia, associada a outras entidades locais, tem procurado ultrapassar. Neste sentido, foi elaborada, em 2003, a Carta Educativa de Figueiró dos Vinhos, instrumento essencial para o planeamento e ordenamento da rede educativa concelhia. Foram também melhorados ou criados novos espaços como a biblioteca, o Espaço *Internet*, várias Associações de Tempos Livres. Particular atenção

Quadro 44 - Escolas com Alunos com Necessidades Educativas Especiais no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2001/2002 (nº)

Estabelecimento de Ensino	Nº de Crianças
EB1 Figueiró dos Vinhos	9
EB1 Bairradas	1
EB1 Arega	3
EB1 Carreira	4
EB1 Jarda	4
EB1 Aguda	5
EB1 Almofoala de Baixo	5

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos

tem sido dada às questões relacionadas com o apoio à família, visando colmatar alguns dos problemas identificados, traduzindo-se designadamente no fornecimento de refeições gratuitas, no prolongamento do horário de ATL's ou no estabelecimento de uma rede de transportes escolares com cobertura em todo o concelho.

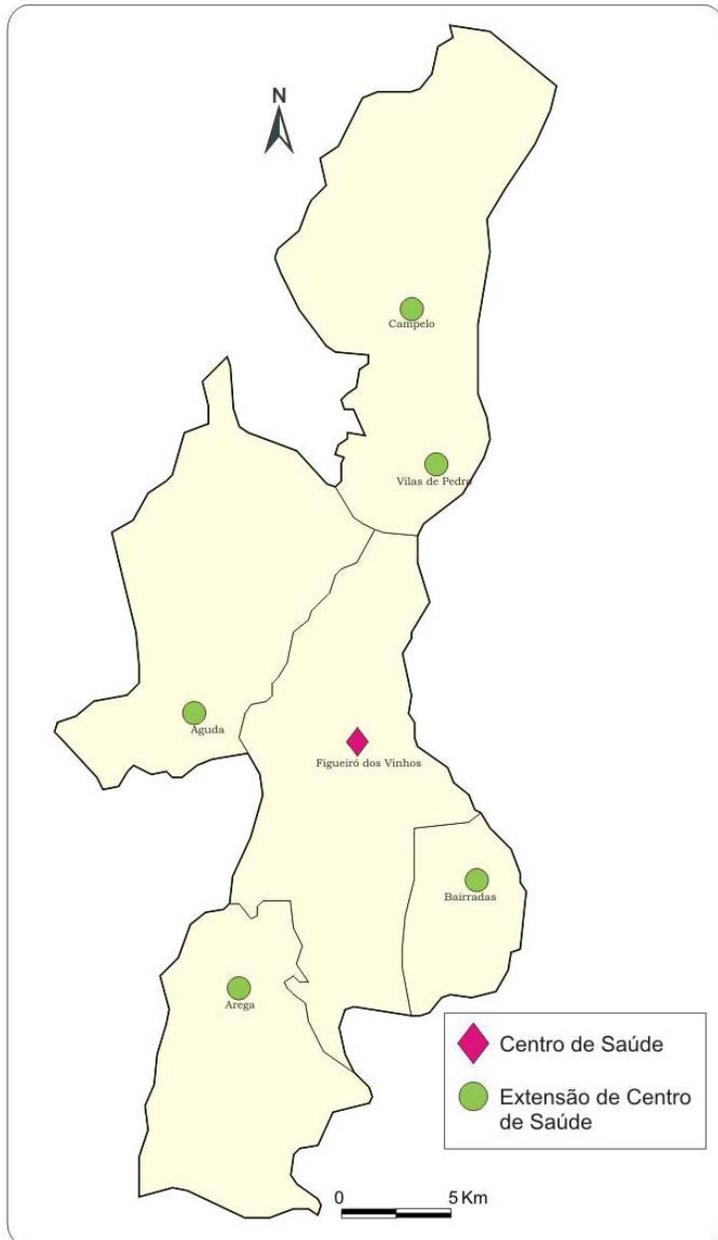
No que respeita à formação profissional, têm sido desenvolvidos Programas Ocupacionais e cursos de qualificação sob a coordenação do Instituto de Emprego e Formação Profissional, estando em projecto a criação, no município, de um Pólo de Formação Profissional. Desenvolvido em parceria com o Instituto Politécnico de Leiria, trata-se de um projecto estruturante de qualificação da mão-de-obra concelhia, apostando igualmente na vertente dos cursos de especialização tecnológica (CET), que permitem a atribuição de qualificação nível IV da União Europeia.

O concelho candidatou-se ainda a vários programas e projectos no domínio da formação, designadamente no âmbito do Programa Operacional Centro.

4.2. Saúde e Acção Social

O concelho de Figueiró dos Vinhos encontra-se integrado na Sub-região de Saúde do Pinhal Interior Norte, na Unidade de Saúde de Coimbra Sul. Dispõe de um Centro de Saúde sem internamento, localizado na sede de concelho e cinco extensões distribuídas pelas restantes freguesias. Entre 1991 e 2001, foi registada uma ligeira melhoria nos equipamentos, com a abertura de mais uma extensão do Centro de Saúde, localizada em Campelo.

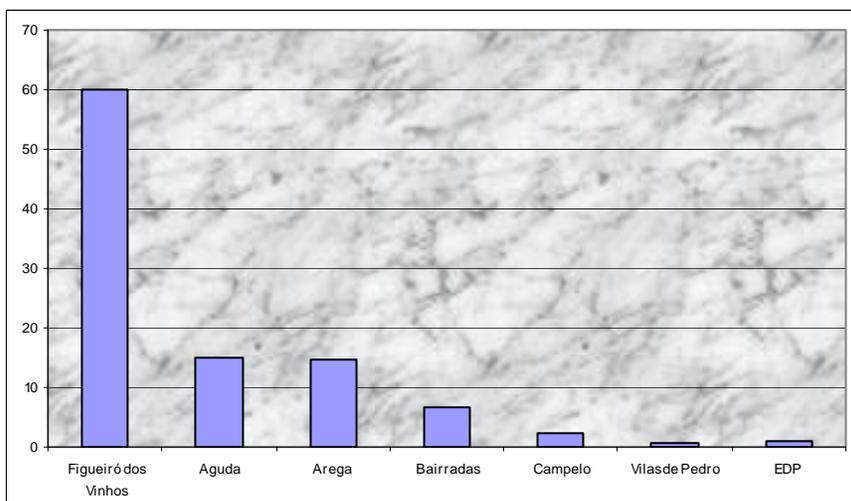
Figura 63 - Estabelecimentos de Saúde no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2001



Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (2002)

Com um total de mais de 9.000 utentes inscritos, os serviços prestados pelo centro de saúde, bem como pelas suas extensões distribuem-se pelas seguintes valências: SAP (Serviço de Atendimento Permanente); saúde materna; saúde infanto-juvenil; saúde escolar; saúde de adultos; saúde pública (vigilância sanitária de águas de abastecimento público e praias fluviais, vistorias, salubridade); vacinação; hipertensos e diabéticos; planeamento familiar; fisioterapia; serviço domiciliário no âmbito da promoção da saúde e dos cuidados curativos; promoção/educação da saúde a nível concelhio; serviço social (a meio tempo); cedência de ajudas técnicas; saúde oral e grupos de risco.

Figura 64 - Utentes no Centro de Saúde e Extensões no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2001 (%)



Fonte: Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos (2002)

Em 2001, foram realizadas 33.636 consultas, ou seja, uma média de 4 consultas por habitante. A maioria das consultas realizadas (87%) foi na área de medicina geral. Entre as outras valências mais procuradas contam-se as de saúde infantil e juvenil e pediatria (8%), planeamento familiar (3,4%) e saúde materna e obstetrícia (1,4%).

A oferta privada de equipamentos de saúde, contava, no mesmo ano, com uma Clínica Médica com 5 especialidades, e 12 consultórios de médicos especialistas, dos quais 3 eram de médicos residentes no concelho.

Quadro 45 – Oferta de Equipamentos de Saúde no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 2001 (nº)

Equipamentos	Figueiró dos Vinhos	Arega	Aguda	Campelo	Bairradas

Centros de Saúde	1	0	0	0	0
Extensão dos Centros de Saúde	0	1	1	2	1
Farmácias	3	1	1	0	1
Laboratórios Análises Clínicas	2	0	0	0	0
Policlínicas	1	0	0	0	0
Consultórios Médicos Particulares	12	0	0	0	0
Total	18	2	2	2	2

Fonte: Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos (2002)

Poder-se-á referir, de um modo geral, que os equipamentos existentes no concelho permitem garantir a cobertura dos principais cuidados de saúde, sendo a assistência hospitalar prestada pelo Hospital Distrital de Pombal. Embora ao longo dos últimos anos tenham ocorrido transformações positivas na oferta de cuidados de saúde primário e diferenciados no concelho, subsistem presentemente carências e estrangulamentos, reflexo de problemas do sistema nacional de saúde. Os principais problemas resultam da inexistência de um serviço de atendimento permanente (24 horas)¹¹⁵ capaz de uma rápida intervenção estabilizadora em casos mais graves, sendo igualmente de relevar as carências no que se refere a recursos humanos (o número de médicos por 1000 habitantes em 2001 era de apenas 0,5). A abertura do Hospital da Misericórdia, prevista para Junho de 2004, permitindo a consulta de algumas especialidades e o internamento de grandes dependentes na vertente dos cuidados paliativos, permitirá melhorar consideravelmente a prestação de cuidados de saúde, diminuindo a dependência do concelho face ao exterior.

Relativamente aos equipamentos de acção social, num concelho em que cerca de 24% da população tem mais de 65 anos e onde o número de idosos dependentes é cada vez mais expressivo, as infra-estruturas de apoio à 3ª idade merecem, sem dúvida, uma atenção particular. Especialmente orientados para a população mais idosa, Figueiró dos Vinhos está dotado de serviços de apoio domiciliário, centro de dia, lar de idosos e centro de convívio. De referir que todas estas valências são garantidas por Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Quadro 46 - Serviços de Apoio aos Idosos, Instituições e Número de Utentes, no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2001

Serviço	Instituição	Nº Utentes
Apoio	Santa Casa da Misericórdia	63

¹¹⁵ O SAP – Serviço de Atendimento Permanente, funciona, desde Maio de 2002, entre as 18 e as 8 horas.

Domiciliário	Comissão de Melhoramentos e Apoio Social da Freguesia de Arega	47
	Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Aguda	56
Centro de Dia	Santa Casa da Misericórdia	128
	Comissão de Melhoramentos e Apoio Social da Freguesia de Arega	10
Lar de Idosos	Santa Casa da Misericórdia	47
	Comissão de Melhoramentos e Apoio Social da Freguesia de Arega	19
Centro de Convívio	Comissão de Melhoramentos e Apoio Social da Freguesia de Arega	15
	Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Aguda	14

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (2002)

O apoio domiciliário traduz-se essencialmente em ajuda doméstica, nomeadamente limpeza e arrumação da habitação, higiene pessoal, refeições, realização de serviços externos, e sempre que necessário, a prestação de cuidados de saúde.

O centro de dia proporciona um espaço de convívio e acolhimento onde são servidas refeições e prestados cuidados médicos e de higiene. Como não dispõem de acolhimento nocturno, é assegurado o transporte de e para o domicílio.

Os dois lares existentes no concelho, localizados em Figueiró dos Vinhos e em Arega, proporcionam um atendimento permanente aos idosos. Ambos estão na sua capacidade máxima e com muitas pessoas em lista de espera. Trata-se, com efeito, de um dos equipamentos com maiores carências, resultado do rápido envelhecimento populacional.

Em relação aos equipamentos destinados a crianças, o concelho dispõe de uma creche, de um jardim-de-infância e de um centro comunitário, todos assegurados pela Santa Casa da Misericórdia. Estas infra-estruturas manifestamente insuficientes, com um número de crianças em lista de espera bastante elevado.

A creche é o único espaço com esta valência no concelho. Recebe crianças desde os primeiros meses de vida até aos 3 anos, tendo

Casa

ao serviço 3 educadoras de infância, 5 ajudantes de acção educativa, 1 cozinheira e 3 trabalhadores auxiliares.

O jardim-de-infância recebe crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos, partilhando o respectivo espaço físico e os recursos humanos com a Creche.

Quadro 47 - Serviços de Apoio a Crianças, Instituições e Número de Utentes, no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2001

Serviço	Instituição	Nº Utentes
Creche	Santa Casa da Misericórdia	35
Jardim-de-infância	Santa Casa da Misericórdia	35
Centro Comunitário	Santa Casa da Misericórdia	39

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (2002)

O Centro Comunitário funciona como um espaço de ocupação de tempos livres, com a particularidade de se destinar tanto à infância como à terceira idade. Contudo, os utentes são, actualmente, apenas crianças entre os 6 e os 10 anos. As novas instalações, a inaugurar em breve, permitirão uma resposta mais célere e eficaz às necessidades sociais do concelho, designadamente no apoio aos idosos.

A Santa Casa da Misericórdia dispõe ainda de um Centro de Apoio Ocupacional para deficientes, onde são desenvolvidas actividades ocupacionais e profissionalizantes, cujo objectivo é a respectiva integração sócio-económica.

Deste modo e apesar dos esforços que têm sido feitos nos últimos anos, as listas de espera para algumas destas valências demonstram que as infra-estruturas são manifestamente insuficientes. As maiores necessidades sentem-se ao nível da 3ª idade e das pessoas com deficiência, sendo prioridade da autarquia a construção de um Centro de Noite para idosos e uma residência para deficientes. Por outro lado, o Programa de

Centro Comunitário

Acção Social, desenvolvido no âmbito da elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, inclui outras valências de aposta estratégica com vista à melhoria nos equipamentos e na prestação de serviços sociais.

4.3. Desporto e Cultura

Figueiró dos Vinhos encontra-se bem dotado de equipamentos desportivos e culturais, oferecendo as valências essenciais à população, destacando-se igualmente pela significativa diversidade de associações culturais e desportivas, que imprimem um relevante dinamismo nestes domínios no concelho. Trata-se de uma área em que a franca expansão conhecida nos anos mais recentes é igualmente marcada pelos instrumentos de financiamento comunitários, canalizados pela autarquia para a dotação de equipamentos que permitissem ultrapassar as lacunas que durante tanto tempo existiram no concelho.

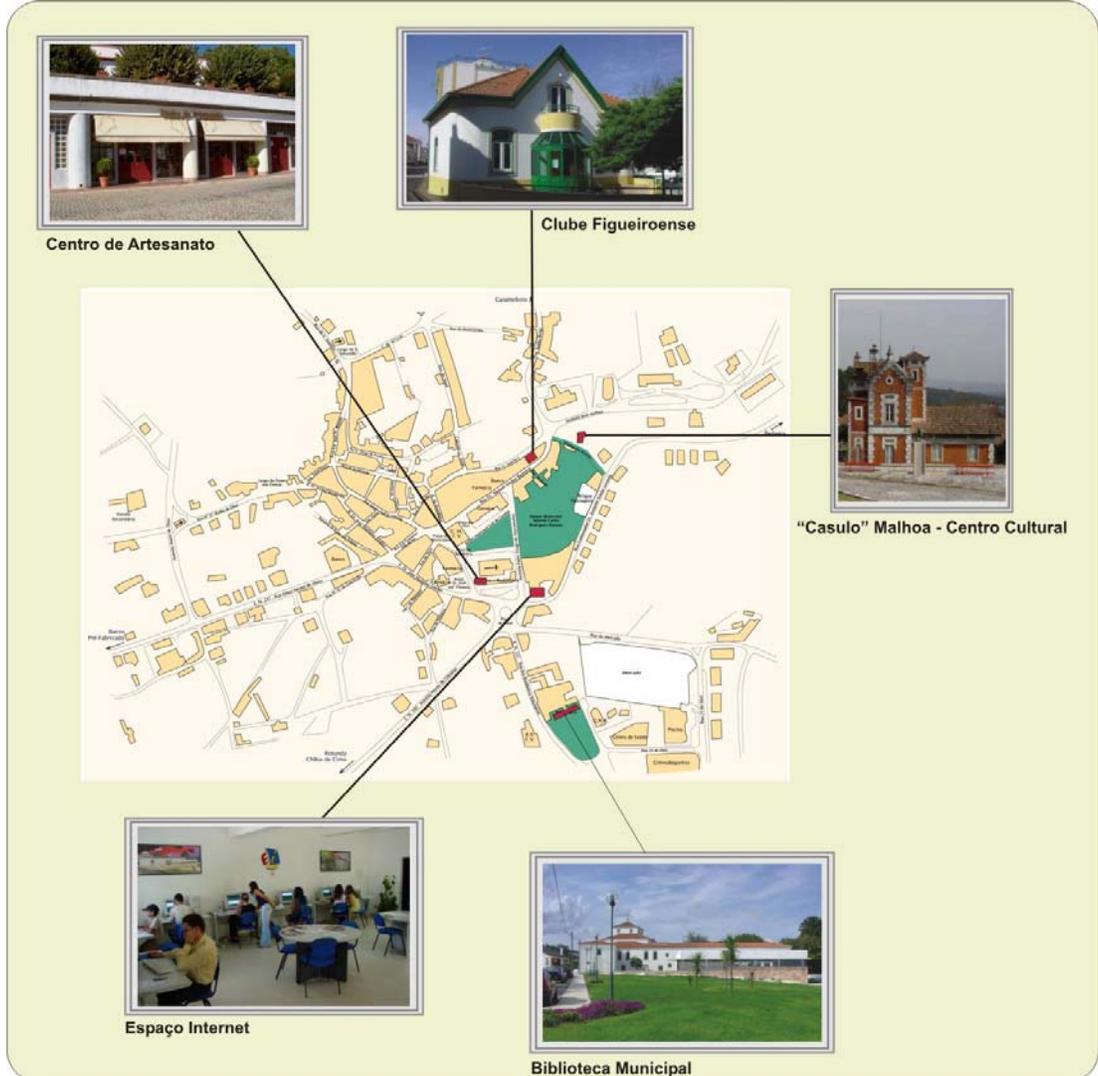
Quadro 48 - Associações Culturais e Desportivas no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2002

Associação	Localização
A Lareira - Associação Cultural e Recreativa e Melhoramentos	Ribeira Velha - Campelo
Associação Bairradense Cultura e Desporto	Bairradas
Associação Cultural e Recreativa de Campelo "O Convívio"	Campelo
Associação Cultural da Região de Chimpeles	Chimpeles - Aguda
Associação Cultural da Ribeira de Alge	Ribeira de Alge
Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos
ARCA - Associação Recreativa e Cultural de Arega	Arega
Casa de Convívio, Desporto, Cultura, Recreio "O Penico"	Alge - Campelo
Centro de Convívio de Aldeia de Ana de Aviz	Aldeia Ana de Aviz
Centro Cultural de Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos
Centro Hípico de Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos
Clube Caçadores Bairradense	Retiro - Bairradas
Clube Centro Aventura	Figueiró dos Vinhos
Clube Figueiroense	Figueiró dos Vinhos
Clube Náutico de Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos
Conferência de S. Vicente Paulo	Figueiró dos Vinhos
Corpo Nacional de Escuteiros - Agrupamento 148	Figueiró dos Vinhos
Grupo Cultural e Recreativo de Aguda	Aguda
Grupo de Estudos e Divulgação das Artes Musical Teatral Jograis e Trovadores	Figueiró dos Vinhos
Rancho Folclórico "Flores da Alegria"	Almofala de Baixo – Aguda
Sociedade Musical Instrução e Recreio Figueiroense (Filarmónica Figueiroense)	Figueiró dos Vinhos

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (2003)

Os equipamentos culturais encontram-se concentrados sobretudo na freguesia sede de concelho.

Figura 65 - Equipamentos de Âmbito Cultural no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2001



Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (2002)

Albergando mais de um século de existência enquanto espaço de confraternização e de preservação de algumas manifestações concelhias, o Clube Figueiroense/Casa da Cultura é o espaço cultural por excelência de Figueiró dos Vinhos. Aqui, os figueiroenses têm à sua disposição um anfiteatro utilizado como sala de conferências, sala de cinema com projecções semanais, sendo utilizado, regularmente, como sala de teatro e para a realização de espectáculos musicais. Este equipamento comporta ainda uma sala de exposições onde, com frequência, ocorrem diversos eventos, dos quais se destacam mostras de pintura, escultura, fotografia,

desenho e banda desenhada. Contou, em 2003, com mais de 19.000 utilizadores.

Inaugurada em 2001, a Biblioteca Municipal Simões de Almeida (Tio) é um espaço moderno que permite aos figueiroenses o acesso não só à leitura, tendo igualmente uma sala multimédia que disponibiliza aos utentes diversos equipamentos informáticos, de vídeo e de som, permitindo assegurar simultaneamente um acesso à educação, à cultura e ao contacto com as novas tecnologias. Ainda que estas sejam as suas principais valências, a Biblioteca Municipal tem uma forte componente pedagógica, realizando um vasto conjunto de actividades com as escolhas do concelho, através de uma planificação anual. Tem também elaborado e organizado outros eventos de grande visibilidade e procura no concelho, designadamente várias exposições temáticas, que visam assinalar datas marcantes a nível nacional e internacional. Com um crescimento constante do número de utilizadores (cerca de 12.000 em 2003), tem registado um aumento significativo no empréstimo de livros, superior a 57% entre 2002 e 2003.

O Espaço *Internet*, aberto em 2002, tem sido um dos equipamentos com maior número de utilizadores (perto de 12.000, em 2003), designadamente por parte da população mais jovem do concelho. Equipada com banda larga, permite, desde 2003, a realização de curtas acções de formação e exames em competências básicas nos domínios da tecnologia de informação e computação, creditadas pelo Centro de Atribuição de Diplomas em Competências Básicas, resultado de uma candidatura da autarquia ao POSI (Programa Operacional Sociedade de Informação).

O Posto de Turismo, localizado no centro da vila, tem registado igualmente um crescimento no número de utilizadores, que no último ano foi de sensivelmente 2.200, sobretudo de visitantes e turistas que se deslocam ao concelho e pretendem obter algumas informações sobre os principais recursos turísticos, culturais e etnográficos de Figueiró dos Vinhos. A coabitação com o Centro de Artesanato permite a promoção dos trabalhos de artesãos figueiroenses designadamente nas suas peças de cerâmica, cestaria, mantas e madeiras.

O Centro Cultural de Figueiró (Casulo de Malhoa), residência mandada construir pelo pintor José Malhoa, após a sua fixação em Figueiró dos Vinhos, é outro espaço cultural a destacar, sobretudo pelo seu valor arquitectónico e patrimonial.

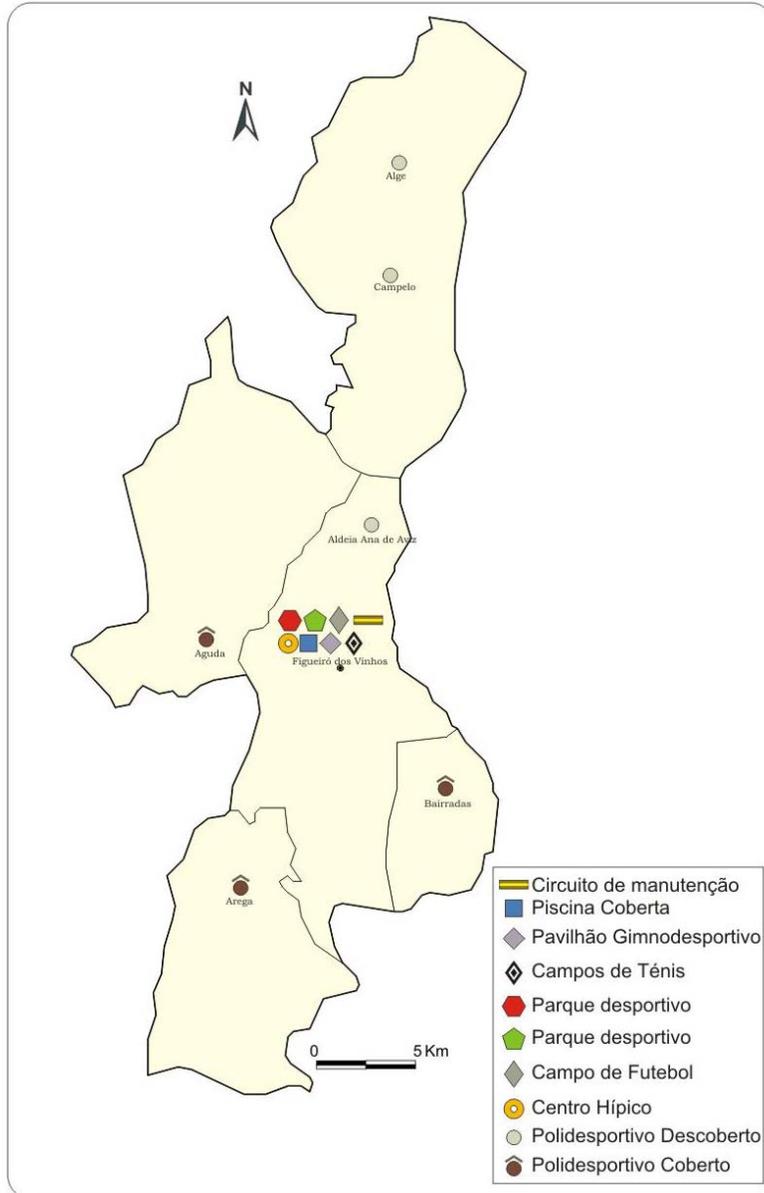
Dos vários eventos realizados ao longo do ano, merece especial referência o Festival da Juventude, evento musical com um cartaz com os nomes mais sonantes da música jovem portuguesa, atraindo ao concelho milhares de pessoas e o festival de teatro que decorre no Clube Figueiroense, durante os meses de Outubro e Novembro. No feriado concelhio, no dia de S. João (24 de Junho) realizam-se normalmente uma mostra gastronómica, uma feira de artesanato, uma feira de actividades económicas (FIG EXPO), um concurso de Bandas Filarmónicas, bem como o concurso "Figueiró mais florido". Destaque-se ainda os festejos de Carnaval, as comemorações do 25 de Abril de 1974 e as festas da Feira de São Pantaleão, com um programa de música tradicional portuguesa e teatro de revista, entre um vasto conjunto de outras actividades culturais.

No domínio do desporto, o concelho dispõe de um parque de equipamentos centrado essencialmente na vila de Figueiró dos Vinhos, destacando-se uma piscina coberta e um pavilhão gimnodesportivo.



Piscina Municipal (Figueiró dos Vinhos)

Figura 66 - Equipamentos Desportivos Existentes no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2002



Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (2003)

As associações de carácter desportivo realizam ao longo do ano várias actividades, das quais se devem destacar o Rally Rota do Vidro – Centro de

Portugal, um passeio de carros antigos, a Rampa da Ribeira de Alge e a Rampa de Figueiró dos Vinhos (pontuável para o Campeonato Nacional de Montanha), vários torneios de natação, de Andebol, de Futebol, de Futsal, de Pesca e de Xadrez. O Rally Rota do Vidro, prova pontuável para o campeonato da Europa de Ralis, é o acontecimento mais importante do concelho, atraindo a Figueiró um elevado número de visitantes.

Apesar das dificuldades e constrangimentos, Figueiró dos Vinhos tem conseguido manter um certo dinamismo das actividades culturais e desportivas, como o comprovam os inúmeros eventos realizados, muitos dos quais com uma atractividade à escala regional e supra-regional.

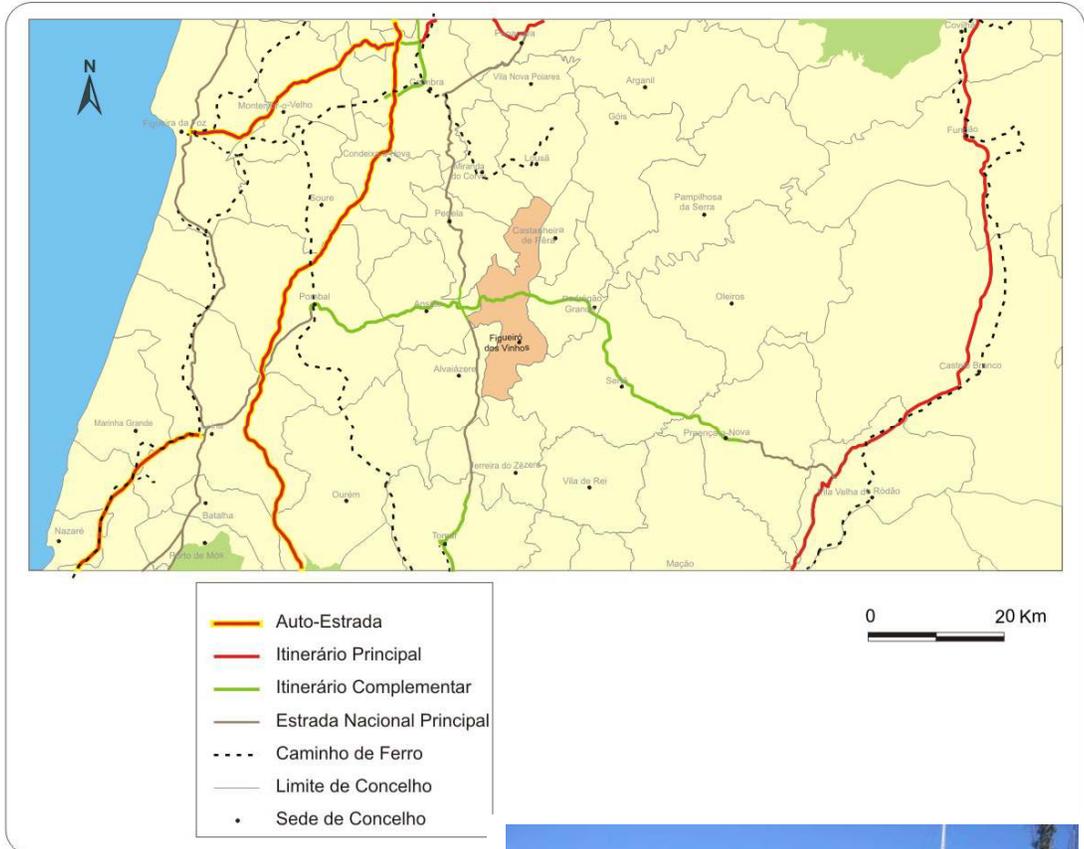
5. Infra-estruturas para o Desenvolvimento

5.1. Acessibilidades e Transportes

Se até há alguns anos atrás Figueiró dos Vinhos apresentava diversas carências nas acessibilidades rodoviárias externas e internas, o concelho é presentemente servido por diversos eixos viários estruturantes (IC3 e IC8), que permitem a ligação à A1 e à A23 e a promoção da sua articulação com os principais centros urbanos do País (Lisboa e Porto distam cerca de 2 horas de viagem) e da região (Leiria e Castelo Branco a uma hora, Coimbra e Tomar a 40 minutos e Pombal a 30 minutos). Tais investimentos têm permitido ao concelho o reforço do seu posicionamento estratégico no contexto regional, potenciando as oportunidades de desenvolvimento económico.

Ainda assim, a rede de acessibilidades externa apresenta algumas debilidades sobretudo pelo facto de ainda não se encontrarem finalizados os IC3 e IC8. No primeiro caso, falta concluir todo o troço de ligação entre Tomar e Coimbra, enquanto que na segunda situação os troços entre Pombal e Figueira da Foz e Proença-a-Nova na ligação ao IP2 não estão terminados.

Figura 67 – Principais Acessibilidades ao Concelho de Figueiró dos Vinhos



Fonte: ACP, Mapa das Estradas (2004)

Noutra dimensão, aproveitando sobretudo os instrumentos de financiamento comunitário, as acessibilidades intra-concelhias têm sido alvo de várias intervenções de beneficiação, conservação e reparação, que



A rede de estradas municipais encontra-se em excelente estado de conservação

resultaram numa melhoria significativa das estradas municipais, que têm proporcionado às povoações mais isoladas um melhor e mais fácil acesso às sedes de freguesia e de concelho. A rede de estradas municipais, recentemente intervencionada em quase toda a sua extensão, apresenta condições excelentes.

Figura 68 - Principais Estradas do Concelho de Figueiró dos Vinhos



Fonte: ACP, Mapa das Estradas (2004)

No que diz respeito ao transporte ferroviário, a situação é menos favorável. Figueiró dos Vinhos não tem acesso ao caminho-de-ferro e a localidade mais próxima com estação ferroviária é Pombal, a 45 km de distância, servida pela Linha do Norte.

Os serviços prestados pelas empresas concessionárias de transportes públicos rodoviários apresentam algumas deficiências, sobretudo nas deslocações intra-concelhias. Devido à fraca densidade populacional que consequentemente se traduz numa reduzida procura, observa-se um número diminuto de carreiras, como uma baixa frequência diária. Esta escassez de transportes públicos dificulta a capacidade de deslocação da população, sem transporte próprio, à sede de concelho.

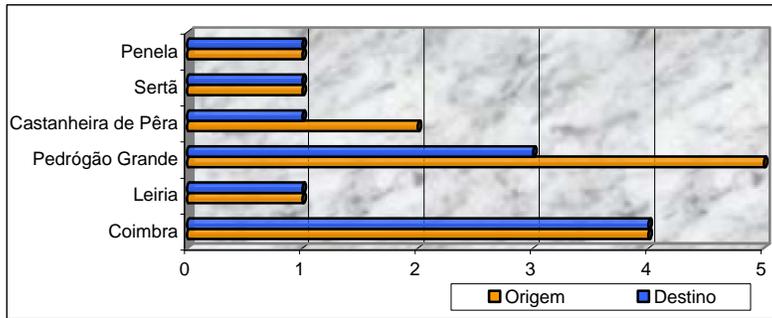
Quadro 49 - Carreiras Rodoviárias Normais com Passagem pelo Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2003

Horário de Passagem em Figueiró dos Vinhos	Origem-Destino
6.15h	Sertã - Figueiró dos Vinhos - Coimbra
6.45h	Pedrógão Grande - Figueiró dos Vinhos - Leiria
7.45h	Castanheira de Pêra - Figueiró dos Vinhos
8.40h	Figueiró dos Vinhos - Coimbra
8.45h	Penela - Figueiró dos Vinhos - Pedrógão Grande
9.05h	Pedrógão Grande - Figueiró dos Vinhos - Coimbra
11.55h	Pedrógão Grande - Figueiró dos Vinhos - Coimbra
13.30h	Coimbra - Figueiró dos Vinhos - Pedrogão Grande
13.30h	Figueiró dos Vinhos - Castanheira de Pêra
15.45h	Coimbra - Figueiró dos Vinhos - Pedrógão Grande
17.00h	Coimbra - Figueiró dos Vinhos - Sertã
17.30h	Coimbra - Figueiró dos Vinhos
17.45h	Figueiró dos Vinhos - Pedrógão Grande
18.00h	Figueiró dos Vinhos - Penela
18.10h	Figueiró dos Vinhos - Castanheira de Pêra
19.25h	Leiria - Figueiró dos Vinhos - Pedrógão Grande

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (2004)

É para Pedrógão Grande que os figueiroenses têm maior facilidade de deslocação nas ligações diárias em carreiras rodoviárias tendo como ponto de origem Figueiró dos Vinhos, enquanto que, quando o local de destino é o concelho, a localidade de onde partem mais carreiras é Coimbra.

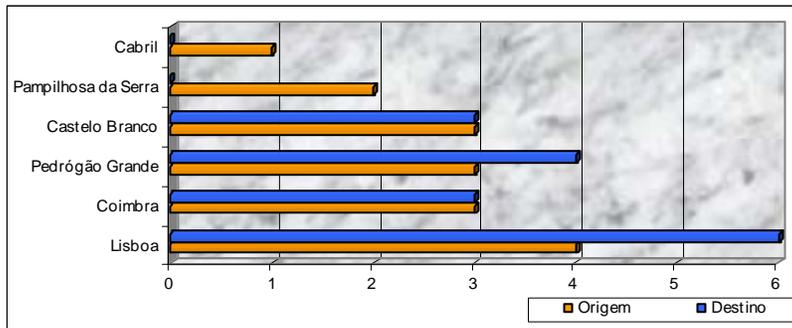
Figura 69 - Ligações em Carreiras Rodoviárias Normais com Origem e Destino no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2002



Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (2003)

Para além destas ligações, o serviço de autocarros “Expresso” assegura a ligação do concelho a locais mais distantes e de forma mais rápida. Nenhuma das carreiras tem origem ou destino final em Figueiró dos Vinhos, sendo o principal destino Lisboa, com 6 ligações diárias.

Figura 70 - Ligações em Expresso por Destino e Origem, no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2002



Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (2003)

Num concelho com constrangimentos relevantes no transporte público rodoviário, o serviço de táxi assume um papel de relevo como alternativa para colmatar as lacunas existentes, existindo um total de 19 táxis no concelho.

Quadro 50 – Serviço de Táxi no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2001

Freguesias	Nº de Táxis
Figueiró dos Vinhos	10
Arega	3
Aguda	3
Campelo	1
Bairradas	2

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (2003)

Poder-se-á concluir que os principais constrangimentos no domínio das acessibilidades e transportes resultam do facto de ainda não terem sido

concluídas algumas vias rodoviárias de acesso ao concelho e da insuficiência de transportes rodoviários públicos.

5.2. Ambiente e Saneamento Básico

As questões ambientais têm merecido uma particular atenção nos últimos anos por parte da autarquia, que aproveitando as possibilidades oferecidas pelos programas de apoio comunitário, investiu fortemente sobretudo na melhoria dos níveis de fornecimento de abastecimento de água, tratamento de águas residuais e recolha de resíduos sólidos urbanos.

O sistema municipal de abastecimento de água no concelho de Figueiró dos Vinhos garante a distribuição a 100% da população concelhia, o que corresponde a 95.000m³ de caudal captado à superfície e 250.000m³ de captação subterrânea. Nas duas últimas décadas, as condições de abastecimento de água no concelho registaram melhoramentos significativos, registando uma evolução notável nos níveis de cobertura. Depois da cobertura da totalidade da população, direccionou-se o investimento para a melhoria da qualidade da água distribuída à população, existindo presentemente 10 sistemas de abastecimento: Figueiró dos Vinhos, Aguda, Bairradas, Arega, Aldeia de Ana de Aviz, Cercal, Abrunheira, Castanheira de Figueiró, Portela/Colmeal e Várzea Redonda.

Quadro 51 – Evolução do Abastecimento Domiciliário de Água no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 1981-2001 (%)

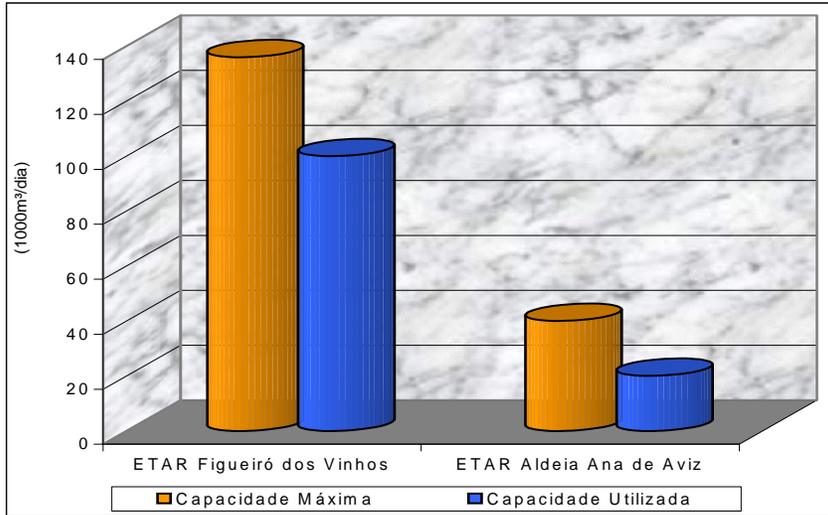
População Servida	1981	1991	2001
Centro	36,2	67,7	94,9
Pinhal Interior Norte	32,0	72,8	95,5
Figueiró dos Vinhos	19,4	42,6	100,0

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro (2002) e Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (2003)

O sistema de drenagem e tratamento de águas residuais existente abrange cerca de 20% da população concelhia. A drenagem total é de 58.000 m³, realizada por duas ETAR's (ETAR de Figueiró dos Vinhos e ETAR de Aldeia Ana de Aviz). Apesar dos incrementos registados, a taxa de cobertura permanece ainda bastante aquém do desejável, sendo ainda muito elevadas as manchas territoriais sem qualquer sistema de drenagem de efluentes. Tal situação advém fundamentalmente da elevada dispersão do povoamento, que condiciona o incremento deste tipo de serviço. A taxa de cobertura é bastante inferior ao desejável para padrões comunitários, sendo por isso uma das áreas a que o município mais atenção têm vindo a dedicar ao longo dos Quadros Comunitários de Apoio, sendo de esperar

um incremento significativo dos níveis de atendimento da população em drenagem e tratamento de esgotos até ao 2006.

Figura 71 – Drenagem e Tratamento de Águas Residuais nas ETAR no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2003



Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (2004)

Com o objectivo de melhorar qualitativa e quantitativamente, quer a distribuição de água ao domicílio, quer o tratamento de águas residuais, a Câmara Municipal aderiu, em 2001, ao Sistema Inter-municipal de Abastecimento e Saneamento de Água Residuais, constituído por 12 concelhos¹¹⁶ da Raia/Zêzere e Nabão, sendo também accionista da Empresa Águas do Centro, S.A., que nos últimos anos tem desenvolvido um esforço acrescido no sentido de melhorar a qualidade do fornecimento domiciliário de água.

Ao longo da década de 90, assistiu-se a uma significativa melhoria na rede de recolha de resíduos sólidos urbanos, cobrindo presentemente 99% da população concelha, valor consideravelmente superior ao apresentado pelo Pinhal Interior Norte (95,5%). A recolha selectiva tem vindo igualmente a aumentar, correspondendo, em 2003, a mais de 82 toneladas, sobretudo de vidro (55 ton.) e papel e cartão (23 ton.) Os materiais resultantes da recolha selectiva foram vendidos para reciclagem.

Figueiró dos Vinhos encontra-se integrado no Sistema Multimunicipal do Litoral Centro – Baixo Mondego, responsável pela recolha de Resíduos

¹¹⁶ Alvaiázere, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Ferreira do Zêzere, Idanha-a-Nova, Oleiros, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Proença-a-Nova, Sertã, Tomar e Vila Velha de Ródão.

Sólidos Urbanos em 10 municípios¹¹⁷. Este sistema dispõe de duas estações de transferência (Ansião e Pampilhosa da Serra) e de um aterro (Figueira da Foz).

Os principais problemas relacionados com o saneamento básico resultam essencialmente de três factores: tratamento ainda insuficiente das águas residuais, apesar dos esforços encetados nos últimos anos; qualidade da água nem sempre assegurada, devido à natureza das captações e proliferação de lixeiras em vários locais do concelho.

Para além das questões relacionadas com o saneamento básico, um dos problemas ambientais de maior relevância prende-se com os incêndios florestais que todos os anos assolam o concelho. Em grande parte devido à falta de limpeza das matas e floresta, à grande dimensão da área florestal, que ocupa cerca de 60% do território total de Figueiró dos Vinhos, à ausência de planeamento do espaço florestal por parte dos particulares e à escassez de alguns meios de combate, os incêndios têm consequências devastadoras para a economia local, que muito depende do aproveitamento florestal, com reflexos no comércio e indústrias da madeira, bem como no aproveitamento turístico da paisagem¹¹⁸.

¹¹⁷ Mira, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Soure, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande e Pampilhosa da Serra.

¹¹⁸ O PDAF do concelho de Figueiró dos Vinhos, a que já fizemos referência, aposta fortemente na prevenção dos fogos florestais, incluindo a dotação de meios mais eficazes no combate aos incêndios.



PATRIMÓNIO E TRADIÇÕES

1. Introdução

A identidade de uma comunidade apenas pode ser legada ao futuro através da identificação, protecção e valorização dos bens materiais e imateriais considerados culturalmente relevantes¹¹⁹ por esse mesmo colectivo. Fundamentais para a salvaguarda e difusão dos testemunhos civilizacionais que compõem o mosaico cultural português são as comunidades locais, sobretudo através dos seus municípios e associações. A fruição de tal herança é, por lei, direito de todos os cidadãos¹²⁰, assentando a sua protecção nos instrumentos de classificação e inventariação¹²¹ dos referidos bens.

Visa-se neste capítulo a caracterização do património cultural de Figueiró dos Vinhos: do mesmo constam os bens já classificados e inventariados pelo Estado Português, aos quais julgámos pertinente adicionar outros com potencial interesse, mas que aguardam até ao momento por investigação e medidas de salvaguarda.

Apesar de ser verificável, ao longo do século XX, a complexificação e alargamento do conceito de património, o edifício histórico manteve-se, de forma bastante consensual, avatar da memória material da Humanidade. No contexto dos bens materiais, os testemunhos arquitectónicos, entendidos no Ocidente (desde o dealbar de oitocentos) como bens culturais a defender, são actualmente o corpo patrimonial melhor conhecido e reabilitado. Tal se verificou também em Portugal, sobretudo a partir da I República. A elaboração deste capítulo reflectiu essa conjuntura: dentre o património concelhio, o imóvel histórico, aqui organizado segundo a sua tipologia e cronologia, concentra a maior quantidade de informação disponível, sendo por isso o mais extensamente tratado.

Como referimos em anterior capítulo¹²², o património arqueológico de Figueiró dos Vinhos, entendido como corpo de vestígios de ocupação humana do território, anterior ou complementar aos registos documentais, é

¹¹⁹ Cf. *Diário da República, Série I-A*, 08 de Setembro de 2001, Título I, artigo 2º. A Lei nº 107/2001 define, para o território português, que a relevância dos bens culturais (subdivididos em bens históricos, paleontológicos, arqueológicos, arquitectónicos, linguísticos, documentais, artísticos, etnográficos, científicos, sociais, industriais ou técnicos) implica a corporização dos valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade e exemplaridade.

¹²⁰ Vide *Idem, Ibidem*, Título II, artigo 7º.

¹²¹ Vide *Idem, Ibidem*, Título IV, artigo 16º.

¹²² Cf. Capítulo III, "Primeiros Testemunhos de Ocupação Humana", in *História da Ocupação e Vivência do Espaço Concelhio*.

quase desconhecido. Urge a investigação¹²³ sobre tais vestígios, essenciais para o conhecimento do concelho no período anterior ao século XII, e de valia complementar até à época contemporânea. A escassez de estudos quanto a este legado condicionou-nos a optar somente pela identificação de sítios e achados com potencial interesse para o acesso ao conhecimento do passado mais remoto de Figueiró dos Vinhos.

As sucessivas convenções internacionais sobre o património cultural¹²⁴, a partir da segunda metade do século XX, orientaram-se não apenas para a construção de propostas com vista à conservação e reabilitação do património arquitectónico e arqueológico, como também no incentivo ao estudo, registo, e rememoração dos legados imateriais característicos das várias regiões e países. Neste âmbito de valorização das tradições etnológica e antropológica¹²⁵, observámos no território figueiroense alguns modos ancestrais de agir e fazer: o culto religioso, a língua, o artesanato e a gastronomia foram as categorias abordadas, as quais revelaram singularidades merecedoras de futuros actos de registo material e emulação.

A inclusão nesta monografia de uma caracterização geral do património cultural do concelho poderá, esperamos, servir como instrumento de referência para a avaliação da conservação e usos dados ao património material de Figueiró dos Vinhos, por um lado, bem como ser de incentivo a possíveis processos de qualificação e certificação de tradicionais modos de fazer, por outro. O conjunto de bens culturais aqui observados poderá tornar-se rapidamente desactualizado: o virtual investimento na sua investigação, acima enfatizado, fará emergir outros vestígios identitários, materiais ou imateriais, por agora ignorados.

2. Património Arquitectónico

2.1. *Arquitectura Religiosa*

O concelho de Figueiró dos Vinhos possui, no contexto do património arquitectónico, vários edifícios e marcos históricos dignos de nota; a

¹²³ Hoje consagrada como instrumento no Regime Geral de Valorização do Património Cultural, constante na actual Lei 107/2001. Vide *Idem, Ibidem*, Título VI, artigo 70º, alínea b.

¹²⁴ Destacamos, neste sentido, o caminho encetado internacionalmente a partir da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, ocorrida em 1972, em Paris, cujas conclusões foram em Portugal ratificadas pela Assembleia da República a 6 de Junho de 1979.

¹²⁵ Vide *Idem, Ibidem*, Título VIII, artigo 91º, pontos 2 e 3.

herança identitária deixada aos figueiroenses conta com um assinalável número de bens cujo valor foi reconhecido e salvaguardado pelo Estado, estando a quase totalidade dos casos abaixo apontados classificados (ou em vias de classificação) e inventariados pelo actual Instituto Português do Património Arquitectónico e pela Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais.

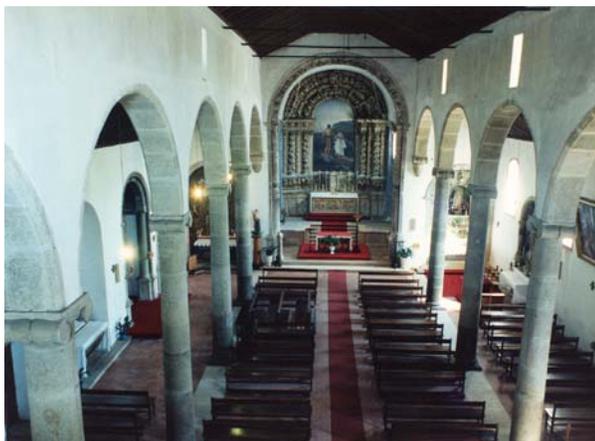
A durabilidade e imponência definiram, de uma forma geral e ao longo de muitos séculos, a arquitectura religiosa, pelo que vários são os exemplos enquadrados nesta tipologia chegados até nós. Um dos primeiros imóveis figueiroenses a beneficiar da classificação de Monumento Nacional foi a Igreja de São João Baptista de Figueiró dos Vinhos¹²⁶, também conhecida por Igreja Matriz ou Igreja Paroquial de Figueiró dos Vinhos, pelo Decreto nº 8.331, de 17 de Agosto de 1922. Situado no centro urbano da vila, na actual Praça do Município, este templo terá sido construído no fim do século XV, sob igreja anterior, por iniciativa dos frades de Santa Cruz de Coimbra. A esta igreja passou a ser apresentado pároco, desde o século XVI, pelo referido Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

Erigido segundo o modelo mendicante¹²⁷, tal local de culto preservou a sua função original até ao presente, testemunhando a passagem do tempo através da acumulação de estilos arquitectónicos - Manuelino,



Igreja Matriz (Figueiró dos Vinhos)

Maneirismo, Barroco e
Romantismo podem aí



Igreja Matriz (Figueiró dos Vinhos)

de Património Arquitectónico/Direcção
40001.

central do templo deve apresentar-se
ira e as naves separadas por arcaria. De
de Inventário citada, os pormenores da
angular ornado por flores-de-lis, a par do
ente para a Igreja de São João Baptista
edificação desta igreja figueiroense.

identificar-se. A planta do edifício é longitudinal, compondo-se pelos rectângulos das três naves, capela-mor e corpos laterais. Destacam-se nesta obra as duas torres quadrangulares que enquadram a fachada principal, aberta para um adro a que se pode aceder através de uma escadaria; o portal é maneirista, e apresenta uma imagem do orago, São João Baptista, ladeado por janelas de moldura e gradeamento neo-gótico. No interior, as três naves são separadas por colunas de granito encimadas por capitéis jónicos, e a capela-mor é coberta por uma abóbada de berço; o coro-alto assenta num arco rebaixado, entre as duas torres.

Resguarda um valioso património artístico e acervo de arte sacra, destacando-se as paredes da capela mor, revestidas de azulejos representando cenas bíblicas, datadas de 1716, uma imagem policromada da Santíssima Trindade, de finais do século XV e, mais recentes, a imagem de João Baptista esculpida por Simões de Almeida (tio) e várias obras de José Malhoa.

Das intervenções realizadas até ao presente, destacam-se a instalação do órgão, em 1689, a aplicação de azulejos e retábulo em talha na capela-mor, bem como a abertura das janelas na fachada, no século XVIII. Na viragem para o século XX, mais precisamente em 1898, L.E. Reynaud foi o arquitecto encarregue de reconstruir a fachada da igreja, a que concedeu um arranjo revivalista; data aproximadamente desta época a colocação da imagem de São João Baptista no frontão do portal, esculpida por Simões de Almeida (tio), bem como da pintura alusiva ao baptismo de Cristo no Altar-Mor e de um retábulo no altar do Senhor Jesus da Agonia, obras de José Malhoa.

Entre 1940 e 1972 outras intervenções e reparações, já da responsabilidade do Estado, foram levadas a cabo: demolições a anexos adossados à fachada, entre 1940 e 1942; entre 1966 e 1972 foi reconstruído o telhado, bem como o pavimento dos claustros, foi feita a cintagem de betão das paredes, remodelada a instalação eléctrica, executada a construção de sanitários, rebocagens, e restauro de pinturas. Entre 1993 e 1998 novas campanhas se traduziram em obras de conservação, exteriores e interiores, ao nível da pintura, carpintaria, e caixilharia.

Outro testemunho da arquitectura religiosa em Figueró dos Vinhos é o Convento de Nossa Senhora do Carmo, cujo ano de início de construção remonta a 1601. Este cenóbio, a par da sua igreja e anexos, foi classificado Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº 2/96, de 6 de Março, tendo sido originalmente fundado por vontade de D. Pedro de Álcáçova de Vasconcelos, senhor de Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, e influência de Frei Ambrósio Mariano, para albergar uma comunidade de Carmelitas Descalços. Tal complexo foi construído segundo o cânone maneirista aplicado aos ceóbios da Ordem, com a mesma base de materiais que forjou a Igreja Matriz um século antes - cantaria de granito e alvenaria.



Convento de Nossa Senhora do Carmo (Figueiró dos Vinhos)

Situado à saída da Vila, na Rua dos Bombeiros Voluntários, o convento possui uma planta quadrangular envolvendo o claustro, encontrando-se a Norte da respectiva igreja, desenhada em cruz latina. Esse templo conta com uma frontaria aberta por galilé de três arcos, encimada por um nicho com imagem de Nossa Senhora do Carmo, janelão e óculo, e rematada por uma empena triangular. No seu interior, a igreja possui uma única nave, abobadada, na qual se encontram, lateralmente, duas capelas e confessionários, sobre os quais existem tribunas. O coro-alto está assente num arco rebaixado e a cúpula da nave rasga-se em cruzeiro, sendo os braços do transepto cobertos por uma abóbada de berço e possuidores de dois altares. A capela-mor, também ela abobadada, foi preenchida em toda a sua largura por um notável retábulo em talha.

Este convento, um dos primeiros fundados pela Ordem do Carmo em Portugal¹²⁸, estaria previsto para o lugar conhecido por Quinta da Ireira (ou Eireira), mas acabou por ser erigido entre 1601 e 1607 na vila, junto ao paço do então senhor de Figueiró, D. Pedro de Vasconcelos, doador de terreno comprado a Francisco de Andrade. Um Capítulo Provincial ocorrido em Coimbra, em 1624, destinou o dito convento a Colégio de Artes, ou seja, aos estudos de Filosofia, Teologia, Línguas Clássicas; em 1625 aí se terá iniciado o primeiro curso de Filosofia, passando o cenóbio a designar-se também Colégio de Nossa Senhora do Carmo de Figueiró dos Vinhos. Ao contrário do convento, que após extinção das ordens religiosas, em 1834, só voltou a ser utilizado como sede e hospital da Misericórdia local e serviços autárquicos¹²⁹, a igreja (que ostenta retábulo maneirista de grande interesse na Capela-Mor) não foi desprovida da sua original função, a cultural.



Convento de Nossa Senhora do Carmo (Figueiró dos Vinhos)

As intervenções de conservação e restauro deste edifício tardaram bastante, em comparação com as registadas na Igreja Matriz da vila; apenas entre 1995 e 1998 aí ocorreram reparações (que na citada Ficha de Inventário se não encontram discriminadas), tendo sido cedida à Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, em 1995, a ala nascente do corpo sul do convento, para instalação de equipamentos culturais, nomeadamente a Biblioteca Municipal. A este propósito, sublinhamos que a refuncionalização destes edifícios, inserida numa lógica de reabilitação do património cultural,

¹²⁸ *Apud* RODRIGUES, *Op. Cit.*, pp. 22-29.

¹²⁹ Cf. www.monumentos.pt, Ficha de Inventário do Património Arquitectónico/Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais, N°1008040005. A Misericórdia, instalada no Convento em 1882, transferiu-se para edifício próprio em 1956, ficando o imóvel em análise, durante as décadas seguintes, devoluto.

é operação essencial para sua a salvaguarda. Quando assente num conjunto de princípios que se foram definindo em sede de vários fóruns supranacionais¹³⁰, a alteração da função original de património histórico edificado pode ser a melhor forma de conseguir a continuidade da sua vida.

Em vias de classificação e já inventariado encontra-se o Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, ponto de convergência cultural e devocional no passado e presente do concelho. Neste santuário, situado no pinhal cimeiro à vila, perto da Escola Secundária, foi edificada uma capela dedicada ao referido orago, exemplo de uma arquitectura religiosa vernacular, à qual não foi identificada a data original de construção.

A sua planta é longitudinal, contando o templo com uma nave única, capela-mor e um prolongamento posterior alpendrado; os materiais predominantes são, como nos dois exemplos anteriormente caracterizados, a alvenaria e a cantaria.

O frontespício é rematado por uma empena angular, e sobrepujado por uma cruz, uma estrutura sineira e o orago, representado em painel azulejar. No interior da capela pode-se encontrar um coro-alto com balaustrada, destacando-se na nave o pavimento a tijoleira em espinha e o tecto coberto por madeira, a três planos. À capela-mor acede-se através de um arco triunfal, ladeado por dois altares, ostentando aquela um retábulo em talha policromada, ladeado por dois nichos.



Santuário de Nossa Senhora dos Remédios (Figueiró dos Vinhos)

¹³⁰ Tal processo iniciou-se com a Conferência Internacional de Atenas, em 1931, dedicada a este tema.

No seu registo¹³¹ encontra-se apenas a indicação de uma operação de restauro, datada de 1956, por mão da Comissão do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, da qual data o já assinalado alpendre.

Não se tratando de um edifício mas sim de um marco religioso, o cruzeiro implantado na Rua Dr. António José de Almeida, na vila-sede concelhia, mais conhecido por Cruz de Ferro, foi certamente uma das últimas obras da Ferraria da Foz de Alge, unidade de transformação de minério já tratada em capítulo anterior. Tal como o Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, encontra-se em vias de classificação e já inventariado pelo Estado Português.



Cruz de Ferro (Figueiró dos Vinhos)

Nesta cruz achatada, feita em chapa de ferro, destacam-se as terminações lanceoladas, bem como o alto-relevo de Cristo crucificado, com as insígnias da Paixão em contraste. Data do século XIX, mais precisamente de 1816, e apenas podemos especular ter tido a sua edificação, como era hábito coevo, um

sentido comemorativo associado a uma festividade religiosa ou a um acontecimento comunitário de certa relevância.

Ainda que se não encontrem classificados ou em vias de classificação, gostaríamos de apontar outros três casos integrados na tipologia arquitectónica religiosa que se destacam pela sua antiguidade ou singularidade: a Capela do Bom Jesus da Sobreira, a Ermida de São Simão e a Capela do Mártir São Sebastião.

A primeira, localizada a três quilómetros da vila-sede, na estrada que liga Figueiró dos Vinhos a Cernache do



Capela do Bom Jesus da Sobreira (Figueiró dos Vinhos)

¹³¹ Cf. www.monumentos.pt, Ficha Geral de Monumentos e Edifícios Na

Bonjardim, é anterior ao século XVII, tendo sido em meados desse século acrescentada de um extenso revestimento azulejar e, no altar-mor, de um retábulo em talha policromada. Este foi parcialmente roubado em 1997, mas aí se manteve patente um escudo carmeliano em azulejo, o que permite supôr ter sido a intervenção de recuperação feita por meio ou influência do Convento de Nossa Senhora do Carmo da Vila de Figueiró. Das várias capelas existentes no concelho, destaca-se pela preservação dos elementos anteriormente referidos.

A Ermida de São Simão, próxima do casal com o mesmo nome, na freguesia de Aguda, tem como indicação mais antiga referente a ostentada em inscrição na capela, que indica como ano fundacional 1458, e atribui a iniciativa da construção a João Vicente, o então prior da vila da Aguda. A sua singularidade reside não tanto no perfil arquitectónico, perceptivelmente influenciado pelo gótico, ainda que bastante singelo (posteriormente acrescentado com uma câmara para a recolha de esmolos) e dominado pelas duas imagens de São Simão e São Judas Tadeu, a quem foi dedicada a capela mas, sobretudo, à sua situação geográfica elevada e em posição panorâmica às serranias circundantes. A simbologia devocional, que permanece na forma de festividades em 28 de Outubro e na preservação da Feira das Nozes, a que abaixo nos dedicaremos, que dela fazem um marco cultural a preservar e reavivar.



Ermida de São Simão (Aguda)

Por fim, a Capela do Mártir São Sebastião, situada dentro da Vila de Figueiró dos Vinhos, no lado norte. Não apresentado um elevado artístico, com uma fachada sem arquitectura de destaque, detêm, no seu interior, três imagens



Capela do Mártir São Sebastião (Figueiró dos Vinhos)

quinhentistas em pedra: no altar-mor *São Sebastião* e nos laterais *São Brás* e *São Roque*. Chegou a ter um coro servido por uma escada de pedra, construída no interior do alpendre, retirado recentemente aquando dos trabalhos de recuperação a que foi sujeita. Tem as suas festividades anuais a 21 de Janeiro.

Uma última referência no quadro da arquitectura religiosa interliga património material e imaterial. Os devocionários populares edificados na proximidades das vias de comunicação terrestre, conhecidos habitualmente como *Alminhas*, constituem fenómeno com paralelo em muitos pontos do país; contudo, estes pequenos marcos religiosos, cuja missão consistia em instilar no passante piedade e prece pelas almas do Purgatório, encontram-se ainda em apreciável número no concelho de Figueiró dos Vinhos. Várias destas construções tiveram destaque, como a que em tempos teve lugar em Bairrão, freguesia de Figueiró, possuidora de um painel pintado por José Malhoa. Encontra-se presentemente a ser finalizado o trabalho de inventariação do espólio e respectiva datação.



*Alminhas pintadas por José Malhoa
(Figueiró dos Vinhos)*

2.2. Arquitectura Civil

Os testemunhos enquadrados nesta tipologia, de natureza pública ou privada, não podem ser considerados menos importantes que os anteriores, por constituírem muitas vezes, devido às dinâmicas socio-económicas que lhe estão associadas, alvo mais esquivo no processo de salvaguarda. O seu potencial reside na transmissão cultural de um outro lado das realidades históricas que nos antecederam: o do provimento às necessidades quotidianas do indivíduo, muitas vezes associado à afirmação de um determinado estatuto ou programa social, tanto por parte do seu autor quanto dos seus proprietários.

O concelho de Figueiró dos Vinhos, sobretudo as suas zonas urbanas mais densas, apresentam vários exemplos de marcos e edifícios históricos desta natureza: são eles o Pelourinho da Aguda, a Torre da Cadeia Comarcã, as Portas Renascentistas e Manuelinas, a Fonte das Freiras, o Solar, o Casal de São João e o Casulo.



Pelourinho da Bola (Auda)

Situado no Largo D. Sancho II, na Aguda, o Pelourinho da Bola¹³², como o designam os habitantes da localidade, é, tanto quanto pudemos apurar, o único dos antigos marcos jurisdicionais restante no concelho. Foi declarado Imóvel de Interesse Público em 1933, pelo Decreto nº 231 de 11 de Outubro do referido ano. Data este marco de administração da justiça do século XVI, sendo o estilo marcadamente manuelino; a sua construção esteve seguramente associada à concessão do título de vila a Aguda, bem como à outorga de foral novo, analisadas em capítulo anterior.

Constitui-se o pelourinho por uma combinação de elementos em cantaria gateada: um soco quadrangular de dois degraus, uma coluna com aproximadamente dois metros de altura, com fuste prismático no terço inferior e cilíndrico nos restantes terços superiores, encimada por anel e bola. Apenas existe até ao presente registo de duas intervenções de conservação e reparação neste monumento, respectivamente em 1963 e 1966: a primeira visou a reintegração de pedaços do pelourinho que se

¹³² Cf. www.monumentos.pt, Ficha de Inventário do Património Arquitectónico/Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais, N°1008040002.

achavam dispersos pela praça, e a segunda consistiu no restauro do mesmo, após ter sido derrubado por um veículo pesado.

A torre municipal existente em Figueiró dos Vinhos, mais precisamente na Rua do Relógio, tornou-se conhecida por Torre da Cadeia. Foi declarada Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº 28/82 de 26 de Fevereiro, encontrando-se implantada na malha urbana do centro histórico da referida vila. Este edifício foi construído em 1506¹³³, segundo inscrição aposta no mesmo, sob responsabilidade dos magistrados municipais, numa aparente afirmação da sua preeminência. O cárcere que lhe deu nome foi adossado à referida torre quarenta e nove anos volvidos, servindo inicialmente de cadeia municipal e, séculos mais tarde, de cadeia comarcã, demolida na década de oitenta do século XX. Há registos da existência de um relógio fixo na mesma, entretanto desaparecido, justificativo do topónimo da rua.



Torre Municipal (Figueiró dos Vinhos)

Esta torre, de morfologia estilística gótica, caso único conhecido na região, possui uma planta quadrangular, sendo coroada com uma fiada de merlões chanfrados assentes em murete. Para a supracitada rua de acesso encontra-se aberta uma porta em arco, sendo as quatro faces da construção rasgadas por frestas ao nível do último piso. Sobre a porta encontra-se aposta a lápide com o nome dos responsáveis e a data de construção da torre. Este monumento singular no panorama regional, feito em alvenaria e cantaria de granito, encontrava-se devoluto, sem telhado e com o interior em ruínas; em 1994 foi reparado e operada a sua refuncionalização, tendo sido reconvertido em miradouro.

¹³³ Cf. www.monumentos.pt, Ficha de Inventário do Património Arquitectónico/Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais, N°1008040003.

Construída para servir o primeiro cenóbio implantado em território figueiroense¹³⁴, a Fonte das Freiras¹³⁵ é dele hoje único vestígio remanescente. Situado na Cerca das Freiras, em Figueiró, este equipamento terá sido, desde a sua edificação, fruído pela população da vila, o que se supõe pela sua estratégica implantação à entrada da antiga propriedade conventual. A data de construção desta fonte não é clara, pois 1692, data aposta na moldura da mesma, poderá corresponder à inauguração ou à primeira beneficiação da construção.



Fonte das Freiras (Figueiró dos Vinhos)

Situado na Cerca das Freiras, em Figueiró, este equipamento terá sido, desde a sua edificação, fruído pela população da vila, o que se supõe pela sua estratégica implantação à entrada da antiga propriedade conventual. A data de construção desta fonte não é clara, pois 1692, data aposta na moldura da mesma, poderá corresponder à inauguração ou à primeira beneficiação da construção.

Esta fonte é actualmente composta por uma cisterna quadrangular, separada por cerca de vinte metros de um tanque rectangular. A cisterna de embasamento, proeminente, desenvolve escadas de três degraus em forma de U, dispostas em arquibancadas que acompanham o declive do poço; a referida cisterna possui nas suas quatro faces cunhais de cantaria, e é encimada por um coruchéu

hexagonal. A sua face principal apresenta duas bicas, sobre as quais se encontra uma porta com a moldura acima indicada. O tanque encontra-se separado de um bebedouro e lavadouro por um murete, a que se acede por escada.

O registos de intervenção apontam os anos de 1898 e 1997 como datas de restauro e melhoramento da fonte, por mão da edilidade. Este monumento, como muitos dos anteriores feito em alvenaria e cantaria, terá sido durante vários séculos ponto de passagem e encontro nas tarefas rurais e domésticas que fizeram o quotidiano da vila, aguardando neste momento classificação.

Patentes na sede do concelho estão ainda três réstias particularmente relevantes da arquitectura residencial manuelina e renascentista:

¹³⁴ Cf. RODRIGUES, *Op. Cit.*, p.14. O Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação, construído em 1549 para albergar uma congregação de Clarissas, foi vendido e demolido após a extinção das Ordens Religiosas decretada em 1834.

¹³⁵ Cf. www.monumentos.pt, Ficha de Inventário do Património Arquitectónico/Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais, N°1008040011.

reportamo-nos às portas existentes na Rua da Palmeira e na Rua Dr. António José de Almeida, cujas características, ao contrário dos edifícios em que se encontram implantadas, se mantêm intactas. O nº4 da Rua da Palmeira apresenta incrustada uma porta¹³⁶ com moldura em arco conopial, cingido por um vão em ducina sobre verga recta, em cantaria, exemplificativa do estilo manuelino, sendo a data da sua construção apontada imprecisamente para o período entre meados do século XVI e século XVII.



Portas Renascentistas (Figueiró dos Vinhos)

Tal como a primeira, a moldura em cantaria da porta do edifício nº 101 da Rua dr. António José de Almeida¹³⁷ ostenta estilo manuelino, sendo de mais fino talhe que a anterior: apresenta pilastras biseladas com base saliente, as quais sustêm uma

verga de moldura recta recortada por um arco contracurvado, unido no fecho por um elemento em filete, paralelo ao arco, o qual detém em relevo, no dorso, duas estrelas.

Voltando à Rua da Palmeira, desta feita ao nº 9, encontramos integrada num edifício comercial uma porta, geminada com pilarete de três blocos. Estes apresentam corte trifacetado, decorado com filete, entre molduras curvas, com ondas em relevo. Os vãos da porta são ladeados por pilastras biseladas, de corte em moldura côncava, guarnecida com listel a toda a altura e verga em moldura simples. As características apresentadas indicam tratar-se de um pormenor arquitectónico posterior aos dois casos acima mencionados, mas sem referência cronológica segura.

Edifício de referência situado no centro histórico da vila de Figueiró, mais precisamente na praça do município, a casa conhecida por Solar¹³⁸, sofreu,

¹³⁶ Cf. www.monumentos.pt, Ficha de Inventário do Património Arquitectónico/Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais, Nº1008040009.

¹³⁷ Cf. www.monumentos.pt, Ficha de Inventário do Património Arquitectónico/Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais, Nº1008040010.

¹³⁸ Cf. www.ippar.pt, Ficha de Detalhe/Inventário do Património.

como outros edifícios no concelho, alterações de função, inerentes à sobrevivência de um elemento arquitectónico de três séculos. Classificada Monumento Nacional pelo Decreto nº 8.331 de 17 de Agosto de 1922, esta casa terá sido mandada construir por Manuel Godinho de Sá, fidalgo de armas enriquecido na Índia; que após regresso à sua terra de origem aí fixou residência. A data de edificação deverá ser a inscrita no frontespício - 1681.

Da casa solarenga primitiva resta a traça do corpo principal e alguns elementos patentes na fachada, nomeadamente o portal de tímpano triangular e moldura em cantaria, bem como, entre duas de três janelas do nível superior, a pedra de armas do citado capitão, composta por escudo com a Cruz de Cristo, com elmo e timbre feito de uma mão empunhando espada. A volumetria é actualmente desnivelada, mas o corpo principal apresenta os dois pisos originais. Após a morte



“Solar” (Figueiró dos Vinhos)

do seu primeiro proprietário, esta casa manteve-se pelo menos até ao fim de setecentos, na sua família. Pouco se sabe da sua ocupação e função no século XIX, mas já no século XX e após a sua elevação a monumento nacional, foi no início da década de cinquenta adaptada à prestação de serviços com o nome porque era já então conhecida, *Solar*. A sua situação central ditou que fosse então transformada em adega, e mais recentemente alterada esta unidade de restauração para um moderno complexo de bar, esplanada, café e restaurante. As sucessivas operações de adaptação encetadas no século XX não permitiram, naturalmente, a conservação do seu esqueleto interior primitivo. Nas obras mais recentes, foi encontrada pedra de Cristãos-Novos.

Igualmente intervencionado ao longo do século XX foi o Casulo¹³⁹, residência mandada construir pelo pintor José Malhoa, após a sua fixação

¹³⁹ Cf. www.monumentos.pt, Ficha de Inventário do Património Arquitectónico/Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais, N°1008040004.

em Figueiró dos Vinhos. Em 26 de Fevereiro de 1982, através do Decreto nº 28, este edifício romântico foi declarado Imóvel de Valor Cultural e Interesse Municipal, relevando a sua singularidade arquitectónica mas também o seu valor memorial, associado que está à estadia no concelho de uma figura de projecção nacional, à qual se deve a fixação em tela das suas paisagens e das suas gentes.

Situada no que era a periferia da vila oitocentista, junto à actual avenida José Malhoa, esta residência possui uma planta composta por dois corpos rectangulares, em T, sendo no corpo orientado a Norte o *atelier* primitivo do pintor, construído em 1895, então composto por piso térreo e sótão. O outro corpo corresponde à ampliação projectada por L.E. Reynaud e executada por Júlio Soares Pinto e Manuel Granada, em 1898, cuja função era residencial, com cave, dois pisos e sótão. De Leste ergue-se uma varanda com alpendre, e a Norte uma varanda fechada. Um torreão proporciona a junção dos dois braços da casa,

no interior do qual existe uma escadaria de acesso ao sótão. A porta principal está rasgada na frente Sul, sendo as paredes rebocadas e pintadas a cor de tijolo. Os



"Casulo" (Figueiró dos Vinhos)

cunhais e as molduras das janelas são recortados em pedra rústica e as vergas e cornijas apresentam frisos de azulejos da lavra de Rafael Bordalo Pinheiro. No interior da residência, que a pós a intervenção de Reynaud ganhou a face de um típico *chalet* romântico, destaca-se a pequena sala aberta para o alpendre, revestida a couro lavrado, a par do tecto coberto a madeira, ostentando pequenos motivos vegetais. Do lado Leste da casa foi ainda plantado um jardim, que exhibe um caramanchão e um tanque, ao gosto da época.

Após a morte de José Malhoa, o Casulo foi doado à Sociedade Nacional de Belas Artes, e depois vendido em hasta pública. Entre essa data e a sua classificação foram feitas intervenções que alteraram a sua fisionomia, como a destruição de dois telhados transversais debaixo dos quais se

encontravam as clarabóias e a criação de uma varanda fechada do lado Norte. Passou a casa a propriedade municipal em 1982, após aquisição a um privado, tornando-se Centro Cultural de Figueiró dos Vinhos e sede de uma associação com o mesmo nome, em 1985; por essa altura foram feitas obras de conservação e reparação no respeito da traça conferida por Reynaud, excepção feita à substituição da varanda alpendrada por uma balaustrada de cimento.

Por último, e apesar da escassa informação obtida para esta caracterização patrimonial sobre o Casal de São João¹⁴⁰, não quisémos deixar de mencionar este conjunto arquitectónico. Trata-se de uma propriedade situada à entrada da vila de Figueiró dos Vinhos, na cercania da estrada que vem de Cernache do Bonjardim; foi declarado de Interesse Municipal e formalizado, em 1998, o pedido de classificação deste bem imóvel ao Instituto Português do Património Arquitectónico, não constando na ficha de inventário de tal conjunto qualquer descrição técnica do mesmo.

Para além da existência dos elementos arquitectónicos singulares de elevado valor patrimonial referidos, merece referência o conjunto global do Centro



Casal de São João (Figueiró dos Vinhos)



Centro Histórico de Figueiró dos Vinhos

Histórico da Vila de Figueiró dos Vinhos. Apesar de não se encontrar abrangido por qualquer tipo de classificação patrimonial é, indiscutivelmente, um conjunto arquitectónico de elevado valor concelhio, que tem vindo a ser

entário do Património.

sujeito a uma estratégia de requalificação urbana com vista à sua conservação e valorização, através de um vasto conjunto de intervenções enquadrados em quatro grandes projectos: “Requalificação Urbana do Centro Histórico e Zona Envolvente”; “Beneficiação de Infra-estruturas de Iluminação Pública”; “Sinalética do Centro Histórico e Zona Envolvente” e ainda o “Programa de Incentivos a Recuperação de Habitações na Zona Histórica da Vila”.

3. Património Arqueológico

3.1. Vestígios Pré-Históricos

A identidade cultural de um concelho e região faz-se necessariamente do legado material pré-histórico e histórico que a Arqueologia identifica e interpreta. Figueiró dos Vinhos, e especificamente a freguesia de Arega, detêm alguns vestígios desta natureza, mas a sua escassez, como afirmámos em anterior capítulo, inibe uma interpretação minimamente sólida sobre a época a que se reportam.

Por indicarem que a presença humana no concelho se reporta à Idade do Bronze Final, os primeiros vestígios arqueológicos relevam sobremaneira para a história do concelho. Foi identificado um povoado denominado castro da Serra do Castelo¹⁴¹, freguesia de Arega: o desconhecimento sobre a sua datação precisa ou estrutura e materiais associados é total, pelo que a sondagem e escavação deste sítio, a par de prospecção das respectivas imediações poderão trazer nova luz à pré-história Figueirense. As referências indirectas¹⁴² que o mencionam e associam ao Bronze Final, em paralelo com outros na região do Pinhal, fazem pressupor que este povoado pode não ser sítio único remanescente no concelho.



Castro da Serra do Castelo (Arega)

3.2. Vestígios Antigos e Modernos

¹⁴¹ Cf. BATATA e GASPAR, *Op. Cit.* p.14.

¹⁴² Cf. BATATA e GASPAR, *Op. Cit.* p.14.

Para além dos dois vestígios acima referidos, existe conhecimento de outro sítio arqueológico, do qual não apurámos registo de sondagem ou escavação, referente à Antiguidade Clássica, mais especificamente ao período de ocupação romana. Até à data, entre o Bronze Final e tal época nenhum outro foi identificado. Encontra-se referenciada¹⁴³ na freguesia da Aguda, lugar do Olival, uma *villa* romana, cuja cronologia e materiais são ainda indeterminados; o que acima afirmámos quanto ao povoado da Serra dos Castelo igualmente se aplica a este sítio. Acresce o facto de nove concelhos confinantes deterem vestígios de dezenas de outras *villae*, troços viários, pontes e marcos miliários, pelo que na efectivação de um levantamento arqueológico geral do concelho a identificação de outros vestígios é também de prever, sobretudo na imediação dos troços viários subsidiários às antigas estradas Coimbra - Tomar e Coimbra - Castelo Branco, que rasgam ainda as freguesias de Arega e Aguda/Figueiró, respectivamente.

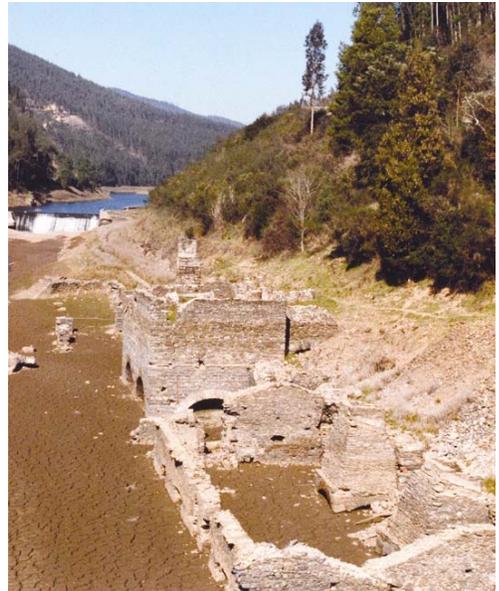
Entre o período Romano e a Idade Moderna a investigação arqueológica e a historiografia não fornecem mais nenhuma pista quanto ao património arqueológico, ainda que a ocupação humana, indiscutivelmente continuada entre o século XII até ao século XVII, o tenha necessariamente produzido.

O início do empreendimento de duas actividades económicas não ligadas ao sector agro-pastoril, a mineração e a transformação do ferro, deixou outros testemunhos materiais arqueologicamente inexplorados. Pelo menos desde meados do século XVII, existiram primeiramente na freguesia de Campelo e depois na freguesia de Arega, unidades de depuração e transformação de ferro¹⁴⁴. Das jazidas exploradas para prover minério às unidades apenas a mina da ribeira de Provença, entre Bairradas e Vale do Rio, se encontra no actual termo concelhio, podendo assim ser identificada e estudada. A produção compunha-se fundamentalmente de ferro em barra e em vergalhão, mas também de peças para construção e artilharia navais, bem como para armamento ligeiro, como folha de espada e canos para espingardaria.

¹⁴³ Cf. www.ipa.min-cultura.pt, CNS nº3364.

¹⁴⁴ Cf. "Sociedade, Economia e Cultura na Transição Para o Liberalismo", in *História da Ocupação e Vivência do Espaço Concelhio*. Remetemos o leitor interessado na estrutura e funcionamento de ambas as unidades para a descrição aí constante.

A existência de muito poucas unidades proto-industriais de transformação do ferro em Portugal equiparáveis ao Engenho da Machuca e, sobretudo, à Ferraria da Foz de Alge, fazem destas, em nosso entender, património arqueológico de interesse não apenas local, mas também nacional, que urge estudar e intervencionar. Das duas unidades de trabalho de ferro localizadas no concelho de Figueiró dos Vinhos apenas uma se manteve perceptível, a da Foz de Alge. Ainda que a localização da mesma, em leito de ribeira, não favoreça a sua conservação e lhe possa reservar a deterioração já totalmente sofrida pela unidade de Campelo, mantém parte da sua estrutura arquitectónica identificável e monumental.



Ruínas da Ferraria da Foz do Alge (Arega)

4. Património Etnológico e Antropológico

4.1. Culto Religioso

Como referimos na Introdução, a inventariação e registo dos bens culturais imateriais é fenómeno relativamente recente, mas não menos importante para a transmissão e preservação do *corpus* cultural de uma entidade colectiva. A celebração do sagrado, o culto e devoção a uma entidade (ou entidades), configuram aquilo que M. Eliade designa por momentos de "*reactualização e imitação de modelos exemplares*".

Não havendo em Figueiró dos Vinhos registo historiográfico, etnológico ou antropológico das práticas religiosas anteriores ao Cristianismo, apenas sobre o legado deste universo religioso nos poderemos debruçar. Inventariou-se, neste contexto, a permanência da celebração ou romagem em dias dedicados a padroeiros ou oragos de templos, a par dos acontecimentos profanos que se lhe associaram.

Quadro 52 - Calendário de Romarias no Concelho de Figueiró dos Vinhos

Designação	Data	Local	Freguesia
Feira das Nozes	28 de Outubro	Fragas de São Simão	Aguda

Feira de São Pantaleão	26 a 28 de Julho	Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos
Mercado	Quartas-Feiras e Sábados	Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (2004)

4.2. Festividades

As celebrações religiosas no concelho de Figueiró dos Vinhos parecem ser, na sua maioria, de raiz tardo-medieval, estando quase sempre associadas ao orago de templos coevos, honrado com cadência anual. Exemplo mais evidente desta asserção é o facto de o feriado concelhio e a grande festa anual acontecerem no dia de São João Baptista (24 de Junho), orago da Igreja Matriz secularmente implantada na sede do concelho, núcleo mais antigo da organização social urbana do município.

Em paralelo a esta e outras celebrações, e para além das comemorações eucarísticas e processionais, organizam-se festejos e práticas que misturam as dimensões sagrada e profana, estando esta última igualmente enraizada no passado; é clara a coincidência entre as celebrações religiosas e a pausa em ciclos agrícolas¹⁴⁵, sendo durante muitos séculos esses mesmos marcos temporais, datas de pagamento de tributos senhoriais.

Dentre as festividades anuais comemoradas nas cinco freguesias do concelho destacam-se na actualidade a feira de São Pantaleão e a de São Simão, respectivamente nas freguesias de Figueiró e Aguda. São Pantaleão, em data que reporta ao encerramento da época de colheita e tratamento dos cereais de Outono-Inverno, faz ainda convergir à sede de concelho, entre 26 e 28 de Julho, vendedores, animadores eromeiros de toda a região. A feira de São Simão, associada à devoção cultural



Feira de São Pantaleão (Figueiró dos Vinhos)

¹⁴⁵ No concelho de Figueiró dos Vinhos várias celebrações marianas se parecem encaixar neste perfil: na freguesia de Aguda a festa de Nossa Senhora da Graça e Nossa Senhora da Piedade; na freguesia de Arega a festa de Nossa Senhora da Conçeição, em Bairradas a festa da Senhora do Livramento; em Campelo a festa de Nossa Senhora da Graça e em Figueiró a festa da Senhora da Penha de França - já contemporânea - são comemoradas entre o dia 1e 15 de Agosto. Esta data, desde a era medieval designada *Santa Maria de Agosto*, marcando a Assunção da Virgem, é desde o século XIII uma das épocas de pagamento e ajustamento de tributos senhoriais.

secularmente suscitada pela ermida homónima e efectuada no dia 28 de Outubro, é também conhecida por *Feira das Nozes*, numa clara alusão a um outro ciclo agrícola, o da colheita dos frutos secos, do apuro do vinho novo, das sementeiras de Inverno. Ambas as comemorações foram no passado momentos de feira franca, estando então os vendedores isentos do pagamento de imposto sobre vendas.

Quadro 53 - Calendário de Festas no Concelho de Figueiró dos Vinhos

Festividade	Data	Local	Freguesia
São Sebastião	20 de Janeiro	Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos
Nossa Senhora dos Remédios	02 de Fevereiro e e 12 de Julho	Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos
Nossa Senhora do Pranto Festa das Amêndoas	Domingo de Pascoela	Vilas de Pedro	Campelo
Nossa Senhora de Fátima	Maio	Bairradas	Bairradas
Bom Jesus da Sobreira	Maio	Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos
Nossa Senhora de Fátima	3º Domingo de Maio	Ribeira Velha	Campelo
Santa Ana	3º Domingo de Junho	Casalinho de Santa Ana	Arega
Santo António	Junho	Bairradas	Bairradas
Nossa Senhora da Saúde	18 a 21 de Junho	Fontão Fundeiro	Campelo
São Joãozinho	19-21 de Junho	Aldeia Fundeira	Campelo
São João Baptista	24 de Junho	Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos
São Pedro	29 de Junho	Almofala de Baixo	Aguda
São Pedro	29 de Junho	Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos
Nossa Senhora da Piedade	1º Domingo de Agosto	Moninhos Cimeiros	Aguda
São João Baptista	1º Domingo de Agosto	Foz do Alge	Arega
Nossa Senhora da Graça	1º Domingo de Agosto	Campelo	Campelo
Espírito Santo	2º Domingo de Agosto	Alge	Campelo
Nossa Senhora da Conceição	2º Domingo de Agosto	Arega	Arega
Nossa Senhora da Penha de França	2º Domingo de Agosto	Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos
Nossa Senhora da Graça	15 de Agosto	Aguda	Aguda
Nossa Senhora do Livramento	Domingo seguinte a 15 de Agosto	Bairradas	Bairradas
Santa Quitéria	23 de Agosto	Carapinhal	Figueiró dos Vinhos
Santa Luzia	03 de Setembro	Castanheira	Figueiró dos Vinhos

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (2004)

A preponderância destas datas na vida do concelho fez e faz delas, momentos não apenas de culto, como também de mostra das actividades económicas e culturais, oportunidades únicas para a promoção da convergência de naturais e visitantes a diferentes pontos do concelho.

4.3. *O Lainte*

Circunscrito aos concelhos de Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos, o lainte é um singular epifenómeno linguístico e traço cultural. Sobre esta gíria profissional, que se sabe estar relacionada com a implantação oitocentista de unidades de manufactura e indústria têxtil em Castanheira de Pêra e subsequente venda ambulante do seu produto, apenas a aproximação científica de Manuela Barros Ferreira nos traz alguma luz. Datado de 1985, e baseado numa recolha de dados feita em Castanheira e Figueiró¹⁴⁶, em Fevereiro do ano anterior, foi tal estudo empreendido a partir da sugestão da Dr^a. Almerinda Teixeira, com o apoio do grupo de estudos de Dialectologia do Centro Linguístico da Universidade de Lisboa e subsídio da Câmara Municipal de Castanheira de Pêra.

Segundo M. Barros Ferreira, a palavra *lainte* radica na palavra *latim*, da qual é corruptela. *Latim, Verbo, Piação, Galração e Galramento* são denominações comuns a diversas gírias socio-profissionais já identificadas e estudadas no nosso país, cujas existências dependem da utilização que lhes é dada por um grupo social bem definido. Estas gírias sobrevivem na medida da existência das próprias profissões, sendo usualmente ininteligíveis para os “*não iniciados*”.

Admitindo a autora não ser o conjunto lexical recolhido em Castanheira de Pêra e Fontão Fundeiro totalizante, este terá ainda assim, segundo a mesma, permitido a identificação básica da sua natureza e originalidade. Do ponto de vista da estruturação interna, esta gíria, como as demais, construiu-se artificialmente a partir da língua comum, da qual conservou a sintaxe de base, e onde foram introduzidas modificações ao nível do léxico, sendo preferida, em geral, na formação de novo vocabulário a figura de estilo (sobretudo a metonímia e a metáfora), a sufixação e a adaptação de palavras de outras línguas e gírias.

¹⁴⁶A autora afirma inicialmente ter recolhido a totalidade da informação no universo concelhio de Castanheira de Pêra; o facto de nomear Fontão Fundeiro, freguesia de Campelo, como localidade de recolha de informação contradiz a inicial, asserção pelo que se comprova ser também o lainte uso linguístico figueirense.

É destacada a criação de palavras por meio de processos repetitivos de derivação (desde as regras de inserção de sílabas às metáteses)¹⁴⁷. Esta originalidade permite uma fácil aprendizagem do lante (em comparação com o processo de aprendizagem da *pliação* de Minde, na qual o recurso a figuras de estilo imprevisíveis e à referência a acontecimentos locais o dificultam), mas o hermetismo conferido pela actuação dos seus utilizadores conferiu-lhe a permanência de um carácter “secreto”. Segundo os entrevistados, a função do lante era marcadamente de defesa comercial, permitindo aos vendedores da mesma região entenderem-se quanto a preços, sem serem compreendidos tanto por concorrentes de outras terras, quanto por compradores.

Sendo que estes epifenómenos da língua apenas existem enquanto desempenham uma função social, e enquanto um grupo altamente solidário se serve daqueles como meio de defesa, identificação e pertença, houve que aferir a sua permanência no tempo. M. Barros Ferreira constatou que a venda ambulante de tecidos, era, à data do estudo, actividade praticamente extinta, fazendo do lante uma mera “*recordação interessante*”¹⁴⁸. Porém, a referência mais recentemente feita a esta gíria¹⁴⁹, ilustrada por episódios de testemunho indirecto, leva-nos a supor poder ter o lante sobrevivido em nichos familiares de comerciantes, descendentes ou relacionados com naturais dos concelhos em causa.

A desconstrução feita pela linguista expõe a repetitiva utilização metátese, ou deslocação de sons (ex: dez = *édes*; mais = *aimes*; três = *êtres*); a adjunção de sons (ex: amigo = *amidêgo*; artigo = *artidêgo*; braço = *bradêço*) e sufixos (ex: chover = *chovinher*; ler = *lunher*; saber = *sabunchar*). Os casos especiais são constituídos por termos importantes para a actividade, os quais considera “*mais mascarados*”¹⁵⁰.

Em comum com outras gírias o lante possui uma sintaxe de base sem alterações profundas e opera a substituição do léxico com conteúdo semântico; a principal diferença entre aquelas e o lante resume-se a que, na substituição do léxico predomina a modificação formal das palavras portuguesas. No processo de alteração do mesmo foi detectada uma regra geral: a tendência para a acentuação na penúltima sílaba é generalizada a todas as palavras, exceptuando infinitivos verbais e vocábulos que

¹⁴⁷ Cf. FERREIRA (1985), *O Lante. Breve Apresentação de Uma Gíria*, Lisboa, Separata da Revista Lusitana, Nova série, nº 6, p. 26.

¹⁴⁸ Vide *Idem, Ibidem*, p.26.

¹⁴⁹ Cf. MEDEIROS, *Op. Cit.*, pp. 273-274.

¹⁵⁰ Vide FERREIRA, *Op. Cit.*, p.39.

apresentam o prefixo *-ti*. Foram detectados alguns arcaísmos, provavelmente integrados em tal falar por influência das viagens e contactos dos vendedores ambulantes de Castanheira e Figueiró com outras gírias e terras em que estas já foram atestadas cientificamente. Foram essencialmente absorvidas palavras de utilização básica como *pão*, *aguardente*, *dinheiro*, *comer*, *manta*, *noite*, *frio*.

4.4. Artesanato e Gastronomia

O artesanato e a gastronomia figueiroenses derivam dos modos de preparação geracionalmente legados, relativos à execução da utensilagem doméstica e agrícola e confecção dos alimentos localmente disponíveis. A ocupação humana de Figueiró dos Vinhos, de feição quase exclusivamente agro-pastoril até há poucas décadas, ditou na fabricação da utensilagem o recurso ao vime, ao linho, ao barro, ao ferro e à madeira; na produção e confecção alimentares destacam-se a extracção do mel, o cultivo dos cereais e hortícolas, a criação de gado caprino, suíno e aves, complementado pela pesca de espécies fluviais.

Se o artesanato local, apesar de múltiplo¹⁵¹, apresenta características fundamentalmente comuns às patentes no panorama regional, a gastronomia evidencia um conjunto de singularidades incontornáveis. O confecção de peixe do rio, nomeadamente achigã, carpa, barbo e boga, a produção de mel serrano, actualmente enquadrado na Região Demarcada da Serra da Lousã (Denominação de Origem Protegida), e a doçaria conventual são aspectos destacados desta herança.



A produção de mel é uma actividade importante no norte do concelho

¹⁵¹ A mostra patente no Centro Permanente de Artesanato de Figueiró dos Vinhos é representativa dessa mesma multiplicidade.

Merece esta última, pela excelência que lhe é reconhecida nacionalmente, um apontamento explicativo. Maria Manuela Cunha de Carvalho, responsável pela Confeitaria Santa Luzia, dá actualmente sequência a um empreendimento com cerca de cem anos; fundada por uma tia e António de Vasconcelos, autor da ideia da comercialização das especialidades conventuais



Pão-de-ló de Figueiró dos Vinhos

figueiroenses, a então denominada Fábrica de Santo António dos Milagres de Figueiró dos Vinhos destacou-se na produção de pão-de-ló sob a gestão de Ângelo David Silva até, tendo encerrado em 1975. A tradição doceira, cujo receituário nasceu nos Conventos de Nossa Senhora da Consolação e Nossa Senhora do Carmo, foi mantida desde a extinção das Ordens Religiosas na esfera particular dos domicílios locais; nele se destacavam, para além do pão-de-ló, as broinhas de casamento, castanhas doces, nunca esquecidos e biscoitos de manteiga.



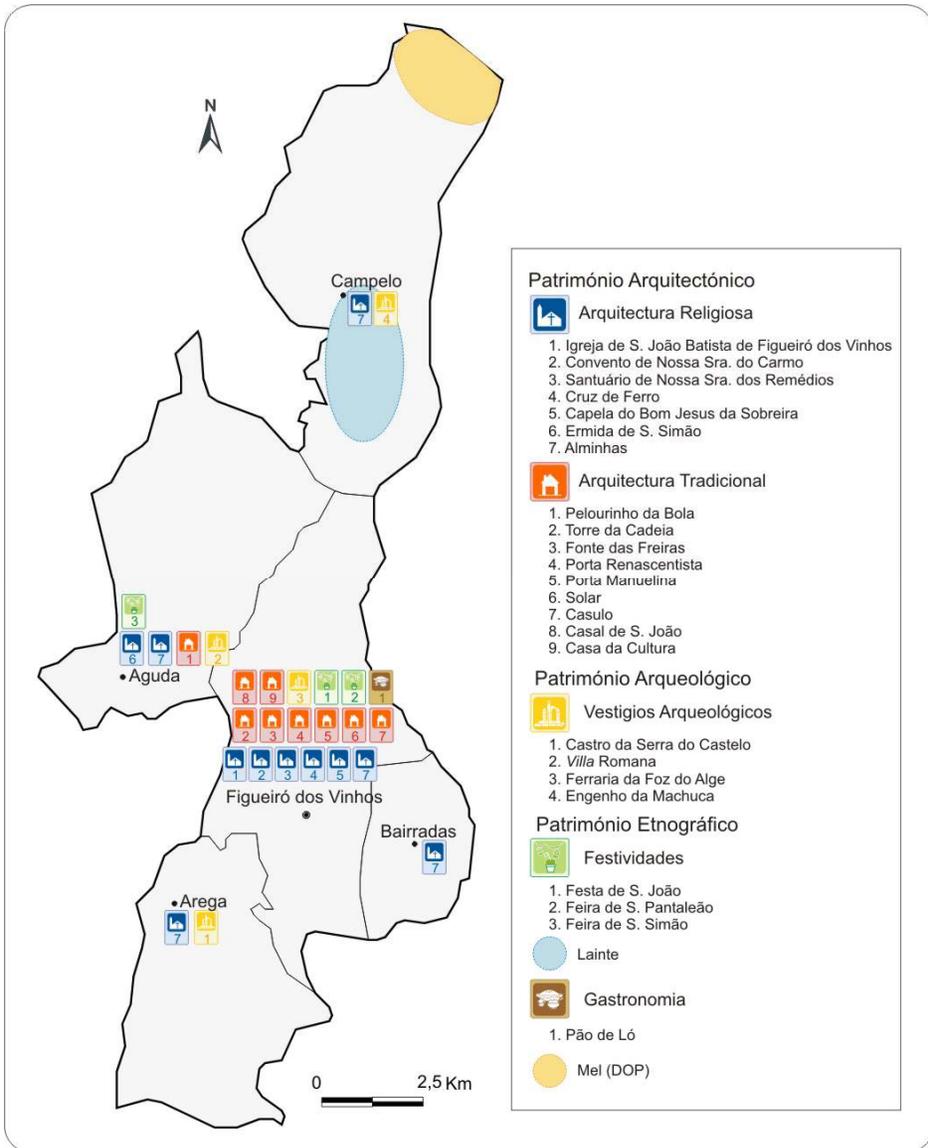
*Fábrica de Santo António dos Milagres
(Figueiró dos Vinhos)*

A recolha e inventário das tradições artesanais e gastronómicas juntos dos mais velhos habitantes do município deverá fazer emergir outros modos de fazer, entretanto adormecidos, o que abrirá caminho à qualificação e certificação deste património, também ele componente essencial às competitivas actividades económicas associadas ao turismo.



Reclamo da Fábrica de Pão-de-ló (Figueiró dos Vinhos)

Figura 72 – Património Arquitectónico e Etnográfico no Concelho de Figueiró dos Vinhos



Fonte: CEDRU (2004)



HORIZONTES DE FUTURO

Apesar dos problemas com que se defronta, o Concelho de Figueiró dos Vinhos já deve ter entrado na etapa da recuperação económica e demográfica, que configura um novo modelo territorial, numa lógica de ordenamento do território mais competitiva.

Este potencial de competitividade para o médio prazo deve-se a um conjunto de elementos e factores para que convergiu o esforço público e privado nos últimos anos: melhoria das acessibilidades, a que correspondem, por um lado, o “desencravar” do concelho, relativamente ao Litoral e ao Interior e, em breve, com a conclusão do IC3, o eixo Norte-Sul, permitirá uma melhor interacção com Coimbra e com o Médio Tejo; desenvolvimento robusto e harmonioso das redes de saneamento básico; adequação da oferta pública de serviços sociais, com os adequados meios humanos e materiais; acesso da sede de concelho a um limiar demográfico, que lhe confere uma qualidade de vida urbana bastante atraente; implantação de algumas infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento económico, que permitem alguma recuperação das actividades económicas, nomeadamente na indústria transformadora, no turismo e na floresta.

A leitura que fizemos do estado actual do território e das suas gentes, bem como das iniciativas já lançadas, programadas ou em estudo, permite-nos delinear o que poderá ser uma visão para o desenvolvimento harmonioso de Figueiró dos Vinhos, Vila e Concelho.

Essas “orientações” podem organizar-se, por conveniência da sistematização, segundo seis eixos:

1. Económico;
2. Social;
3. Cultural;
4. Infraestrutural;
5. Ambiental;
6. Urbanístico.

No eixo da economia, a floresta, o turismo, e a indústria transformadora, são hoje os sectores com melhores perspectivas de desenvolvimento.

Neste sentido, há um conjunto de medidas, acções e projectos que se ainda não foram lançados, importa equacionar no futuro próximo.

Um programa concelhio de desenvolvimento integrado do sector florestal constitui uma prioridade. Importa potenciar o recurso florestal, na perspectiva de um desenvolvimento sustentável, que deverá ter em conta não só as vertentes económica e social, como a ambiental e paisagística. É necessário não só repor e manter o coberto florestal segundo princípios do bom ordenamento silvícola, como aproveitar alguns solos agrícolas marginais para uso florestal, introduzindo espécies nobres, que já tiveram um papel relevante na cobertura vegetal deste território: castanheiro, carvalho, nogueira, cerejeira, entre outros.

O turismo constitui um dos eixos consensuais para o robustecimento da base económica de Figueiró dos Vinhos. De resto, o esforço da Câmara Municipal no domínio da infraestruturização e equipamentação do espaço concelhio criou condições para a promoção de certos produtos turísticos no concelho, nomeadamente o turismo de natureza e de vilegiatura. O turismo Sénior, em crescimento em toda a Europa, e também no nosso País, encontra aqui condições excelentes.

Alem de equipamentos culturais e desportivos a que fizemos referência e de novas infra-estruturas de apoio directo ao turismo, como é o caso do parque de Campismo da Foz do Alge, é necessário melhorar a oferta hoteleira; alem da qualificação da oferta existente, haverá lugar a investimento privado no campo da hotelaria.

As novas acessibilidades e a oferta de solo devidamente infraestruturado são condições para a atracção de investimentos neste domínio. Também existe oferta de mão-de-obra, embora talvez seja necessário investir na sua requalificação. Há que não perder de vista a valorização da principal matéria-prima do concelho, a madeira, nem a oportunidade que poderá representar o processo de reflorestação, não só do concelho, como de todo o Portugal Central.

Embora não se perspetive a recuperação da produção agrícola e pecuária para os níveis do século passado, existe um potencial que convirá não descurar, mormente na articulação com o consumo local de qualidade e simultaneamente com a restauração e o turismo. A produção de carne de porco e de pequenos ruminantes, de qualidade, deverá acompanhar a promoção da gastronomia; a produção de mel, a colheita e embalagem de plantas aromáticas, têm mercado assegurado a partir dos fluxos turísticos, podendo daí conquistar mercados fora do concelho; do mesmo modo um conjunto de produções hortícolas e frutícolas, resultantes de uma agricultura biológica, que importa fomentar.

O desenvolvimento sustentado do concelho não poderá descurar a vertente social. Embora em menor grau que o conjunto do País e alguns territórios em particular, também o crescimento económico dos últimos decénios em Figueiró dos Vinhos acentuou algumas assimetrias sociais, nomeadamente entre estratos mais envelhecidos da população; também os problemas sociais decorrentes do encerramento de algumas empresas industriais afectaram de forma particularmente dolorosa algumas famílias, que já à partida estavam muito fragilizadas. Assim, é necessário, por todos os meios, minimizar os efeitos socialmente negativos decorrentes do processo de reestruturação económica e social.

Ainda no eixo da intervenção social deverá ser concedida prioridade ao processo de rejuvenescimento da população, não só criando mecanismos locais, supletivos dos instrumentos nacionais, de apoio à maternidade e à infância, como deverão ser lançadas iniciativas no sentido de atrair jovens famílias para residir no concelho.

A cultura tem constituído um eixo da acção de fomento levada a cabo pela autarquia. Importa manter e actualizar continuamente esta linha de actuação, pois do bom sucesso dessas intervenções resultará seguramente o êxito maior ou menor das acções desencadeadas noutras esferas. Assim, a dinamização da oferta cultural do concelho deverá ser orientada no sentido da diversificação e qualificação.

Uma estratégia coerente para o eixo cultural deverá estar integrada no processo de desenvolvimento económico e social, pelo que é necessário um programa que articule os sistemas de ensino, desporto, formação e cultura, por um lado, com as várias vertentes do turismo e do desenvolvimento urbanístico, por outro.

Como ficou expresso em diferentes momentos desta monografia, a autarquia municipal, acompanhada pelas freguesias, levaram a cabo um grande programa de infraestruturação do território concelhio, ao mesmo tempo que edificaram um apreciável conjunto de equipamentos de natureza social. Também o Estado, nos domínios que lhe competem tem cumprido com a construção e o funcionamento, quer de infra-estruturas, quer de equipamentos sociais e instalações adequadas, para que as funções dependentes do poder central tenham as desejadas condições de funcionamento.

Entretanto, está detectado, pela autarquia municipal, um conjunto de carências que importa suprir no curto prazo. Estão também previstos melhoramentos em redes de infra-estruturas, bem como em unidades de equipamentos sociais. Alguns melhoramentos nas acessibilidades infra locais, bem como no saneamento básico, permitirão progressos muito importantes na qualidade do dia a dia de populações.

O eixo da qualidade ambiental é também fundamental numa estratégia que vise o desenvolvimento sustentável: o único que faz sentido em Figueiró dos Vinhos. Para além da conclusão do sistema integrado de saneamento básico, numa perspectiva municipal e supra municipal, deverá ser conferida prioridade a um conjunto de acções de sensibilização para o ambiente e o ordenamento do território, no quadro do processo de desenvolvimento sustentável.

É indispensável uma vigilância continuada sobre o território, de modo a prevenir qualquer tipo de agressão ambiental e paisagística, que infelizmente têm sido frequentes, mesmo nas áreas mais recônditas e, por vezes, atingindo espaços ou elementos constituintes da paisagem com valor excepcional. A qualidade ambiental e paisagística terão que constituir objectivos interiorizados por todos quantos habitam ou de algum modo usufruem das condições tão aprazíveis que Figueiró dos Vinhos oferece.

O ordenamento do território emerge neste contexto como o caminho que permitirá orientar o concelho e os seus habitantes para um futuro promissor, em que a sociedade se poderá desenvolver apoiada numa economia robusta, no respeito pela natureza e pela história. Por isso urgem, de algum modo, os seguintes instrumentos de ordenamento territorial: PDM (revisão em curso), plano de urbanização e planos de pormenor, plano de ordenamento florestal, plano de ordenamento turístico, plano de salvaguarda do centro histórico (revisão).

Quanto a nós, deverão ser instrumentos, que no respeito pela legislação que os enquadra, permitam maior eficácia na gestão do território, pelo que se exige, acima de tudo, bom senso, simplicidade e visão.

Depois desta viagem no espaço e no tempo de um concelho que atravessou oito séculos reforçando a identidade e encontrando em cada período saídas para os desafios com que se defrontou, as nossas palavras finais não poderiam deixar de ser de optimismo e de exortação aos figueiroenses no início deste milénio: esta terra merece esta gente e esta comunidade, se olhar com confiança o seu território, se o amar e cuidar

como o fizeram os seus antepassados, decerto encontrará aqui um sentido para a vida.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES E BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

AAVV (1944) - *1º Congresso das Actividades do Distrito de Leiria*, Instituto Para a Alta Cultura, Lisboa.

AAVV (1950) - *2º Congresso das Actividades do Distrito de Leiria*, Casa do Distrito, Leiria.

AAVV (1996) - «25 de Abril Por Cá. Distrito de Leiria», *Imagens e Depoimentos*, Edição Magno Ideias & Informação, Leiria.

AAVV (2000) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira de Azevedo. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores.

ALMEIDA, R. (1808) – Carta Militar das Principaes Estradas de Portugal.

ARROTEIA, J. (1983) - «A Emigração Portuguesa no Distrito de Coimbra: Breve Perspectiva Histórica e Demográfica», in *Desenvolvimento Regional*, 16. Comissão de Coordenação da Região Centro, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Coimbra, pp. 53-78.

ARROWSMITH, A. (1812) – Map of the Roads of Portugal (2nd Edition).

ÁVILA; B. (1914) - «A Nova Carta Chorographica de Portugal», Imprensa Lucas, Lisboa.

BALTASAR, V. (1999) – «Acessibilidades e Sistemas Urbanos na Região Centro», Comissão de Coordenação da Região Centro, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

BAPTISTA, J. (1878) - «Chorographia Moderna do Reyno de Portugal», Typographia da Real Academia de Sciencias, Lisboa.

BARREIROS, M. (1943) - *Doze Anos de Administração Municipal. 1930-1942*, Tipografia Gazeta dos Caminhos-de-ferro, Lisboa.

BATATA, C.; GASPAS, F. (2000) - «Levantamento Arqueológico de Vila de Rei», Fundação Para o Estudo e Preservação do Património Histórico e Arqueológico, Abrantes.

BOURA, I.; JACINTO, R. (1983) – «Interioridade e Desenvolvimento Regional – A Componente Autárquica» in *Desenvolvimento Regional*, 16. Comissão de Coordenação da Região Centro, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Coimbra, pp. 33-48.

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (1992a) - *Homenagem a Dona Beatriz de Lacerda, Pintora. 1891-1961*, Tomar, Figueiró dos Vinhos.

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (1992b) - *Plano de Salvaguarda do Núcleo Histórico de Figueiró dos Vinhos, Regulamento*, Diário da República, II Série, 25-08-1992, Lisboa.

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (1995a) - *Plano Director Municipal*, (Policopiado), Figueiró dos Vinhos.

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (1995b) - *Plano Director Municipal, Regulamento*, (Policopiado), Figueiró dos Vinhos.

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (2001) - *Homenagem a Simões d'Almeida. Tio e Sobrinho*, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos/Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local, Figueiró dos Vinhos.

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (2002) - *Homenagem a Manuel Henrique Pinto. Exposição de Pintura*, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos/Pelouro da Cultura, Figueiró dos Vinhos.

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (2003a) – *Carta educativa de Figueiró dos Vinhos – Diagnóstico*, Figueiró dos Vinhos.

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (2003b) - *Carta educativa de Figueiró dos Vinhos – Anexos* (Coordenação de Teresa Vaz), Figueiró dos Vinhos.

CAMPOS, B.; CARDOSO, A. (1988) – «Interioridade e Desenvolvimento Regional – A Componente Autárquica» in *Desenvolvimento Regional*, 26/27. Comissão de Coordenação da Região Centro, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Coimbra, pp. 83-110.

CAVACO, C. (dir.) (1994) – «Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local», Programa das Artes e Ofícios Tradicionais, Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa.

CENTRO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO (2001) – «Valorização Económica dos Grandes Eixos Viários em Zonas Interiores de Baixa Densidade. Uma Estratégia de Ordenamento e de Desenvolvimento para Valorizar o “Efeito Auto-Estrada” na Beira Interior», Relatório Final, Comissão de Coordenação da Região Centro, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Coimbra.

CENTRO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO (2003) – *Estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Região do Centro. Relatório Final*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro.

COLECÇÃO DE TEXTOS DE DIREITO PORTUGUÊS. FORAIS, Vol. I, Coimbra, Imprensa Universidade de Coimbra, s.d, Coimbra.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO (1982) – «Evolução da População na Região Centro» (1950-1976), Comissão de Coordenação da Região Centro, Ministério da Administração Interna, Coimbra.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO (1986) – *Programa de Desenvolvimento da Região Centro, Programas sub-regionais: Pinhal, Pinhal Litoral, Raia e Serra da Estrela/Alto Mondego, Volume III*. Comissão de Coordenação da Região Centro, Ministério do Plano e da Administração do Território.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO (1994) - «A Floresta na Região Centro, Uma análise económica», Estudos Sectoriais nº 6, Coimbra.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO (2001) – *PROCENTRO. Programa Operacional da Região Centro (1994-1999): Ambiente, Acessibilidades e Transportes, Equipamentos, Infra-estruturas de apoio à actividade económica, Renovação Urbana e Patrimonial. Apoio às actividades económicas e ao desenvolvimento endógeno*, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO (2002) – «A Região Centro», Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra.

CÒNIM, C. (1999) – «Geografia do Envelhecimento da População Portuguesa. Aspectos Sociodemográficos 1970-2001», Departamento de

Prospectiva e Planeamento, Comissão Nacional para o Ano Internacional das Pessoas Idosas.

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (2002a) – *Diagnóstico Social do Concelho de Figueiró dos Vinhos*, Figueiró dos Vinhos.

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (2002b) – *Diagnóstico Social do Concelho de Figueiró dos Vinhos – Anexos*, Figueiró dos Vinhos.

COSTA, A.; NUNES, J. (Pref.) (1929-1949) - «Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular. Histórico, Orográfico, Biográfico, Arqueológico, Heráldico e Etimológico», 12 Vols., Porto.

COSTA, A. (1869) - , «Chorographia Portugueza e Descripçam Topographica do Famoso Reyno de Portugal», 2ª Edição, Typographia Domingos Gonçalves Gouveia, Braga.

COSTA, E. (1999) – «Urbanização e Acessibilidades, factores chave no processo de integração dos espaços rurais – os casos da Guarda e da Covilhã» in CAVACO, Carminda (coord.) – *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano*, Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 87-98.

DEUSDADO, M. (1893) - «*Chorographia de Portugal*», Guillard e Aillaud & Cia, Lisboa.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, nº 153 de 06 de Julho de 1985; nº 209 de 08 de Setembro de 1985, Lisboa.

DIRECÇÃO GERAL DO AMBIENTE (2001) – Relatório do Estado do Ambiente 2000, Direcção Geral do Ambiente, Lisboa.

ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (1921) - *Estatutos da Associação de Comércio e Indústria de Figueiró dos Vinhos*, Figueiró dos Vinhos, s.n.

CASA DA COMARCA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (1966) - *Estatutos da Casa da Comarca de Figueiró dos Vinhos*. Figueiró dos Vinhos.

DAVEAU, S. (1985a) – «Les Bassins de Lousã et d'Arganil- Recherches Géomorphologiques et Sédimentologiques sur le Massif Ancien et Sa

Couverture à l'Est de Coimbra», Volume I – Le Bassif Sédimentaire, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, nº 8, Lisboa.

DAVEAU, S. (1985a) – «Les Bassins de Lousã et d'Arganil- Recherches Géomorphologiques et Sédimentologiques sur le Massif Ancien et Sa Couverture à l'Est de Coimbra», Volume II – L'Evolution de Relif, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, nº 8, Lisboa.

EXPRESSO, Guia da Semana, 6 de Abril de 2003, Lisboa.

FERREIRA, C. (1993) – «Envelhecimento Populacional e Planeamento do Território. O Caso da Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul», Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

FERREIRA, C. (1995) – «Envelhecimento na Raia Luso-Espanhola: Contornos de uma Dinâmica Demográfica Recessiva» in CAVACO, Carminda (coord.) – *As Regiões de Fronteira. Inovação e Desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu, Estudos para o Desenvolvimento Regional e Urbano. nº 43*, Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 63-82.

FERREIRA, M. (1985) - «*O Lante. Breve Apresentação de Uma Gíria*», Separata da *Revista Lusitana*, Nova série, nº 6, Lisboa.

FIGUEIREDO, A. (1933) - *Subsídios Para a Bibliografia da História Local Portuguesa*, Biblioteca Nacional, Lisboa.

FRANÇA, J. (1966) - «*A Arte em Portugal no Século XIX*», vol. II, Bertrand, Lisboa.

GARCIA CORTADA, R. (1996) - *História Rural Medieval*, Editorial Estampa, Lisboa.

GASPAR, J. (1979) – «Portugal em Mapas e Números», Livros Horizonte, Lisboa.

GASPAR, J. (1987) – «Portugal. Os próximos 20 anos – Ocupação e Organização do Espaço, Retrospectivas e Tendências», Vol. I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

GASPAR, J. (1988) – «Geografia e Ordenamento do Território – Dos Paradigmas aos Novos Mapas», *Revista Colóquio/Ciências*, nº13, Lisboa.

GASPAR, J. (1993a) – «Reordenamento Urbano em Portugal», Seminário sobre Serviços e Desenvolvimento numa Região em Mudança, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra, pp. 415-422.

GASPAR, J. (1993b) – «As Regiões Portuguesas», Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa.

GIRÃO, A. (1933) – «Esboço duma Carta Regional de Portugal» (2ª Edição), Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

GRÉMIO REGIONAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (1937) - *Estatutos do Grémio Regional de Figueiró dos Vinhos*, [Grémio Regional de Figueiró dos Vinhos], Lisboa.

HERCULANO, A. (1856-1888) - *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines*, Lisboa, Typis Academicis.

INSTITUTO DO AMBIENTE (2002) – Relatório do Estado do Ambiente 2001. Instituto do Ambiente. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1993) – Portugal Agrícola. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

JUNTA AUTÓNOMA DAS ESTRADAS (1995) – «Tráfego 1995. Rede Nacional do Continente» Secretaria de Estado das Obras Públicas, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa.

JUNTA DE FREGUESIA DO CAMPELO (1919) - Código de Posturas Paroquiais, Junta de Freguesia do Campelo, Coimbra.

LACERDA, J. (1910) - *Joaquim Autopsia do Pseudo Relatório da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Figueiró dos Vinhos*, Coimbra.

LEAL, A. (1874) - «*Portugal Antigo e Moderno*», Vol. III, Livraria Matos Moreira, Lisboa.

LIMA, J.(1932-1940) - *Terras Portuguesas. Memória sobre os Forais*, Vol. VIII, Tipografia Cames, Póvoa do Varzim.

MACHADO, H. (1957) - *Boletim da Casa da Comarca de Figueiró dos Vinhos, Número Único Comemorativo do Vigésimo Aniversário*, Casa da Comarca de Figueiró dos Vinhos, Figueiró dos Vinhos.

MACHADO, J. (dir.) (1984) - *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, Editorial Confluência.

MALHEIROS, J. (1996) – «Imigrantes na Região de Lisboa: os Anos da Mudança. Imigração e Processo de Integração das Comunidades de Origem Indiana», Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Edições Colibri, Lisboa.

MARIZ, J. (coord.), (1993) - *Inventário Colectivo dos Registos Paroquiais*, Vol. I (Centro e Sul), Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa.

MARIZ, J. (coord.), (1998) - *Recenseamento dos Arquivos Locais, Câmaras Municipais e Misericórdias. Inventário do Património Móvel*, Vol. VIII, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa.

MATTOSO, J. (dir.) (1993) - *História de Portugal*, Vol. I, II, III, Editorial Estampa, Lisboa.

MATTOSO, J. (2001) - *Obras Completas*, Vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa.

MATTOSO, J.; DAVEAU, S.; BELO, D. (1997a) – «Portugal – O Sabor da Terra: Beira», Círculo de Leitores, Lisboa.

MATTOSO, J.; DAVEAU, S.; BELO, D. (1997b) – «Portugal –O Sabor da Terra: Beira Baixa», Círculo de Leitores, Lisboa.

MATTOSO, J.; DAVEAU, S.; BELO, D. (1997c) – «Portugal – O Sabor da Terra», Círculo de Leitores, Lisboa.

MEDEIROS, C. (2002) - «Figueiró dos Vinhos. Terra de Sonho», Edição Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, Figueiró dos Vinhos.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (2000) – *Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (2000-2006)*, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa.

OLIVEIRA, C. (dir.), (1996) - «História dos Municípios e do Poder Local», Círculo de Leitores, Lisboa.

OLIVEIRA, J. (1988) – «O Transporte Colectivo Rodoviário de Passageiros em Portugal. Contributos para um Estudo Geográfico», *Estudos para o Planeamento Regional e Urbano*, Centro de Estudos Geográficos, faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

OLIVEIRA, J. (1995) – «Telecomunicações nas Regiões de Fronteira» CAVACO, C. (coord.) – *As Regiões de Fronteira. Inovação e Desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu. Estudos para o Desenvolvimento Regional e Urbano*, nº43, Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 207-246.

PEFICA (1997) – *Plano Municipal de Intervenção na Floresta*, Associação de Municípios PEFICA.

PEDRO, A. (1927) - *Apontamentos Resumidos Respeitantes às Cinco Vilas e Arega*, Imprensa da Armada, Lisboa.

PINHEIRO, M. (1994) – «Estado da Gestão Ambiental em Portugal. Abastecimento de Águas e de Resíduos», Sociedade de Engenharia e Inovação Ambiental S.A, Lisboa.

PINTO, A. (1989) - *Pinhal. Corografia. Elementos Para Um Estudo*, Comissão de Coordenação Regional Centro, Coimbra.

PROENÇA, R. (1994) - *Guia de Portugal*, Vol. III, 2 reed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

RAMOS, A; RAMOS, C. (2000) - «Contrastes espaciais concelhios de algumas componentes ambientais em Portugal continental», *Linha de Investigação em Dinâmica Fluvial*, Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

REIS, A. (2002) – *Origens dos Municípios Portugueses (2ª Edição)*, Livros Horizonte, Lisboa.

RIBEIRO, C. (1858) - *Memoria sobre as Minas de Carvão dos Distritos do Porto e Coimbra e de Carvão e Ferro do Districto de Leiria*, Academia de Sciencias de Lisboa, Lisboa.

RIBEIRO, O. (1998) – *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico (7ª Edição)*, Colecção «Nova Universidade», Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S (1987) – *Geografia de Portugal, Volume I. A Posição Geográfica e o Território*, Edições João Sá da Costa, Lisboa.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S (1988) – *Geografia de Portugal, Volume II. O Ritmo Climático e a Paisagem*, Edições João Sá da Costa, Lisboa.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S (1991) – *Geografia de Portugal, Volume IV. A Vida Económica e Social*, Edições João Sá da Costa, Lisboa.

RODRIGUES, A. M. (1995) – «Descalços e de Burel Vestidos. Convento de Nossa Senhora do Carmo de Figueiró dos Vinhos», Monografia de Seminário de História da Arte, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Documento Policopiado, Coimbra.

RODRIGUEZ, J. (1999) – “O problema da acessibilidade nas áreas rurais: o caso da Beira Interior”; in CAVACO, C. (coord.) – «Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia» *Estudos para o Planeamento Regional e Urbano*, Centro de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 99-116.

ROSA, M. (1993) – «O Desafio Social do Envelhecimento» in *Análise Social*, 122, Vol. XXVIII, 3º. Instituto de Ciências Sociais, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, pp.679-690.

ROSA, M. (1996) – «Envelhecimento Demográfico: Proposta de Reflexão sobre o curso dos factos», in *Análise Social*, 139, Vol. XXXI, 5º. Instituto de Ciências Sociais, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, pp.1183-1201.

ROSA, M. (1999) – «Ruralidade e Agricultura – Alguns Indicadores Socioeconómicos», Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, Lisboa.

SANTOS, A. (1955) - *A Residência Paroquial de Figueiró dos Vinhos, Nota Comemorativa da Sua Inauguração*, Figueiró dos Vinhos.

SARAIVA, J. (dir.) (1983) - *História de Portugal*, Vol. I, Publicações Alfa, Lisboa.

SAVORY, H. (1951) - «A Idade do Bronze Atlântico no Sudoeste da Europa» in *Revista de Guimarães*, Edições do Minho, Barcelos.

SECRETARIA DO ESTADO DO AMBIENTE (1982) – *Atlas do Ambiente*, SEC, Lisboa.

SEQUEIRA, G. (dir.) (1955) - *Inventário Artístico de Portugal*, Vol. V (Distrito de Leiria), Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1998) – «Portugal. Retrato das Regiões», Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.

SHILS, E. (1992) - *Centro e Periferia*, Difel, Lisboa.

SIMÕES, A. (1860) - *Topographia Medica das Cinco Villas e Arega*, Imprensa da Universidade, Coimbra.

SIMÕES, J. (1934) - *Figueiró dos Vinhos. Estância de Turismo*, Comissão Municipal de Turismo, Figueiró dos Vinhos.

SIMÕES, J. M. (1995) – «As Regiões de Fronteira Portuguesas: da Construção ao recentrar da Periferia», CAVACO, C (coord.) – *As Regiões de Fronteira. Inovação e Desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu, Estudos para o Desenvolvimento Regional e Urbano*, nº43. Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 35-62.

SIRGADO, J. (1995) – «O Turismo nas Áreas de Fronteira em Portugal», CAVACO, C. (coord.) – *As Regiões de Fronteira. Inovação e Desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu, Estudos para o Desenvolvimento Regional e Urbano*, nº43. Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp.187-206.

SOUSA, F. (1919-1932) - *O Terramoto de 1 de Novembro de 1755 em Portugal. Um Estudo Demográfico*, Serviços Geológicos.

TORRES, C.; MACÍAS, S. (1998) - *O Legado Islâmico em Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa.

VASCONCELOS, J. (1884) - *Diccionario da Chorografia de Portugal Contendo a Indicação de Todas as Cidades e Vilas Portuguesas*, Livraria Portuense de Clavel, Porto.

VASCONCELOS, J. (1933-1975) - *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

FONTES ON LINE

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS,
www.cm-figueirodosvinhos.pt

DIRECÇÃO GERAL DE MONUMENTOS E EDIFÍCIOS NACIONAIS,
[Base de Dados de Património Classificado/Em Vias de Classificação]
www.monumentos.pt

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA,
[Retratos Territoriais]
www.ine.pt

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA,
[Base de Dados de Sítios Arqueológicos]
www.ippar.pt

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA,
[Base de Dados de Sítios Arqueológicos]
www.ipa.min-cultura.pt

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO,
[Base de Dados de Património Classificado/Em Vias de Classificação]
www.ippar.pt

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO,
[Base de Dados de Património Classificado/Em Vias de Classificação]
www.ipa.min-cultura.pt

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (Janeiro a Dezembro de 2001 e 2002) - *Boletim Informativo da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos*, Figueiró dos Vinhos.

JORNAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (Abril de 1985) - *Periódico Regional de Formação e Informação*, Figueiró dos Vinhos.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1964a) – *X Recenseamento Geral da População no Continente e nas Ilhas Adjacentes. Tomo I. Volume 1º*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1964b) – *X Recenseamento Geral da População no Continente e nas Ilhas Adjacentes, Tomo I. Volume 2º*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1973) – *XI Recenseamento da População, 1º Recenseamento da Habitação. População e Alojamentos por Lugares, Distrito de Leiria*, Serviços Centrais do INE, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1983) – *XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1991) – *Recenseamento Geral da Agricultura 1989*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1993) – *XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2001a) – *Recenseamento Geral da Agricultura 1999*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2001b) – *Anuário Estatístico da Região Centro 2000*, Direcção Regional do Centro do Instituto Nacional de Estatística, Coimbra.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2002a) – *XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2002b) – *Anuário Estatístico da Região Centro 2001*, Direcção Regional do Centro do Instituto Nacional de Estatística, Coimbra.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2003) – *Anuário Estatístico da Região Centro 2002*, Direcção Regional do Centro do Instituto Nacional de Estatística, Coimbra.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (vários anos) – *Estatísticas Demográficas*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL (1992) – *Quadros de Pessoal do MESS*, MESS, Lisboa.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL (2000) – *Quadros de Pessoal do MESS*, MESS, Lisboa.

PINHO, M. (Dir.) (1982 a 1986) - «*Jornal de Figueiró dos Vinhos*». [Tipografia de Cabaços].

Figura 1 – Enquadramento Regional	12
Figura 2 – O Concelho de Figueiró dos Vinhos	13
Figura 3 – Esboço duma Carta Regional de Portugal Continental – Sub-Regiões do Centro (Beira Litoral, Beira Alta, Beira Transmontana e Beira Baixa)	20
Figura 4 – Divisões Geográficas de Portugal Continental	22
Figura 5 – Regiões Naturais da Região Centro	23
Figura 6 -Carta Hipsométrica da Região Centro	24
Figura 7 – Extremidade SW da Cordilheira Central	24
Figura 8 – Carta de Festos e Talvegues no Concelho de Figueiró dos Vinhos.....	26
Figura 9 - Carta Litológica da Região Centro	27
Figura 10 – Mapa Morfológico de Portugal Continental.....	28
Figura 11 - Carta dos Solos da Região Centro	31
Figura 12 - Temperatura Média Diária do Ar na Região Centro	32
Figura 13 - Precipitação – Quantidade Total na Região Centro	33
Figura 14 – Temperatura na Estação Meteorológica de Rego da Murta, de Acordo com as Normais Climatológicas 1931-1960.....	35
Figura 15 – Pluviosidade no Concelho de Figueiró dos Vinhos, de Acordo com as Normais Climatológicas1951-1980.....	36
Figura 16 - Humidade Relativa do Ar na Estação Meteorológica de Rego da Murta, de acordo com as Normais Climatológicas1931-1960	36
Figura 17 - Rede Hidrográfica do Concelho de Figueiró dos Vinhos	38
Figura 18 – Domínios Florísticos em Portugal Continental.....	41
Figura 19 - Carta de Ocupação Actual do Solo do Concelho de Figueiró dos Vinhos	43
Figura 20 – Densidade Populacional no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 1864-2001	46
Figura 21 – Lugares com mais de 100 Habitantes no Concelho de Figueiró de Vinhos, 1991-2001	47
Figura 22 – Área de Achamento de Vestígios do Bronze Final.....	61
Figura 23 – <i>Villa</i> Romana em Olival.....	64
Figura 24 – Rede Viária Principal do "Portugal Romano".....	64
Figura 25 – O Território de Coimbra	70
Figura 26 – Reguengo de Monsalude	79
Figura 27 – Forais Atribuídos entre 1190 e 1210	80
Figura 28 – Reconstituição Conjectural do Termo de Figueiró.....	83
Figura 30 – Mina da Rapoila.....	91
Figura 31 – Mina da Ribeira de Proença.....	92
Figura 32 – Carta Militar das Principais Estradas de Portugal, 1808	93
Figura 33 – Mapa das Estradas de Portugal, 1812.....	94
Figura 34 – Unidade de Transformação de Ferro Engenho da Machuca (1577 a 1759) ...	95
Figura 35 – Unidade de Transformação de Ferro da Foz do Alge (1655? a 1761, Sendo Reactivada Entre 1800 a 1824)	96
Figura 36 – Excerto de Mapa Topográfico das Cinco Vilas e Arega ou dos Concelhos de Chão de Couce e Maças D. Maria em 1848 (Freguesia de Aguda).....	99
Figura 37 - Excerto de Mapa Topográfico das Cinco Vilas e Arega ou dos Concelhos de Chão de Couce e Maças D. Maria em 1848 (Freguesia de Arega)	100
Figura 38 – Variação da População na Região Centro, por Concelho, 1991-2001 (%) ..	130
Figura 39 – Evolução da Variação Populacional, 1864-2001 (%)	132
Figura 40 – Variação da População no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1950-2001 (%)	137

Figura 41 – Evolução da População Residente no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 1864-2001 (%)	138
Figura 42 - Evolução da População Residente no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 1981-2001 (%)	140
Figura 43 - Evolução da Taxa de Natalidade e Mortalidade no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 1940-2001 (‰)	141
Figura 44 - Evolução da Taxa de Crescimento Natural no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 1940-2001 (‰)	145
Figura 45 – Evolução do Número de Nascimentos, Óbitos e Saldo Fisiológico no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 1991-2001 (nº)	146
Figura 46 – População Jovem e Idosa no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 1940-2001 (%)	148
Figura 47 - Índice de Envelhecimento no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 2001 (‰)	152
Figura 48 – Evolução da Composição da População por Grandes Grupos Etários no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 1991-2001 (%)	154
Figura 49 – Saldo das Migrações Internas no Pinhal Interior, por Concelho, 1970-2001 (nº)	161
Figura 50 - População Activa no Pinhal Interior Norte, por Concelho, por Sector de Actividade, 2001 (%).....	166
Figura 51 – Variação da Superfície Agrícola Utilizável no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1989-1999 (ha)	170
Figura 52 – Produção de Vinho Expressa em Mosto, no Pinhal Interior Norte e em Figueiró dos Vinhos, 1997-2001 (hl)	172
Figura 53 – Subsectores do Secundário no Pinhal Interior Norte e em Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2001 (%).....	176
Figura 54 – Variação da População Activa no Pinhal Interior Norte, por Concelho, na Indústria Transformadora, 1991-2001 (%)	178
Figura 55 – Dimensão Média dos Estabelecimentos Industriais no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1999 (nº trabalhadores).....	180
Figura 56 - Áreas Industriais no Concelho de Figueiró dos Vinhos	181
Figura 57 – Principais Recursos Turísticos do Concelho de Figueiró dos Vinhos	185
Figura 58 – Parque de Campismo de Foz do Alge	188
Figura 59 - Taxa de Actividade no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 2001 (%).....	193
Figura 60 - Taxa de Desemprego no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 2001 (%)	195
Figura 61 - Estabelecimentos de Ensino no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2002.....	201
Figura 62 - Principais Problemas dos Alunos com Necessidades Educativas Especiais Existentes no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2001/2002	205
Figura 63 - Estabelecimentos de Saúde no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2001	207
Figura 64 - Utentes no Centro de Saúde e Extensões no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2001 (%).....	208
Figura 65 - Equipamentos de Âmbito Cultural no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2001	213
Figura 66 - Equipamentos Desportivos Existentes no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2002	216
Figura 67 – Principais Acessibilidades ao Concelho de Figueiró dos Vinhos.....	218
Figura 68 - Principais Estradas do Concelho de Figueiró dos Vinhos.....	219
Figura 69 - Ligações em Carreiras Rodoviárias Normais com Origem e Destino no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2002	220

Figura 70 - Ligações em Expresso por Destino e Origem, no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2002	221
Figura 71 – Drenagem e Tratamento de Águas Residuais nas ETAR no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2003	223
Figura 72 – Património Arquitectónico e Etnográfico no Concelho de Figueiró dos Vinhos	254

Quadro 1 – Síntese de Indicadores Sócio-Económicos	15
Quadro 2 -Classes de Ocupação do Solo no Concelho de Figueiró dos Vinhos	43
Quadro 3 – Densidade Populacional no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1950-2001 (hab./km ²)	45
Quadro 4 - Estado Novo: Investimentos Municipais e Comparticipações no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 1928-1953.....	122
Quadro 5 - Investimento Total Apoiado e Investimento Total da Administração Pública Apoiado pelo FEDER realizado até 1994 no Concelho de Figueiró dos Vinhos (euros)	124
Quadro 6 - População Residente na Região Centro, por NUTES III e Concelhos do Pinhal Interior Norte, 1864-2001 (nº)	133
Quadro 7 – Variação Populacional na Região Centro, por NUTES III e Concelhos do Pinhal Interior Norte, por Período Inter-Censitário, 1864-2001 (%).....	134
Quadro 8 – População Residente no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 1864-2001 (nº)	135
Quadro 9 – Variação da População no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 1864-2001 (%)	136
Quadro 10 – Lugares Habitados no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, em 1911, 1960 e 2001 (nº)	139
Quadro 11 – Taxa de Natalidade no Pinhal Interior Norte, por Concelho 1940-2001 (‰)	142
Quadro 12 – Taxa de Mortalidade no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1940-2001 (‰)	143
Quadro 13 – Saldo Natural no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1940-2001 (nº).....	144
Quadro 14 – Taxa de Crescimento Natural no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1940- 2001 (‰)	145
Quadro 15 – População Residente no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Grupos Etários, 1940-2001 (nº e %).....	149
Quadro 16 – População Residente no Pinhal Interior Norte, por Concelho, por Grupos Etários, 1940 (nº e %)	150
Quadro 17 – População Residente no Pinhal Interior Norte, por Concelho, por Grupos Etários, 2001 (nº e %)	150
Quadro 18 – Índice de Envelhecimento no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1940-2001 (‰)	151
Quadro 19 – População Residente, por Grupos Etários e Índice de Envelhecimento (I.E.) no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 1991-2001	153
Quadro 20 – Taxa de Emigração no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1950-1988 (‰)	158
Quadro 21 – Taxa de Imigração no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1970-2001 (‰) 160	
Quadro 22 – Imigrantes no Pinhal Interior Norte, por Concelho, Provenientes de Outro Concelho e de Outro País, 1970-2001 (nº)	160
Quadro 23 – Saldo das Migrações Internas, no Pinhal Interior, por Concelho, 1970-2001 (nº)	161
Quadro 24 – População Activa no Pinhal Interior Norte, por Concelho, por Sector de Actividade, 1981-2001 (%)	166
Quadro 25 – Indicadores da Actividade Agrícola do Concelho de Figueiró dos Vinhos, 1989-1999	168
Quadro 26 – SAU (ha) e Explorações com SAU (nº) no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 1989-1999	169

Quadro 27 – Empresas e Emprego Gerado pela Actividade Florestal no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2001	173
Quadro 28 – Indicadores da Actividade Agrícola do Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 1999	174
Quadro 29 – População Activa no Pinhal Interior Norte, por Concelho, na Indústria Transformadora, 2001 (%)	177
Quadro 30 – População Activa no Sector Terciário no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Sub-sector, 1991 e 2001	182
Quadro 31 – Estabelecimentos Comerciais no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 1999 (nº)	184
Quadro 32- Taxa de Actividade no Pinhal Interior Norte, por Concelho, por Sexo, 1991-2001	195
Quadro 33 - Taxa de Desemprego no Pinhal Interior Norte, por Concelho, por Sexo, 1991-2001 (%).....	197
Quadro 34 - Beneficiários com Subsídio de Desemprego no Pinhal Interior Norte, por Concelho, Segundo a Idade, 2002 (%)	197
Quadro 35 - Pensionistas por Invalidez, Velhice e Sobrevivência no Pinhal Interior Norte, por Concelho, 2001 (nº).....	198
Quadro 36 - Edifícios Segundo a Época de Construção no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 2001 (nº)	199
Quadro 37 - Características dos Edifícios do Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 2001	200
Quadro 38 - Infra-estruturas Básicas Existentes nos Alojamentos Familiares de Residência habitual no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 2001	200
Quadro 39 - Ocupação dos Alojamentos Familiares no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 2001	201
Quadro 40 - Taxa de Abandono e Insucesso Escolar no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 1997-2001 (%)	203
Quadro 41 - Alunos Matriculados Segundo o Ensino Ministrado, no Concelho de Figueiró dos Vinhos,1991-2003 (nº)	203
Quadro 42 - Pessoal Docente Segundo o Ensino Ministrado, no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 1997-2002 (nº)	204
Quadro 43 - Ensino Recorrente no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2000-2002.....	204
Quadro 44 - Escolas com Alunos com Necessidades Educativas Especiais no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2001/2002 (nº)	205
Quadro 45 – Oferta de Equipamentos de Saúde no Concelho de Figueiró dos Vinhos, por Freguesia, 2001 (nº).....	208
Quadro 46 - Serviços de Apoio aos Idosos, Instituições e Número de Utentes, no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2001	209
Quadro 47 - Serviços de Apoio a Crianças, Instituições e Número de Utentes, no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2001	211
Quadro 48 - Associações Culturais e Desportivas no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2002	212
Quadro 49 - Carreiras Rodoviárias Normais com Passagem pelo Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2003	220
Quadro 50 – Serviço de Táxi no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 2001	221
Quadro 51 – Evolução do Abastecimento Domiciliário de Água no Concelho de Figueiró dos Vinhos, 1981-2001 (%)	222
Quadro 52 - Calendário de Romarias no Concelho de Figueiró dos Vinhos.....	247

Quadro 53 - Calendário de Festas no Concelho de Figueiró dos Vinhos 249

Fotografias (páginas)

Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos:

14; 25; 28; 35a; 35b; 36b; 89; 149; 161;183; 185; 199a; 199b; 201; 202; 203a; 203b; 204a; 204b; 205a; 205b; 206; 208; 209; 210; 211a; 212; 213; 214; 218a; 218b.

CEDRU:

9; 17; 36a; 42; 45; 109; 119; 122; 141; 145; 148; 150; 152; 161a; 163; 174; 181; 182; 195; 200; 203a; 207; 211b; 221.